

NILSON ARAUJO BARBOSA

**O CAPITAL SOCIAL COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL NOS SERVIÇOS DE ATER DO INCAPER**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA - MINAS GERAIS

2016

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

B238c
2016

Barbosa, Nilson Araujo, 19-

O capital social como fator de desenvolvimento rural
sustentável nos serviços de ATER do INCAPER / Nilson Araujo
Barbosa. – Viçosa, MG, 2016.

xvi, 172f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui apêndices.

Orientador: José Ambrósio Ferreira Neto.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.154-161.

1. Comunidades - desenvolvimento. 2. Desenvolvimento
rural sustentável. 3. Extensão rural. I. Universidade Federal de
Viçosa. Departamento de Economia Rural. Programa de
Pós-graduação em Extensão Rural. II Título.

CDD 22. ed. 331.87

NILSON ARAUJO BARBOSA

**O CAPITAL SOCIAL COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL NOS SERVIÇOS DE ATER DO INCAPER**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Aprovada: 24 de junho de 2016.

Aureliano Nogueira da Costa
(INCAPER)

Prof. Marcelo Leles Romarco de Oliveira
(UFV)

Prof. José Ambrósio Ferreira Neto
(Orientador)
(UFV)

“Aos extensionistas, que apesar dos desafios enfrentados no dia a dia, disponibilizam seu conhecimento aos agricultores, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das famílias no meio rural”.

AGRADECIMENTOS

Ao final da escrita de uma dissertação, compreendemos o quão solitário somos neste momento e ao mesmo tempo entendemos que essa construção só se torna possível graças a contribuição de muitas pessoas, que as vezes num simples gesto nos desperta para novos olhares, tornando possível sua realização. Desta forma, expresso aqui meus agradecimentos às pessoas que de uma forma ou outra contribuíram para a elaboração deste trabalho.

Primeiramente agradeço a Deus pela força concedida e coragem no enfrentamento no processo de construção e elaboração desta pesquisa, quão importante para minha formação profissional e realização pessoal.

Agradeço à minha esposa Priscila, pelo apoio e compreensão deste momento, pelas diversas vezes que foi capaz de ouvir-me sobre a pesquisa em curso, compartilhando ideias e opiniões, sendo ainda paciente ao entender a dedicação requerida nesse processo. Obrigado pela força na realização da pesquisa de campo ao qual também estendo os agradecimentos à Isamara, vocês foram peças importantes que contribuíram muito na realização da pesquisa de campo.

Aos meus pais e irmãos que sempre me apoiaram e entenderam os momentos de ausência.

Ao Aureliano, pela amizade construída, e pelo incentivo à realização do mestrado. Seus conselhos foram decisivos na tomada de decisão que tornou possível esta realização. Obrigado por estar sempre atento e acompanhando esta minha caminhada. Seus apontamentos proporcionaram amadurecimento e crescimento profissional.

Ao Professor e Orientador José Ambrósio pela dedicação, e ensinamentos. Sua capacidade impressiona a todos que tem a honra e oportunidade de trabalhar contigo. Sua forma simples de atuação demonstra o respeito que tem para com seus orientados. Muito obrigado, suas orientações, ponderações e análises críticas durante o curso da referida pesquisa foram fundamentais, sem o qual se tornaria impossível chegar ao final desta etapa.

Agradeço ao Evair, pelo despertar do mestrado em extensão rural, e pela importância dada a esta especialização para o Instituto.

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), pelo apoio financeiro concedido, que muito contribuiu para tornar possível a realização da presente pesquisa.

À Thais, meu agradecimento pelos ensinamentos na tabulação dos dados da pesquisa de campo, qual oportunizou o aprendizado na utilização do programa SPSS o que facilitou a análise dos dados da pesquisa.

Às equipes dos ELDR's de Água Doce do Norte e de Nova Venécia, pela colaboração na pesquisa exploratória e definição da comunidade a ser pesquisada, bem como pelas entrevistas concedidas.

A todas as famílias das comunidades pesquisadas, que dedicaram seu tempo e que muito contribuiu para que fosse possível realizar as análises, objetos do presente estudo.

Aos professores do Departamento de Economia Rural, que compartilharam seus conhecimentos e oportunizou os debates em sala de aula, contribuindo grandemente para reflexões acerca do mundo rural.

Ao professor Marcelo Romarco, pelas contribuições tanto em sala de aula quanto na defesa de projeto e da dissertação, suas ponderações oportunizaram crescimento profissional e intelectual. Agradeço também ao Marco Aurélio pelo debate no seminário de dissertação.

Ao Romildo, por estar sempre pronto a nos ajudar, orientando sobre todos os processos acadêmicos, obrigado pela presteza com o qual desenvolve suas atividades, seu alto astral contagia a todos (as), ao mesmo tempo em que nos deixa mais felizes.

Aos colegas de mestrado, a presença de vocês tornou menos árdua a caminhada.

Aos demais servidores do Departamento de Economia Rural, as tarefas desenvolvidas por todos contribuem de alguma forma para nossa formação.

Foram tantas as forças somadas que corro o risco de ao externar nomes deixar sem mencionar alguém importante, assim deixo aqui o meu muito obrigado, a todos aqueles que contribuíram ou mesmo torceram por esse momento, e deixo aqui meu mais sincero e fraterno abraço.

Nilson Araujo Barbosa

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	vi
LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE QUADROS	xiii
RESUMO	xv
ABSTRACT	xvi
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I.....	3
1. CARACTERIZAÇÃO CONCEITUAL E METODOLÓGICA DA PESQUISA	3
1.1 Objetivos.....	5
1.1.1 Objetivo geral	5
1.1.2 Objetivos específicos	5
1.2 Metodologia.....	5
1.2.1 Caracterização da área de estudo.....	5
1.2.2 Coletas de dados	11
CAPÍTULO II.....	15
2. DESENVOLVIMENTO RURAL E CAPITAL SOCIAL.....	15
2.1 Desenvolvimento Rural	15
2.1.1 Desenvolvimento rural sustentável.....	18
2.1.2 ATER.....	20
2.1.3 ATER no Espírito Santo	25
2.2 Capital Social.....	26
2.2.1 Capital Social e desenvolvimento	29
2.3 Capital Social, ATER e Desenvolvimento Rural.....	32
CAPÍTULO III	35
3. NOVA VENÉCIA.....	35
3.1 Contexto Histórico e Relações Sociais do Município de Nova Venécia	36
3.2 Perfil Socioeconômico dos Agricultores Assistidos pelo Incaper nas Comunidades de Água Limpa, São Luiz Gonzaga e do Município de Nova Venécia	38
3.3 Aspectos Socioeconômicos.....	46
3.3.1 Renda familiar dos agricultores assistidos pelo Incaper em Água Limpa e São Luiz Gonzaga	49

3.4	Estrutura Fundiária das Propriedades Assistidas pelo Incaper nas Comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga	51
3.5	Estrutura Produtiva das Propriedades Assistidas pelo Incaper nas Comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga	54
3.6	A Organização dos Agricultores	56
3.7	Relações Sociais nas Comunidades	62
3.8	Confiança, Cooperação e Solidariedade entre os Agricultores Assistidos pelo Incaper em Água Limpa e São Luiz Gonzaga	67
3.9	ATER em Água Limpa e São Luiz Gonzaga.....	78
CAPÍTULO IV		86
4.	ÁGUA DOCE DO NORTE	86
4.1	Contexto Histórico e Relações Sociais do Município de Água Doce do Norte.....	87
4.2	Perfil Socioeconômico dos Agricultores Assistidos pelo Incaper nas Comunidades do Córrego do Garfo, Santa Luzia do Azul e do Município de Água Doce do Norte.....	87
4.3	Aspectos Socioeconômicos.....	96
4.3.1	Renda familiar dos agricultores assistidos pelo Incaper no Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul	99
4.4	Estrutura Fundiária das Propriedades Assistidas pelo Incaper nas Comunidades do Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul.....	100
4.5	Estrutura Produtiva das Propriedades Assistidas pelo Incaper nas Comunidades de Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul.....	104
4.6	A Organização dos Agricultores	107
4.7	Relações Sociais nas Comunidades	113
4.8	Confiança, Cooperação e Solidariedade entre os Agricultores Assistidos pelo Incaper no Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul	117
4.9	ATER no Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul	128
CAPÍTULO V		138
5.	ANÁLISE INTEGRADA: A DIMENSÃO CONCEITUAL E EMPÍRICA	138
5.1	Indicadores de Capital Social.....	138
5.2	Principais Diferenças Entre as Comunidades Pesquisadas.....	141
5.3	ATER, Capital Social e o DRS nas Comunidades.....	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS		151
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		154
APÊNDICES		162

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCAR	– Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ACAR	– Associação de Crédito e Assistência Rural
ACARES	– Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo
AL	– Água Limpa
AT	– Assistência Técnica
ATER	– Assistência Técnica e Extensão Rural
BID	– Banco Interamericano de Desenvolvimento
CDA	– Compra Direta de Alimentos
CEPAL	– Comissão Econômica para a América Latina
CMDR's	– Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONTAG	– Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOABRIEL	– Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de São Gabriel
COOPNORTE	– Cooperativa Agropecuária do Norte do Espírito Santo
CRESOL	– Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
C°G	– Córrego do Garfo.
DRS	– Desenvolvimento Rural Sustentável
ELDR	– Escritório Local de Desenvolvimento Rural
EMATER	– Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMCAPA	– Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária
EMCAPER	– Empresa Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
ER	– Extensão Rural
EMBRATER	– Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	– Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FAPES	– Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo
IDH	– Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	– Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IJSN	– Instituto Jones dos Santos Neves
INCAPER	– Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
INCRA	– Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	– Ministério do Desenvolvimento Agrário

ONG	– Organização Não Governamental
PAA	– Programa de Aquisição de Alimentos
PDLS	– Plano de Desenvolvimento Local Sustentável
PEDEAG	– Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba
PIB	– Produto Interno Bruto
PNAE	– Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	– Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNB	– Produto Nacional Bruto
PNUD	– Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	– Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROATER	– Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural
PROVAP	– Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
SICOOB	– Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SLA	– Santa Luzia do Azul
SLG	– São Luiz Gonzaga
STR	– Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UNESCO	– Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Divisão regional - Macrorregiões de Planejamento do Espírito Santo, 2012.	6
Figura 2. Microrregiões de Planejamento do Espírito Santo, 2012.	7
Figura 3. Localização geográfica da microrregião Noroeste do ES e dos municípios pesquisados, 2015.	8
Figura 4. Município de Nova Venécia-ES com destaque das duas comunidades pesquisadas, Água Limpa e São Luiz Gonzaga, 2015.	35
Figura 5. População residente por situação do domicílio - Espírito Santo, Microrregião Noroeste do ES e Nova Venécia, 2010.	39
Figura 6. Perfil de gênero da população assistida pelo Incaper nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, 2015 e dos residentes em Nova Venécia-ES, 2010.	40
Figura 7. Perfil de gênero dos responsáveis familiares assistidos pelo Incaper, nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.	40
Figura 8. Perfil etário dos responsáveis familiares assistidos pelo Incaper, nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.	41
Figura 9. Perfil etário dos dirigentes dos estabelecimentos rurais em Nova Venécia-ES, 2006.	41
Figura 10. Perfil etário da população assistida pelo Incaper nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, 2015 e dos residentes em Nova Venécia-ES, 2010.	42
Figura 11. Perfil educacional dos responsáveis familiares nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.	43
Figura 12. Nível de instrução dos dirigentes dos estabelecimentos rurais em Nova Venécia-ES, 2006.	44
Figura 13. Perfil educacional da população assistida pelo Incaper nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.	45
Figura 14. Perfil educacional de Nova Venécia-ES, 2010.	45
Figura 15. Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto - Brasil e Espírito Santo, 2013.	47
Figura 16. Renda familiar (salário mínimo/mês) da população assistida em Água Limpa e São Luiz Gonzaga, 2015 e de Nova Venécia, ES, 2010.	50
Figura 17. Estrutura fundiária de Nova Venécia-ES, 2006.	51
Figura 18. Estrutura fundiária das propriedades assistidas na comunidade de Água Limpa, Nova Venécia-ES, 2015.	52

Figura 19. Estrutura fundiária das propriedades assistidas na comunidade de São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.	53
Figura 20. Condição de posse da terra da população assistida nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.....	53
Figura 21. Produção agropecuária encontrada nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.	55
Figura 22. Formas de comercialização da produção em Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.	56
Figura 23. Participação em grupos ou redes da população assistida nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.....	57
Figura 24. Instituições mais importantes para os entrevistados em Água Limpa e São Luiz Gonzaga - Nova Venécia-ES, 2015.....	60
Figura 25. Vantagem ou benefício em participar de alguma instituição nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.....	61
Figura 26. Nº de vezes no último mês, que as famílias se reuniram com outras pessoas em casa ou em algum lugar público, nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.	63
Figura 27. Nº de vezes no último mês, que a família recebeu visitas em casa e visitou outras pessoas em suas casas nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.	64
Figura 28. Nº de vezes no último trimestre, que algum membro da família se reuniu para praticar esportes ou outras atividades recreativas nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.	65
Figura 29. Nº de vezes no último ano, que a família participou de alguma cerimônia familiar (casamento, velório, festival religioso...) nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.	66
Figura 30. Grau de confiança identificado na população assistida nas comunidades pesquisadas em Nova Venécia-ES, 2015, em relação a diversos tipos de pessoas e instituições.	74
Figura 31. Grau de honestidade identificado na população assistida nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015, em relação a diversos tipos de pessoas e instituições.....	74

Figura 32. Probabilidade de cooperação entre os membros da população assistida nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015, para solucionar algum problema de ordem coletiva.	75
Figura 33. Fontes de informações consideradas mais importantes pelas famílias assistidas em Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.	77
Figura 34. Agricultores que declararam receber assistência técnica em Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.	79
Figura 35. Qualidade dos serviços de ATER, declarado pela população assistida de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.	80
Figura 36. Outras fontes de informações sobre técnicas de produção ou comercialização, declaradas pelos agricultores assistidos das comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.	82
Figura 37. Prestadores de serviços de assistência técnica, declarado pelos agricultores assistidos em Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.	84
Figura 38. Município de Água Doce do Norte-ES com destaque das duas comunidades pesquisadas, Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, 2015.	86
Figura 39. População residente por situação do domicílio - Espírito Santo, Microrregião Noroeste do ES e Água Doce do Norte, 2010.	88
Figura 40. Perfil de gênero da população assistida pelo Incaper nas comunidades de Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, 2015 e dos residentes em Água Doce do Norte-ES, 2010.	89
Figura 41. Perfil de gênero dos responsáveis familiares assistidos pelo Incaper, nas comunidades de Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.	89
Figura 42. Perfil etário dos responsáveis familiares assistidos pelo Incaper, nas comunidades de Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte, ES, 2015.	90
Figura 43. Perfil etário dos dirigentes dos estabelecimentos rurais em Água Doce do Norte, ES, 2006.	91
Figura 44. Perfil etário da população assistida pelo Incaper nas comunidades de Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, 2015 e dos residentes em Água Doce do Norte, ES, 2010.	92
Figura 45. Perfil educacional dos responsáveis familiares nas comunidades de Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte -ES, 2015.	93
Figura 46. Nível de instrução dos dirigentes dos estabelecimentos rurais em Água Doce do Norte-ES, 2006.	94

Figura 47. Perfil educacional da população assistidas pelo Incaper nas comunidades de Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.	95
Figura 48. Perfil educacional de Água Doce do Norte-ES, 2010.	95
Figura 49. Renda familiar (salário mínimo/mês) da população assistida no Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, 2015 e de Água Doce do Norte,ES, 2010.	100
Figura 50. Estrutura fundiária de Água Doce do Norte-ES, 2006.	101
Figura 51. Estrutura fundiária das propriedades assistidas na comunidade de Córrego do Garfo, Água Doce do Norte-ES, 2015.	102
Figura 52. Estrutura fundiária das propriedades assistidas na comunidade de Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.	103
Figura 53. Condição de posse da terra da população assistida nas comunidades de Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.	104
Figura 54. Produção agropecuária encontrada nas comunidades de Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte -ES, 2015.	105
Figura 55. Formas de comercialização da produção no Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.	106
Figura 56. Participação em grupos ou redes da população assistida nas comunidades do Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.	108
Figura 57. Instituições mais importantes para os entrevistados no Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.	109
Figura 58. Vantagem ou benefício em participar de alguma instituição nas comunidades de Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.	111
Figura 59. Nº de vezes no último mês, que as famílias se reuniram com outras pessoas em casa ou em algum lugar público, nas comunidades de Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.	114
Figura 60. Nº de vezes no último mês, que a família recebeu visitas em casa e visitou outras pessoas em suas casas nas comunidades de Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.	115
Figura 61. Nº de vezes no último trimestre, que algum membro da família se reuniu para praticar esportes ou outras atividades recreativas nas comunidades de Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.	116

Figura 62. Nº de vezes no último ano, que a família participou de alguma cerimônia familiar (casamento, velório, festival religioso...) nas comunidades do Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.	116
Figura 63. Grau de confiança identificado na população assistida nas comunidades pesquisadas em Água Doce do Norte-ES, 2015, em relação a diversos tipos de pessoas e instituições.	124
Figura 64. Grau de honestidade identificado na população assistida nas comunidades do Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015, em relação a diversos tipos de pessoas e instituições.	125
Figura 65. Probabilidade de cooperação entre os membros da população assistida nas comunidades de Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015, para solucionar algum problema de ordem coletiva.	126
Figura 66. Fontes de informações consideradas mais importantes pelas famílias assistidas no Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.	127
Figura 67. Agricultores que declararam receber assistência técnica no Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.	129
Figura 68. Qualidade dos serviços de ATER, declarado pela população assistida no Córrego do Garfo e em Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.	130
Figura 69. Outras fontes de informações sobre técnicas de produção ou comercialização, informados pelos agricultores assistidos das comunidades de Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.	133
Figura 70. Prestadores de serviços de assistência técnica, declarado pelos agricultores assistidos no Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.	135
Figura 71. Confiança da população assistida, nas comunidades pesquisadas em Nova Venécia e Água Doce do Norte, em relação às pessoas.	140
Figura 72. Grau de confiança identificado na população assistida nas comunidades pesquisadas em Nova Venécia e Água Doce do Norte-ES, 2015, em relação a diversos tipos de pessoas e instituições.	143
Figura 73. Renda familiar (salário mínimo/mês) da população assistida nas comunidades pesquisadas em Água Doce do Norte e Nova Venécia, ES, 2015.	145

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Classes do Índice de Desenvolvimento Humano.	10
Quadro 2. Índice de desenvolvimento humano municipal da microrregião Noroeste do Espírito Santo e do Brasil - 2013.....	11
Quadro 3. Número de agricultores assistidos e amostra da pesquisa para os municípios de Água Doce do Norte-ES e Nova Venécia-ES, 2015.	14
Quadro 4. Componentes do PIB no município de Nova Venécia - 2013.	46
Quadro 5. Produto Interno Bruto per capita (R\$ 1,00) da microrregião Noroeste do Espírito Santo - 2010 a 2013.....	48
Quadro 6. Produção agrícola do município de Nova Venécia-ES, 2014.....	48
Quadro 7. Grau de participação dos membros nas decisões dos grupos/organizações nas comunidades pesquisadas no município de Nova Venécia-ES, 2015.	58
Quadro 8. Membro familiar mais ativo nas organizações em que os membros das comunidades participam.....	60
Quadro 9. Participação dos membros assistidos pelo Incaper nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES em alguma ação de interesse coletivo, 2015.	62
Quadro 10. Grau de confiança entre a população assistida nas comunidades pesquisadas de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.....	67
Quadro 11. Grau de confiança demonstrado pelos entrevistados das comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.....	70
Quadro 12. Grau de honestidade em relação aos membros e funcionários de instituições, demonstrado pelos entrevistados das comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.....	72
Quadro 13. Melhorias obtidas após receber os serviços de ATER, nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.....	81
Quadro 14. Importância dos serviços de ATER para os agricultores de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.....	81
Quadro 15. Componentes do PIB no município de Água Doce do Norte - 2013.....	97
Quadro 16. Produto Interno Bruto per capita (R\$ 1,00) da microrregião Noroeste do Espírito Santo - 2010 a 2013.....	98
Quadro 17. Produção agrícola do município de Água Doce do Norte, 2014.....	98
Quadro 18. Grau de participação dos membros nas decisões dos grupos/organizações nas comunidades pesquisadas no município de Água Doce do Norte-ES, 2015.....	108

Quadro 19. Membro familiar mais ativo nas organizações em que os membros das comunidades participam.....	109
Quadro 20. Participação dos membros assistidos pelo Incaper nas comunidades de Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES em alguma ação de interesse coletivo, 2015.	112
Quadro 21. Grau de confiança entre a população assistida nas comunidades pesquisadas do Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.....	118
Quadro 22. Grau de confiança demonstrado pelos entrevistados das comunidades do Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.	121
Quadro 23. Grau de honestidade em relação aos membros e funcionários de instituições, demonstrado pelos entrevistados das comunidades de Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte -ES, 2015.	123
Quadro 24. Melhorias obtidas após receber os serviços de ATER, nas comunidades de Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.....	131
Quadro 25. Importância dos serviços de ATER para os agricultores do Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.	132
Quadro 26. Principais diferenças observadas em relação a questões que versa da participação cívica, confiança, cooperação e reciprocidade nos municípios de Nova Venécia-ES e Água Doce do Norte-ES, 2015.....	142

RESUMO

BARBOSA, Nilson Araujo, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2016. **O Capital Social como fator de desenvolvimento rural sustentável nos serviços de ATER do INCAPER.** Orientador. José Ambrósio Ferreira Neto.

O presente estudo buscou analisar a influencia do Capital Social existente nas comunidades, em seu desenvolvimento rural sustentável tendo a ATER como seu agente promotor. Para tanto, a pesquisa utilizou os conceitos de Capital Social e de desenvolvimento rural na perspectiva de que os serviços de ATER possam ser influenciados positivamente pelo Capital Social presente nestas comunidades. O estudo foi realizado na região noroeste do estado do Espírito Santo, especificamente nos municípios de Nova Venécia e de Água Doce do Norte, sendo estes, os municípios com o maior e com o menor IDHM desta microrregião, respectivamente. Para tanto, inicialmente se realizou uma pesquisa bibliográfica, perpassando sobre os conceitos de Capital Social, de desenvolvimento rural e também de ATER. Em seguida realizou-se a pesquisa de campo na qual se utilizou de instrumentos para coleta de dados, quais sejam, a aplicação de questionários aos agricultores assistidos pelo Incaper nestes municípios e entrevistas semiestruturadas aos agentes públicos responsáveis pela ATER nos referidos municípios. O objetivo geral da pesquisa foi analisar o Capital Social das comunidades como fator de Desenvolvimento Rural Sustentável na operacionalização dos serviços de ATER do INCAPER. Nesse sentido concluímos que as questões socioculturais intrínsecas das comunidades, ou seja, o Capital Social em termos de elementos de confiança, cooperação e reciprocidade, podem contribuir para o desenvolvimento rural sustentável numa perspectiva emancipadora e multifacetada, na medida em que os serviços de ATER são facilitados em comunidades com maior estoque deste bem, sendo este um bom instrumento para análise dos processos de intervenção social no meio rural. Contudo, reiteramos que além do Capital Social, há ainda que se considerar outros fatores que de igual modo colaboram para que as transformações possam ocorrer no meio rural, pois ao atuarem de forma integrada e convergente propiciam o desenvolvimento. Desse modo, além do Capital Social e da ATER, outros fatores estruturantes, são fundamentais para que se possa ter de fato um desenvolvimento rural sustentável, que seja socialmente justo, culturalmente respeitado, economicamente viável e ambientalmente sustentado.

ABSTRACT

BARBOSA, Nilson Araujo, M. Sc., Federal University of Viçosa, June 2016. **The social capital as a factor of sustainable rural development in the ATER of INCAPER services.** Academic advisor. José Ambrósio Ferreira Neto.

This study investigates the influence of the social capital that exist in the communities for their sustainable rural development with the ATER as its agent promoter. Therefore, the research used the concepts of social capital and rural development in view of the ATER services can be positively influenced by the capital present in these communities. The study was conducted in the northwestern region of the state of Espírito Santo, specifically in the cities of Venécia and Agua Doce do Norte, which are the municipalities with the highest and the lowest IDHM (Municipal Human Development Index) of this micro-region, respectively. Therefore, initially we conducted a literature search, passing on the concepts of social capital, rural development and also ATER. Then there was the field of research in which was used instruments for data collection, which were the application of questionnaires to farmers assisted by Incaper these municipalities and semi-structured interviews with public officials responsible for ATER in those municipalities. The general objective of the research was to analyze the social capital of communities as sustainable rural development factor in the operation of ATER services INCAPER. Accordingly conclude that the intrinsic sociocultural issues of communities, ie the social capital in terms of elements of trust, cooperation and reciprocity, can contribute to sustainable rural development in emancipating and multifaceted perspective, in that the ATER services are facilitated in communities with greater stock of this good, which is a great tool for analysis of social intervention processes in rural areas. However, we reiterate that besides the social capital, there is that to consider other factors that equally collaborate so that changes can occur in rural areas, because to work in an integrated and convergent manner favor the development. This manner, in addition to the social capital and ATER, other structural factors are essential so that we can actually have a sustainable rural development that is socially just, culturally respected, economically viable and environmentally sustainable.

INTRODUÇÃO

O Desenvolvimento Rural Sustentável - DRS é um tema de grande relevância, uma vez que procura estabelecer transformações socioeconômicas e ambientais a fim de melhorar as condições de vida no meio rural. No entanto, para ser alcançado existem vários fatores a serem considerados, desde condições externas às comunidades rurais, como as políticas públicas, por exemplo, a fatores internos que dizem respeito às condições sociais específicas de cada comunidade. Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, que têm dentre seus objetivos promover o Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS), ao serem executados contribuem para que mudanças significativas possam ocorrer no meio rural. No entanto, a forma como tais mudanças irão ocorrer depende de fatores relacionados à história das comunidades, que influenciam em seu modo de vida e suas relações internas, seja no âmbito social ou familiar, que, por sua vez, refletem no resultado do trabalho ali desenvolvido.

Nesse sentido, dada à importância das relações sociais de cada comunidade, acredita-se que o Capital Social destas está diretamente relacionado às possibilidades de sua inclusão em processos de desenvolvimento. A presente dissertação relacionou o Capital Social à execução dos serviços de ATER do INCAPER, a fim de analisar a influência destes no Desenvolvimento Rural Sustentável, buscando entender a diferenciação socioeconômica nas comunidades rurais.

Para tanto, com base nos resultados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, como objeto de análise foram escolhidos dois municípios da Região Noroeste do Espírito Santo, que apresentam resultados bem distintos, sendo um detentor do melhor IDH e o outro o pior IDH regional, a fim de se analisar a influência do Capital Social e da ATER em tais resultados. Assim, a análise do presente estudo tem como base a implementação das políticas públicas, por meio das ações de ATER nas referidas comunidades, tomando como referência a percepção do Capital Social presente nas mesmas, com propósito de se analisar sua influência no processo de desenvolvimento sustentável.

Para uma melhor apresentação da pesquisa, o presente trabalho foi dividido em 5 (cinco) capítulos mais as conclusões. O primeiro capítulo apresenta a caracterização conceitual e metodológica da pesquisa, seus objetivos, a metodologia utilizada, a caracterização da área de estudo, inclusive os critérios para a escolha da região pesquisada, bem como os meios utilizados para a coleta de dados.

Já o segundo capítulo, apresenta a base teórica do presente trabalho, trazendo importantes conceitos e definições que o subsidiam, como por exemplo, o desenvolvimento rural sustentável, a Assistência Técnica e Extensão Rural e ainda as definições de Capital Social e sua influencia no desenvolvimento local.

Os capítulos terceiro e quarto por sua vez, apresentam os dados obtidos na realização da pesquisa nos municípios de Nova Venécia e Água Doce do Norte, respectivamente, onde buscou-se informações acerca das relações sociais existentes nas comunidades pesquisadas, sua participação cívica, grau de confiança¹, cooperação², reciprocidade³, solidariedade⁴, bem como quanto aos serviços de ATER nelas realizado.

No quinto e último capítulo, busca-se apresentar de forma comparativa os dados obtidos nos dois municípios a fim de demonstrar se há ou não, e havendo qual seria a influencia do Capital Social existente nas comunidades no desenvolvimento rural sustentável buscado pelos serviços de ATER.

Nas conclusões apresenta-se uma síntese do trabalho, bem como os resultados alcançados e ainda as indicações para pesquisas futuras.

Dessa forma, espera-se com a presente pesquisa contribuir para o reconhecimento da importância do Capital Social, nos processos que visam o desenvolvimento sustentável, contribuindo assim para a melhoria dos serviços de ATER nas comunidades.

¹Sentimento de quem confia, de quem acredita na sinceridade de algo ou de alguém. (Dicionário online de português, 2016).

²Ação de cooperar, de auxiliar e colaborar, prestando ajuda ou auxílio. (Dicionário online de português, 2016).

³Estado ou qualidade do que é recíproco; cooperação mútua. (Dicionário online de português, 2016).

⁴Sentimento por meio do qual as pessoas expressam vontade de ajudar uns aos outros; estabelece uma relação de ajuda mútua; companheirismo.

CAPÍTULO I

1. CARACTERIZAÇÃO CONCEITUAL E METODOLÓGICA DA PESQUISA

O Desenvolvimento Rural Sustentável vem sendo buscado por instituições públicas e privadas de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, na realização de suas atividades e na efetivação das políticas públicas para o meio rural brasileiro. Dessa forma, os serviços de ATER são entendidos como fator importante para o alcance do referido desenvolvimento, sendo inclusive tema de uma política pública específica, que visa estabelecer as condições para execução de tais serviços, no caso a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, estabelecida pela Lei 12.188/10, conhecida como Lei de ATER.

De acordo com a referida Lei, seu principal objetivo, é atuar na promoção do desenvolvimento rural sustentável, tendo como foco o fortalecimento da agricultura familiar, melhorando a renda, a qualidade de vida das famílias rurais, baseando-se em processos de produção que utilizem de forma sustentável os recursos naturais, preservando assim o meio ambiente.

No entanto, a integração das ações para promover a inserção produtiva e conseqüentemente a redução da pobreza, por meio da ATER, ao serem implementadas junto ao público beneficiário, tomam contornos distintos, obtendo-se resultados os mais diversos, ainda que as ações sejam desenvolvidas da mesma forma, e que as comunidades que as recebam possuam condições edafoclimáticas semelhantes. Destaca-se assim a importância do aspecto social, intrínseco ao público beneficiário das ações de ATER, nas regiões e/ou comunidades em que tais políticas públicas são aplicadas. Nesse contexto, as políticas públicas são entendidas como as diretrizes norteadoras da alocação de recursos nas ações do estado, destinadas a atender determinadas necessidades da sociedade, ou seja, dos diversos grupos de interesses, com vistas a contribuir para mudanças. De modo mais específico as políticas públicas aqui referidas, são aquelas direcionadas para o meio rural (política pública de ATER, de crédito rural, habitação rural, programa de aquisição de alimentos – PAA, programa nacional de alimentação escolar – PNAE, dentre outras), que visam a promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Desta forma os serviços de ATER são importantes para a ampliação do desenvolvimento rural sustentável, principalmente no tocante as suas influências junto à

agricultura familiar⁵. Nesse sentido, no presente trabalho definimos assistência técnica (AT) como o processo de assessoria técnica individualizada onde o agente técnico disponibiliza o conhecimento de forma localizada em prol de uma demanda específica, com a finalidade de solucionar algum problema, geralmente de caráter produtivo. Por sua vez, a Extensão Rural (ER), é aqui definida como um processo de educação não formal, de caráter continuado que visa capacitar o agricultor, com vistas a melhorar o manejo das atividades agropecuárias e não agropecuárias, buscando aumentar a produtividade e possibilitar melhoria da renda, da qualidade de vida das famílias e do meio ambiente, sendo, portanto bem mais abrangente que a assistência técnica.

Portanto, este processo onde os serviços de ATER são disponibilizados aos agricultores, se daria por meio do relacionamento entre o agente técnico e os produtores rurais, numa relação de estreita confiança, onde se torna fundamental a empatia entre as partes, para que os serviços de ATER possam ser efetivados. Assim, por meio da ATER os agricultores familiares têm acesso às novas tecnologias disponibilizadas para o meio rural, e desta forma, os processos que visam melhorar as condições de vida do homem do campo podem também ser ampliados por meio dos laços de confiança, cooperação e reciprocidade entre os integrantes da própria comunidade.

É nesse contexto que surge o campo de investigação da presente pesquisa, já que, conceitualmente, essa relação de confiança, cooperação e reciprocidade entre os agricultores de uma dada região ou comunidade, e também entre estes e os agentes técnicos pode ser entendida como Capital Social que, por sua vez, favoreceria o desenvolvimento local de modo que mesmo ações individualizadas possam se traduzir em ganhos sociais para toda a comunidade. Parte-se da perspectiva defendida por Buainain e Garcia (2014), quando enfatizam que é necessário desenvolver o capital humano e social, como forma de ampliar o conhecimento e a capacidade dos Agricultores Familiares para adotar as inovações produtivas e gerenciais disponíveis pelos serviços de ATER pública e privada.

Desta forma o presente trabalho investigou a seguinte indagação: Como o Capital Social das comunidades é incorporado nas ações de ATER voltadas para o Desenvolvimento Rural Sustentável?

⁵ Agricultura familiar é aquela em que os processos de gestão e de produção, são exercidos pelos membros familiares atendendo aos dispositivos da Lei 11.326 de 24 de julho de 2006, que institui os critérios para definição de Agricultor Familiar, quais sejam: i) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; ii) utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; iii) tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; iv) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

Analisar o Capital Social das comunidades como fator de Desenvolvimento Rural Sustentável na operacionalização dos serviços de ATER do INCAPER⁶ na região Noroeste do ES, especificamente nos municípios de Água Doce do Norte e Nova Venécia.

1.1.2 Objetivos específicos

- Caracterizar o ambiente social e econômico dos Agricultores Familiares, ou seja, seu Capital Social;
- Analisar a capacidade dos serviços de ATER em reconhecer e potencializar o Capital Social nesses municípios;
- Analisar os impactos da ATER no desenvolvimento rural sustentável das comunidades;

1.2 Metodologia

1.2.1 Caracterização da área de estudo

O estudo foi realizado no estado do Espírito Santo, situado na região Sudeste do país, fazendo fronteira com os estados do Rio de Janeiro ao sul, Minas Gerais a oeste e Bahia ao norte. O Estado possui uma área de 46.078 km²abrigoando uma população de cerca de 3,5 milhões de habitantes, distribuídos em 78 municípios.

De acordo com a Lei 9.768 de 2011 os municípios capixabas foram organizados em quatro macrorregiões de planejamento (Figura 1), sendo Metropolitana, Norte, Central e Sul, e estas são por sua vez subdivididas em 10 (dez) microrregiões de gestão administrativa (Figura 2): **1** - Metropolitana; **2** - Central Serrana; **3** - Sudoeste Serrana; **4** - Litoral Sul; **5** - Central Sul; **6** - Caparaó; **7** - Rio Doce; **8** - Centro-Oeste; **9** - Nordeste; e **10** - Noroeste; utilizadas pelo governo do Estado como base para estudos de planejamento estratégico para as regiões.(ESPÍRITO SANTO, 2011).

Vale ressaltar que a divisão administrativa conforme Figura 1, passou a ser adotada também pelo INCAPER, a partir de 24 de maio de 2012, conforme Instrução de Serviço nº

⁶ Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural.

003-N, visando alinhar as estratégias de atuação, conjuntamente com as ações macro do estado, de forma a otimizar as atividades a serem desenvolvidas.

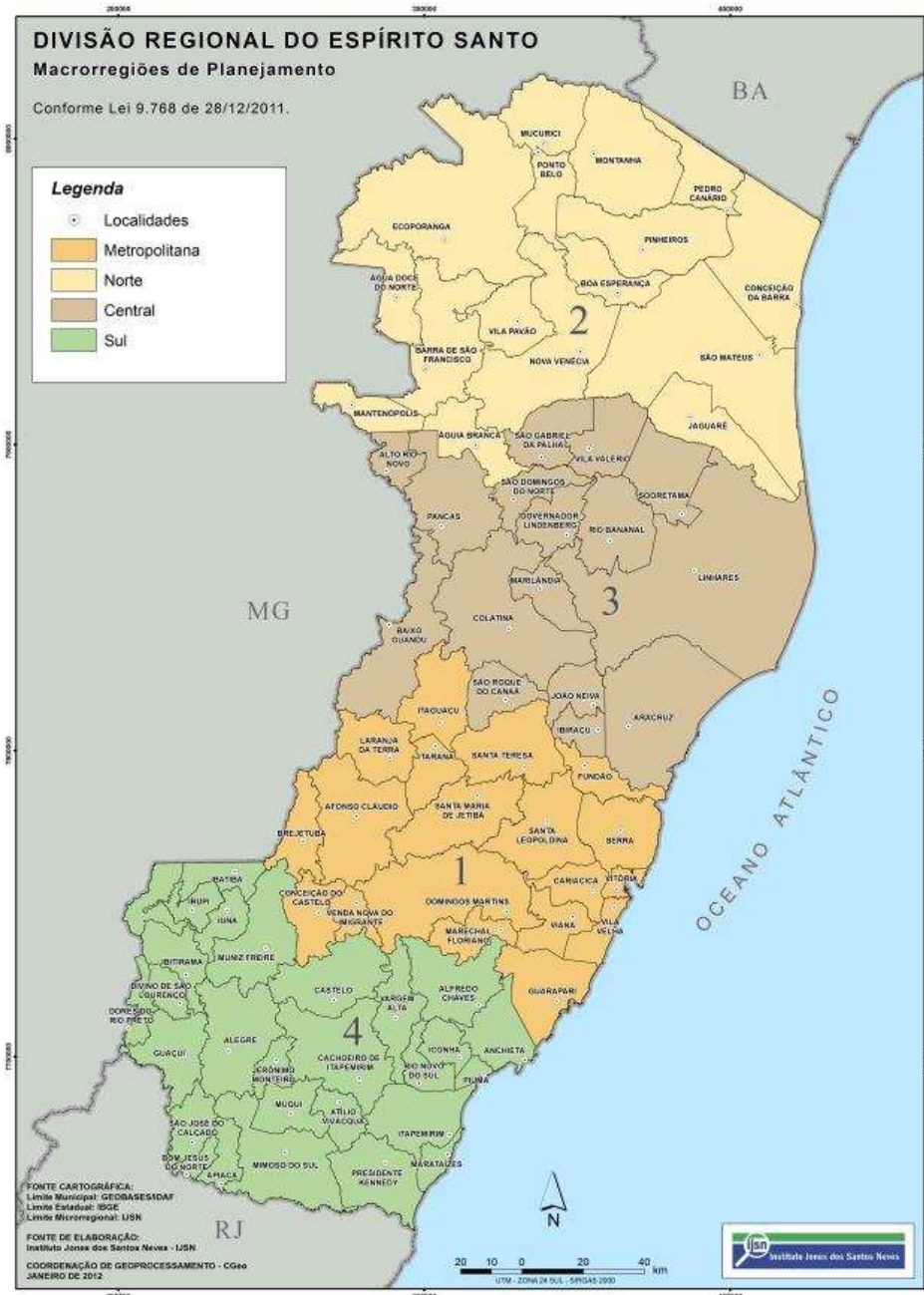


Figura 1. Divisão regional - Macrorregiões de Planejamento do Espírito Santo, 2012.
 Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves

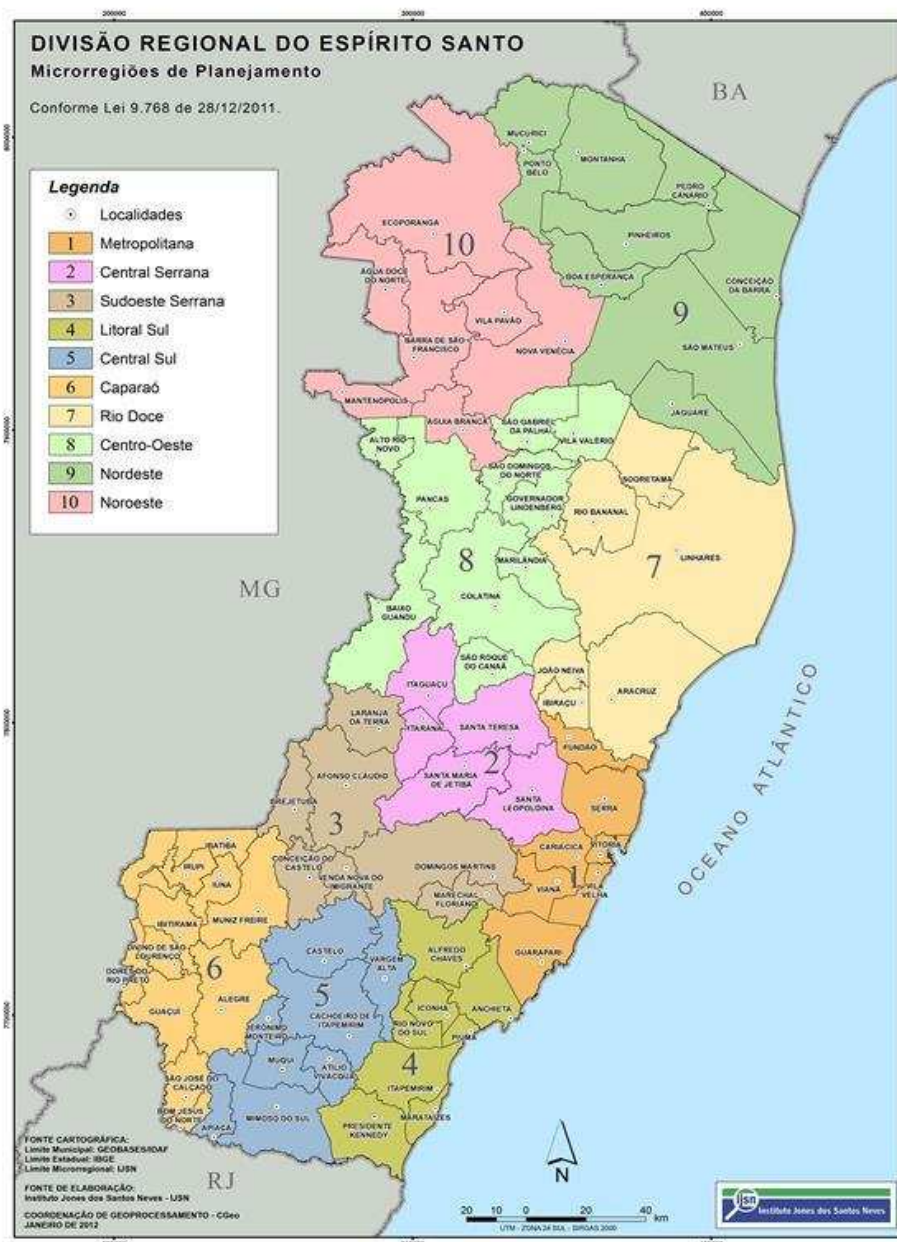


Figura 2. Microrregiões de Planejamento do Espírito Santo, 2012.

Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves

Conforme critérios estabelecidos pela referida lei, a região Norte é compreendida por duas microrregiões: Noroeste e Nordeste. A microrregião Noroeste, objeto de análise neste estudo é composta pelos municípios de Água Doce do Norte, Águia Branca, Barra de São Francisco, Ecoporanga, Mantenópolis, Nova Venécia e Vila Pavão (ESPÍRITO SANTO, 2011). A pesquisa foi realizada nos municípios de Água Doce do Norte e Nova Venécia, conforme pode ser observado na Figura 3.

A equipe técnica dos respectivos ELDR's dos municípios selecionados para pesquisa é composta da seguinte forma:

ELDR de Nova Venécia: sete extensionistas, sendo, três técnicos em desenvolvimento rural (técnico em agropecuária) e quatro agentes de extensão em desenvolvimento rural, sendo um engenheiro agrônomo, uma engenheira florestal, uma economista doméstica e uma zootecnista.

ELDR de Água Doce do Norte: dois extensionistas, sendo, um técnico em desenvolvimento rural (técnico em agropecuária) e um agente de extensão em desenvolvimento rural (engenheiro agrônomo).

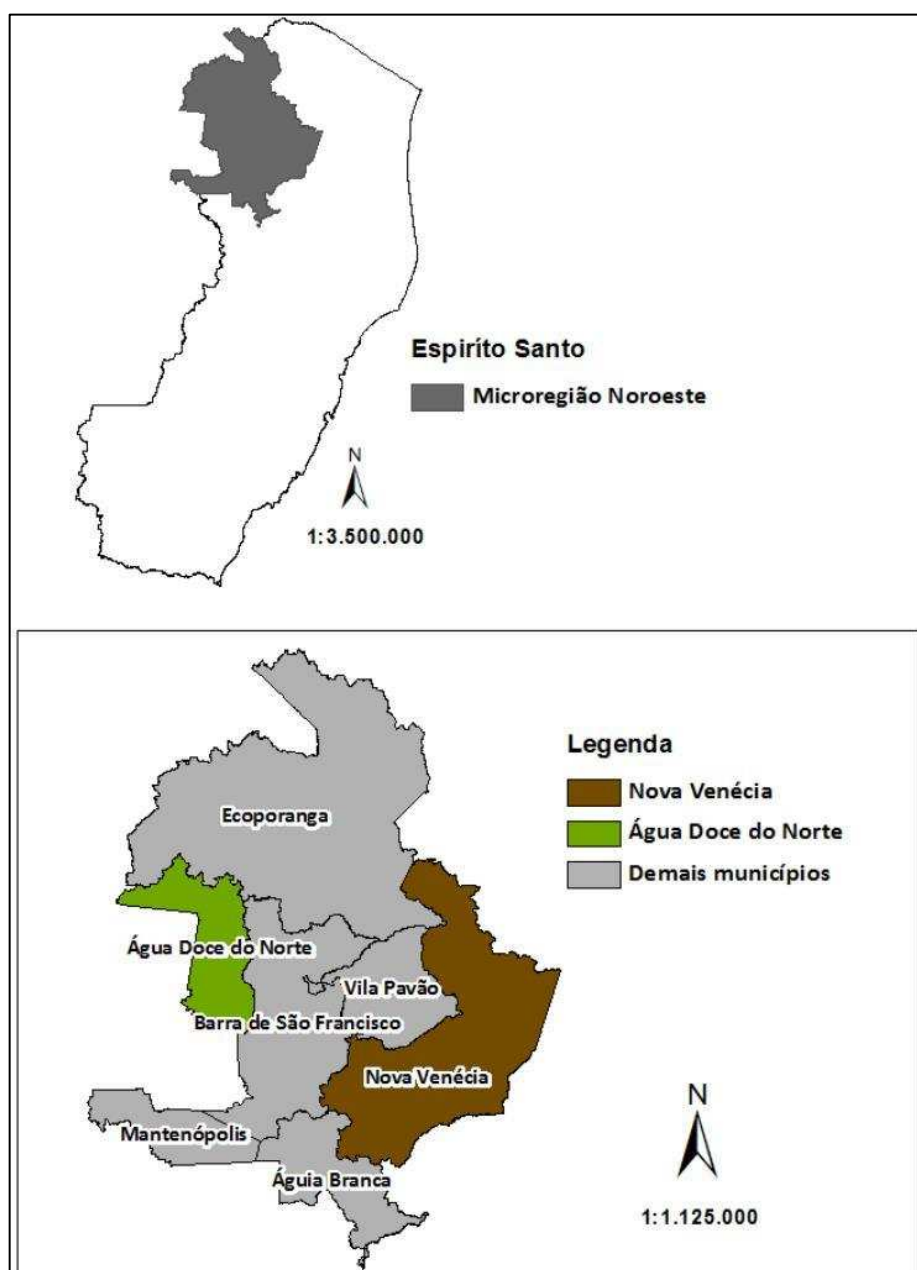


Figura 3. Localização geográfica da microrregião Noroeste do ES e dos municípios pesquisados, 2015.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O isolamento da microrregião Noroeste, em razão do Rio Doce e da falta de um sistema de transporte que viabilizasse o escoamento da produção, contribuiu para que a ocupação desta acontecesse somente a partir do final da década de 1920. Assim esta é considerada uma das regiões desbravadas mais tardiamente, em comparação com a região Sul e Central do Estado, que se antecipou devido à expansão da fronteira agrícola mineira e fluminense que ocorrera desde a metade do século XIX (BERGAMIM, 2004). Segundo Bergamim (2004) a ocupação da região Norte, se deu predominantemente por imigrantes do próprio Estado, região Sul e Central, enquanto na região Sul predominou imigrantes originários do Rio de Janeiro e Minas Gerais (para expansão da cafeicultura principalmente) e na região Central por imigrantes europeus.

No entanto, segundo os autores Piva e Piva (2014) e Murari, *et al.*, (1992) ao tratarem especificamente da colonização do município de Nova Venécia, relatam que essa parte da região noroeste teve como início de sua ocupação os anos de 1869 e 1870, com a chegada do Major Antônio Rodrigues da Cunha e sua comitiva, e posteriormente dos Cearenses, Mineiros e dos imigrantes Europeus.

Conforme o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a microrregião Noroeste possui área total de 6.352 km², representando 13,8% do território estadual e uma população de 153.466 habitantes, que representa somente 4,37 % da população total do estado. Possui a mais baixa densidade demográfica do estado, com 24 hab/km², enquanto a média estadual é de 76 hab/km². A região apresenta ainda o segundo menor PIB per capita do estado com R\$ 10,6 mil, ficando atrás somente da microrregião do Caparaó com R\$ 8,4 mil e empatado com a microrregião Sudoeste Serrana, em contrapartida existem regiões no estado com PIB per capita de R\$ 49,4 mil e R\$ 30,7 mil sendo as microrregiões, Litoral Sul e Metropolitana respectivamente. (ESPÍRITO SANTO, 2013).






A região Noroeste se constitui pela faixa de transição entre o complexo cafeeiro e a zona de pecuária do Norte do estado, possuindo um processo de concentração fundiária na microrregião em análise, devido a expansão da pecuária de corte, principalmente no município de Ecoporanga. A região é portadora de significativas reservas de granito, que já estão sendo exploradas, com potencialidade para atração de investimentos, mas também demandando atenção especial no tocante à degradação do meio ambiente. (IPES, 1998). Quanto ao zoneamento natural, esta se caracteriza por Zonas Naturais Acidentadas e Secas. (ESPÍRITO SANTO. SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO - SEPLAN, 1999).

De acordo com os dados do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba (PEDEAG 2007-2025), a configuração espacial da rede hidrográfica da Região Noroeste do Estado do Espírito Santo, “recomenda atenção especial das políticas públicas no propósito de promover os necessários ajustamentos com vistas a conciliar a produção com a conservação e recuperação dos recursos naturais, visando ao seu desenvolvimento sustentável.” (ESPÍRITO SANTO. SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA, 2008, p. 152).

Em relação aos indicadores sociais, aliados ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), verifica-se que a região apresenta-se inferior, dos índices verificados no estado: a expectativa de vida é de 3 anos inferior à média estadual, o nível de escolarização é menor em 1,6 anos e a taxa de analfabetismo é 10,6 pontos percentuais superior. (ESPÍRITO SANTO. SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA, 2008).

De acordo com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) os índices de desenvolvimento humano podem ser classificados desde muito alto a muito baixo, conforme o Quadro 1. O IDHM varia de zero a um, de modo que quanto mais próximo de um, mais desenvolvido é o município.

Quadro 1. Classes do Índice de Desenvolvimento Humano.

Índice	Classificação	Legenda
0,800 - 1,000	Muito Alto	
0,700 - 0,799	Alto	
0,600 - 0,699	Médio	
0,500 - 0,599	Baixo	
0,000 - 0,499	Muito Baixo	

Fonte: Adaptado do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

Para melhor desenvolvimento da pesquisa, bem como para que os dados pudessem ser analisados detidamente, o estudo foi realizado nos municípios de Água Doce do Norte e Nova Venécia. Tomando por base os resultados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, a escolha destes municípios para esta pesquisa levou em consideração o município com maior índice, sendo Nova Venécia e o outro com o menor índice, para a região, sendo Água Doce do Norte (Quadro 2).

O Quadro 2 demonstra que a região de estudo apresenta, para todos os municípios, uma classificação média do IDHM, sendo que para Nova Venécia esse índice é considerado

alto. No entanto, o IDHM dessa região, fica abaixo da média estadual e nacional, mesmo para o município de Nova Venécia que apresentou um índice alto, segundo a classificação do PNUD.

Quadro 2. Índice de desenvolvimento humano municipal da microrregião Noroeste do Espírito Santo e do Brasil - 2013

Município	IDHM - Dimensão Educação	IDHM - Dimensão Longevidade	IDHM - Dimensão Renda	IDHM - Médio	
Nova Venécia	0,621	0,841	0,692	0,712	●
Barra de São Francisco	0,580	0,815	0,673	0,683	●
Vila Pavão	0,588	0,830	0,647	0,681	●
Águia Branca	0,595	0,792	0,660	0,678	●
Ecoporanga	0,562	0,819	0,631	0,662	●
Mantenedópolis	0,551	0,810	0,636	0,657	●
Água Doce do Norte	0,546	0,819	0,619	0,652	●
<i>Espírito Santo</i>	<i>0,653</i>	<i>0,835</i>	<i>0,743</i>	<i>0,740</i>	●
<i>Brasil</i>	<i>0,637</i>	<i>0,816</i>	<i>0,739</i>	<i>0,727</i>	●

Fonte: Adaptado do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

Ainda mostrando algumas características desta região, quando comparado os piores IDHM capixabas, o município de Água Doce do Norte ficou na sétima colocação, em relação aos demais municípios, o que evidencia uma forte desigualdade e necessidade de uma atenção especial, conforme recomendações no Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba – Novo Pedagog 2007-2025. (ESPÍRITO SANTO. SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA, 2008).

Quando comparado às demais unidades da federação, o estado do Espírito Santo ocupa a sétima posição geral no ranking do IDHM, o que de certa forma confere ao estado em âmbito nacional, uma boa colocação, de modo que o índice de desenvolvimento humano municipal médio apresentado pelo referido estado (0,740) é superior à média nacional.

1.2.2 Coletas de dados

A presente pesquisa pode ser classificada quanto aos seus objetivos como descritiva de abordagem qualitativa e quantitativa, uma vez que segundo Triviños (2013, p. 118) “toda pesquisa pode ser, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa”.

A pesquisa descritiva, ainda de acordo com Triviños (2013, p. 110), almeja “descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade”, podendo ainda constituir

“relações entre variáveis”. Assim, “por meio da precisão dos detalhes, ela fornecerá informações contextuais que poderão servir de base para pesquisas explicativas mais desenvolvidas” (DESLAURIERS e KÉRISIT, 2010, p. 130).

Desse modo, a fim de que seus objetivos fossem atendidos, realizou-se uma pesquisa de campo por meio da aplicação de questionários aos Agricultores Familiares que recebem os serviços de ATER do INCAPER. Também foram realizadas entrevistas com os profissionais que prestam os serviços de ATER nos municípios escolhidos, buscando também identificar, como os agentes responsáveis por tais serviços se relacionam com as comunidades com as quais trabalham, quais potencialidades e dificuldades percebidas no desenvolvimento das atividades, para assim extrair informações acerca da relação entre o Capital Social existente nas comunidades e os serviços de ATER prestados pelo INCAPER. Esses questionários foram elaborados com base em um trabalho realizado por especialistas do Banco Mundial, e sua utilização teve como objetivo a obtenção de dados quantitativos sobre as várias dimensões do Capital Social nas comunidades.

O trabalho demandou uma pesquisa exploratória, na qual foi obtido o tamanho da população (N), referente aos agricultores envolvidos pelas ações do INCAPER na região, durante o ano de 2014. Essa fase exploratória envolveu um universo de 2.097 agricultores assistidos, nos dois municípios escolhidos para a realização da pesquisa, durante o referido ano. Em função do número de agricultores levantados e os limites de tempo e recursos para realização da pesquisa, optou-se por fazer uma amostragem aleatória, uma vez que de acordo com Richardson *et al.*, (2009),

Em geral, resulta impossível obter informação de todos os indivíduos ou elementos que formam parte do grupo que se deseja estudar; seja porque o número de elementos é demasiado grande, os custos são muito elevados ou ainda porque o tempo pode atuar como agente de distorção. [...] Essas e outras razões obrigam muitas vezes a trabalhar com uma só parte dos elementos que compõe um grupo. (RICHARDSON *et al.*, 2009, p. 157).

Para construção do processo amostral, os agricultores foram distribuídos por comunidade, levando em consideração o levantamento realizado pelo IJSN (Instituto Jones dos Santos Neves) com base no Projeto Mapeamento de Comunidades Urbanas e Rurais do Espírito Santo (IJSN, 1991), a fim de se identificar o quantitativo de agricultores que compõe cada uma delas. Em razão do número de agricultores assistidos nos municípios escolhidos, tornou-se necessária a escolha de algumas comunidades nas quais se realizou a pesquisa.

Desse modo, foram escolhidas duas comunidades em cada município onde se utilizou dos seguintes critérios:

Em Nova Venécia, município com melhor IDHM da região pesquisada, optou-se por escolher duas comunidades consideradas mais desenvolvidas, a partir do ponto de vista da equipe técnica do Incaper, que atua no Escritório Local de Desenvolvimento Rural - ELDR do referido município. Assim, para concretização desta escolha, foi realizada uma reunião com a equipe técnica do ELDR, onde os técnicos puderam opinar, tendo como base para a escolha o aspecto organizacional das comunidades, de produção e renda das famílias. Nesse município foram selecionadas as comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga.

Por sua vez, em Água Doce do Norte, município com menor IDHM da região pesquisada, também foram escolhidas duas comunidades, consideradas as menos desenvolvidas, também do ponto de vista da equipe técnica do Incaper, que atua no ELDR do referido município e da secretaria municipal de agricultura, sendo selecionadas as comunidades de Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul.

Após a escolha das comunidades, seguiu-se para definição da amostra que foi calculada em bases probabilísticas, recomendado para populações finitas. Assim, levando-se em consideração a homogeneidade da população assistida pelo Incaper, nas comunidades pesquisadas, nos municípios de Água Doce do Norte e Nova Venécia, no ano de 2014, trabalhou-se com nível de confiança de 95% o que implicou em um α de 0,05 que, por sua vez aludiu em um **Valor Crítico de $Z_{\alpha/2}$ de 1,645**.

Nesse sentido a fórmula⁷ que permitiu o cômputo da amostra (n) para aplicação dos questionários com base na estimativa da proporção populacional, baseou-se nas seguintes variáveis:

n = Número de indivíduos na amostra

N = Tamanho da população

$Z_{\alpha/2}$ = Valor crítico que corresponde ao grau de confiança desejado.

p = Proporção populacional de indivíduos que pertence a categoria que estamos interessados em estudar.

q = Proporção populacional de indivíduos que NÃO pertence à categoria que estamos interessados em estudar ($q = 1 - p$).

E = Margem de erro ou erro máximo de estimativa. Identifica a diferença máxima entre a proporção amostral e a verdadeira proporção populacional (p).

⁷ LEVIN, Jack. Estatística Aplicada a Ciências Humanas. 2a. Ed. São Paulo: Editora HarbraLtda, 1987.

$$n = \frac{N \cdot \hat{p} \cdot \hat{q} \cdot (Z_{\alpha/2})^2}{\hat{p} \cdot \hat{q} \cdot (Z_{\alpha/2})^2 + (N - 1) \cdot E^2}$$

Assim, considerando-se que:

n = Número de indivíduos na amostra

N = Tamanho da população

Z_{α/2} = Valor crítico que corresponde ao grau de confiança desejado = **1,645**.

p = Proporção populacional de indivíduos que pertence a categoria que estamos interessados em estudar = 0,5

q = Proporção populacional de indivíduos que NÃO pertence à categoria que estamos interessados em estudar (q = 1 – p) = 0,5

E = Margem de erro ou erro máximo de estimativa. Identifica a diferença máxima entre a proporção amostral e a verdadeira proporção populacional (p) = 0,05

Foi obtida uma **amostra (n)** da ordem de X famílias para cada comunidade nos dois municípios, conforme descrito no Quadro 3. Dessa forma, os resultados obtidos para cada comunidade estão apresentados no quadro a seguir, que mostra além do número de agricultores assistidos (N), a amostra (n).

Quadro 3. Número de agricultores assistidos e amostra da pesquisa para os municípios de Água Doce do Norte-ES e Nova Venécia-ES, 2015.

Município	Comunidade	Nº Agricultores	Amostra
Água Doce do Norte	Córrego do Garfo	44	27
	Santa Luzia do Azul	52	30
Nova Venécia	Água Limpa	53	30
	São Luiz Gonzaga	47	28

Fonte: Elaborado pelo autor.

Após a realização da pesquisa de campo e codificação, digitação e tabulação dos questionários, para análise dos dados trabalhou-se com o software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), programa utilizado nas ciências sociais para análises estatísticas, de forma a facilitar a interpretação dos dados obtidos.

Foram também utilizados dados secundários, tendo como fonte as informações disponibilizadas pelo Governo do Estado do Espírito Santo, IBGE, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Instituto Jones dos Santos Neves, acervo de bibliotecas nos respectivos municípios, bem como legislação pertinente à área de estudo.

CAPÍTULO II

2. DESENVOLVIMENTO RURAL E CAPITAL SOCIAL

2.1 Desenvolvimento Rural

O desenvolvimento foi tema muito debatido na segunda metade do século XX, sendo por inúmeras vezes, relacionado somente ao crescimento econômico de um país, estado ou região. Nesse sentido, segundo Veiga (2006), até 1960 não havia a necessidade de se distinguir o “desenvolvimento de crescimento econômico”, uma vez que as poucas nações desenvolvidas haviam enriquecido pelo processo de industrialização. No entanto, segundo esse mesmo autor, o intenso crescimento econômico durante a década de 1950, não se traduziu no maior acesso das populações mais pobres a melhores condições de saúde e educação, o que colocava em questionamento o modelo, até então adotado, de desenvolvimento. Principalmente a partir da década de 1990, muitos autores começam a questionar esse modelo de desenvolvimento pautado quase que exclusivamente em aspectos econômicos, deixando de levar em conta os aspectos sociais e ambientais. Estas correntes apresentam a necessidade de uma discussão mais ampla sobre o que vem a ser o desenvolvimento. Sendo assim, as discussões são ampliadas e aprofundadas acerca deste tema, ou do bem-estar das pessoas, sendo incorporados a partir daí, os aspectos sociais e ambientais nas análises e estudos do desenvolvimento, dando maior importância ao que Sen(2000) argumenta acerca da necessidade de ampliação das liberdades das pessoas.

Em 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), publicou o primeiro “Relatório de Desenvolvimento Humano”, trazendo para o centro das discussões um novo conceito de desenvolvimento, entendido como um processo de expansão das liberdades das pessoas, pautado em suas capacidades e oportunidades de escolhas. Também foi divulgada uma nova metodologia para mensuração do desenvolvimento de uma região ou nação, chamada de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH aborda os três fatores mais importantes para a expansão das liberdades das pessoas: a oportunidade de se levar uma vida longa e saudável (saúde), ter acesso ao conhecimento (educação) e poder gozar de um padrão de vida digno (renda).

Este relatório aliado à publicação de trabalhos de Amartya Sen, em especial “Desenvolvimento como Liberdade”, com o qual o economista ganhou o Prêmio Nobel de Economia em 1998, colocou em questionamento, o processo de análise do que vem a ser o

desenvolvimento, onde este era tratado como sinônimo de crescimento, ancorado única e exclusivamente em aspectos econômicos, como renda per capita e índices de crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB). É nessa perspectiva que Veiga (2006, p. 31) argumenta que “o desenvolvimento deve ser entendido como processo de transformação da sociedade não só em relação aos meios, mas também aos fins”.

Nessa mesma perspectiva, Sachs (2008) reforça a ideia de que desenvolvimento não pode ser confundido como crescimento econômico, corroborando com as afirmações de Sen(2000) de que o desenvolvimento deve ocorrer pela expansão das liberdades substantivas (acesso à educação, saúde, segurança e os direitos civis), e este deve ser o principal fim e meio para que se atinja de fato o desenvolvimento, ou seja, devem ser valoradas as oportunidades de escolhas das pessoas. Os aspectos econômicos, contudo não devem ser ignorados, pois são também meios para se alcançar o fim, ou seja, o desenvolvimento.

O termo desenvolvimento discutido de forma geral, não difere em seus aspectos gerais quando se discute o desenvolvimento rural, uma vez que a base epistemológica, do centro da discussão, é a mesma. Especificamente no Brasil, o debate sobre o desenvolvimento rural se fortaleceu a partir da década de 1990, principalmente com a institucionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado no âmbito do Governo Federal, em resposta às grandes reivindicações dos agricultores e trabalhadores rurais, em especial àqueles vinculados à estrutura de representação sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e articulados no conjunto de manifestações do Grito da Terra Brasil.

Nesse contexto, Navarro (2001), argumenta que o desenvolvimento rural, envolve processos articulados que, de certa forma, pretendem induzir transformações no espaço rural, a fim de promover o bem-estar das populações rurais. O autor chama atenção para algumas expressões que são utilizadas de forma equivalente, mas, no entanto, não podem ser entendidas como sinônimas. Dentre tais expressões encontram-se os termos: *desenvolvimento agrícola*, que se relaciona com os meios de produção agropecuários, tratando especificamente de aspectos produtivos, num determinado espaço de tempo; e o *desenvolvimento agrário*, que engloba o primeiro, mas é mais abrangente, na qual o autor destaca que esta terminologia é mais ambiciosa e é utilizada para “interpretações acerca do “mundo rural” em suas relações com a sociedade”. (NAVARRO, 2001, p. 86).

Na mesma linha de pensamento, Schneider (2004, p. 98) define o desenvolvimento rural “como um processo que resulta de ações articuladas, que visam induzir mudanças

socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais”. Nessa perspectiva, Kageyama (2008), pondera que a renda, embora necessária para o desenvolvimento, é um meio, e não um fim, e o bem-estar da sociedade vai depender de como a renda será utilizada, e não apenas do seu nível global.

Dessa forma, o desenvolvimento rural se materializa pelas ações implementadas por instituições diversas, juntamente com os atores sociais, no contexto de um determinado espaço geográfico, como forma de dinamizar os processos que busquem transformações nas sociedades, ou seja, a melhoria do bem-estar das populações rurais. Assim, o desenvolvimento rural não pode ser visto somente com relação à exploração agropecuária, é muito mais abrangente, abarcando ainda outros atributos.

Nesse contexto, passam a ter significância, a pluriatividade⁸ e a integração do rural com urbano, proporcionando maior dinamismo, além de práticas que permitam a redução da dependência externa de insumos, maximizando desta forma o aproveitamento dos recursos locais e redução dos custos de transação. Ainda nesse sentido, outra questão relevante é a diversificação de produtos, tornando mais salutar a geração de renda e melhor apropriação da mão de obra local, ainda que esta seja escassa, uma vez que permite o intercâmbio entre o rural e urbano, como forma de melhorar e garantir outras formas de ocupações. Assim, é fundamental que além da questão agrícola, haja também o desenvolvimento de uma rede urbana local e regional, necessários para que as famílias encontrem fontes de renda complementares, essenciais para manutenção da própria atividade agrícola. (KAGEYAMA, 2008).

Portanto, entende-se que o processo em busca do desenvolvimento rural é complexo, devido às dimensões que devem ser consideradas, desde áreas com baixa densidade demográfica, até o envolvimento de instituições, abrangendo múltiplos atores para a promoção do desenvolvimento endógeno e perene. Segundo Moraes (2003), esse processo de desenvolvimento é centrado nas capacidades das comunidades locais, rurais e urbanas, como fonte provedora do próprio desenvolvimento, ou seja, os atores locais são os sujeitos com capacidades autônomas, sendo estes responsáveis de pensar e implementar os processos permanentes de desenvolvimento, trilhando desta forma o próprio destino.

Nesse sentido, cabe salientar os modelos endógeno e exógeno de desenvolvimento rural, pois segundo Mior(2009)

⁸ Schneider (2009) define pluriatividade, como fenômeno que se caracteriza pela combinação de múltiplas atividades ocupacionais por membros de uma mesma família, sendo uma destas atividades, a agricultura.

No modelo exógeno – que poderíamos chamar de desenvolvimento agrícola – instituições locais eram consideradas como meras executoras de ações, ou às vezes de projetos, na sua maioria formulados em esferas centralizadas. Agora, na abordagem endógena – que poderíamos chamar de desenvolvimento rural – um papel crucial é atribuído às instituições e organizações locais-regionais. (MIOR, 2009, p. 283)

No entanto, Mior(2009, p. 295) argumenta também que tanto na abordagem endógena quanto no modelo exógeno, existem fragilidades, e que a partir de literaturas revisitadas, torna-se necessário a superação destas, defendendo a formação de redes de desenvolvimento rural, “integrando elementos locais e não-locais, o que é visto como fundamental para alavancar o desenvolvimento rural”. Neste sentido Kageyama (2008), entende que

o desenvolvimento rural deve combinar o aspecto econômico (aumento do nível e estabilidade da renda familiar), o aspecto social (obtenção de um nível de vida socialmente aceitável) e o ambiental e que uma de suas trajetórias principais reside na diversificação das atividades que geram renda (pluriatividade). O papel da agricultura e das ocupações agrícolas nem sempre é o mais importante na determinação do desenvolvimento rural. (KAGEYAMA, 2008, p. 75).

Portanto o desenvolvimento rural não deve ser confundido com desenvolvimento agrícola, devendo ser buscado para que efetivas transformações possam acontecer no meio rural. Ou, conforme Veiga (2000, p. 178), “o desenvolvimento é um processo abrangente de expansão do exercício do direito de escolhas individuais”. Para além do aumento do produto ou renda per capita, este está comprometido com o bem estar das famílias que ali vivem, com preservação e conservação dos recursos ambientais e distribuição mais equitativa dos recursos.

2.1.1 Desenvolvimento rural sustentável

Foi o despertar da opinião pública para a questão da degradação ambiental e a primeira conferência Mundial sobre Meio Ambiente em 1972 realizada em Estocolmo - Suécia, que alertou para que o conceito de desenvolvimento adquirisse uma vertente diferente da que era até então embasada, surgindo aí o conceito de ecodesenvolvimento, dando origem posteriormente ao desenvolvimento sustentável hoje em uso. (ROMEIRO, 1998).

Segundo o referido autor o desenvolvimento sustentável era entendido como

um processo de crescimento econômico contínuo, auto-sustentado por um círculo virtuoso provocado pelo aumento da taxa de investimento, que conduz ao crescimento e diversificação da demanda, o que, fechando o círculo, amplia as oportunidades de investimento. (ROMEIRO, 1998, p. 247).

Nesta perspectiva, a sustentabilidade ainda estava muito conectada ao processo de crescimento econômico, assim como ocorrera com o conceito de desenvolvimento. A partir da década de 1980, a terminologia sustentabilidade ganhou força, quando diversos problemas de ordem ambiental se espalhavam mundo afora, frente a um desenfreado processo de crescimento econômico. No entanto, de acordo com Veiga (2006), a sustentabilidade é um termo ainda muito questionado, devido à falta de harmonia entre os que defendem principalmente a ecologia e aos que acreditam no crescimento econômico como saída para conquistar substancialmente a expansão das liberdades humanas. Mas ambos são interdependentes, e dependem é claro de outras influências. Eis aí a principal dicotomia entre as duas correntes de pensamento. Veiga (2006, p. 33) ainda enfatiza que há que se encontrar o “caminho do meio”, no qual exista um equilíbrio, “entre a miopia que reduz o desenvolvimento ao crescimento, e o derrotismo que o descarta como inexecutável”.

Todavia, o termo desenvolvimento sustentável passou a expandir-se a partir de 1987, após o Relatório das Nações Unidas, conhecido como Relatório de Brundtland (*Nosso Futuro Comum*), sobre a sustentabilidade ambiental do planeta Terra, onde define o desenvolvimento sustentável como aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades. A partir de então, diversas frentes de discussão foram abertas tentando definir o que vem a ser o desenvolvimento sustentável.

Para Navarro (2001), o termo sustentabilidade está intimamente ligado aos aspectos ambientais, sendo ainda verificada a crescente percepção dos impactos ambientais decorrentes do padrão tecnológico de produção, instaurado após a Segunda Guerra Mundial. “O componente “sustentável” da expressão refere-se exclusivamente ao plano ambiental, indicando a necessidade de as estratégias de desenvolvimento rural incorporarem uma apropriada compreensão das chamadas “dimensões ambientais”” (NAVARRO, 2001, p. 89).

Neste sentido, segundo Navarro (2001), seguindo esta ótica de pensamento a tendência é que cada vez mais o desenvolvimento rural, seja acrescido do adjetivo sustentável em razão do componente ambiental atribuído a este processo.

No entendimento de Almeida (1997), também citando o relatório Brundtland,

O desenvolvimento sustentável não é um estado de harmonia, mas um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras. (ALMEIDA, 1997, p. 42)

Dessa forma, no presente trabalho entendemos que o desenvolvimento rural sustentável é aquele capaz de promover transformações nas sociedades rurais, ancoradas numa vertente de mão dupla entre as regiões rurais e os centros urbanos, correspondendo à questão da territorialidade dos espaços numa perspectiva economicamente viável, socialmente justa, culturalmente respeitada e ambientalmente sustentada, eliminando ao máximo toda e qualquer vulnerabilidade humana.

2.1.2 ATER

Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) surgem no Brasil no contexto de grandes transformações sociais, ancorado em um modelo de política desenvolvimentista para os países da América Latina e seguindo estritamente modelos desenvolvidos nos Estados Unidos, atendendo a uma necessidade da expansão capitalista no campo. (FONSECA, 1985).

Para Lisita, (2005),

A extensão rural no Brasil nasceu sob o comando do capital, com forte influência norte-americana e visava superar o atraso na agricultura. Para tanto, havia a necessidade de “educar” o povo rural, para que ele passasse a adquirir equipamentos e insumos industrializados necessários à modernização de sua atividade agropecuária, com isso ele passaria do atraso para a “modernidade”. O modelo serviria para que o homem rural entrasse na dinâmica da sociedade de mercado, produzindo mais, com melhor qualidade e maior rendimento. (LISITA, 2005, p. 1).

Ainda nesse sentido, de acordo com Fonseca (1985), a criação de tais serviços no Brasil se deu em razão da necessidade sentida pela oligarquia agrária brasileira de melhorar o nível de conhecimento do homem do campo, como forma de superar o atraso vivenciado na zona rural do país. Assim “o importante seria preparar melhor esse homem, ou seja, leva-lo a uma vida mais digna, através da difusão da ideia e do valor da auto ajuda; e isso só seria alcançado mediante o aperfeiçoamento de métodos e técnicas de uma prática pedagógica não-escolar (p. 58)”. O que a autora chama de “projeto educacional extensionista como instrumento de dominação” das classes mais pobres do campo.

Outra preocupação vivenciada antes da criação dos serviços de ATER era a dos industriais com relação à grande migração das populações rurais, provocando um inchaço das cidades, originando problemas de segurança e ameaçando a ordem nos grandes centros que se formavam, ainda não sendo possível desta forma absorver toda a mão de obra proveniente dos campos. Para tanto, se fazia necessário frear um pouco este processo a fim de manter parte da mão de obra no campo sem redução da produtividade. (FONSECA, 1985). Ainda segundo

esta autora as elites brasileiras estavam politicamente preparadas para dar início à implantação de um processo de extensão rural, baseados nos moldes americanos, amparados por ajuda externa, conforme acordos entre o Ministério da Agricultura do Brasil e entidades de apoio americanas, onde ambos propunham estabelecer um estreitamento das relações, por meio de um “intercambio intensivo de educação, ideias e métodos pedagógicos.” (FONSECA, 1985, p. 57).

Desta parceria instituiu-se em 1945, a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), que, conjuntamente com apoio da UNESCO, estabeleceram as bases para uma ampla campanha de Educação Rural. (FONSECA, 1985). Todavia, a implantação dos serviços de ATER, se dá em princípio pela preocupação com a educação rural, o que seria muito válido, se não fosse o pano de fundo das oligarquias e industriais da época. Assim de acordo com Fonseca (1985) a ATER foi institucionalizada no Brasil em 1948, sendo contextualizada da seguinte forma:

Na história da Extensão Rural no Brasil, 1948 significa o início dos serviços institucionalizados de Extensão Rural, melhor dizendo, significa o resultado das conversações e convênios realizados entre Brasil e Estados Unidos que culminaram na implantação do Programa Piloto de Santa Rita do Passa Quatro, no Estado de São Paulo, e na fundação da Acar-Minas Gerais, através do mensageiro especial da missão americana no Brasil, o Sr. *Nelson Rockefeller*. As visitas do Sr. *Rockefeller*, e conseqüentemente a fundação da Acar-MG, entretanto, só podem ser compreendidas no contexto dos acontecimentos pós-30 que marcaram importantes mudanças no cenário da política interna brasileira, como também no cenário da política externa, principalmente no que diz respeito às relações com os Estados Unidos da América do Norte. (FONSECA, 1985, p. 59-60).

Os formuladores das políticas, da época, tinham a certeza de que a difusão de tecnologias agropecuárias viabilizadas pelo crédito rural supervisionado tiraria a família rural do anacronismo, aumentaria sua produção e melhoraria suas condições de vida. (SEMINÁRIO NACIONAL DE ATER, 2008).

De fato com o advento deste processo, ainda que os efeitos tenham sido perversos do ponto de vista das desigualdades sociais advindas, neste período a Extensão Rural logrou uma grande expansão pelo país, atingindo centenas de municípios, o que culminou na criação em 1956 da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), com a função de coordenar todo este sistema.

Com a implantação de novas técnicas agrícolas e as inovações tecnológicas na agricultura (sementes, fertilizantes, agrotóxicos), derivadas da ‘Revolução Verde’, a ATER adquire maior dinamismo, graças ao crédito abundante, barato e subsidiado. (RIOS e

PEREIRA, 2011). Desta forma, em 1975, os serviços de assistência técnica e extensão rural passaram ao âmbito governamental, sob a forma de empresas públicas vinculadas ao Ministério da Agricultura e às Secretarias de Agricultura, quando foi então criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), responsável pelo credenciamento, supervisão e fiscalização das empresas que prestavam assistência técnica aos agricultores em todo Brasil. (PEIXOTO, 2008).

Na década de 1980, principalmente pela diminuição da quantidade de recursos destinados à ATER e ao financiamento dos agricultores, bem como pelo questionamento acerca da eficiência de seus serviços, ocorre uma forte diminuição na adoção dos chamados pacotes tecnológicos, começa o desmantelamento das empresas públicas de assistência técnica e extensão rural, culminando em 1990 com a extinção da EMBRATER.

Como consequência, observa-se uma grande diminuição no número de agricultores atendidos, também em função do modelo até então empregado, baseado na assistência técnica individual e inicia-se, apesar de moroso, um longo debate em torno da abordagem da ação extensionista.

Cabe ainda salientar que, conforme exposto acima acerca do processo de desenvolvimento rural, os serviços de ATER, seguiram na mesma ótica, até início da década de 1990, onde o processo de implantação destes serviços se deu na mesma vertente do processo de desenvolvimento rural vigente para a época. Ou seja, os serviços de ATER foram criados com o mesmo pensamento, seguindo a lógica de mercado, pautados exclusivamente em processos econômicos (aumento da produtividade, da renda per capita, da riqueza como um todo), refletindo os modelos tradicionais de desenvolvimento, de forma que a transformação do campo se daria pelo aumento da produtividade, sendo desta forma corroborada pelos serviços de ATER. Assim, esse modelo, não se preocupava com a questão ambiental ou sustentabilidade dos processos produtivos e principalmente não havia preocupação com as gerações futuras.

A falta de recursos para os serviços de ATER se agrava na última década do século passado, forjando o acontecimento de muitas mobilizações sociais reivindicando dentre outras pautas, melhorias para os serviços de ATER e crédito, para uma grande massa de agricultores que no passado foram excluídos deste sistema por não possuírem garantias, ou seja, por não serem considerados capazes de corresponder de acordo com o investimento recebido.

É nesse contexto, que surge o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), num momento em que os elevados custos e a escassez de crédito eram

indicados como os principais problemas enfrentados pelos agricultores, especialmente os familiares, (GUANZIROLI, 2007).

De acordo com Guanziroli(2007), o motivo principal era de que os produtores descapitalizados e com baixos níveis de produtividade, não estariam em condições adequadas para tomar empréstimos com as taxas de mercados vigentes na época, a fim de modernizar seus processos de produção.

Dessa forma, segundo Gazolla e Schneider(2013), a implantação do Pronaf em 1996, é considerada um marco na intervenção do Estado na agricultura brasileira. Da mesma forma Schneider, Mattei e Cazella(2009), argumentam que

o surgimento do Pronaf representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares –, que até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência. (SCHNEIDER, MATTEI e CAZELLA, 2009, p. 21).

Por outro lado, os autores ainda afirmam que

o Pronaf foi formulado como resposta do Estado às pressões do movimento sindical rural, realizadas desde o final da década de 1980. O programa nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas até então existentes e encontravam sérias dificuldades de se manter no campo. (SCHNEIDER, MATTEI e CAZELLA, 2009, p. 23).

Cabe ainda salientar, que anterior à criação do Pronaf, em resposta às reivindicações dos agricultores familiares e movimentos sociais, em 1994 o governo havia instituído o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap), sendo considerado o ‘embrião’ da política pública mais importante da agricultura familiar, instituída dois anos depois (o Pronaf), por meio do decreto nº 1.946 de 28 de junho de 1996. (SCHNEIDER, MATTEI e CAZELLA, 2009).

Ainda nesse sentido, o governo instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, por meio da Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que estabelece os objetivos, os beneficiários, bem como os princípios da referida política, trazendo ainda o conceito de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER. Dando sequência à implementação de ações de ATER em âmbito nacional, o Governo Federal instituiu a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), por meio da Lei 12.897, de 18 de dezembro de 2013, com objetivo de

operacionalizar as políticas de desenvolvimento da ATER, em âmbito federal, visando melhorar as condições de renda, a qualidade de vida e a promoção social e de desenvolvimento sustentável no meio rural, por meio de melhor e maior acesso aos serviços de ATER, por parte dos agricultores.

Mesmo sendo questionada a forma como se deu a prestação dos serviços de ATER, há um reconhecimento da importância destes, como forma para a melhoria da vida no campo, bem como inserção dos agricultores nos mercados, pela disponibilização de novas tecnologias e abrangência sistêmica, principalmente para os pequenos agricultores, visando a promoção da agricultura e maiores rendas para as famílias no meio rural.

A utilização dos serviços de ATER se torna fundamental para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais, por meio da organização dos processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades agropecuárias e não agropecuárias, tornando disponíveis as tecnologias adaptadas às condições locais de produção. Assim a ATER poderá colaborar para que as transformações socioeconômicas e ambientais no espaço rural possam de fato acontecer.

Nesse sentido Souza Filho *et al.*,(2011, p. 247), corroboram com a afirmativa acima na medida em que sustentam que “os serviços de assistência técnica devem contribuir para definir a adoção de tecnologias apropriadas, como também para propor o desenvolvimento de atividades agrícolas viáveis economicamente e realizar a capacitação dos agricultores familiares para a inovação”.

É nessa perspectiva que entendemos que os serviços de ATER, juntamente com outras variáveis, tem a função de contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, uma vez que, especialmente pelo baixo nível de escolarização e de formação profissional do agricultor, especialmente o familiar, se torna mais difícil e oneroso, a transformação dos espaços rurais. Nesse sentido, a ATER funciona como fio condutor das informações de forma a tornar acessíveis, práticas que poderão auxiliar na redução do trabalho penoso, na melhoria das atividades de manejo e conservação dos solos e das plantas e nos processos de comercialização. Enfim, a ATER é o elo de conexão entre a prática e a teoria, fundamentada entre a teoria técnica e o saber empírico do agricultor. Souza Filho *et al.*,(2011, p. 249), ainda enfatizam que, “mesmo em grupos de produtores com maior nível de escolaridade, a função da extensão rural é determinante”.

2.1.3 ATER no Espírito Santo

Os serviços públicos de assistência técnica e extensão rural no Estado do Espírito Santo têm como marco principal a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo (Acares), em 16 de novembro de 1956, que possuía caráter essencialmente educacional, tendo como principal objetivo elevar a qualidade de vida do homem do campo, por meio do crédito rural supervisionado, com a finalidade de aumentar a produção e a produtividade agrícolas. Em janeiro de 1957 a Acares dá início às suas atividades seguindo os mesmos preceitos das demais Associações de Crédito e Assistência Rural nacionais, focando na concessão de incentivos creditícios e assistência aos produtores rurais, por meio de métodos que facilitavam a implantação de novas tecnologias, que eram elaborados junto às comunidades. (INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 2006).

Posteriormente, em novembro de 1973, foi criada a Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária – EMCAPA, com a finalidade de desenvolver pesquisas agropecuárias, gerando, adaptando e difundindo conhecimento científico e tecnológico, de modo a ampliar o acesso aos produtores rurais, seguindo neste contexto uma tendência de modernizar a agricultura nacional difundindo o chamado pacote verde ou tecnológico para a agricultura. Mais tarde, em 1975, seguindo uma tendência nacional consolidada após a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural EMBRATER, foi criada no âmbito estadual a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER-ES. (INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 2006).

Em 1999 ocorreu a fusão da EMATER-ES, que havia sucedido a Acares, com a EMCAPA, assumindo a denominação de Empresa Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – EMCAPER, que no ano seguinte foi transformada em autarquia pública estadual passando a se chamar Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER, unindo assim pesquisa e extensão rural em uma mesma instituição. (INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 2006).

Com relação aos serviços de ATER prestados pelo Incaper, cabe salientar que as atividades desenvolvidas junto aos agricultores familiares, são pautadas por um instrumento norteador denominado Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (PROATER), no qual se estabelece a programação construída com base em diagnósticos e planejamento

participativos, contando com a participação de agricultores, lideranças, gestores públicos e técnicos que contribuem ativamente na sua concepção.

Entretanto, cabe salientar que a ATER no Espírito Santo não se restringe às instituições públicas, podendo ser prestada por serviços privados, ou ONGs (organização não governamental), contratados pela Administração Pública, como no caso das Chamadas Públicas realizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Esta constatação é confirmada por Souza Filho *et al.*, (2011), onde relata que

O Estado perdeu sua função de único e principal provedor de serviços de assistência técnica e extensão rural, passando a dividir suas ações com o setor privado e organizações de classe. Mais fortemente em algumas regiões brasileiras e alguns segmentos da agricultura, a assistência técnica passou a ser oferecida por um conjunto maior de atores, crescendo a heterogeneidade em termos de características e formas de organização. (SOUZA FILHO *et al.*, 2011, p. 248).

De acordo com os dados do censo agropecuário do IBGE (2006), somente um quarto dos agricultores no Espírito Santo declararam receber os serviços de ATER. O IBGE ainda identificou que deste total, 53,8% dos agricultores recebem ATER pública (federal, estadual ou municipal), confirmando assim que ATER no estado é prestada por uma pluralidade de agências. Quando comparado com o Brasil percebe-se que nacionalmente o percentual de agricultores que declararam receber alguma orientação técnica é ainda menor (22,12%), sendo que cerca de 43% declararam receber ATER pública (federal, estadual ou municipal), ou seja, também inferior ao identificado para o Espírito Santo. (IBGE, 2006).

Nesse sentido depreende-se dos dados que existe no Espírito Santo e no Brasil uma diversidade de atores/instituições que são os responsáveis pela prestação dos serviços de ATER.

Tendo como referências para o presente trabalho a ATER e o desenvolvimento rural sustentável até aqui exposto, passamos a partir de agora para a discussão conceitual acerca do tema central da presente pesquisa, ou seja, serão abordados a seguir, além do conceito, os elementos fundamentais relacionados ao Capital Social.

2.2 Capital Social

O Capital Social apesar de não ser considerado um termo novo, vem sendo discutido principalmente a partir da década de 1990, e tornou-se bem mais popularizado após a publicação do livro, *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*, de Robert D. Putnam, cuja primeira edição foi publicada em 1993. Já nesta época, conforme D' Araujo

(2003) o Banco Mundial começou a utilizar o Capital Social nas análises e avaliações de projetos de desenvolvimento e combate a pobreza, principalmente baseado em pesquisas da época, que indagam sobre a possibilidade de construção de Capital Social em sociedades onde estas fossem carentes deste bem.

Riedl e Vogt (2003) também mencionam que organizações internacionais de apoio a projetos de desenvolvimento como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), entre outras, também começaram a priorizar a participação da sociedade civil na formulação e implementação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento.

Para entender a origem do conceito de Capital Social, Franco (2001) recorre a uma vasta literatura a cerca de quem foram os precursores em sua formulação. Assim, argumenta que Tocqueville foi o primeiro autor que melhor descreveu as potencialidades do Capital Social, em ‘A Democracia na América’ (1835/1840). De acordo com Franco (2001), ainda que Tocqueville não tenha sequer mencionado o termo Capital Social, relatou que os americanos, como em nenhuma outra nação, tinham uma capacidade para formar associações de todas as formas e tipos, para fins civis e políticos e que esta forma associativa contribuía para o sucesso democrático e econômico daquela nação.

Ainda segundo Franco (2001), Jane Jacobs é considerada, a primeira pessoa que empregou a expressão ‘Capital Social’ e explorou sua familiaridade sociológica. Foi Jacobs que em 1961 recorre ao conceito de redes de relações nos bairros, para enfocar o Capital Social, como ferramenta nos processos de autogestão.

Na década de 1980, outro autor importante que discute Capital Social é o sociólogo Pierre Bourdieu segundo o qual

o Capital Social é constituído pela totalidade dos recursos potenciais ou atuais associados à posse de uma rede duradoura de relações mais ou menos institucionalizada de conhecimento e reconhecimento mútuo [...]. Reforçando que esta totalidade de recursos [é] efetivamente pertencente a um grupo. (BOURDIEU, 2001, p. 148, tradução nossa).

O autor critica o “economicismo” que considera todas as formas de capital redutíveis ao capital econômico e salienta que o econômico não pode colaborar com todas as formas de capital, mas é inversamente proporcional, ao passo que outras formas de capital – relações sociais de intercâmbio - podem inclusive contribuir para a melhora das condições econômicas

como um todo. Outra crítica de Bourdieu (2001), diz respeito ao que ele chama de “semiologismo” que reduz as relações sociais a fenômenos de comunicação, afirmando que só será possível a compreensão da lógica do funcionamento do Capital Social se combater estas duas aproximações unilaterais.

Para Abramovay (2000) o Capital Social corresponde a recursos cujo uso abre caminho para a construção de novas relações entre os moradores de uma determinada região ou comunidade. Neste sentido o Capital Social seria um elemento fundamental para ampliar os laços de relacionamento, racionalizando e facilitando o intercâmbio entre as diversas regiões ou territórios, podendo com isto reverter-se em melhoras nas condições econômicas de uma dada região ou comunidade.

De acordo com D’ Araujo (2003, p. 10), Capital Social pode ser definido como “a capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos”. A referida autora também afirma que o Capital Social pode ser ainda utilizado para ajudar comunidades e governos a enfrentar problemas relevantes, seja de ordem econômica, humano, social e democrático.

Desta forma, James Coleman, sociólogo americano apud Putnam, (2006, p. 177) afirma que “assim como outras formas de capital, o Capital Social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse”. Chamando ainda atenção para o fato de que sociedades com alto grau de Capital Social conseguem promover o capital humano, que é condição fundamental quando se pensa nos aspectos de desenvolvimento das sociedades como um todo.

O Capital Social pode ainda ser relacionado, de acordo com entendimento de Putnam (2006, p. 177), “a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. Como exemplo, aborda as associações de crédito rotativo, espalhadas em todo o mundo, onde o sucesso parte inicialmente da confiança entre os membros destas organizações, que com normas sistematizadas, confiança e cooperação, conseguem disseminar e implementar com sucesso estas associações/projetos mundo afora.

É nesse sentido, que Coleman apud D’ Araujo (2003), aponta a existência de alguns atributos informais que contribuem muito para a formação de Capital Social, como por exemplo, as “normas sociais”, que são impostas pelas sociedades entre o que é certo ou errado, podendo contribuir muito para a organização e assim conseqüentemente para as conquistas de bens públicos que beneficiam a todos. Ainda nessa linha de argumentação,

Putnam (2006, p. 180) reforça que a confiança, bem como as normas e redes de relações sociais, são características intrínsecas ao Capital Social, afirmando ainda que “a confiança promove a cooperação [e] quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação”. Assim a confiança se apresenta como um componente fundamental do Capital Social, melhorando a cooperação, contribuindo para a diminuição dos custos de transação entre os pares e favorecendo para o desempenho da economia, bem como na melhora da eficiência dos governos. (PUTNAM, 2006).

Ante todo o exposto acerca da definição de Capital Social, no presente trabalho este é entendido como as relações sociais existentes entre os membros de uma comunidade, no sentido da sua capacidade de se associar, cooperar e manter a reciprocidade, se revertendo em uma relação de confiança e solidariedade que poderá contribuir para o bem comum da sociedade como um todo.

2.2.1 Capital Social e desenvolvimento

Ao se estudar a questão do desenvolvimento de determinadas regiões que recebem as mesmas políticas públicas, mas apresentam resultados diferentes, observa-se que existem fatores subjetivos que implicam diretamente na ocorrência de tais resultados. Nesse sentido, Putnam (2006) ao analisar disparidades ocorridas entre o Norte e Sul da Itália, após um longo processo de descentralização política, ocorrido a partir de 1970, constatou que o Norte conseguira se desenvolver mais, aproveitando melhor os benefícios de uma estrutura local descentralizada, enquanto o Sul, apesar de ganhos, ainda se arrastava tentando programar políticas que pudessem desenvolver melhor a região. Identificando, dessa forma, que havia outros fatores além dos aspectos institucionais que contribuía para a eliminação das desigualdades regionais, fatores estes relacionados com os laços de confiança, cooperação e reciprocidade entre os moradores destas localidades, o que favoreceu para um melhor desempenho de uma região em relação à outra. (PUTNAM, 2006). Assim, tem-se que o contexto social de uma região e sua história condicionam intensamente o desempenho das instituições que nela atuam, fazendo com que tanto a economia quanto o Estado funcionem melhor em contextos cívicos. (PUTNAM, 2006).

Neste sentido, ainda de acordo com Putnam (2006), comunidade cívica ou participação cívica, se caracteriza por uma densa rede de associações locais, pela participação nos negócios públicos, pela confiança e reciprocidade entre os membros de uma comunidade e pelo cumprimento das normas e uma política social, concluindo que quanto mais cívica é

uma determinada região, maior é a eficácia de seu governo, e que também as instituições coletivas tendem a funcionar melhor em comunidades cívicas, desta forma o Capital Social contribui para o desenvolvimento das regiões como um todo.

Os laços de confiança, cooperação e reciprocidade, bem como as normas que atenuam os problemas de ação coletiva podem ser exemplificados com a parábola do filósofo escocês do séc. XVIII David Hume, citado por Putnam (2006), onde descreveu:

Teu milho está maduro hoje; o meu estará amanhã. É vantajoso para nós dois que eu te ajude a colhê-lo hoje e que tu me ajudes amanhã. Não tenho amizade por ti e sei que também não tens por mim. Portanto não farei nenhum esforço em teu favor; e sei que se eu te ajudar, esperando alguma retribuição, certamente me decepcionarei, pois não poderei contar com tua gratidão. Então, deixo de ajudar-te; e tu me pagas na mesma moeda. As estações mudam; e nós dois perdemos nossas colheitas por falta de confiança mútua. (HUME apud PUTNAM, 2006, p. 173).

De acordo com esta parábola, este comportamento reflete a forma racional como agem as pessoas, onde na desconfiança de ser retribuído com o mesmo favor, ambos saem perdendo, pelo fato de um não colaborar com o outro, desta forma não podem produzir os bens necessários.

Putnam (2006) argumenta ainda, que

para a estabilidade política, para a boa governança e mesmo para o desenvolvimento econômico, o Capital Social pode ser mais importante até do que o capital físico ou humano [e reforça que] criar Capital Social não é fácil, mas é fundamental para fazer a democracia funcionar. (PUTNAM, 2006, p. 192-194).

Segundo D' Araujo (2003) o Capital Social é fundamental para que as sociedades organizadas possam, por meio das relações informais e de confiança, prosperar, tanto nos aspectos inerentes ao processo de desenvolvimento, quanto nos aspectos políticos democráticos.

De acordo com estudos relacionados ao tema do Capital Social, este vem se apresentando como um importante fator para o desenvolvimento local, uma vez que se baseia diretamente da qualidade das relações interpessoais existentes em uma comunidade. Estas relações históricas de sociabilidade constituem a base de análise dos processos endógenos de desenvolvimento de uma região. Assim, desenvolvimento local pode ser definido como “aquele promovido a partir dos recursos, das potencialidades e dos agentes locais e orientados para o fortalecimento da economia e da sociedade local.” (PROJETO CUT/CONTAG, 1999, p. 11).

A participação de cidadãos em entidades recreativas de entretenimento (associações esportivas diversas), bem como em associações de interesse comum (de bairro, agricultura, etc.) e entidades religiosas, são formas que colaboram para melhorar o estoque de Capital Social nas sociedades, pelas relações de confiança que podem ser geradas nestes espaços de sociabilidade. (PUTNAM, 2006).

Neste sentido Riedl e Vogt (2003), acrescentam que

a participação em associações voluntárias e em clubes geraria normas de confiança entre seus membros produzindo uma cooperação cívica, elemento chave não só para a participação política do cidadão, mas para o crescimento econômico e o desenvolvimento local de uma região. (RIEDL e VOGT, 2003, p. 167).

A título de exemplo da contribuição do Capital Social para o desenvolvimento de uma determinada comunidade, vale mencionar as Cooperativas de Crédito Rotativo do Sul do País, bem como as Cooperativas de Produtores Rurais, estabelecidas a partir de ações de confiança e cooperação, com o objetivo de proporcionar um maior “bem-estar material da população”. Assim, ao participar dessas instituições a sociedade local, deixa de agir passivamente e de forma resignada, e passa a buscar por seus próprios meios, de forma conjunta, a melhoria de sua renda, o que conseqüentemente acaba por gerar ganhos coletivos para toda a comunidade. (RIEDL e VOGT, 2003).

Ainda nesse sentido, para corroborar com a questão da importância da influência do Capital Social e sua contribuição para o desenvolvimento local, Franco, (2001), afirma que

Ações desenvolvidas em comunidades podem ter um impacto considerável na mudança da vida das pessoas destas comunidades, mesmo que sejam realizadas por uma pequena parcela destas pessoas. (FRANCO, 2001, p. 25-26).

Desta forma, esta afirmação reforça a importância dos processos endógenos para o desenvolvimento de uma comunidade, dando valor aos aspectos locais como seus precursores, pois sendo conhecedores da realidade local e sabedores para onde querem ir ou chegar, facilitam todo o processo de planejamento e implementação de ações, sendo estes os principais protagonistas de sua evolução.

Nesse sentido o Capital Social tem se apresentado como importante fator a ser levado em consideração quando se pretende promover o desenvolvimento rural sustentável, pois ao considerar aspectos socioculturais, evidencia-se uma forte presença deste na promoção do desenvolvimento territorial. Entretanto, o maior desafio e ainda não exaurido nos estudos diz respeito a criação de Capital Social onde este inexistente e/ou é muito incipiente. Assim, Franco

(2001) ao procurar relacionar o conceito de Capital Social e o impacto das ações comunitárias sobre o processo de desenvolvimento, evidencia que o principal entrave nesse processo é, fundamentalmente, um problema de poder e de política. Afirmando ainda, que “pequenas ações comunitárias terão impacto ponderável sobre o desenvolvimento a não ser enquanto introduzam novos padrões (horizontais) de organização e novos modos (democráticos) de regulação.” (FRANCO, 2001, p. 26). Assim, a relação entre o desenvolvimento rural sustentável e o Capital Social pode ser constatada, uma vez que programas de investimento em Capital Social podem ser conseguidos pelas diversas formas de indução ao desenvolvimento local, tendo como objetivo final a sustentabilidade. (FRANCO, 2001).

Neste sentido, Cernea (1995), corrobora com seus estudos relacionados a implantação de projetos que visam o desenvolvimento local sustentável, nos quais é condição *sinequa non*, a participação da comunidade nas políticas e projetos de desenvolvimento, dando ênfase principalmente aos aspectos socioculturais, ambientais e também econômico, enfatizando sobre a importância da participação da população objeto de tal política ou projeto para o sucesso da mesma. Assim, esta participação pode gerar a formação de estoque de Capital Social, contribuindo positivamente para o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento rural sustentável como um todo.

2.3 Capital Social, ATER e Desenvolvimento Rural

As diversas ações que visam induzir o desenvolvimento rural sustentável, dentre elas a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER), devem, de modo geral, envolver todos os seguimentos e/ou atores pertencentes a uma determinada região (administração pública, sociedade civil e mercados). Desta forma tais ações devem convergir para uma atuação integrada no sentido de promover o desenvolvimento local sustentável destas. Esta articulação entre os atores locais envolvidos nos processos de desenvolvimento rural podem ser traduzidas em formas de redes que se entrelaçam, e neste contexto o Capital Social existente atua na direção de transformação destes espaços rurais, resultando assim na melhoria socioeconômica e ambiental das regiões como um todo.

Para Radomsky (2009), os estudos de redes podem ser fundamentais no sentido de articular a reciprocidade aos estudos sobre desenvolvimento, assim,

as redes possibilitam pensar a reciprocidade numa perspectiva sociológica de mais longo alcance. Dessa maneira, abre-se a possibilidade de estudar a reciprocidade sob

o enfoque das redes de relações sociais que se projetam num determinado espaço. Uma vez que os processos de mudança social são tributários das redes e da reciprocidade entre as pessoas, as duas noções se constituem como um ponto de partida interessante para pensar o desenvolvimento rural. (RADOMSKY, 2009, p. 120).

Esta abordagem é corroborada por Schneider, (2010), quando afirma que a capacidade de inovação dos agricultores familiares e sua interação com as instituições locais são fundamentais para que se possa ampliar a geração e agregação de valor, assim como reduzir os custos de transação e estimular economias de escopo. Neste sentido o autor destaca a importância das redes de interação entre os agricultores e as instituições locais, como fator fundamental para transformação social e conseqüentemente desenvolvimento das comunidades.

Desta forma, o desenvolvimento rural se dá por ações integradas que tem como objetivo final a transformação dos espaços rurais, que ocorre por meio dos agentes, que são fundamentalmente os atores sociais, sujeitos dos processos de desenvolvimento, que articulados com os agentes encarregados de socializar as ações propostas e juntamente com estes, atuarem para que as mudanças possam de fato ocorrer, evidenciando assim a formação de uma densa rede de interação, que tem efetivamente a capacidade de promover o desenvolvimento rural.

Neste contexto, os serviços de ATER ao interagirem com as comunidades beneficiárias de tais políticas públicas, podem de maneira eficaz atuar na transformação dos espaços rurais. Neste meio de sociabilidade, simples e ao mesmo tempo heterogênea é que o fator Capital Social existente nas comunidades atua de forma a potencializar tais ações e assim contribuir para que o desenvolvimento sociocultural, econômico e ambiental possa acontecer. Dessa forma, há que se considerar também o estoque de Capital Social presente na (s) equipe (s) que tem como objetivo disponibilizar e tornar acessíveis as políticas públicas.

Assim, pode-se inferir que os serviços de ATER ao serem desenvolvidos com as comunidades, estabelecem acordos de cooperação, baseados única e exclusivamente em 'normas' abstratas, onde a confiança é questão chave para que a cooperação, tanto entre os agricultores, quanto entre estes e os técnicos, possam agir para que sejam alcançados os resultados esperados. Neste contexto de interação é que o elemento Capital Social, objeto de análise neste estudo, tem maior ou menor poder de transformação, em razão do estoque de Capital Social existente, podendo potencializar o desenvolvimento rural desde um ponto de vista endógeno.

É nesta perspectiva que as ações de ATER integradas nos processos que visam induzir o desenvolvimento rural, ao interagir com o Capital Social presente nas comunidades, podem incidir na transformação dos espaços rurais, promovendo de forma efetiva o desenvolvimento rural sustentável das comunidades.

Após esta fase introdutória em que foram abordados importantes conceitos e definições acerca do tema proposto, a partir dos próximos capítulos vamos apresentar os dados coletados na pesquisa de campo realizada com os agricultores assistidos pelo INCAPER nos municípios pesquisados.

CAPÍTULO III

3. NOVA VENÉCIA

Conforme já exposto no início do presente trabalho, foram escolhidos para a realização da pesquisa dois municípios da microrregião Noroeste do Estado do Espírito Santo, e duas comunidades de cada um deles, de modo que o presente capítulo irá tratar exclusivamente do município de Nova Venécia e as comunidades escolhidas: Água Limpa e São Luiz Gonzaga (Figura 4).

O referido município fica localizado na região norte do estado do Espírito Santo, mais precisamente na microrregião Noroeste, sua instalação ocorreu em 1954, possui área territorial corresponde a 1.448,4 km², com densidade demográfica de 31,78 hab/ km², sendo o 4º município capixaba em extensão territorial e o 12º em população no ranking estadual e segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE possuía em 2010 46.031 habitantes⁹. Em relação ao PIB, o referido município possui a 17ª colocação no ranking estadual e a 2ª quando comparado com a microrregião a qual pertence.

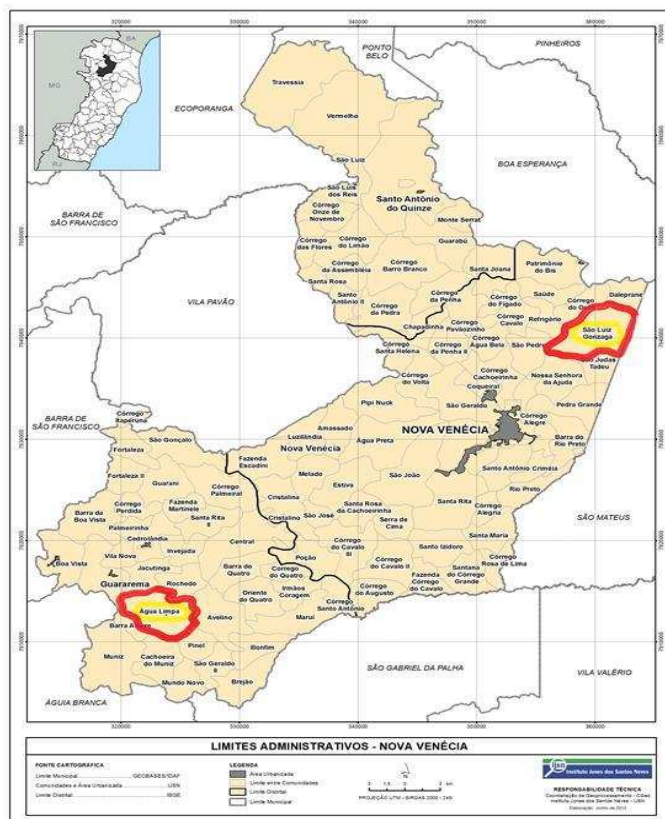


Figura 4. Município de Nova Venécia-ES com destaque das duas comunidades pesquisadas, Água Limpa e São Luiz Gonzaga, 2015.

Fonte: IJSN.

⁹ Projeção de 50.294 habitantes para 2015 (IBGE).

3.1 Contexto Histórico e Relações Sociais do Município de Nova Venécia

A história de Nova Venécia remonta aos anos de 1869 e 1870 quando o então Major Antônio Rodrigues da Cunha, condecorado mais tarde pelo Império Brasileiro com o título de Barão de Aymorés, e sua comitiva, formada de negros e índios, adentrou o sertão a fim de encontrar terras férteis para o cultivo do café, e que dessem passagem ao empreendimento de uma estrada para Minas Gerais, o que fortaleceria o comércio da região da cidade de São Mateus. (PIVA e PIVA, 2014). Assim, o Major Cunha ordenou a abertura da estrada, que seguindo do lado oeste da cidade de São Mateus, passava pela conhecida Serra dos Aimorés, assim denominada em razão do relevo e dos índios da tribo dos Aimorés¹⁰ que até então habitavam a região, ligando-a ao nordeste de Minas Gerais. Segundo Piva e Piva (2014), tal estrada tinha como finalidade fazer uma ligação entre a região Noroeste do Estado de Minas Gerais e o porto da cidade de São Mateus, estabelecendo assim uma rota de comércio para escoar a produção, ampliando ainda mais a importância do município de São Mateus que, naquela época, era umas das regiões mais relevantes do Espírito Santo, iniciando-se assim, nessa localidade, de acordo com Piva e Piva (2014), a colonização da região noroeste do Espírito Santo.

O desbravamento da mata para abertura dessa estrada, onde os mapas da época evidenciavam um “grande sertão” de terras férteis, muita madeira de lei e habitado por indígenas, permitiu ao major Cunha dar início a uma nova fazenda, denominada Serra dos Aimorés, hoje conhecida como Serra de Baixo, sendo esta designação o primeiro nome dado à localidade onde iniciara o cultivo dos primeiros pés de café na região, incluindo São Mateus a partir de então no ciclo do café, produto muito valorizado à época, tornando a atividade extremamente lucrativa, durante o segundo reinado brasileiro, que mantinha sua sustentação no latifúndio, trabalho escravo e na monocultura de exportação. (PIVA e PIVA, 2014).

Nesse sentido a lavoura cafeeira foi responsável pela interiorização dos povos nas diversas regiões do Espírito Santo, também contribuindo para a retirada da cobertura vegetal para dar lugar aos plantios das novas lavouras, bem como pela estruturação do espaço econômico capixaba.

¹⁰ Piva e Piva (2014), em sua obra “À Sombra do Elefante”, fazem uma ressalva acerca da grafia utilizada para o título de nobreza “Barão dos Aimorés”, salientando que tal forma seria um equívoco, uma vez que o Major Antônio Rodrigues da Cunha, Barão de Aymorés, não era Barão dos Índios, e ainda que tal título “é uma referência toponímica, ou seja, ao local de sua principal morada: a Fazenda da Serra dos Aimorés”, cuja denominação surgiu por se localizar em um dos contrafortes da Serra dos Aimorés, de modo que quando se tratar do referido Título de Nobreza a grafia correta é “Barão de Aymorés”.

Desta forma, não foi diferente na colonização de Nova Venécia, uma vez que de acordo com Piva e Piva (2014), na época da Colonização o café era o principal produto de exportação, sendo transportado da região por meio de tropas de burros, até a fazenda Cachoeiro do Cravo, localizada no município de São Mateus, mais precisamente onde hoje fica localizado o Km 35, da Rodovia BR 381, e depois seguia em canoas até o porto, de onde adentrava no mercado do Rio de Janeiro e depois da Europa.

“A lucratividade do café favorecia a colonização de regiões anteriormente intransponíveis, devido à resistência indígena, razão de temor entre muitos”. (PIVA e PIVA, 2014, p. 49). Segundo os referidos autores, a lenda é que, ainda que o Major Cunha fosse um senhor de terras e de homens, conseguia manter um bom relacionamento com os silvícolas da região e também com seus escravos, e estes teriam indicado os caminhos que o levariam a atingir seus objetivos.

A principal fonte de mão de obra na época, para erguer as benfeitorias e implantar as lavouras de café vinha dos escravos (PIVA e PIVA, 2014). Em 1878 a região recebeu dezenas de migrantes nordestinos (cearenses e baianos), que fugiam da pior seca que assolava o nordeste entre os anos de 1877-1880. Naquele período (1878) foi Major Cunha, o fazendeiro que mais recebeu retirantes, vindos do nordeste, em sua fazenda na Serra dos Aymorés.

Outros fatores importantes na colonização desta região foram a construção da ponte sobre o Rio Doce, em Colatina, na segunda década do século XX, e a construção da Ferrovia dos Aimorés, ligando a região de Nova Venécia a São Mateus, sendo determinantes na colonização do município, bem como de toda a região Norte do Espírito Santo. (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 1980).

“A fazenda da Serra dos Aymorés foi o local onde não só se teve início a colonização da região noroeste do Espírito Santo, mas foi engendrada a formação de um povo fruto de uma miscigenação espetacular”. (PIVA e PIVA, 2014, p. 43). Muitos vieram de outros estados como a Bahia e Minas Gerais; levas de escravos foram realocadas nessa região; a crise na produção de açúcar no nordeste, também contribuiu para o processo de colonização, uma vez que as lavouras cafeeiras estavam em franca expansão no sudeste, fator propulsor para chegada de muitos imigrantes. (PIVA e PIVA, 2014).

Além de negros e mestiços, havia também algum resquício da população indígena que já habitava a região antes mesmo da colonização. Outra classe de trabalhadores que chegaram para a região foi a de imigrantes europeus a partir de 1888.

Diferentemente de outras regiões de colonização, em Nova Venécia predominou a miscigenação entre os italianos e os ditos “nacionais”, sobretudo as famílias de retirantes nordestinos, bem como de negros, [...], apesar do choque de culturas, houve, integração desde o princípio. (PIVA e PIVA, 2014, p. 84).

Segundo Murari et. al, (1992), a criação do município de Nova Venécia, compreende três importantes períodos: Primeiramente com os que ali já residiam espalhados pela densa floresta - os índios aimorés - e que aos poucos iam se sentindo encurralados pelos colonizadores; posteriormente a chegada à região do major Antônio Rodrigues da Cunha e seus escravos; e o terceiro com a vinda dos primeiros imigrantes europeus, vindo principalmente da Itália e da Alemanha, que se encontravam numa profunda crise política, econômica e social. (MURARI *et al.*, 1992).

Dessa forma, a formação cultural do município de Nova Venécia é composta pelas diferentes etnias responsáveis pela Colonização de seu território, quais sejam: os índios aimorés, que antes mesmo da chegada dos “colonizadores” já habitavam a região, os mineiros, os nordestinos, os escravos e os imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos, que trouxeram para a região seus costumes e crenças. (MURARI *et al.*, 1992). Assim em 1953, surgiu o movimento dos moradores de Nova Venécia, no sentido de desligar o então distrito, do município de São Mateus. O nome, Nova Venécia, é uma referência à região italiana do Vêneto na Itália, cuja capital é Venezia, devido aos muitos imigrantes vindos desta região (PIVA e PIVA, 2014). Assim sendo, a lei estadual nº 767, de 11 de dezembro de 1953, elevou Nova Venécia à categoria de município, sendo que sua instalação efetuou-se a 26 de janeiro de 1954.

3.2 Perfil Socioeconômico dos Agricultores Assistidos pelo Incapernas Comunidades de Água Limpa, São Luiz Gonzaga e do Município de Nova Venécia

O município de Nova Venécia é composto por 102 comunidades rurais, dentre essas as comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga. De acordo com os dados extraídos do censo demográfico do IBGE (2010), a população rural do município é superior à média estadual, o dobro, e próxima à média regional (Figura 5). Esse grande percentual de população rural se reflete no maior número de comunidades, como Água Limpa e São Luiz Gonzaga que serão analisadas.

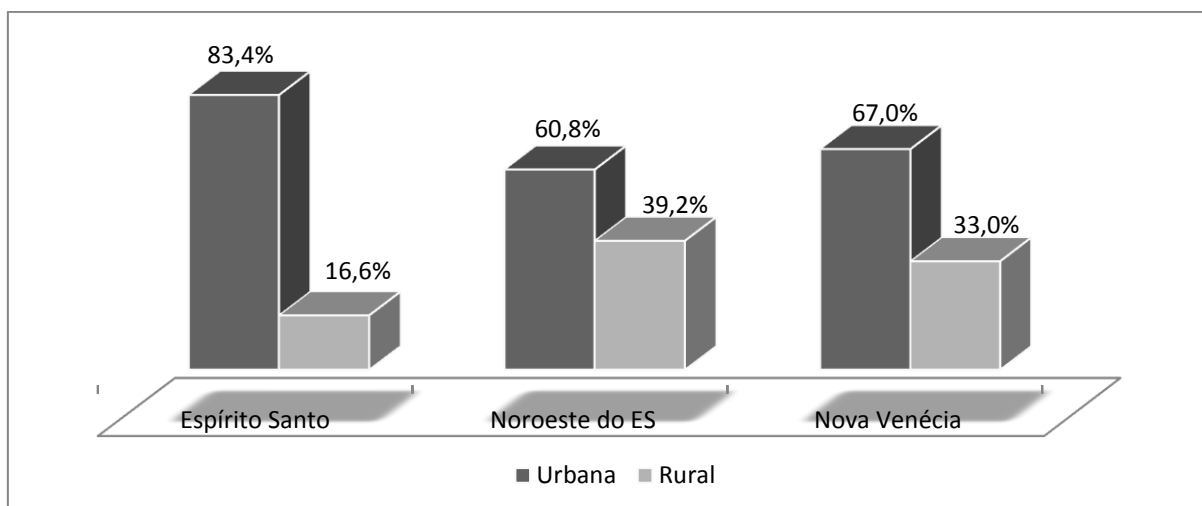


Figura 5. População residente por situação do domicílio - Espírito Santo, Microrregião Noroeste do ES e Nova Venécia, 2010.

Fonte: IBGE, Resultados do Censo 2010.

Com área territorial de 20,45 Km², o que corresponde a 1,42% do território do município de Nova Venécia, a comunidade de Água Limpa possui excelente localização geográfica, facilitando o acesso de seus membros a quatro municípios da Região, quais sejam: Águia Branca, que se encontra a uma distância de 20 km da referida comunidade; Barra de São Francisco, a 32 km; a sede do município de Nova Venécia a 40 km e São Gabriel da Palha, a 28 km, ressaltando que com exceção deste último, cuja estrada não é pavimentada, o acesso às demais cidades é realizado por um percurso de 9 km de estrada sem pavimentação e o restante todo pavimentado, o que reduz o tempo de deslocamento e proporciona um maior acesso a informação e a obtenção dos insumos e equipamentos necessários à produção agropecuária. (GEOBASES, 2015).

Por sua vez, a comunidade de São Luiz Gonzaga, possui área territorial de 24,73 Km², o que corresponde a 1,7% do território municipal, está localizado bem próximo à sede do município de Nova Venécia, a uma distância de 12 km, e a 16 km do município de Boa Esperança, sendo todo o percurso em estrada pavimentada, o que facilita o acesso à informação, serviços, e aquisição de insumos e equipamentos para a produção e também facilita a comercialização.

Quanto ao gênero a distribuição populacional verificada no município de Nova Venécia, revela que as mulheres são em menor número, como mostra a Figura 6, inclusive nas comunidades rurais pesquisadas que apresentam um percentual de homens significativamente superior ao de mulheres, quando comparado com a média municipal, porém seguindo a tendência mundial que é de maior percentual de homens no meio rural.

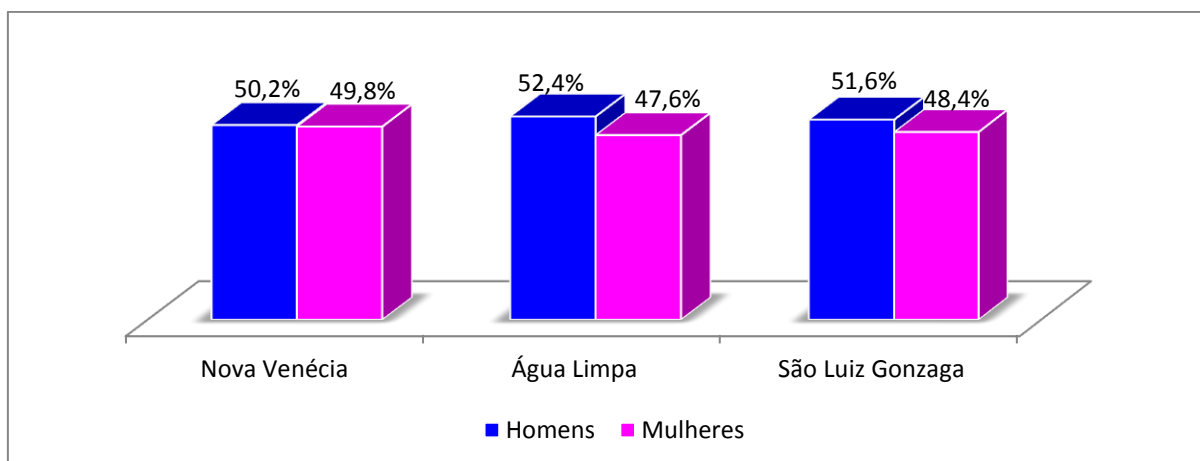


Figura 6. Perfil de gênero da população assistida pelo Incaper nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, 2015 e dos residentes em Nova Venécia-ES, 2010.
Fonte: IBGE, Resultados do Censo 2010 e pesquisa de campo, 2015.

Quando se analisa a questão de gênero no que diz respeito à direção dos estabelecimentos rurais verifica-se que o percentual de homens é muito superior ao de mulheres, uma vez que de acordo com os dados da pesquisa de campo o número de homens que exercem tal função é pelo menos o dobro em relação ao de mulheres na comunidade de Água Limpa, e superior a quatro vezes na comunidade de São Luiz Gonzaga, conforme pode ser observado na Figura 7.

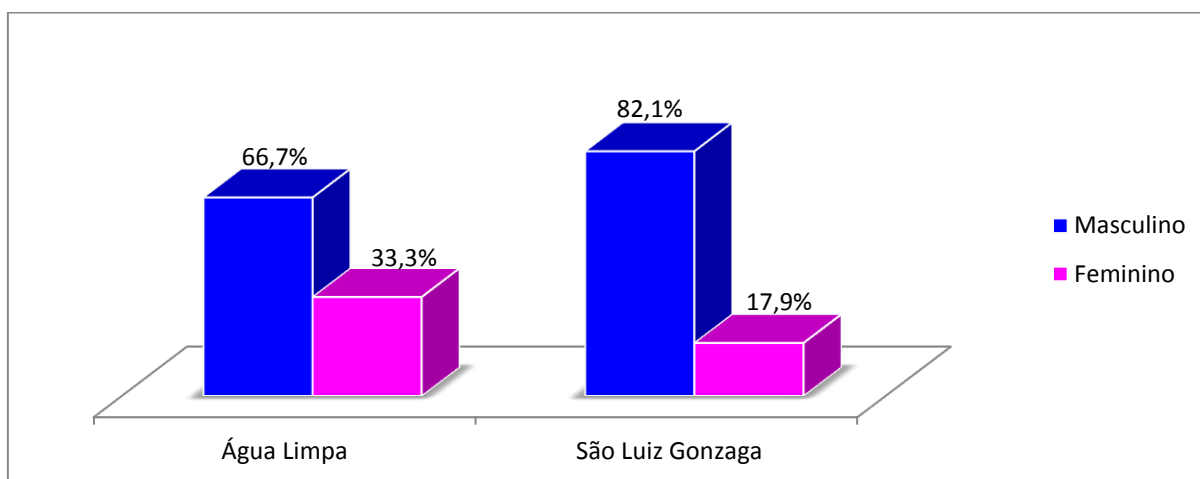


Figura 7. Perfil de gênero dos responsáveis familiares assistidos pelo Incaper, nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

O perfil etário dos responsáveis familiares apresenta um maior percentual de agricultores na faixa entre 40 e 59 anos, representando 73,3% em Água Limpa e 60,7% em São Luiz Gonzaga, seguido dos agricultores entre 30 e 39 anos, sendo que São Luiz Gonzaga apresentou o maior percentual de pessoas acima de 60 anos, 10,7% do total de entrevistados.

Outro dado relevante extraído da pesquisa de campo é de que, conforme Figura 8, a direção em 86,7% dos estabelecimentos em Água Limpa e 82,1% em São Luiz Gonzaga é feita por pessoas com idade entre 30 e 59 anos, indicando um maior percentual dos responsáveis familiares em idade economicamente ativa.

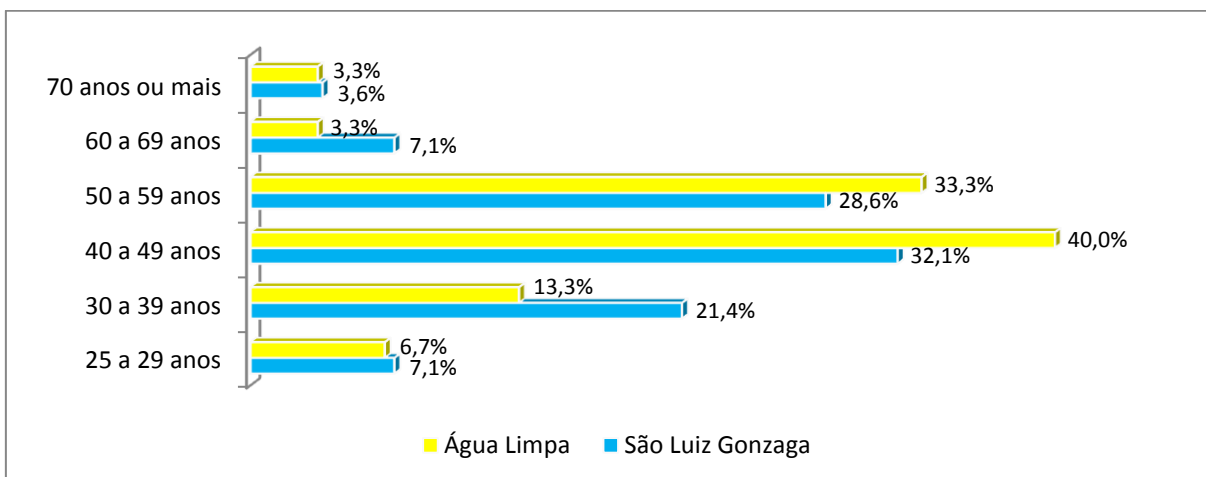


Figura 8. Perfil etário dos responsáveis familiares assistidos pelo Incaper, nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Os dados acima apresentam similitudes com o censo agropecuário(2006) que identificou um percentual de 73,4% de pessoas responsáveis pela direção dos estabelecimentos rurais no município de Nova Venécia com idade entre 35 e 65 anos (Figura 9).

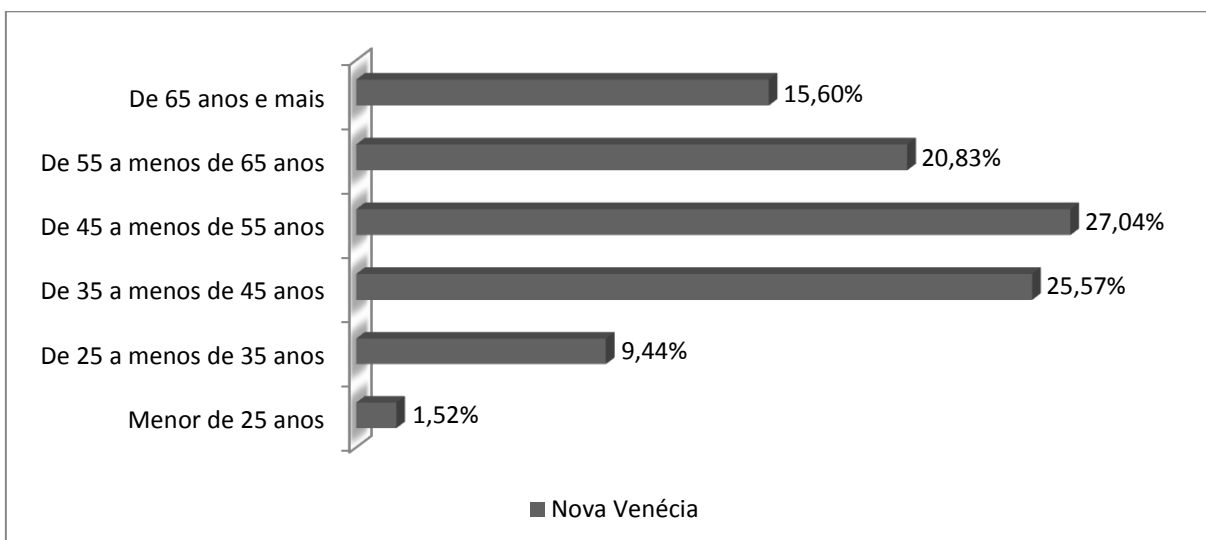


Figura 9. Perfil etário dos dirigentes dos estabelecimentos rurais em Nova Venécia-ES, 2006.

Fonte: IBGE, censo agropecuário, 2006.

Já em relação ao perfil etário da população assistida pelo Incaper que compõe as unidades familiares pesquisadas nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, as

principais diferenças entre as duas comunidades são encontradas nas faixas de idade de 10 a 14 anos e 15 a 19, onde o percentual em Água Limpa é superior ao das unidades familiares pesquisadas em São Luiz Gonzaga. Por outro lado, na faixa etária de 30 a 39 anos, essa diferença se inverte, sendo identificado em São Luiz Gonzaga um percentual superior em relação à Água Limpa conforme pode ser observado na Figura 10.

É importante destacar que o maior contingente populacional entre a população assistida pelo Incaper em Água Limpa e São Luiz Gonzaga é da faixa etária entre 40 e 49 anos, sendo esta também, superior aos dados apresentados pelo município (Figura 10).

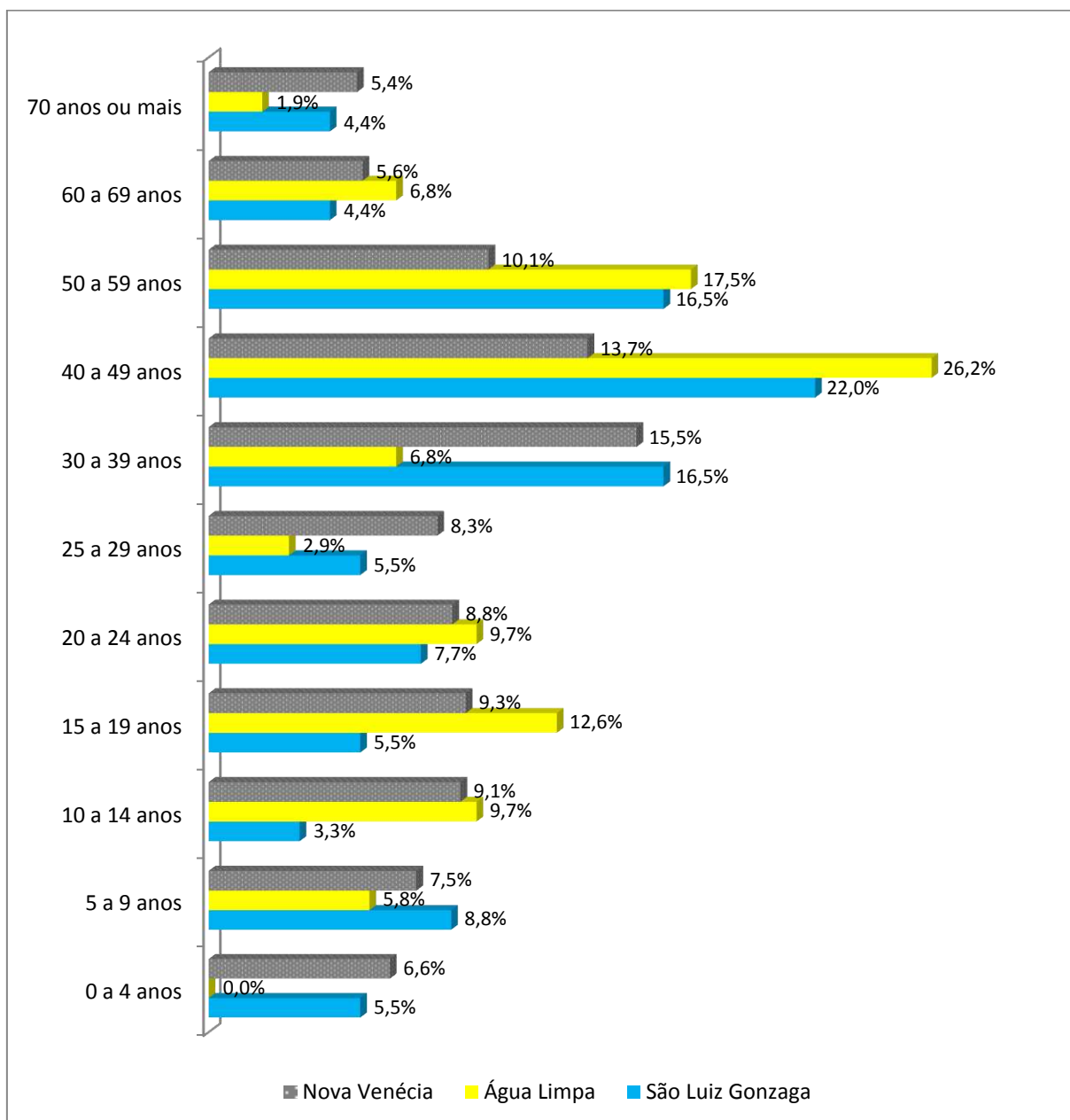


Figura 10. Perfil etário da população assistida pelo Incaper nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, 2015 e dos residentes em Nova Venécia-ES, 2010.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015, IBGE - censo demográfico 2010: resultados da amostra - características da população.

Comparando o perfil etário das comunidades pesquisadas com o do município percebe-se que a maior diferença está para as faixas entre 40 e 59 anos, onde a população assistida nas comunidades apresentou um percentual superior, ao identificado em Nova Venécia.

No entanto, com relação à população idosa, pode se afirmar que, percentualmente, esta, é maior na sede do município do que entre a população assistida pelo Incaper nas comunidades pesquisadas (Figura 10), o que pode ser explicado pelo fato de que na medida em que as pessoas vão se aposentando, estas acabam se mudando para a sede do município.

Em relação à escolaridade dos responsáveis familiares nas duas comunidades, de acordo com os dados da pesquisa de campo, 3,6% na comunidade de São Luiz Gonzaga possui ensino superior completo, sendo que em Água Limpa nenhum dos entrevistados possuía o referido nível de escolaridade (Figura 11), tal situação pode ser explicada pela proximidade da comunidade de São Luiz Gonzaga com a sede do município de Nova Venécia, onde existe uma instituição de ensino superior presencial, e polos de algumas instituições de ensino superior à distância.

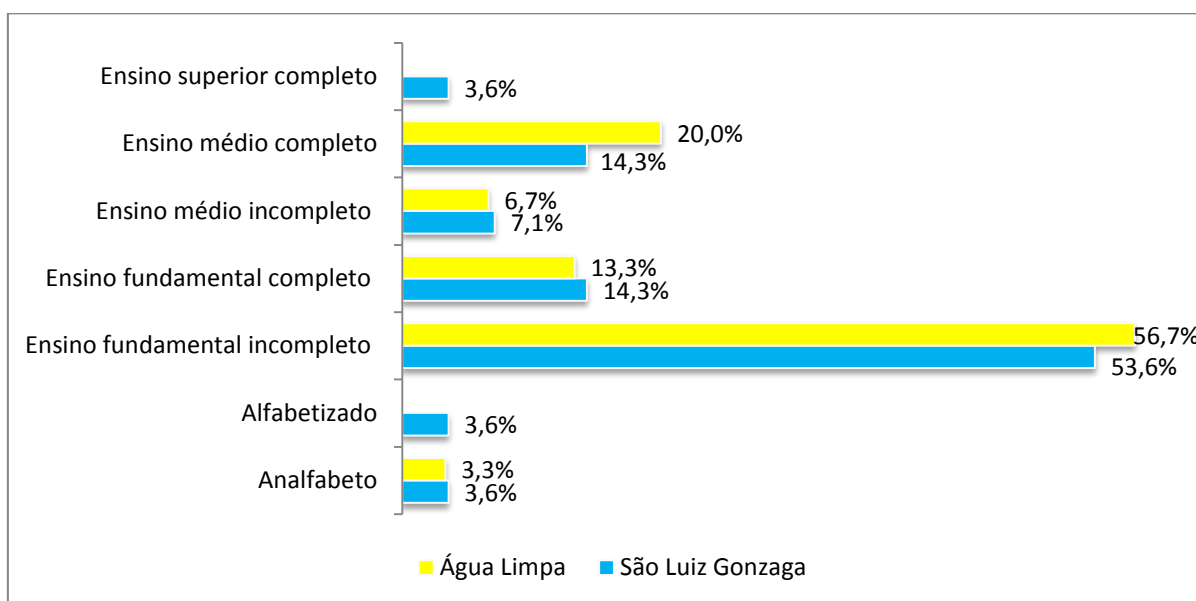


Figura 11. Perfil educacional dos responsáveis familiares nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Ainda analisando os responsáveis familiares que representam os dirigentes dos estabelecimentos pesquisados, é importante observar que o percentual de analfabetos identificado nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga (Figura 11) é menor ao identificado para o município de Nova Venécia, que foi de 8,36% (Figura 12), especialmente

por se tratar de comunidades rurais, que historicamente estão sempre associadas a níveis mais baixos de escolaridade. Já para os que possuem o nível de instrução com ensino fundamental completo e incompleto, os dados são semelhantes tanto para as comunidades pesquisadas, quanto para o município de Nova Venécia, sendo que entre os que possuem o nível médio completo, o percentual é superior em ambas às comunidades pesquisadas. (IBGE, 2006).

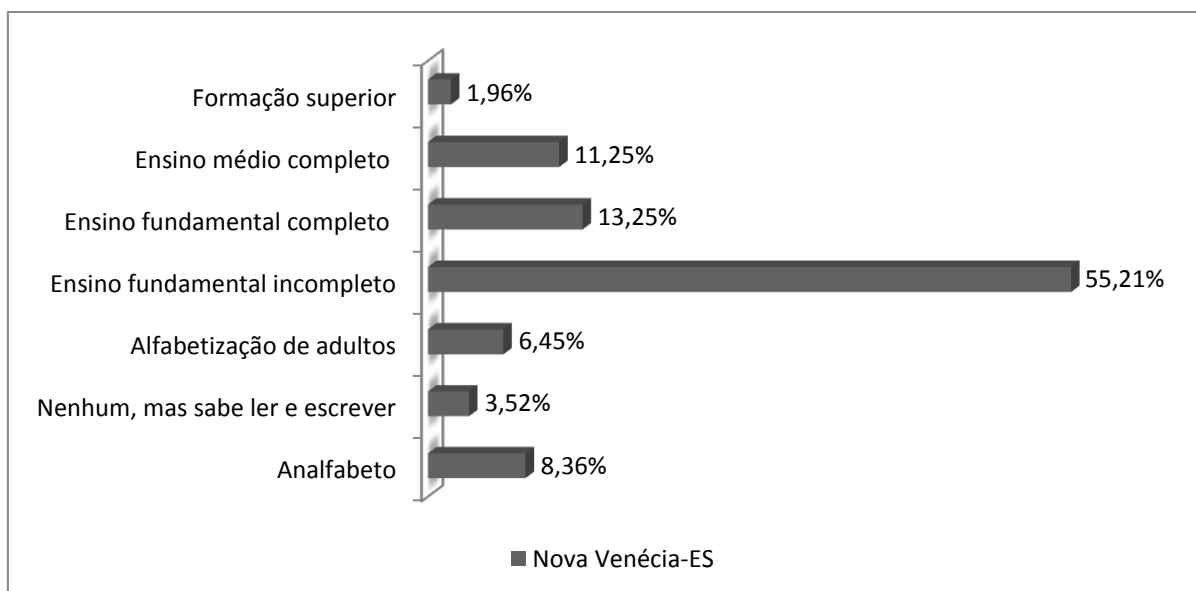


Figura 12. Nível de instrução dos dirigentes dos estabelecimentos rurais em Nova Venécia-ES, 2006.

Fonte: IBGE, censo agropecuário, 2006.

Por sua vez, de acordo com o censo agropecuário (IBGE, 2006), entre os responsáveis pela direção dos estabelecimentos rurais no município de Nova Venécia, foi identificado um percentual de 1,96% de pessoas com nível superior (Figura 12), percentual 45,5% inferior ao da comunidade de São Luiz Gonzaga, indicando que nesta, há uma maior probabilidade na adoção de tecnologias, face à maior escolarização dos agricultores.

Dessa forma, concluímos que o nível de escolaridade dos responsáveis familiares que são assistidos pelo Incaper, nas duas comunidades, é superior ao nível de escolaridade identificado pelo censo agropecuário (2006), entre os dirigentes dos estabelecimentos rurais, para o município de Nova Venécia-ES.

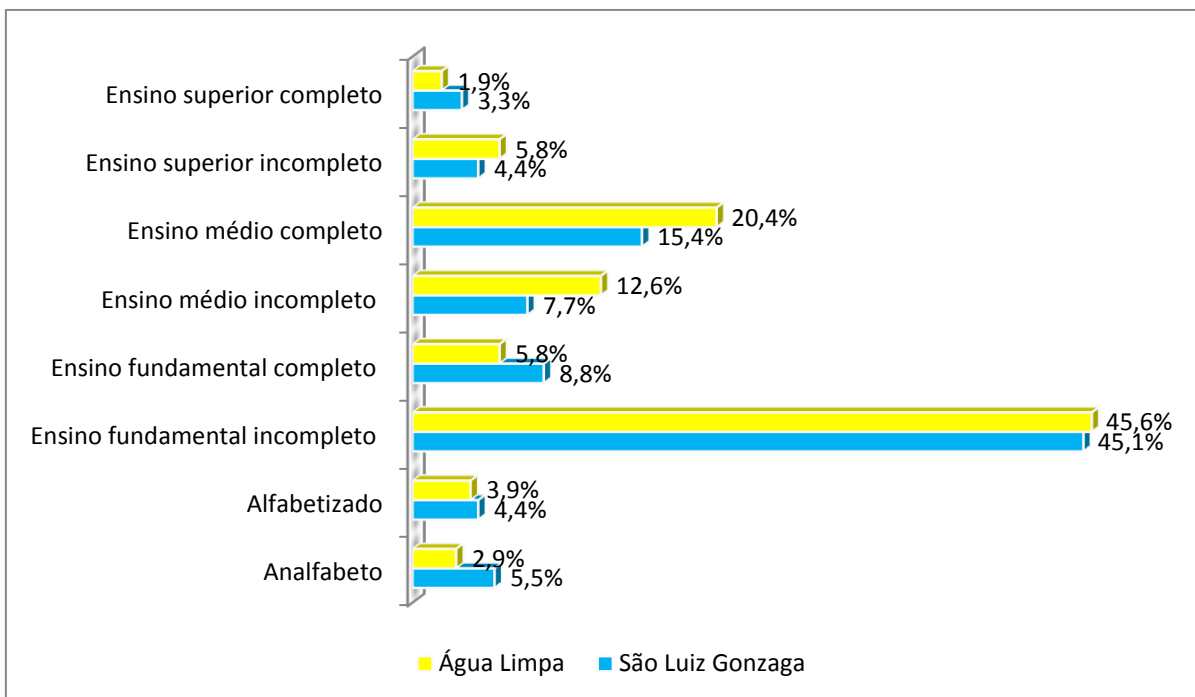


Figura 13. Perfil educacional da população assistida pelo Incaper nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Com relação ao perfil educacional da população assistida pelo Incaper nas comunidades pesquisadas (Figura 13), foi identificado um maior percentual de pessoas com ensino fundamental incompleto, cerca de 45% em ambas as comunidades, valor que quando somado ao apresentado para os alfabetizados e analfabetos se aproxima ao identificado para o município pelo censo demográfico de 2010, que contempla os níveis sem instrução e fundamental incompleto, que foi de 55,6% (Figura 14).

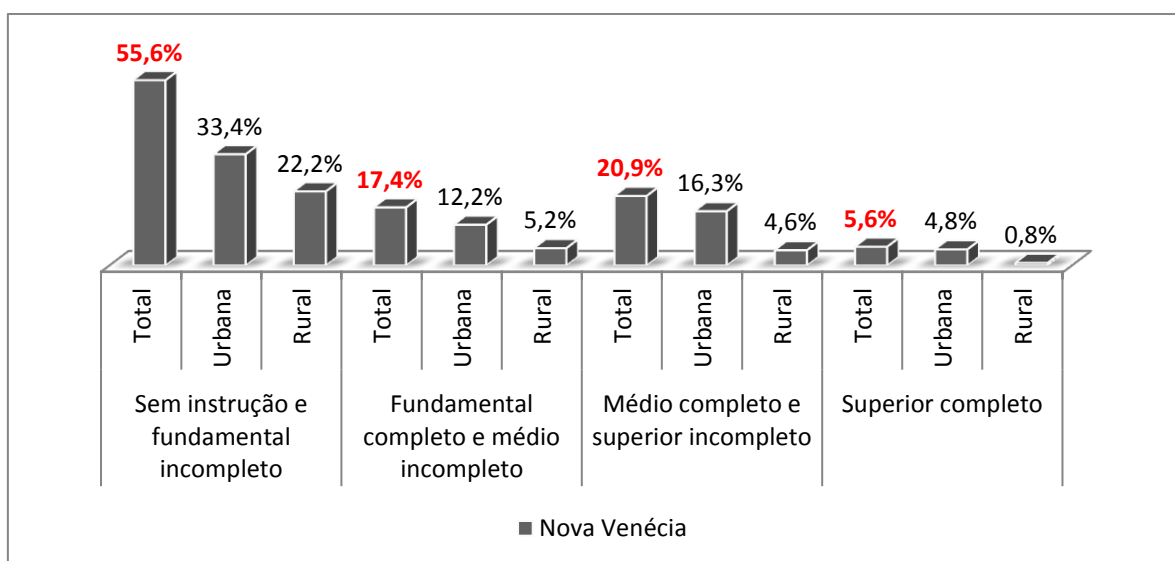


Figura 14. Perfil educacional de Nova Venécia-ES, 2010.

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010.

Observa-se ainda que 3,3% da população assistida pelo Incaper que compõe as unidades familiares da comunidade de São Luiz Gonzaga possuem ensino superior completo e 1,9% apresenta o mesmo nível de escolaridade na comunidade de Água Limpa, sendo, portanto inferior à média do município identificado no censo demográfico (2010), que foi de 5,6% (Figura 14). No entanto quando comparado ao índice de pessoas com nível superior na zona rural percebemos que as comunidades pesquisadas apresentaram percentuais superiores ao identificado pelo IBGE (2010), que foi de somente 0,8% (Figura 14).

Dessa forma, analisando o perfil educacional da população assistida pelo Incaper nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, concluímos que, boa parte da população com mais idade possui um nível de escolaridade baixa.

3.3 Aspectos Socioeconômicos

Quanto aos componentes para formação de renda do município de Nova Venécia, o setor agropecuário representa 9,4% em relação ao total, quase o dobro quando comparado com dados do PIB nacional e praticamente o triplo quando comparado ao setor agropecuário do estado (Quadro 4 e Figura 15).

Em relação ao PIB capixaba, o município ocupa a 17ª colocação entre os municípios e a primeira posição na região Noroeste. (IJSN, 2015). O município conta ainda com uma estrutura de quatro cooperativas, atuando nas atividades de cafeicultura, pecuária e crédito.

Quadro 4. Componentes do PIB no município de Nova Venécia - 2013.

Componentes	Valor (R\$ milhões)	Part. %
Agropecuária	R\$ 70,82	9,47
Indústria	R\$ 105,81	14,14
<i>Serviços</i>	R\$ 497,20	66,47
Serviços, exceto Adm. pública	R\$ 317,01	42,38
Administração pública	R\$ 180,19	24,09
Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos	R\$ 74,21	9,92
PIB a preços correntes	R\$ 748,04	100,00

Fonte:

IJSN http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_content&view=article&id=4466:produto-interno-bruto-pib-dos-municipios-

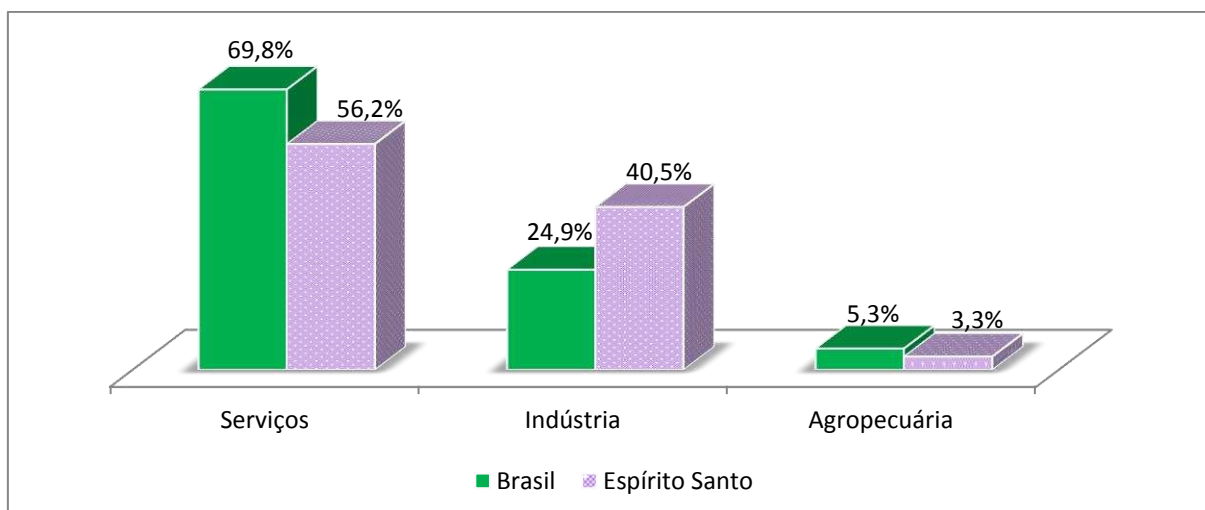


Figura 15. Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto - Brasil e Espírito Santo, 2013.

Fonte: IBGE e IJSN

Apesar de a agropecuária representar somente 9,47% na composição do PIB municipal, o percentual de pessoas ocupadas, que trabalham na agropecuária, na faixa etária de 18 anos ou mais do município era de 35,59% em 2010, de forma que esta constitui um importante setor responsável pela criação de postos de trabalhos. (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013).

Conforme dados do IJSN(2015), a renda *per capita* para o município de Nova Venécia no ano de 2013 foi de R\$ 15.092,45, ficando em segundo lugar no ranking quando comparado com os demais municípios da microrregião Noroeste, atrás somente do município de Barra de São Francisco com R\$ 15.958,29 (Quadro 5).

Quando comparamos o PIB per capita entre os anos de 2010 a 2013 entre os municípios da microrregião Noroeste, Nova Venécia se mantém entre os três melhores, conforme pode ser observado no Quadro 5, o que de certo modo demonstra que o município está quase sempre à frente, no quesito renda na microrregião, ainda que sua distribuição apresente desigualdades, visto que o índice de Gini¹¹ é de 0,487 em 2010 (20º no ranking estadual), apresenta 2º melhor índice quando comparado com os demais municípios da microrregião Noroeste, sendo que no Estado esse percentual é de 0,572 (9º no ranking nacional).(Portal ODM, 2015).

¹¹O Índice de Gini é uma medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de 0 (zero) - a perfeita igualdade, até 1 (um) - a desigualdade máxima. (IBGE, 2016).

Quadro 5. Produto Interno Bruto per capita (R\$ 1,00) da microrregião Noroeste do Espírito Santo - 2010 a 2013.

Municípios	2010	2011	2012	2013
Noroeste	10.752,19	12.208,66	14.168,54	14.023,71
Água Doce do Norte	9.843,95	12.614,47	13.357,57	13.730,84
Águia Branca	7.362,93	8.273,41	9.743,12	9.803,11
Barra de São Francisco	11.530,30	12.927,57	15.520,69	15.958,29
Ecoporanga	10.973,62	11.795,67	14.579,32	13.885,12
Mantenedópolis	6.638,35	7.837,59	8.062,40	8.032,71
Nova Venécia	12.024,55	13.601,97	15.273,46	15.092,45
Vila Pavão	11.812,03	14.260,99	17.279,08	14.940,73

Fonte: IJSN e IBGE.

Quanto à estrutura produtiva, o Quadro 6 retrata a produção agrícola para o município de Nova Venécia, demonstrando uma diversificação agrícola com predominância da lavoura cafeeira.

Quadro 6. Produção agrícola do município de Nova Venécia-ES, 2014.

Principais produtos das lavouras temporárias e permanentes	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (t)	Rendimento médio (kg/ha)	Valor (1 000 R\$)
Nova Venécia	17.021	131.891
Lavouras Temporárias	1.236	4.757
Lavouras Permanentes	15.785	127.134
Café(beneficiado)	15.250	32.262	2.116	117.460
Milho(em grão)	500	1.650	3.300	1.122
Mandioca	430	6.450	15.000	2.377
Feijão (em grão)	220	298	1.355	753
Pimenta-do-reino	110	330	3.000	5.429
Borracha (látex coagulado)	104	94	904	205
Coco-da-baía (1)	90	1.500	16.667	790
Banana	65	1.050	16.154	787
Arroz(em casca)	50	150	3.000	143
Mamão	40	2.880	72.000	1.630
Palmito	40	26	650	59
Cacau (em amêndoa)	33	7	212	39
Cana-de-açúcar	30	1.500	50.000	56
Laranja	25	120	4.800	92
Limão	10	160	16.000	171
Maracujá	10	180	18.000	258
Abacaxi (1)	6	180	30.000	306
Manga	5	75	15.000	48
Uva	3	45	15.000	166

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2014.

(1) Quantidade produzida em 1000 frutos e rendimento médio em frutos por hectare.

De acordo com dados do IBGE em 2014, 89,6% da área agrícola cultivada no município de Nova Venécia era ocupada pela lavoura cafeeira, e com exceção de culturas tradicionais como milho, mandioca e feijão, que respondem aproximadamente entre 1% e 3% da área, todas as demais culturas, ocupam menos de 1% da referida área. De outra sorte, a pimenta do reino mesmo representado somente 0,65% da área cultivada no município é a segunda cultura permanente de maior relevância econômica, seguido pela mandioca, mamão e milho.

Outro setor relevante na composição do PIB municipal é a pecuária bovina. De acordo com o censo agropecuário, o município possuía em 2006 um efetivo bovino de 72.849 cabeças, sendo em sua maioria destinado a produção leiteira. (IBGE, 2006).

3.3.1 Renda familiar dos agricultores assistidos pelo Incaper em Água Limpa e São Luiz Gonzaga

A renda representa um componente importante para manutenção da vitalidade e do conforto das famílias, assim, pode ser constatado que a população assistida pelo Incapernas duas comunidades apresentam um nível de renda superior, em relação ao município de Nova Venécia. Em São Luiz Gonzaga 10,7% dos entrevistados afirmou ter renda de até um salário mínimo mensal e este mesmo percentual, afirmou receber algum auxílio social e/ou benefício do governo (bolsa família, bolsa escola, auxílio doença...). Na comunidade de Água Limpa o nível de renda é maior uma vez que nenhuma família declarou receber um salário mínimo e 36,7% disseram receber entre um e dois salários mínimos (Figura 16). Por outro lado, o percentual de famílias que acessam benefícios sociais (bolsa família, bolsa escola, auxílio doença...), é bastante expressivo sendo de 23,3%.

Contudo quando comparamos o valor da renda média identificada nas duas comunidades pesquisadas (Figura 16), com os dados do censo demográfico do IBGE (2010), para o município de Nova Venécia, fica claro que as unidades familiares nestas duas comunidades apresentam renda superior aos índices municipais, visto que 21,3% das famílias no município possui renda de até um salário mínimo mensal, o dobro de São Luiz Gonzaga e em Água Limpa todas as famílias declararam ter renda superior a um salário mínimo. Além disso, em Nova Venécia 2,9% se declararam sem renda, situação que não foi observada nas duas comunidades analisadas.

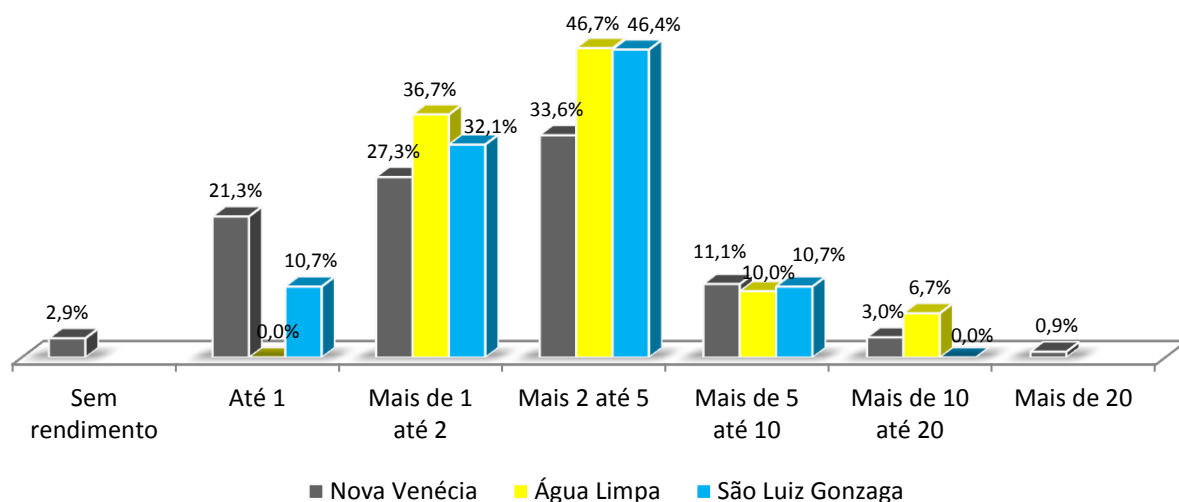


Figura 16. Renda familiar (salário mínimo/mês) da população assistida em Água Limpa e São Luiz Gonzaga, 2015 e de Nova Venécia, ES, 2010.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015. IBGE, censo demográfico 2010: resultados do universo - características da população e dos domicílios.

Um terço dos domicílios em Nova Venécia informou possuir renda entre dois e cinco salários mínimos (IBGE, 2010), sendo que o percentual de famílias que auferiram esta faixa de renda nas duas comunidades pesquisadas foi de 46% (Figura 16). Ressalta-se que a renda declarada trata-se de renda monetária, ou seja, para as famílias no meio rural, ainda existe outra renda não contabilizada, que é a produção para consumo familiar (hortaliças, frutas, mandioca, etc...), que certamente contribui para uma melhor qualidade de vida destas famílias.

Vale ressaltar que 36,7% dos domicílios em Água Limpa e 42,8% em São Luiz Gonzaga, possuem renda familiar de até dois salários mínimos mensais e no município para esta faixa de renda o percentual chega a 48,6% dos domicílios (IBGE, 2010).

Em Água Limpa 16,7% tem renda superior a cinco salários mínimos e 10,7% em São Luiz Gonzaga apresentou o mesmo nível de renda, sendo que no município o percentual para esta faixa é de 14,9%. Ainda em Água Limpa 6,7% afirmou possuir renda superior a dez salários mínimos e no município foram 3,9% (Figura 16).

Dessa forma, a Figura 16 mostra a renda familiar em salários mínimos mensais entre as famílias da população assistida nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, que quando comparado aos dados do censo demográfico do IBGE (2010) para Nova Venécia, conclui-se que as famílias em ambas as comunidades, possuem um percentual de renda superior à média do município.

3.4 Estrutura Fundiária das Propriedades Assistidas pelo Incaper nas Comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga

De acordo com o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), o módulo fiscal é uma unidade de medida expressa em hectares, que serve de parâmetro para classificar o imóvel rural, quanto ao seu tamanho (pequeno, médio e grande), podendo variar de um município para outro, em função da exploração predominante e ainda serve para definir quem são os beneficiários do Pronaf. (INCRA, 2015). Por sua vez, são consideradas pequenas propriedades aquelas que possuem no máximo quatro módulos fiscais, sendo que em Nova Venécia um módulo fiscal equivale a 20 hectares e as áreas inferiores a um módulo fiscal são consideradas minifúndios. (INCRA, 2015).

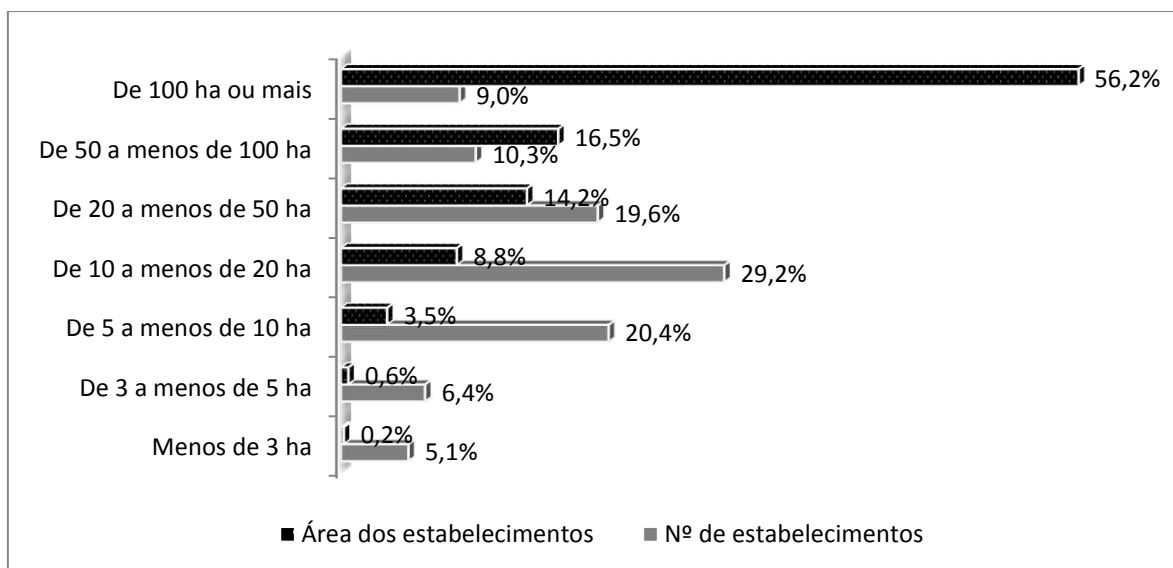


Figura 17. Estrutura fundiária de Nova Venécia-ES, 2006.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Os dados do censo agropecuário do IBGE de 2006 (Figura 17), revelam uma grande concentração fundiária no município, de forma que a área média das propriedades nas faixas acima de 50 ha aumentam consideravelmente, sobretudo para as faixas que possuem 100 ou mais ha, onde 9% dos estabelecimentos, são responsáveis pela ocupação de 56,2% da área total, ao passo que quase um terço dos estabelecimentos (31,9%), possuem menos de 10 ha e ocupam somente 4,3% da área total (Figura 17).

Entretanto, a estrutura fundiária dos agricultores assistidos pelo Incaper nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga em Nova Venécia, é baseada na pequena propriedade de base familiar conforme pode ser observado nas Figura 18 e Figura 19, sendo este o público prioritário nas ações de ATER do referido Instituto.

Os dados da pesquisa de campo também apontam que a estrutura fundiária das propriedades assistidas é altamente fragmentada, uma vez que, dois terços dos estabelecimentos em Água Limpa e 78,6% dos estabelecimentos em São Luiz Gonzaga são considerados minifúndios, (Figura 18 e Figura 19), ou seja, possuem abaixo de 20 hectares. Estes estabelecimentos em Água Limpa, juntos respondem por 35,8% da área ocupada e em São Luiz Gonzaga equivalem a 45,1% da área ocupada. Nos estabelecimentos abaixo de cinco hectares a fragmentação é ainda maior, pois um quinto destes em Água Limpa ocupam somente 3,8% da área e em São Luiz Gonzaga para esta faixa de área, são 17,9% dos estabelecimentos ocupando somente 4,5% da área.

Dessa forma, considerando o módulo fiscal para o município de Nova Venécia, que é de 20 ha, sendo esta considerada a área mínima necessária para suprir o sustento de uma família, conforme definido pelo INCRA, pode se afirmar que, a grande maioria das famílias assistidas pelo Incaper em Água Limpa e em São Luiz Gonzaga, possui menos de um módulo fiscal, e, portanto, a área média para a maioria destes estabelecimentos está abaixo do mínimo necessário para suprir as necessidades básicas de uma família.

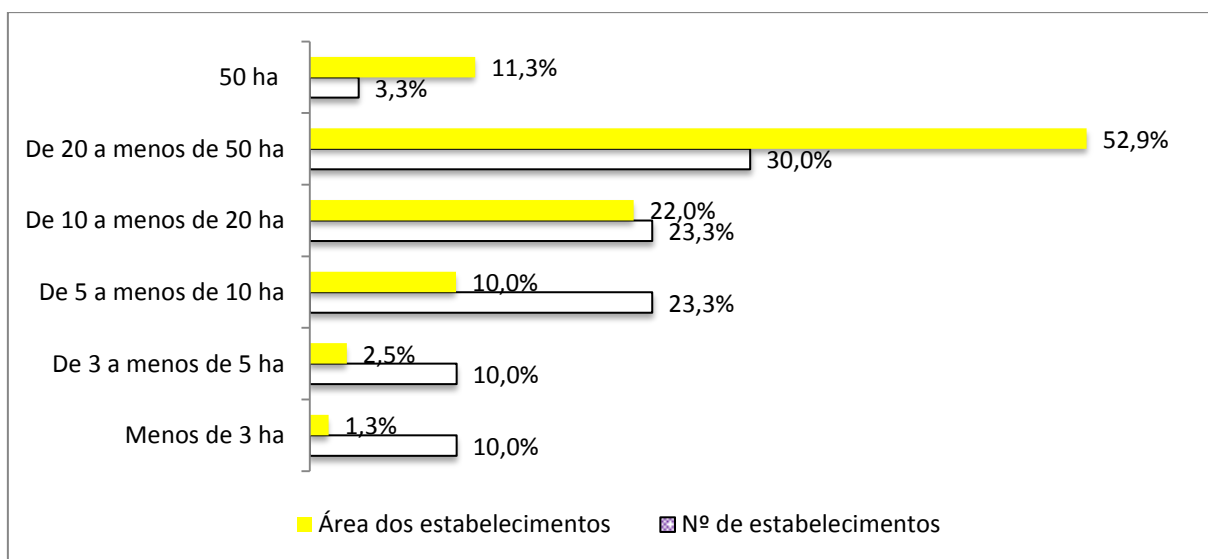


Figura 18. Estrutura fundiária das propriedades assistidas na comunidade de Água Limpa, Nova Venécia-ES, 2015.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Ainda assim, os estabelecimentos com área entre 20 e 50 hectares em Água Limpa correspondem a 30% e ocupam 52,9% da área, já em São Luiz Gonzaga nesta faixa se encontram quase 20% das propriedades o que corresponde a 42,9% da área ocupada.

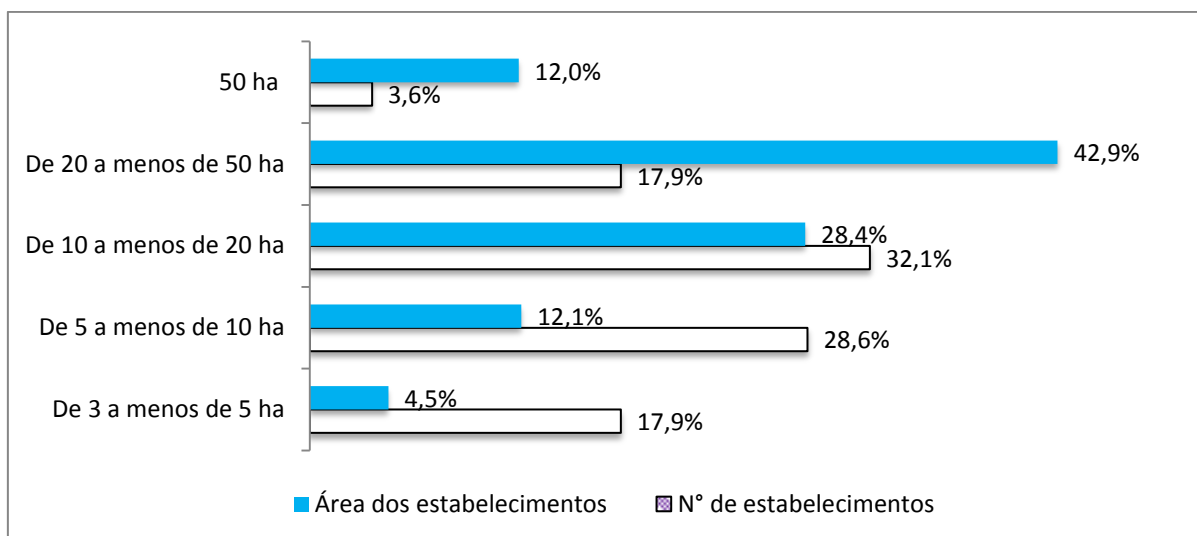


Figura 19. Estrutura fundiária das propriedades assistidas na comunidade de São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Dessa forma, pôde ser identificado que a região já apresenta grande parcelamento das propriedades em função da distribuição hereditária da terra, ou seja, aquisição da terra através da herança, visto que estas áreas vêm sendo ocupadas desde final do século XIX, outro indicador de tal situação é que um quinto desses estabelecimentos em Água Limpa e quase isso em São Luiz Gonzaga (Figura 20) é de comodatários¹², sendo esta, a condição de posse da terra muito presente dentro das unidades familiares.

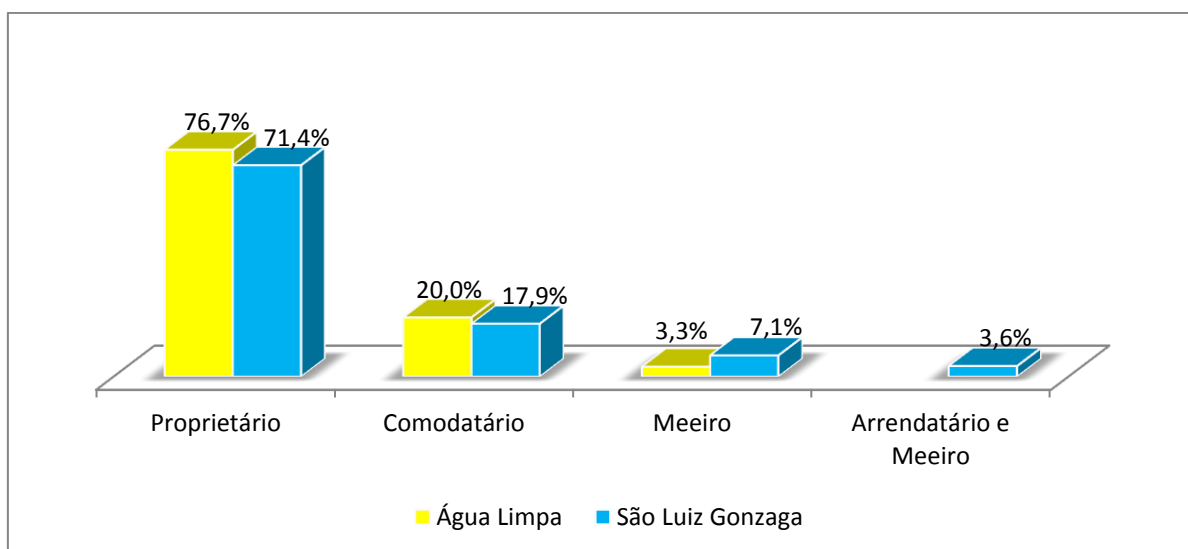


Figura 20. Condição de posse da terra da população assistida nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

¹²Aquele que recebe uma gleba de terra, em comodato, para explorá-la por um determinado tempo.

“Comodato: Empréstimo gratuito de alguma coisa que deve ser restituída em tempo pré-estabelecido pelas partes interessadas (Dicionário online de português, 2016)”.

Nesse sentido, é importante observar que a existência de comodatários, arrendatários e meeiros, indica que ambas as comunidades apresentam uma relação de confiança entre as partes, na medida em que este arranjo se constitui quando se verifica uma relação de confiança, sendo este um importante atributo que se apresenta como fator indicador de Capital Social, ainda que o referido vínculo se formalize por meio de contrato, sobretudo para resguardar os direitos das partes.

A Figura 20 ainda revela que os dados relacionados ao total de proprietários estão em consonância com o censo agropecuário do IBGE (2006), que apontou um percentual de 76,2% para o grupo de proprietários em relação às outras formas de posse da terra. (IBGE, 2006).

Do mesmo modo o percentual de agricultores, que não são proprietários, mas conduzem os estabelecimentos por meio de contrato, mostra que um percentual significativo de pessoas mantem uma relação contratual para administração dos imóveis, 23,3% em Água Limpa e 28,6% em São Luiz Gonzaga (Figura 20).

3.5 Estrutura Produtivas Propriedades Assistidas pelo Incaper nas Comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga

Por meio dos dados extraídos da pesquisa de campo, observa-se que a comunidade de Água Limpa apresenta maior diversificação da produção agropecuária (Figura 21), uma vez que foram citadas onze atividades responsáveis pela geração de renda. Em São Luiz Gonzaga foram citadas apenas cinco atividades, das quais três foram mencionadas apenas uma vez, o que demonstra que a produção nesta comunidade se concentra em duas culturas, café e pimenta do reino.

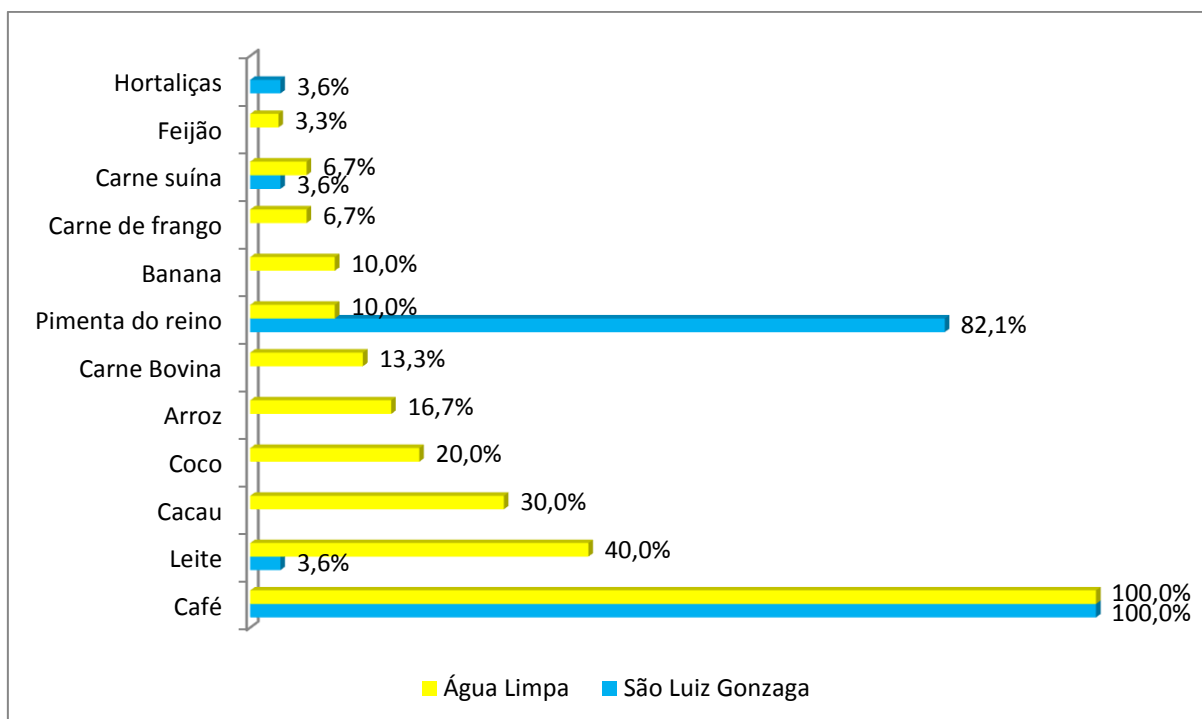


Figura 21. Produção agropecuária encontrada nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Conforme se observa na Figura 21 o café está presente em 100% das propriedades pesquisadas, demonstrando que o produto não perdeu importância econômica desde a colonização do município, sendo responsável por uma grande parte da geração de receitas para as famílias que vivem no meio rural.

A pimenta do reino se apresenta como o quinto produto em área cultivada no município (Quadro 6), todavia, na comunidade de São Luiz Gonzaga, esta é cultivada em 82% das propriedades, sendo a segunda mais importante, se apresentando ainda como uma excelente cultura geradora de renda para as unidades familiares, principalmente em função do alto valor desse produto no atual momento. Portanto, o café e a pimenta do reino são a base da economia das famílias nesta comunidade o que, por certo, proporciona maior especialização e consequentemente maior produção.

Por outro lado, a maior diversificação da produção observada em Água Limpa pode possibilitar maior renda ao longo do ano, pela maior diversidade de produtos para a comercialização, conforme pode ser observado nas Figura 16 e Figura 21.

Outro importante produto agrícola que merece ser mencionado é o cacau que se faz presente em 30% das propriedades em Água Limpa, auxiliando na composição da renda desta comunidade.

Com relação à forma utilizada pelas famílias para a comercialização de seus produtos agrícolas, a pesquisa revelou que um terço da produção em Água Limpa é comercializado por meio de cooperativas, enquanto que em São Luiz Gonzaga esse percentual chega a 40,4% (Figura 22). Dessa forma pode ser observado que, apesar da importância da cooperativa nas comunidades, os atravessadores predominam como intermediários na comercialização da produção agropecuária.

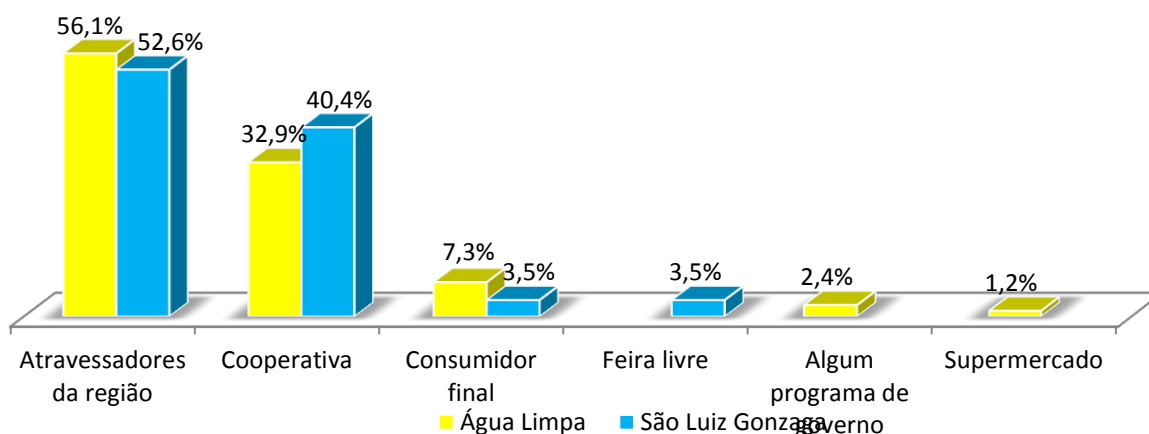


Figura 22. Formas de comercialização da produção em Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015

Salienta-se que somente 2,4% dos produtos são comercializados via algum programa do governo em Água Limpa, e em São Luiz Gonzaga nenhum produtor declarou tal forma de comercialização, o que pode ser explicado pelo alto nível de especialização o que dificulta a comercialização via esta modalidade.

3.6 A Organização dos Agricultores

Dentre as diversas instituições das quais os agricultores entrevistados nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga declararam fazer parte, foram citadas com grande expressividade as *igrejas* (católica, protestante e evangélica); *cooperativas agropecuárias* - Coabriel - Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de São Gabriel, que atua na comercialização de café conilon, venda de insumos agropecuários e assistência técnica a cooperados, e Coopnorte- Cooperativa Agropecuária do Norte do Espírito Santo, que realiza a comercialização de leite e a fabricação e comercialização de produtos lácteos com a marca Veneza; *cooperativas de crédito* - Sicoob - Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil, que é considerado o maior sistema financeiro cooperativo do país e Cresol - Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária; *associações de produtores rurais*, segundo o

Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural - PROATER 2011 – 2013, no município de Nova Venécia existiam naquela época 35 associações relacionadas à Agricultura Familiar, que desenvolviam atividades ligadas aos princípios do associativismo, sendo em sua maioria, prestadoras de serviços na secagem e beneficiamento do café conilon para os sócios e outros produtores; *sindicato dos trabalhadores rurais* (STR) e em menor expressão alguma participação em grupos políticos e associações de outros tipos ou fins que não rural.

Dessa forma, os agricultores das referidas comunidades, apresentam-se inseridos dentro de um processo de sociabilidade, que permite às famílias se organizar conjuntamente para atingir determinados fins, uma vez que 100% (cem por cento) dos entrevistados pertencem a, pelo menos, uma forma organizativa, seja ela de cunho religioso, social ou de produção (Figura 23).

É neste contexto que Franco (2001), afirma que

quanto mais relações horizontais – em rede – se formarem entre pessoas e grupos de uma coletividade e quanto mais democráticos forem os processos políticos praticados nessa coletividade, mais forte será a comunidade e maior será o nível do seu Capital Social. (FRANCO, 2001, p. 22).

Os dados referentes à participação em organizações são apresentados na Figura 23.

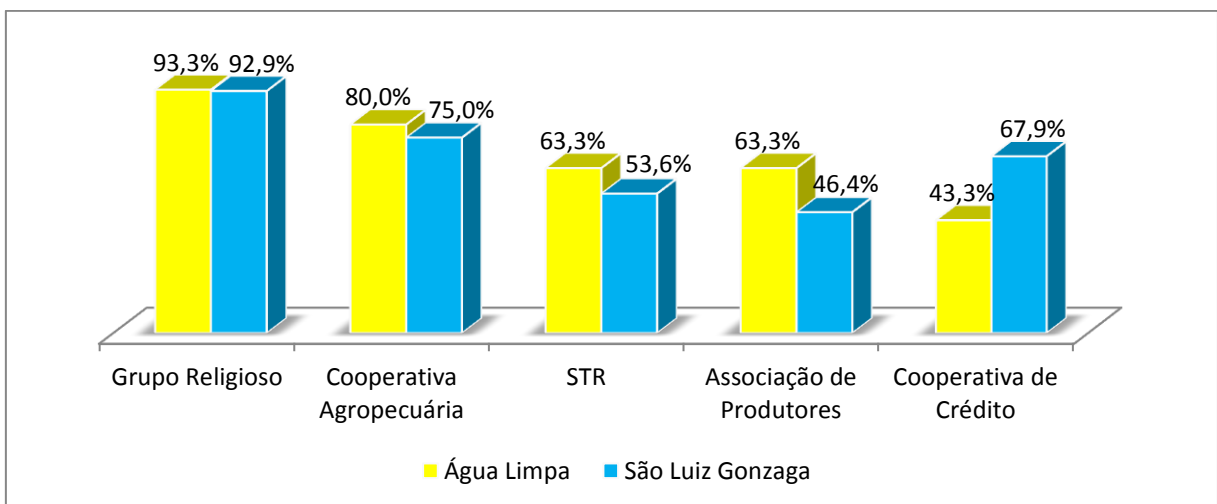


Figura 23. Participação em grupos ou redes da população assistida nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Decerto quando comparamos os entrevistados nas duas comunidades, verificamos que os membros de ambas, possuem alta participação em diversas instituições. No entanto, ainda que estas possuam similitudes, quanto aos aspectos da participação, percebemos que os agricultores da comunidade de Água Limpa se mostram um pouco mais organizados em

virtude do maior percentual de agricultores inseridos nas organizações, tal percentual só é inferior ao apresentado pela comunidade de São Luiz Gonzaga quando se trata da participação em cooperativas de crédito (Figura 23).

Quanto ao grau de participação dos agricultores nas diversas organizações das quais fazem parte, estes, ao serem indagados, sobre como descreveriam a participação nas decisões do grupo (questão 3, Apêndice A), afirmaram ter um maior grau de participação nas associações de produtores rurais, uma vez que 68,4% dos entrevistados em Água Limpa e 84,7% em São Luiz Gonzaga se consideram membros muito ativos e/ou líderes em suas instituições, o que evidencia que estas organizações são geridas pelos próprios agricultores. Por sua vez, o menor grau de participação nas tomadas de decisões das instituições foi identificado no STR e na cooperativa de crédito (Quadro 7). Nesse sentido é importante observar que apesar do STR ser o representante dos trabalhadores rurais, percebe-se que o mesmo não vem tendo uma participação efetiva desta categoria.

Quadro 7. Grau de participação dos membros nas decisões dos grupos/organizações nas comunidades pesquisadas no município de Nova Venécia-ES, 2015.

Grau de participação	Grupo ou Rede (%)														
	Grupo Religioso			Cooperativa Agropecuária			STR			Associação de produtores			Cooperativa de Crédito		
	AL	SLG	Total	AL	SLG	Total	AL	SLG	Total	AL	SLG	Total	AL	SLG	Total
Líder	31,0	18,5	25,0	8,3		4,4	5,3		2,9	26,3	38,5	31,3	7,7	5,3	6,3
Muito ativo	41,4	44,4	42,9	16,7	14,3	15,6	10,5	6,7	2,9	42,1	46,2	43,8	15,4		6,3
Relativamente ativo	6,9	25,9	16,1	8,3	33,3	20,0		26,7	17,6	15,8	15,4	15,6	23,1	26,3	25,0
Não participa das decisões	20,7	11,1	16,1	66,7	52,4	60,0	84,2	66,7	76,5	15,8		9,4	53,8	68,4	62,5

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

AL: Água Limpa.

SLG: São Luiz Gonzaga.

Por outro lado, também pode ser observado que a maior participação nas associações é de homens, uma vez que em 84,8% das unidades familiares entrevistadas o membro familiar considerado mais ativo foi o esposo. Tal situação também ocorre em relação a participação nas Igrejas, onde a presença masculina é maior que a feminina, ainda que nesse caso o casal foi considerado como membro mais ativo, conforme pode ser percebido no Quadro 8.

Ainda no tocante à participação, outro dado relevante é o que se refere ao envolvimento dos agricultores em cooperativas. De acordo com a Figura 23, 80% da população assistida pelo Incaper em Água Limpa e 75% em São Luiz Gonzaga participam de

cooperativa agropecuária, o que indica um alto grau de organização dos agricultores, para solucionar seus problemas relacionados à produção e comercialização, uma vez que segundo Higgins (2005, pág. 24), “a função principal dos grupos e das organizações sociais consiste em reduzir os custos de transação”.

No entanto, somente 16,7% dos entrevistados em Água Limpa e 14,3% em São Luiz Gonzaga disseram se considerar membros muito ativos nas cooperativas agropecuárias. De outra sorte, ainda que a Cooperativa Agropecuária seja a segunda instituição mais importante para as comunidades (Figura 24), quando indagados acerca de sua participação nestas, 66,7% e 52,4% dos entrevistados em Água Limpa e São Luiz Gonzaga, respectivamente, disseram não participar das decisões, ou seja, fazem parte das organizações, mas não participam dos processos e tomadas de decisões quanto aos diversos temas abordados, sendo que os outros 33,3% e 47,6% em Água Limpa e São Luiz Gonzaga, estão divididos entre os diversos graus de participação, líder, muito ativo e relativamente ativo (Quadro 7). No entanto, cabe salientar que a maioria dos associados às cooperativas demonstrou serem sócios somente para obter os benefícios advindos deste processo organizacional, ou seja, estão mais preocupados com as vantagens obtidas individualmente do que com os ganhos coletivos, prevalecendo assim o interesse individual.

Acerca do tema segue trecho da entrevista, com um dos agentes responsáveis pela ATER no município, realizada com o entrevistado 02 que retrata um pouco dessa realidade:

[...] a grande maioria, eu não vejo eles participando efetivamente no processo de gestão da cooperativa, eles não estão a par da entrada de recurso, saída de recurso, como é feito os investimentos, [...] questionam o trabalho, mas também não se movimentam para buscar melhorias, mesmo sendo cooperado... (Entrevistado 02, extensionista, Nova Venécia, 2015).

A afirmação acima pode ser corroborada com o fato de 51% dos entrevistados afirmarem que não participam de reuniões e de tomada de decisões quanto aos investimentos realizados pela organização a qual pertence (questão 8, apêndice A).

Quadro 8. Membro familiar mais ativo nas organizações em que os membros das comunidades participam.

Membro Familiar mais ativo	Grupo ou Rede (%)														
	Grupo Religioso			Cooperativa Agropecuária			STR			Associação de produtores			Cooperativa de Crédito		
	AL	SLG	Total	AL	SLG	Total	AL	SLG	Total	AL	SLG	Total	AL	SLG	Total
Esposo	33,3	26,9	30,4	95,8	85,7	91,1	68,4	53,3	61,8	89,5	78,6	84,8	84,6	70,0	75,8
Esposa	20,0	19,2	19,6		9,5	4,4	10,5	13,3	11,8	5,3		3,0		5,0	3,0
Filhos	13,3	3,8	8,9	4,2		2,2	5,3		2,9	5,3	7,1	6,1		5,0	3,0
Casal	33,3	34,6	33,9				15,8	33,3	23,5		14,3	6,1	15,4	15,0	15,2
Todos os membros da família		11,5	5,4		4,8	2,2								5,0	3,0
Netos		3,8	1,8												

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

AL: Água Limpa.

SLG: São Luiz Gonzaga.

Entre as organizações nas quais os membros das comunidades pesquisadas declararam fazer parte, as duas consideradas mais importantes pelos entrevistados foram, a igreja, com índice superior a 40% em ambas as comunidades, e a cooperativa agropecuária, 34,5% e 21,8% em Água Limpa e São Luiz Gonzaga respectivamente, conforme ilustrado na Figura 24, o que reforça a ideia da forte religiosidade existente nestas comunidades e a importância dada às cooperativas agropecuárias, que lhes auxiliam na produção e comercialização dos produtos agropecuários por eles produzidos.

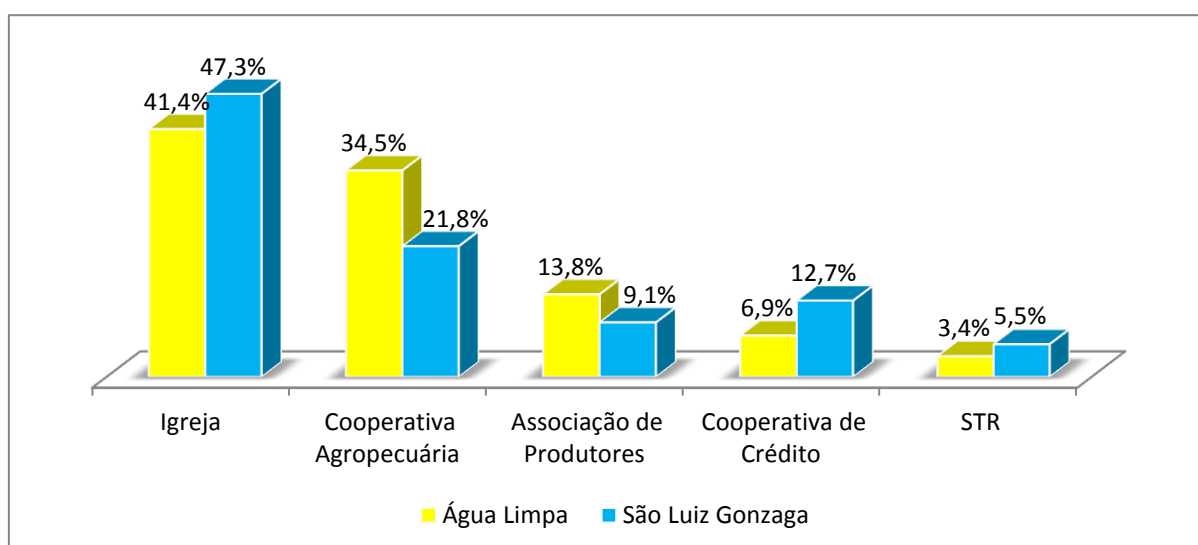


Figura 24. Instituições mais importantes para os entrevistados em Água Limpa e São Luiz Gonzaga - Nova Venécia-ES, 2015.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Quanto às vantagens e benefícios advindos da participação nas organizações, a população assistida nas comunidades, apontou em sua maioria a melhoria da renda familiar ou o acesso a algum tipo de serviço, correspondendo a um percentual próximo a 40% para ambas as comunidades. Tal percentual indica que a participação e a organização dos agricultores têm contribuído para melhorar as condições de renda das famílias. É importante observar na Figura 25 que os itens onde a participação proporcionam benefícios para a comunidade e também posição social, espiritual e autoestima, podem ser indicadores de Capital Social, mas o elemento fundamental apontado pelos entrevistados foi a renda.

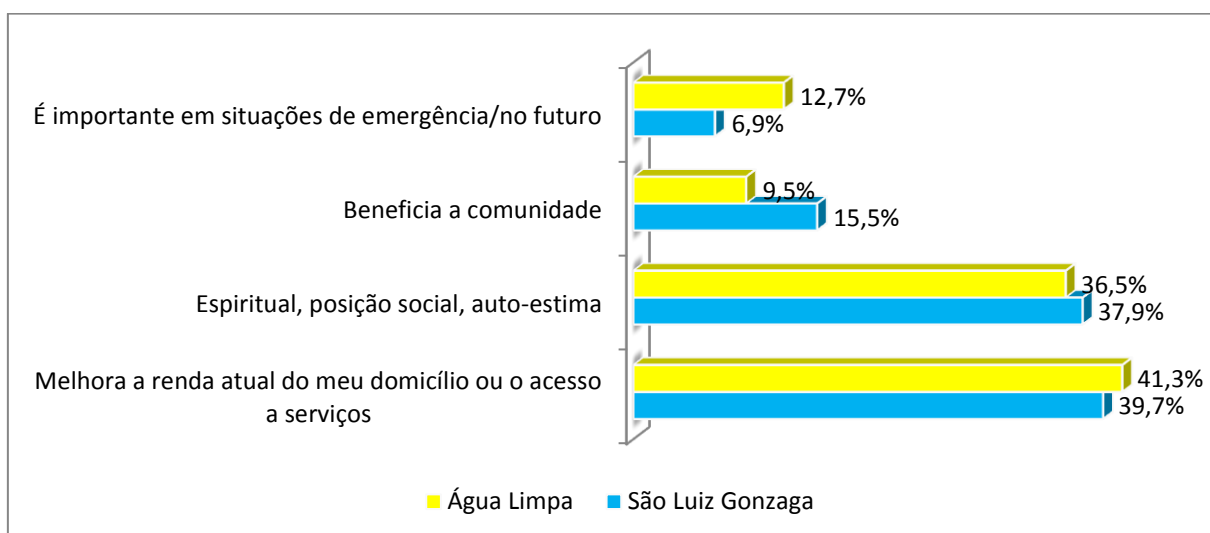


Figura 25. Vantagem ou benefício em participar de alguma instituição nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

De todo modo, pode-se concluir que os agricultores participam de organizações em suas comunidades ou fora delas, o que proporciona um grau de sociabilidade. E nessa perspectiva, dois terços dos entrevistados declararam que as organizações onde estão inseridos, interagem frequentemente com outros grupos fora da comunidade e se considerarmos as que interagem inclusive ocasionalmente esse índice chega a 94%, sendo que esta interação se apresenta como um indicador de Capital Social nas mesmas. Ademais, a manutenção e o reforço do capital social dependem principalmente da capacidade dos membros das comunidades de comunicar-se entre si e também com outras. (GROOTAERT *et al.*, 2003).

Quadro 9. Participação dos membros assistidos pelo Incapernas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES em alguma ação de interesse coletivo, 2015.

Descrição	SIM			NÃO		
	AL	SLG	Total	AL	SLG	Total
Participou de uma reunião da associação, sindicato, cooperativa de conselho, reunião aberta ou grupo de discussão?	76,7	85,7	81,0	23,3	14,3	19,0
Encontrou um político, telefonou para ele/ela, ou enviou- lhe uma carta?	53,3	42,9	48,3	46,7	57,1	51,7
Participou de um protesto ou demonstração	10,0	25,0	17,2	90,0	75,0	82,8
Participou de uma campanha eleitoral ou informativa?	10,0	21,4	15,5	90,0	78,6	84,5
Alertou algum jornal, rádio ou TV para um problema local?		3,6	1,7	100,0	96,4	98,3
Informou a polícia ou a justiça a respeito de um problema local?	6,7	42,9	24,1	93,3	57,1	75,9

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

AL: Água Limpa.

SLG: São Luiz Gonzaga.

O Quadro 9 apresenta a participação dos membros da unidade familiar em alguma ação coletiva que pode resultar em benefício para a comunidade. Assim, observa-se que a participação em reuniões nas diversas instituições das quais fazem parte é alta (76,7% em Água Limpa e 85,7% em São Luiz Gonzaga), seguida pelo encontro com algum político, que ficou com percentual de 53,3% em Água Limpa e 42,9% em São Luiz Gonzaga, ressalta-se que por vezes, quando os entrevistados responderam acerca do encontro com políticos, em sua maioria, este se deu em festividades religiosas ou familiares nas comunidades. Para as demais questões que poderiam resultar em algum benefício para a comunidade, as respostas foram baixas em ambas as comunidades com exceção em São Luiz Gonzaga que apontou um percentual de 42,9% de entrevistados que informou a polícia sobre problemas (roubo nas residências) ocorridos na comunidade (Quadro 9).

Dessa forma, o nível de participação nas duas comunidades pesquisadas se apresenta de forma bem diversa, conforme ilustrado no Quadro 9, estando atrelada ao interesse individual de cada cidadão, pois ainda que o nível de participação seja baixo para algumas instituições, o percentual de participantes em organizações é alto, ou seja, cada cidadão participa do grupo ou instituição, que poderá trazer benefícios para sua família.

3.7 Relações Sociais nas Comunidades

A ocorrência de interações cotidianas entre os membros de uma comunidade seja fazendo uma visita a alguém ou recebendo visitas em sua casa, ou ainda outras ações que fortalecem a sociabilidade entre os moradores como, por exemplo, a participação em um

festival religioso ou um casamento, constitui um importante fator a ser considerado na verificação do grau de Capital Social de uma determinada comunidade. Nesse sentido, ao analisarmos a interação entre os membros das comunidades pesquisadas no município de Nova Venécia, percebemos que as famílias interagem umas com as outras, o que contribui para a elevação do grau de Capital Social presente nas mesmas.

Assim, a Figura 26 nos mostra que em torno de 15% dos entrevistados disseram se reunir com outras pessoas, para comer ou beber, em casa ou em algum lugar público pelo menos oito vezes ou mais por mês. Se somarmos ao referido percentual, aqueles que se reúnem quatro a seis vezes, alcançam 30% dos entrevistados em Água Limpa e 35,7% em São Luiz Gonzaga, o que é considerado baixo, quando se analisa a interação entre os membros de uma comunidade. Observa-se ainda que pelo menos dois terços dos entrevistados em Água Limpa e 82,1% em São Luiz Gonzaga afirmaram se reunir com outros membros da comunidade pelo menos uma vez ao mês, o que de certo modo demonstra que as famílias em ambas as comunidades mantem um padrão de sociabilidade que os permite interagir uns com os outros ampliando assim as relações sociais entre os membros das comunidades pesquisadas.

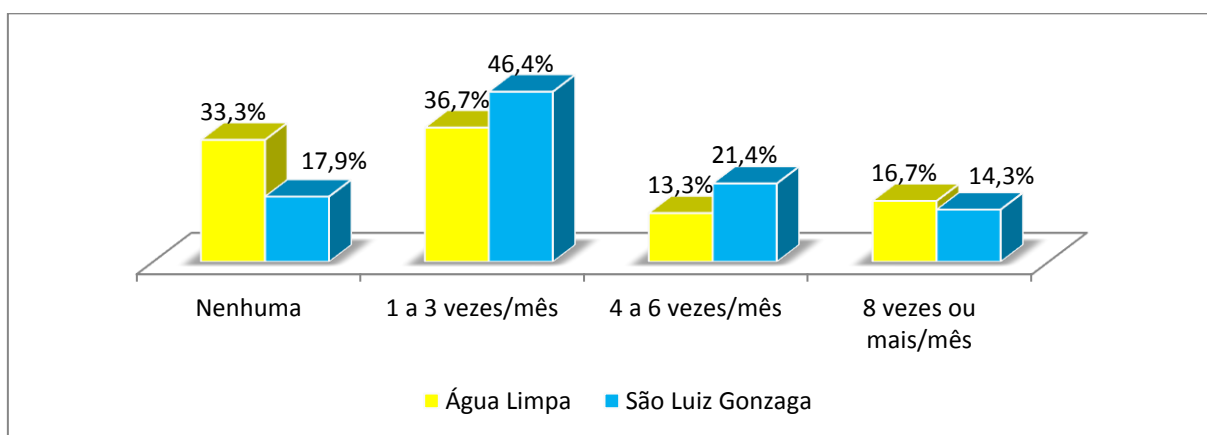


Figura 26. Nº de vezes no último mês, que as famílias se reuniram com outras pessoas em casa ou em algum lugar público, nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Ainda assim, é importante ressaltar, que um terço dos entrevistados em Água Limpa e quase um quinto em São Luiz Gonzaga afirmaram que não se reuniram em nenhum momento no último mês com outras pessoas da comunidade, para comer ou beber, em casa ou algum lugar público, indicando assim, percentual significativo de famílias, onde o nível de interação entre membros é baixo.

Com relação ao número de visitas recebidas em casa e também as realizadas nas casas de outros membros da comunidade, podem ser observadas na Figura 27 que existem similitudes entre o percentual de visitas recebidas e realizadas nas comunidades. Assim, pode ser percebido que as famílias entrevistadas em Água Limpa e em São Luiz Gonzaga tanto recebem como visitam também outras pessoas nas comunidades onde residem.

Ao analisar os dados da Figura 27 para a comunidade de Água Limpa, percebemos que o percentual de entrevistados que declarou receber quatro a seis visitas por mês é de 23,3%, percentual igual ao de visitas realizadas, já para os que afirmaram receber entre uma e três visitas por/mês o percentual foi de 36,7%, portanto um pouco menor que o percentual de visitas realizadas para esta faixa que foi de 40% e entre os que afirmaram receber dez ou mais visitas/mês o percentual foi 10% superior aos que afirmaram realizar este quantitativo de visitas, sendo que nenhum entrevistado afirmou receber entre sete e nove visitas/mês e ainda 6,7% declararam não receber nenhuma visita no último mês, percentual um pouco menor para os que declararam não realizar nenhuma visita que foi de 10%.

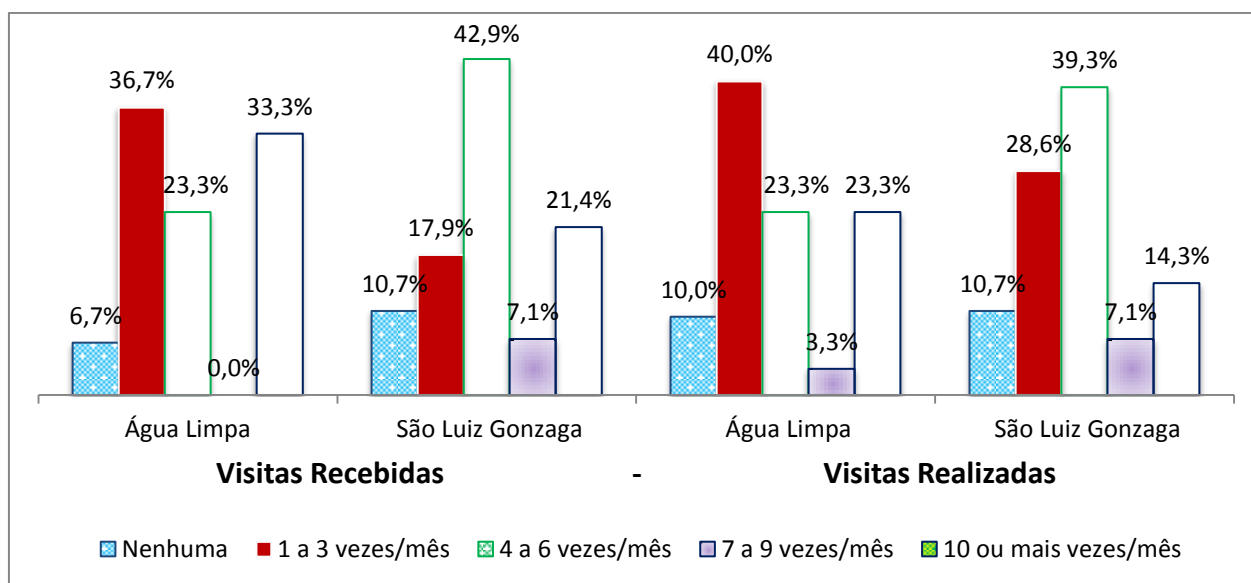


Figura 27. Nº de vezes no último mês, que a família recebeu visitas em casa e visitou outras pessoas em suas casas nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Analisando os dados da Figura 27 referente a comunidade de São Luiz Gonzaga, observamos que 42,9% dos entrevistados declarou receber quatro a seis visitas/mês, percentual um pouco superior às visitas realizadas nesta faixa. Entre os que afirmaram receber entre uma e três visitas por/mês o percentual foi de 17,9%, bem menor que o percentual de visitas realizadas para esta faixa que foi de 28,6% e para os que afirmaram receber dez ou

mais visitas/mês o percentual foi de 21,4%, superior aos que afirmaram realizar dez ou mais visitas/mês, sendo que o mesmo percentual de entrevistados (7,1%) afirmou receber entre sete e nove visitas/mês e ainda 10,7% declararam que não receberam, nem realizaram nenhuma visita no último mês.

Portanto os dados refletem que ocorrem interações sociais cotidianas entre os membros das comunidades entrevistadas e percebe-se também que as pessoas visitam menos do que recebem visitas em suas casas, sobretudo quando se analisa a faixa de 10 ou mais visitas/mês. Essa interação entre os membros pode contribuir para a formação de Capital Social, na medida em que se estabelece uma relação mais estreita de confiança entre os pares. Segundo Grootaert *et al.*, (2003), essas manifestações cotidianas de interações sociais numa comunidade, podem ser interpretadas positivamente como ocorrência de Capital Social.

Quanto à prática de esportes nas comunidades, aproximadamente um terço dos entrevistados em São Luiz Gonzaga e quase um quarto em Água Limpa informou praticar ou jogar algum esporte ou alguma outra atividade recreativa pelo menos quatro vezes ou mais no trimestre (Figura 28), sendo os que declararam praticar algum esporte com frequência (dez ou mais vezes no trimestre), correspondem a 10% dos entrevistados em Água Limpa e 25% em São Luiz Gonzaga (Figura 28).

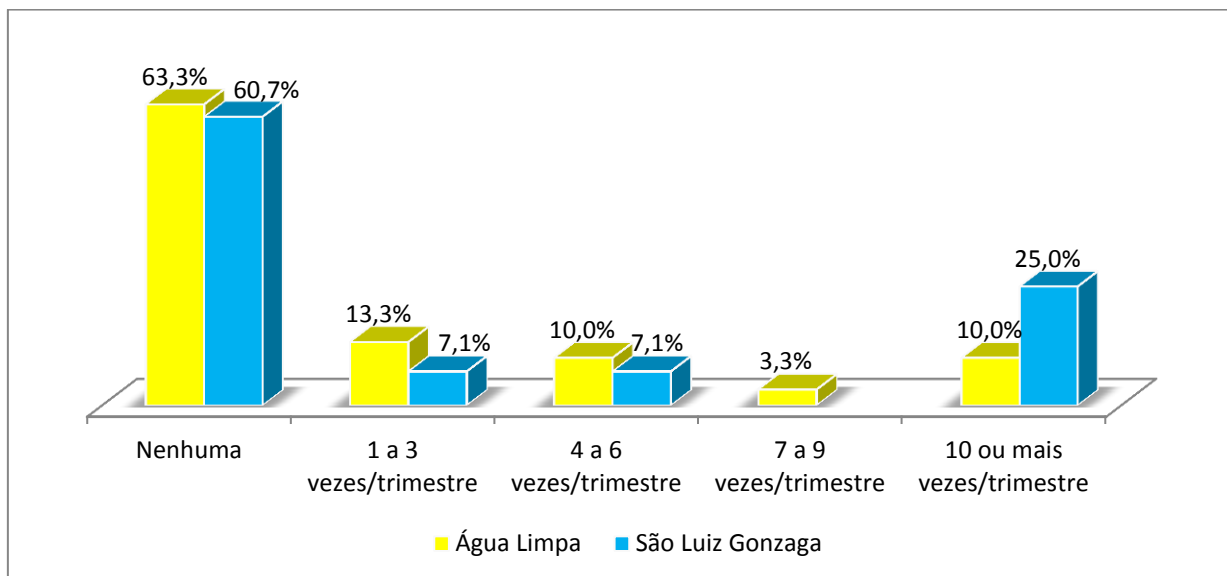


Figura 28. Nº de vezes no último trimestre, que algum membro da família se reuniu para praticar esportes ou outras atividades recreativas nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Quando se analisa tais dados, percebe-se que um percentual expressivo da população não tem praticado algum esporte e nenhum outro tipo de atividade recreativa, sendo 63,3%

em Água Limpa e 60,7% em São Luiz Gonzaga (Figura 28). Nesse sentido concluímos que a participação em algum tipo de esporte ou outra atividade recreativa entre os membros das comunidades é muito baixa, apesar do percentual de jovens existentes nestas comunidades.

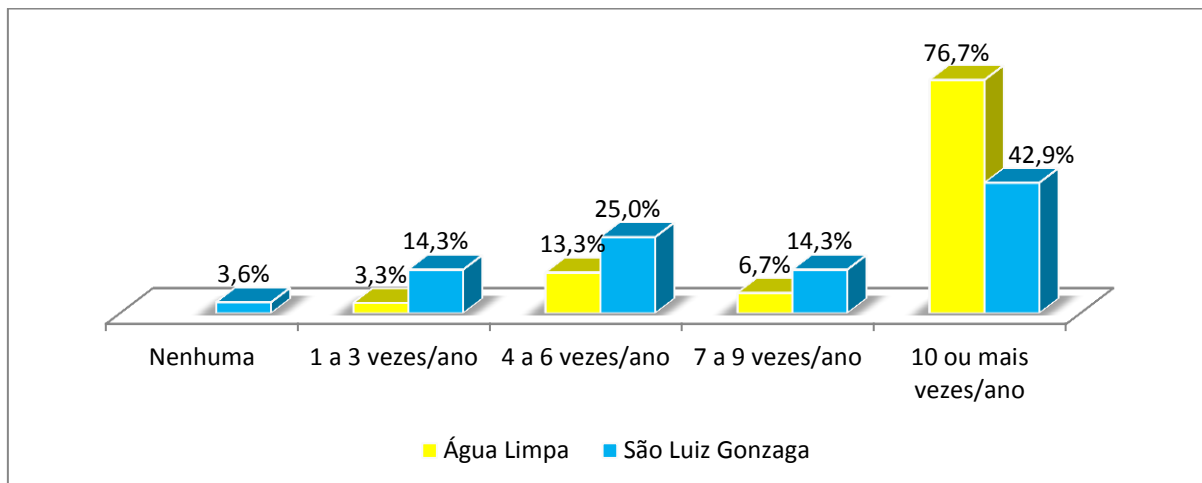


Figura 29. Nº de vezes no último ano, que a família participou de alguma cerimônia familiar (casamento, velório, festival religioso...) nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Ainda analisando a sociabilidade cotidiana nas comunidades pesquisadas, os entrevistados foram indagados acerca de quantas vezes, no último ano, participaram de alguma cerimônia familiar ou de um festival na comunidade. A Figura 29 indica que quase a totalidade dos entrevistados informou ter participado no último ano de alguma cerimônia familiar ou festival religioso, com exceção de somente 3,6% dos entrevistados na comunidade de São Luiz Gonzaga, que informou não ter participado de nenhuma atividade. Por outro lado, um percentual expressivo de agricultores informou que participou dez vezes ou mais no ano, sendo 76,7% para os entrevistados em Água Limpa e 42,9% para os entrevistados em São Luiz Gonzaga e se considerarmos os que informaram participar sete vezes ou mais totaliza 83,4% dos entrevistados em Água Limpa e quase 60% em São Luiz Gonzaga. Assim, pode se afirmar que os membros das comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, mantem um percentual expressivo de indivíduos que se relacionam cotidianamente, o que indica a existência de Capital Social entre os membros das referidas comunidades.

Os dados apresentados também indicam que estas relações cotidianas favorecem a solidariedade e reciprocidade entre os membros das referidas comunidades, de forma que promovem a associação e cooperação dos integrantes, contribuindo para a geração e manutenção do Capital Social presente nas comunidades pesquisadas.

3.8 Confiança, Cooperação e Solidariedade entre os Agricultores Assistidos pelo Incaper em Água Limpa e São Luiz Gonzaga

O Capital Social presente em determinada comunidade tem sido apontado como fator impulsionador do desenvolvimento, e, portanto, alguns elementos são indispensáveis para a classificação de seu grau. Assim sendo, a relação de confiança, a reciprocidade entre os pares, bem como a avaliação realizada por estes quanto ao grau de honestidade dos membros de instituições, são fatores que podem ser indicadores de Capital Social.

Os Quadros 10,11 e12 sintetizam os parâmetros de confiança entre os pares nas comunidades pesquisadas, bem como o nível de confiança em diversas instituições e seus responsáveis e também a percepção do grau de honestidade que os membros das comunidades têm em relação a diversos tipos de pessoas e instituições.

Quadro 10. Grau de confiança entre a população assistida nas comunidades pesquisadas de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.

Descrição	A. (%)			B. (%)			C. (%)			D. (%)		
	AL	SLG	Total	AL	SLG	Total	AL	SLG	Total	AL	SLG	Total
Concordo totalmente	33,3	28,6	31,0	33,3	46,4	39,7	96,7	67,9	82,8	23,3	25,0	24,1
Concordo em parte	36,7	46,4	41,4	36,7	28,6	32,8	3,3	17,9	10,3	26,7	28,6	27,6
Não concordo nem discordo				3,3	3,6	3,4					7,1	3,4
Discordo em parte	20,0	3,6	12,1	6,7	10,7	8,6		3,6	1,7	36,7	28,6	32,8
Discordo totalmente	10,0	21,4	15,5	20,0	10,7	15,5		10,7	5,2	13,3	10,7	12,1
<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

AL: Água Limpa.

SLG: São Luiz Gonzaga.

A. Pode-se confiar na maioria das pessoas que moram nesta comunidade.

B. Nesta comunidade, é preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem de você.

C. A maioria das pessoas nesta comunidade está disposta a ajudar caso você precise.

D. Nesta comunidade, as pessoas geralmente não confiam umas nas outras quanto a emprestar e tomar dinheiro emprestado.

O Quadro 10 demonstra a existência de confiança entre a população assistida nas comunidades em relação aos demais membros para algumas questões. Um terço dos entrevistados em Água Limpa e 28,6% em São Luiz Gonzaga concordam com a afirmação de que se pode confiar totalmente na maioria das pessoas da comunidade onde residem e considerando os que inclusive concordam em parte com esta afirmação, o percentual alcança 70% em Água Limpa e 75% em São Luiz Gonzaga, sendo que, ainda 30% dos entrevistados em Água Limpa e 25% em São Luiz Gonzaga responderam contrariamente a esta afirmação. Mesmo assim, ainda que os entrevistados tenham demonstrado confiança entre os pares no

item A, um terço dos entrevistados em Água Limpa e 46,4% em São Luiz Gonzaga admitiram que é preciso estar atento senão alguém pode tirar vantagem de você. Somente 26,7% dos entrevistados em Água Limpa e 21,4% em São Luiz Gonzaga, declararam não precisar estar atentos senão estarão em desvantagem, demonstrando confiar nas pessoas da comunidade onde residem. Desta forma, é possível afirmar que neste quesito os membros das comunidades pesquisadas apresentaram-se desconfiados um com os outros, embora, 96,7% em Água Limpa e 67,9% dos entrevistados em São Luiz Gonzaga concordaram totalmente que a maioria das pessoas estão dispostas a ajudar caso haja necessidade, ou seja, ainda que haja suspeição entre os membros das comunidades pesquisadas em virtude de algum fator específico, percebe-se também que há um grande percentual de pessoas que estão dispostas a colaborar umas as outras. Com relação à questão que analisa a confiança dos membros em relação a emprestar e tomar dinheiro emprestado, o Quadro 10 mostra que 50% dos entrevistados em Água Limpa e 53,6% em São Luiz Gonzaga, em suas respostas demonstraram que as pessoas não confiam uma nas outras, ou seja, apontam para desconfiança entre os membros quando o assunto é relacionado ao fator financeiro.

Nesse sentido, é possível observar um baixo grau de confiança entre os membros nestas comunidades, e sendo este um elemento fundamental para a existência de Capital Social, consequentemente os dados apontam para um baixo nível deste bem (Capital Social), uma vez que Kliksberg (2000), afirma que o grau de confiança entre os atores de uma sociedade evidenciam a existência de capital social nas comunidades, veja-se:

El grado de confianza existente entre los actores sociales de una sociedad, las normas del comportamiento cívico practicadas, y de asociatividad que la caracteriza. Estos elementos son evidenciadores de la riqueza y fortaleza del tejido social interno de una sociedad. (KLIKSBERG, 2000, p. 9).

Durante as entrevistas os agricultores também foram indagados acerca de como classificariam o grau de confiança existente entre os vizinhos e membros da comunidade (questão 18, apêndice A), de forma que, na percepção destes, em quase sua totalidade classificaram como de médio a alto, sendo que em Água Limpa um pouco mais de um terço classificou como alto, 60% dos entrevistados classificaram como médio e somente uma pessoa ou 3,3% da amostra, disse que o grau de confiança entre seus pares é baixo. Também com valores próximos aos apresentados em Água Limpa, São Luiz Gonzaga classificou como médio em 71,4% dos entrevistados e o restante, ou seja, 28,6% da amostra classificaram como alto o grau de confiança entre os vizinhos e demais membros da comunidade.

Os agricultores entrevistados se mostraram dispostos a cooperar com a comunidade, na medida em que afirmaram que contribuiriam com tempo e dinheiro para implantação de algum projeto que não o beneficiaria diretamente, mas traria benefícios para os demais membros da comunidade (questão 20, apêndice A). Esta afirmação foi de 100% dos entrevistados em Água Limpa e 92,9% em São Luiz Gonzaga que contribuiriam tanto com seu tempo quanto dinheiro. De outro modo quando indagados se as outras pessoas da comunidade contribuiriam com tempo e dinheiro para algum projeto coletivo (tais como um mutirão ou a manutenção de um centro comunitário, ou a sede da associação), que beneficiaria a todos (questão 21, apêndice A), aproximadamente 7% em ambas as comunidades afirmaram que todas as pessoas da comunidade contribuiriam com seu tempo e dinheiro para o projeto. Todavia em Água Limpa 53,3% acreditavam que mais da metade contribuiria, enquanto um terço dos entrevistados acreditava que cerca da metade ajudaria e 6,7% disse que seria menos da metade. Já em São Luiz Gonzaga 35,7% acreditava que mais da metade dos membros contribuiria com tempo e dinheiro, um quarto dos entrevistados achavam que cerca da metade, enquanto 28,6% disseram ser menos da metade que poderia contribuir com seu tempo e dinheiro para algum projeto coletivo que beneficiasse os membros da comunidade e ainda 3,6% disse que ninguém ajudaria. Portanto, não se percebe entre os membros de ambas as comunidades, inclinação para ser solidário ao próximo e assim cooperar de alguma forma para o bem estar social da comunidade.

Quadro 11. Grau de confiança demonstrado pelos entrevistados das comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.

Descrição	1. (%)			2.(%)			3.(%)			4.(%)			5.(%)			6.(%)			7.(%)			8.(%)			9.(%)			10.(%)				
	AL	SLG	Total	AL	SLG	Total	AL	SLG	Total	AL	SLG	Total	AL	SLG	Total	AL	SLG	Total	AL	SLG	Total	AL	SLG	Total	AL	SLG	Total	AL	SLG	Total		
Confio totalmente	53,3	60,7	56,9	3,3	14,3	8,6	6,7		3,5	8,0		4,2	6,7		3,4				3,3		1,7											
Confio muito	23,3	32,1	27,6	63,3	60,7	62,1	43,3	39,3	41,4	40,0	30,4	35,4	33,3	21,4	27,6	13,3	14,3	13,8	10,0	10,7	10,4					7,1	3,4					
Nem pouco, nem muito	13,3	7,1	10,3	23,3	21,4	22,4	36,7	39,3	37,9	44,0	30,4	37,5	40,0	42,9	41,4	53,3	35,7	44,8	16,7	28,6	22,4	23,3	17,9	20,7	13,3	17,9	15,5	26,7	7,1	17,2		
Confio pouco				3,3		1,7	13,3	21,4	17,2	4,0	21,7	12,5	16,7	28,6	22,4	23,3	39,3	31	33,3	35,7	34,5	23,3	35,7	29,3	16,7	35,7	25,9	6,7	14,3	10,4		
Confio muito pouco	10		5,2	6,7	3,6	5,2				4,0	17,4	10,4	3,3	7,1	5,2	10,0	10,7	10,4	36,7	25,0	31	53,3	46,4	50	70,0	39,3	55,2	66,7	78,6	72,4		
<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

AL: Água Limpa.

SLG: São Luiz Gonzaga.

1. Pessoas do seu grupo familiar.
2. Professores.
3. Profissionais de ATER.
4. Representante dos produtores no CMDR's.
5. Comerciantes.
6. Pessoas de outros grupos, fora do seu grupo familiar.
7. Polícia.
8. Membros do governo local.
9. Membros do governo federal/estadual.
10. Estranhos.

Quando indagados sobre o grau de confiança nas diversas instituições, constata-se que o nível de confiança oscila em função da variável que se está analisando. Além de pessoas estranhas o maior percentual de desconfiança verificado é entre os políticos, seja ele, local, estadual ou federal, oscilando entre 53,3% e 46,4% para os que confiam muito pouco em membros do governo local em Água Limpa e São Luiz Gonzaga e entre 70% e 39,3% para os que confiam muito pouco nos governos estaduais e federais em Água Limpa e São Luiz Gonzaga, respectivamente (Quadro 11).

De forma contrária, o maior percentual de confiança está entre os membros do grupo familiar, que apresentou 53,3% em Água Limpa e 60,7% em São Luiz Gonzaga, para os que confiam totalmente (Quadro 11). Por sua vez dois terços dos entrevistados em Água Limpa e 75% em São Luiz Gonzaga afirmaram confiar nos professores, e para os profissionais de ATER os índices foram de 50% em Água Limpa e 39,3% em São Luiz Gonzaga para os que confiam, apesar de nesta comunidade, nenhum entrevistado afirmar confiar totalmente nestes, sendo ainda a percepção de confiança pouco expressiva, para 13,3% dos entrevistados em Água Limpa e 21,4% em São Luiz Gonzaga, pois afirmaram confiar pouco nos profissionais de ATER. Nesse sentido, Putnam (2006) afirma que “os laços de parentesco desempenham um papel especial na solução dos dilemas da ação coletiva. Em certos aspectos, os laços de sangue são comparáveis aos vínculos horizontais do engajamento cívico, porém a família é mais universal”. (PUTNAM, 2006, p. 184), enfatizando ainda que empresas familiares e as minorias étnicas coesas foram importantes nos primórdios da revolução comercial.

É importante observar que um percentual expressivo de entrevistados se mostrou indiferente ao avaliar a grau de confiança das pessoas e instituições analisadas, pois, afirmaram confiar nem pouco nem muito. Dentre tais pessoas e instituições, as que mais receberam tal avaliação foram os representantes dos produtores no CMDR's (conselho municipal de desenvolvimento rural sustentável), profissionais de ATER, comerciantes e de pessoas fora do seu grupo familiar que apresentaram percentual superior a 30% em ambas as comunidades pesquisadas (Quadro 11).

Quadro 12. Grau de honestidade em relação aos membros e funcionários de instituições, demonstrado pelos entrevistados das comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.

Descrição	1. Líderes tradicionais da comunidade (%)			2. Professores e funcionários da escola (%)			3. Profissionais de ATER (%)			4. Funcionários do correio (%)			5. Médicos e enfermeiras da clínica de saúde (%)			6. Juízes e Promotores de justiça (%)			7. Polícia (%)			8. Membros do governo local (%)		
	AL	SLG	Total	AL	SLG	Total	AL	SLG	Total	AL	SLG	Total	AL	SLG	Total	AL	SLG	Total	AL	SLG	Total	AL	SLG	Total
Muito honesto	53,6	35,7	44,6	30,0	42,9	36,2	23,3	17,9	20,7	31,0	32,1	31,6	27,6	10,7	19,3	15,4	7,1	11,1	3,6	10,7	7,1		3,6	1,7
Geralmente honesto	35,7	46,4	41,1	60,0	39,3	50,0	60,0	57,1	58,6	41,4	53,6	47,4	48,3	35,7	42,1	19,2	39,3	29,6	10,7	21,4	16,1	10,3	7,1	8,8
Nem honesto nem desonesto	10,7	17,9	14,3	10,0	17,9	13,8	16,7	21,4	19,0	27,6	14,3	21	20,7	46,4	33,3	57,7	53,6	55,6	82,1	60,7	71,4	72,4	67,9	70,2
Geralmente desonesto								3,6	1,7				3,4	7,1	5,3	7,7		3,7	3,6	3,6	3,6	6,9	21,4	14
Muito desonesto																			3,6	1,8		10,3		5,3
<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

AL: Água Limpa.

SLG: São Luiz Gonzaga.

Com relação ao grau de honestidade atribuído pelos entrevistados às diversas pessoas e instituições, também ocorrem diferenças em função da variável analisada, de modo que entre os considerados honestos o maior percentual está para líderes da comunidade, os professores e funcionários da escola, profissionais de ATER e funcionários do correio. Do lado oposto, os considerados desonestos, o maior percentual está para os políticos locais e a polícia (Quadro 12).

No entanto, pode-se perceber também um grande percentual de entrevistados que avaliaram tais pessoas e instituições como nem honesto e nem desonesto, o que configura que os entrevistados não tinham uma opinião a respeito, ou se abstiveram de qualificar tais indivíduos e instituições, como pode ser observado no Quadro 12, mesmo para os políticos locais e polícia, que tiveram percentuais superiores a 60% para ambas as comunidades.

Nesse contexto conforme corroborado nos Quadros 10, 11 e 12 o grau de confiança demonstrado pelos entrevistados é baixo, exceto entre os membros do grupo familiar. Por outro lado a percepção de honestidade entre os entrevistados é um pouco melhor, ainda que em relação a algumas pessoas e/ou instituições esse percentual seja baixo. Isso pode ser explicado em virtude da situação de algumas instituições, como por exemplo, da política e da área de segurança, refletindo um maior ou menor grau de honestidade para com as pessoas e instituições com o qual os membros das comunidades pesquisadas se relacionam.

Nesse sentido, foi possível medir a confiança existente entre os membros da população assistida pelo Incaper nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, bem como a percepção de honestidade em relação às instituições e pessoas, de acordo com os dados apresentados nos Quadro 11 e Quadro 12.

A fim de facilitar a interpretação dos referidos dados, foi formulado um sistema de notas a serem atribuídas de acordo com o grau de confiança e honestidade identificado nas respostas, sendo que a nota 4,0 (quatro) representa o maior índice de confiança e honestidade e a nota 0,0 (zero) o menor, conforme demonstrado nas Figura 30 e Figura 31 a seguir.

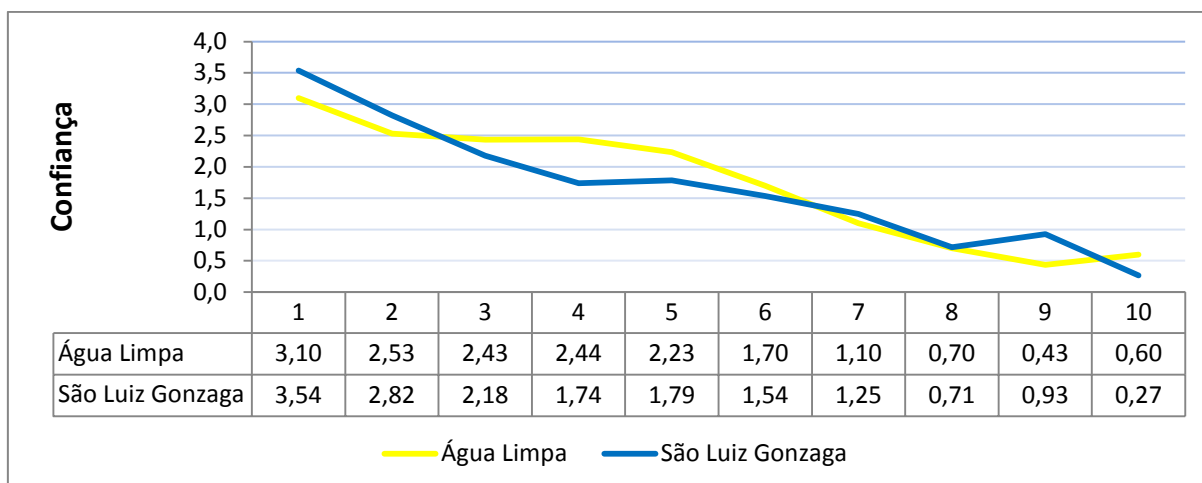


Figura 30. Grau de confiança identificado na população assistida nas comunidades pesquisadas em Nova Venécia-ES, 2015, em relação a diversos tipos de pessoas e instituições. Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

1. Pessoas do seu grupo familiar.
2. Professores.
3. Profissionais de ATER.
4. Representante dos produtores no CMDR's.
5. Comerciantes.
6. Pessoas de outros grupos, fora do seu grupo familiar.
7. Polícia.
8. Membros do governo local.
9. Membros do governo federal/estadual.
10. Estranhos.

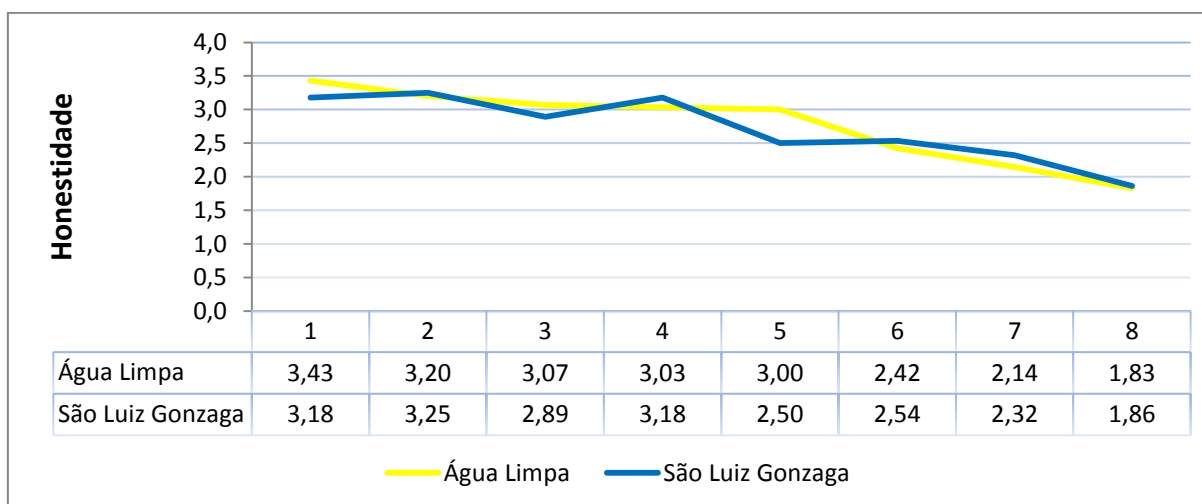


Figura 31. Grau de honestidade identificado na população assistida nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015, em relação a diversos tipos de pessoas e instituições.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

1. Líderes tradicionais da comunidade
2. Professores e funcionários da escola
3. Profissionais de ATER.
4. Funcionários do correio
5. Médicos e enfermeiras da clínica de saúde
6. Juízes e Promotores de justiça
7. Polícia
8. Membros do governo local

Por meio das Figura 30 e Figura 31 é possível observar comportamentos semelhantes com relação aos dados apresentados por ambas às comunidades, de forma que, com alguma pequena variação, as duas comunidades pesquisadas apresentaram características semelhantes com relação à confiança e honestidade.

Os aspectos relacionados à confiança também refletem o grau de Capital Social presente nestas comunidades, na medida em que este é um dos fatores fundamentais para pensar o desenvolvimento rural, visto que a confiança é a porta de entrada para outros elementos como a capacidade de se associar e de cooperar e assim, com a solidariedade e reciprocidade, contribuir para o desenvolvimento rural sustentável. Outro importante fator analisado diz respeito à capacidade de cooperação entre os membros das comunidades pesquisadas.

Nesse contexto, os entrevistados foram indagados se na existência de um problema de ordem coletiva (abastecimento de água, energia elétrica...) qual seria a probabilidade das pessoas da comunidade cooperarem para tentar solucionar o problema, sendo possível identificar por meio das respostas, que ambas as comunidades tem inclinação a cooperação, uma vez que 76,7% dos entrevistados em Água Limpa e 57,1% em São Luiz Gonzaga afirmaram que seria muito provável de os membros cooperarem para solucionar o problema. Somente uma pessoa (3,3%) em Água Limpa afirmou que seria muito improvável de isto acontecer (Figura 32).

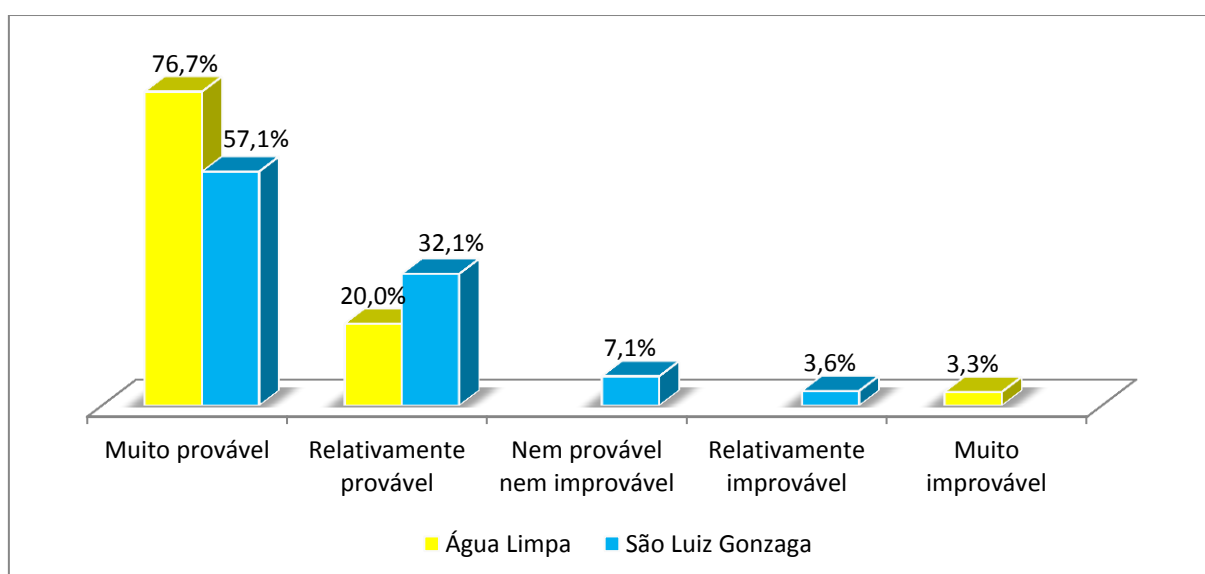


Figura 32. Probabilidade de cooperação entre os membros da população assistida nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015, para solucionar algum problema de ordem coletiva.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Os dados obtidos na pesquisa de campo apontam para elementos que servem como indicadores de Capital Social nas comunidades pesquisadas em Nova Venécia, em razão dos índices de ação coletiva e de confiança, bem como dos relacionamentos entre os vizinhos apresentados. Estes indicadores são fundamentais para pensar o desenvolvimento rural desta região dentro de uma perspectiva endógena, visto que de acordo com Putnam (2006), estas relações sociais são características intrínsecas ao Capital Social, afirmando que quanto maior o nível de confiança numa comunidade, maior a possibilidade desta se desenvolver, uma vez que a cooperação é maior entre os integrantes da comunidade.

A afirmação acima também é corroborada pela avaliação que os entrevistados fazem de seu convívio com os vizinhos (questão 35, apêndice A), uma vez que 40% dos entrevistados em Água Limpa e 42,9% em São Luiz Gonzaga declararam ser ótimo, e 46,7% em Água Limpa e 39,3% em São Luiz Gonzaga considerou o convívio bom, tendo o restante classificado como regular em ambas as comunidades.

Também indagou-se aos entrevistados se caso precisassem viajar por um ou dois dias, poderiam contar com os vizinhos para tomar conta de suas crianças (questão 13, apêndice A), sendo que 90% em Água Limpa e 75% em São Luiz Gonzaga afirmou que definitivamente sim, poderiam contar com os vizinhos, demonstrando o bom relacionamento e capacidade de cooperação entre os membros de ambas as comunidades.

Dentre os indicadores de Capital Social, a comunicação se apresenta como uma importante ferramenta aliada das famílias nestas comunidades, uma vez que segundo Grootaert *et al.*, (2003, p. 16) “manter e reforçar o capital social depende essencialmente da habilidade dos membros de uma comunidade em comunicar-se entre si, com outras comunidades e com membros de suas redes que vivem fora da comunidade”.

Com relação aos meios de comunicação na área rural, ambas as comunidades possuem boa cobertura telefônica, sendo que em São Luiz Gonzaga 100% das famílias entrevistadas possui telefone e em Água Limpa 83,3%. O percentual de famílias que declararam não possuir um telefone em Água Limpa (16,7%), pode ser explicado pela distância da comunidade em relação a sede do município.

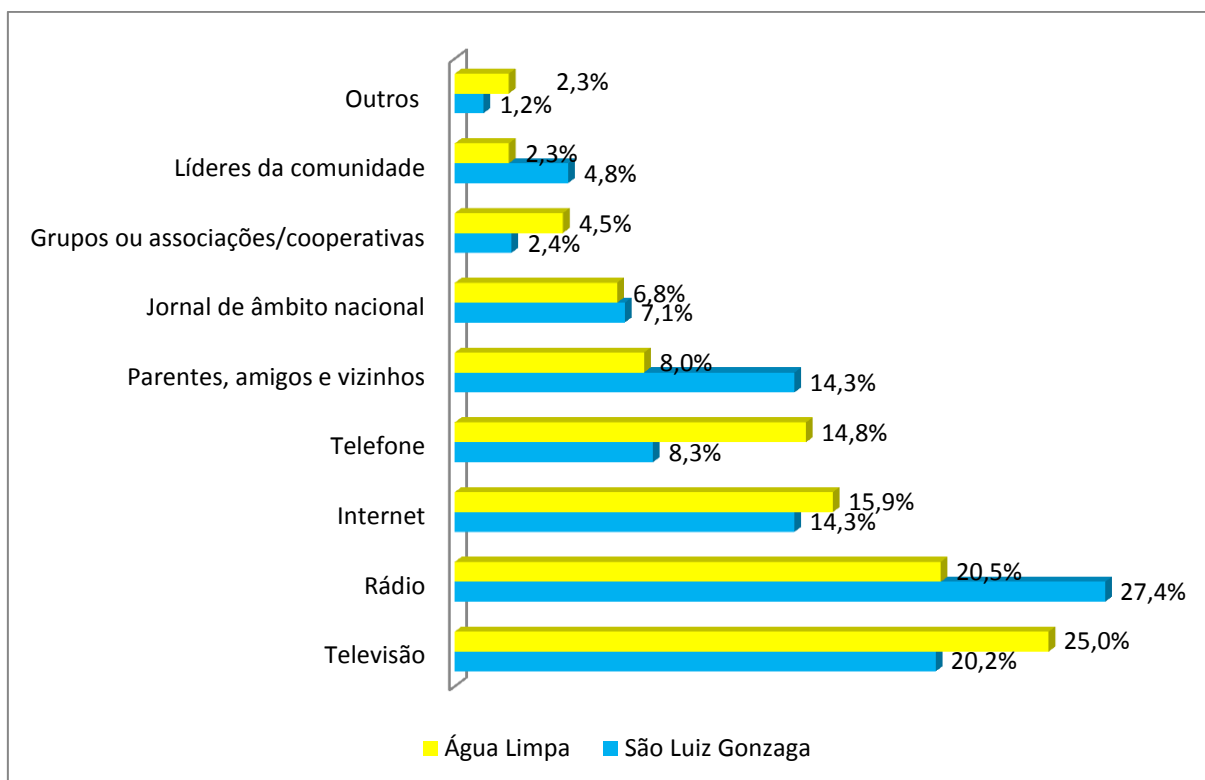


Figura 33. Fontes de informações consideradas mais importantes pelas famílias assistidas em Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Quando indagados sobre quais são as três fontes de informação que consideram as mais importantes, ambas as comunidades classificaram a televisão e o rádio como as duas principais, seguidos de internet e telefone em Água Limpa, e Internet e amigos/vizinhos em São Luiz Gonzaga. Essa relação entre parentes, amigos e vizinhos é importante, pois indica a existência de Capital Social, na medida em que tais relações se apresentam como indicadores de reciprocidade e cooperação entre os membros destas comunidades.

De todo modo, assim como os meios de transporte e as vias para traslado, os meios de comunicação no meio rural são fundamentais para o desenvolvimento das comunidades, auxiliando-os nos tratos com as lavouras e com os animais, na comercialização dos produtos agropecuários, na compra de insumos, no convívio com os familiares, dentre outras situações narradas pelas famílias durante a realização das entrevistas.

Ante o exposto, os dados coletados não apresentam grandes indicadores de Capital Social nas comunidades pesquisadas, no entanto é possível perceber indicadores positivos para a formação deste.

3.9 ATER em Água Limpa e São Luiz Gonzaga

Um dos grandes desafios dos agricultores nos dias de hoje, principalmente em razão das mudanças no ciclo climatológico e o desgaste dos solos pelas ações antrópicas, é inovar com tecnologias que possam incrementar a produtividade e conseqüentemente a produção e, sobretudo, diminuir os custos de produção, para melhorar a rentabilidade da atividade, de forma a viabilizar a unidade de produção. Assim, os serviços de ATER se apresentam como um importante meio para a obtenção e troca de conhecimentos por parte dos agricultores familiares, uma vez que, conforme já exposto em capítulo anterior, tais serviços possuem como finalidade o desenvolvimento rural sustentável. Nesta mesma perspectiva, segundo Vieira Filho e Silveira *apud* Buainain e Garcia, (2013, p. 31)

o processo de aprendizado do agricultor no decorrer do tempo é responsável pelo aumento da produtividade e, paralelamente, pela redução dos custos de produção, dependendo da capacidade do produtor de interpretar e assimilar as novas informações, bem como da habilidade gerencial do uso do conhecimento tecnológico. (VIEIRA FILHO e SILVEIRA *apud* BUAINAIN e GARCIA, 2013, p. 31).

Desse modo, na pesquisa foram trabalhadas questões relacionadas à forma como os agricultores percebem tais serviços, se consideram que o recebem ou não, como avaliam sua qualidade e qual a importância de tais serviços para o desenvolvimento de suas atividades.

De acordo com dados do censo agropecuário do IBGE, somente 28,4% dos agricultores afirmaram receber ATER em Nova Venécia, e deste percentual, quase a metade (13,2%) é feita pela ATER pública (federal, estadual e municipal). (IBGE, 2006).

Nesse sentido, ao serem questionados se recebem assistência técnica ou não, aproximadamente dois terços dos agricultores entrevistados, nas duas comunidades pesquisadas, declararam receber assistência técnica. Deste modo, ainda que a amostra tenha partido de agricultores que formalmente figuram na lista de assistidos pelo Incaper no ano de 2014, cerca de um terço dos entrevistados declararam não receber assistência técnica como mostra a Figura 34 a seguir.

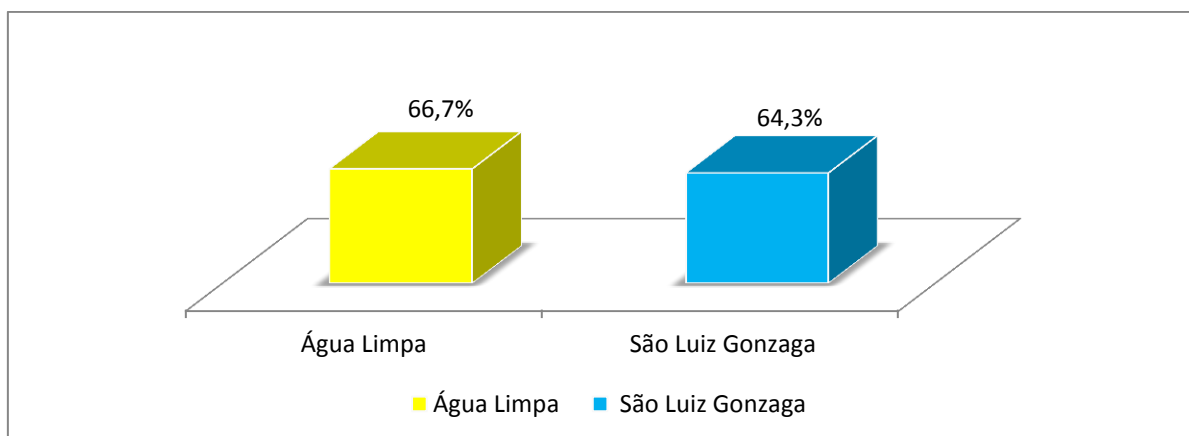


Figura 34. Agricultores que declararam receber assistência técnica em Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Entretanto, também pôde ser observado, durante a realização da pesquisa, que muitos dos agricultores que declararam não receber assistência técnica, foram de alguma forma atendidos pelos agentes que prestam os serviços de ATER na região pesquisada, apesar de não considerarem tal atendimento como assistência técnica. A fim de ilustrar tal situação segue trecho da resposta dada pelo entrevistado de nº 89, agricultor da comunidade de São Luiz Gonzaga, que quando indagado se recebia assistência técnica ou não, afirmou não receber, apesar de considerar os serviços de assistência técnica e extensão rural muito importante para sua comunidade e seu município, tendo justificado tal importância da seguinte forma:

Porque se a gente depende de uma ajuda, você entra em contato com eles (os técnicos), e eles vêm rapidinho. Por exemplo, a minha pimenta estava muito amarela, aí eu fui ao técnico e ele pediu uma análise de solo e passou um adubo pra mim que resolveu o problema, a pimenta melhorou. (Entrevistado 89, agricultor, 57 anos, São Luiz Gonzaga, 2015).

Nesse contexto, depreende-se das declarações acima que, ainda que o entrevistado não reconheça que recebe os serviços de assistência técnica, fica evidente que o mesmo os recebe, uma vez que, por seu relato de um problema pontual de ordem técnica, ele demonstrou ter acesso a estes serviços, à medida que teve seu problema solucionado por um profissional de ATER, que visitou a propriedade a seu pedido.

Em relação à qualidade dos serviços de ATER recebidos, apenas 20% dos agricultores da comunidade de Água Limpa, os consideraram como ótimo, enquanto que para a comunidade de São Luiz Gonzaga este índice foi ainda menor (16,7%), e para os que classificaram como bom foi de 80% em Água Limpa e 44,4% em São Luiz Gonzaga (Figura 35). Ainda em São Luiz Gonzaga um alto percentual de entrevistados (quase 40%), considera

como de qualidade regular a ATER recebida, ou seja, não estão satisfeitos com os serviços apresentados, apesar de nenhum entrevistado nesta comunidade apontar que os serviços de ATER são ruins.

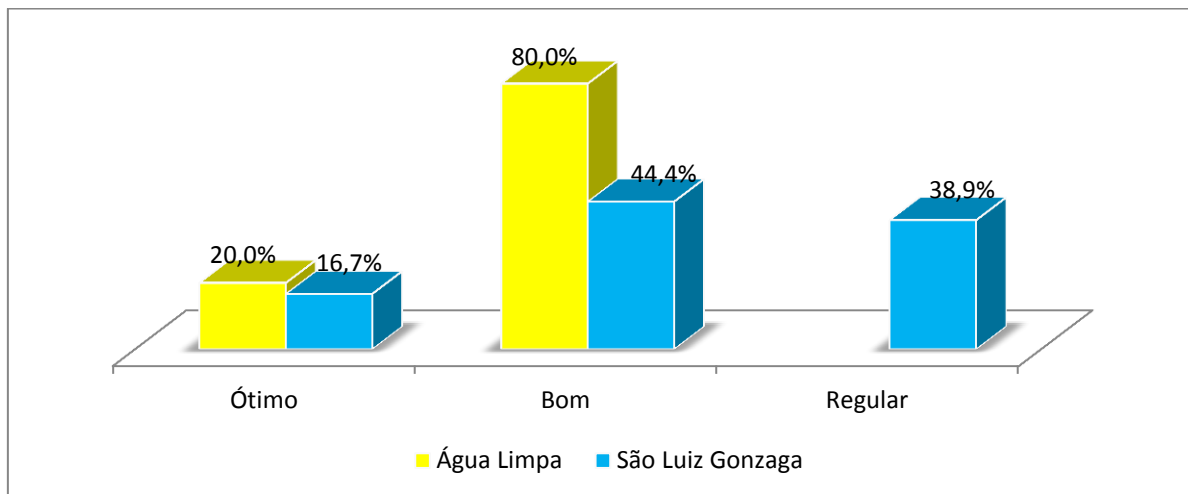


Figura 35. Qualidade dos serviços de ATER, declarado pela população assistida de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Quanto à frequência e continuidade dos serviços de ATER, os dados do censo agropecuário do IBGE (2006), revelam que 43,5% dos agricultores em Nova Venécia recebem ATER regularmente, por sua vez, a pesquisa de campo identificou que na comunidade de Água Limpa, 90% confirmaram que os serviços são frequentes e têm continuidade, sendo que na comunidade de São Luiz Gonzaga este percentual foi de 77%, sendo, portanto considerados altos os índices de frequência e continuidade dos serviços prestados. Este dado é relevante, pois demonstra que os agricultores da região pesquisada verificam continuidade nos trabalhos ali desenvolvidos, o que de certo modo contribui para o objetivo principal da ATER, que é a promoção do desenvolvimento rural sustentável das comunidades trabalhadas.

Nesse contexto, quando os entrevistados foram indagados acerca das melhorias obtidas em suas vidas ou propriedades, após terem recebido os serviços de ATER, mais de 50% em São Luiz Gonzaga e 31% em Água Limpa apontou a melhora da produção, sendo informado também, por 34,5% e 12,5% em Água Limpa e São Luiz Gonzaga, o maior acesso a informação/conhecimento, de forma que estes dois aspectos estão entre os mais importantes, pois alcançam em torno de dois terços das respostas em ambas as comunidades (Quadro 13).

Quadro 13. Melhorias obtidas após receber os serviços de ATER, nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.

<i>Descrição</i>	<i>Água Limpa (%)</i>	<i>São Luiz Gonzaga (%)</i>
Melhorou a produção	31,0	54,2
Maior acesso a informação/conhecimento	34,5	12,5
Melhorou a Infraestrutura na propriedade e a organização	6,9	8,3
Melhorou o manejo de pragas e doenças em geral	3,4	8,3
Melhorou o manejo do solo e das plantas		8,3
Melhorou a renda	6,9	4,2
Melhorou o manejo de adubação	3,4	4,2
Melhorou a qualidade dos produtos	6,9	
Melhorou a qualidade de vida	3,4	
Outros	3,4	
TOTAL	100,00	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Acerca da importância dos serviços de ATER, a pesquisa de campo apontou o acesso à informação/conhecimento como o principal fator, tanto em Água Limpa quanto em São Luiz Gonzaga, totalizando quase um terço das respostas em ambas às comunidades (Quadro 14). Desta forma, observa-se que as famílias estão reconhecendo à informação e conhecimento como parte importante no processo de produção, sobretudo no tocante ao acesso a novas tecnologias.

Quadro 14. Importância dos serviços de ATER para os agricultores de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.

<i>Descrição</i>	<i>Água Limpa (%)</i>	<i>São Luiz Gonzaga (%)</i>
Acesso à informação/conhecimento	32,5	31,6
Melhora o manejo do solo e das plantas em geral	20,9	10,5
Orientação para acesso a novas tecnologias	14,0	13,2
Ensina as pessoas a trabalhar corretamente	11,6	7,9
Melhora a renda	7,0	5,3
Melhora a produção	4,7	18,4
Desenvolvimento da comunidade	4,7	7,9
Outros	4,7	5,3
TOTAL	100,00	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

As principais diferenças entre as respostas dos agricultores entrevistados nas comunidades, quanto a melhorias obtidas e a importância dos serviços de ATER, podem ser explicadas em razão de características intrínsecas a cada comunidade. Por exemplo, em Água

Limpa o percentual de homens é um pouco superior que São Luiz Gonzaga, mas o número de entrevistados homens foi muito superior nesta comunidade, por sua vez o percentual de entrevistados em São Luiz Gonzaga com idade entre 25 e 39 anos é maior que Água Limpa podendo levar, por exemplo, a uma maior preocupação com a produção conforme apontado nos Quadro 13 e Quadro 14.

A proporção de entrevistados em Água Limpa com idade entre 40 e 59 anos é superior, o que pode explicar o maior percentual de respostas relacionadas à renda, demonstrando assim, uma maior preocupação com a segurança financeira da família. Do mesmo modo, também pode relacionar o maior percentual de respostas para maior acesso a informação/conhecimento quando se avaliou as melhorias obtidas após receber os serviços de ATER.

Ainda em relação ao acesso à informação, que se apresenta como um dos fatores que influenciam a formação do Capital Social em uma comunidade, também se indagou aos agricultores entrevistados se tinham acesso a alguma outra fonte de informação sobre técnicas de produção e comercialização, além da ATER que recebiam, de forma que dois terços dos Agricultores entrevistados em Água Limpa responderam sim, indicando como principal fonte de tais informações os amigos/vizinhos, 33,3% e televisão, 24,2%. Por sua vez em São Luiz Gonzaga 82,1% afirmaram ter acesso a outras fontes de informações, indicando como principais a televisão, amigos/vizinhos e rádio, que juntos totalizaram 73,3%, (Figura 36).

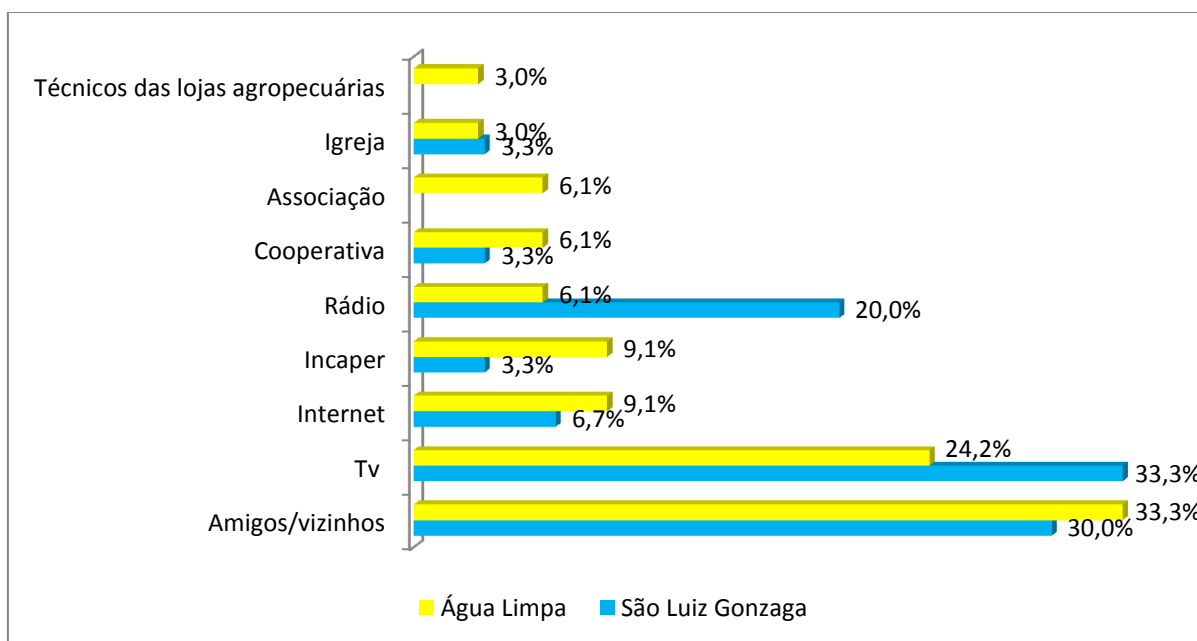


Figura 36. Outras fontes de informações sobre técnicas de produção ou comercialização, declaradas pelos agricultores assistidos das comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Nesse sentido, percebe-se que um percentual expressivo de agricultores tem acesso a alguma fonte de informação sobre produção, o que é importante para melhorar a produção agropecuária e conseqüentemente a qualidade de vida das famílias. É importante também observar que as interações entre amigos e vizinhos reforçam as relações de confiança e reciprocidade nas comunidades pesquisadas, bem como favorece a interação com outras instituições como a cooperativa, a associação, a igreja e técnicos de instituições diversas, reforçando a existência de indicadores de Capital Social nestas comunidades.

A participação em associações, cooperativas e igrejas, já apresentadas pelas comunidades, pode ser um forte indicador de Capital Social, na medida em que estas relações se manifestam, sobretudo, em sociedades com maiores níveis de confiança. Esta afirmação é corroborada pela existência de contratos de arrendamentos e parcerias, que identifica, especialmente, confiança entre os membros das comunidades e ainda a relação de confiança e reciprocidade entre os agricultores e os órgãos prestadores de ATER.

É importante ressaltar que conforme citado no capítulo I deste trabalho a assistência técnica é um serviço de assessoria técnica individualizada onde o técnico disponibiliza o conhecimento de forma localizada com a finalidade de solucionar algum problema específico e geralmente de caráter produtivo, sendo este mais comumente prestado pelas cooperativas e outras firmas particulares. A ER por sua vez, é um processo de educação não formal e de caráter continuado que visa capacitar a família rural, buscando melhorias em suas atividades e conseqüentemente do desenvolvimento rural sustentável.

Nesse contexto, foi identificado durante a pesquisa de campo, como prestadores dos serviços de AT nas comunidades de Água Limpa e São Luiz Gonzaga, o Incaper, a Cooperativa e as Lojas Agropecuárias, sendo também identificado na comunidade de Água Limpa particulares que prestam tais serviços (Figura 37).

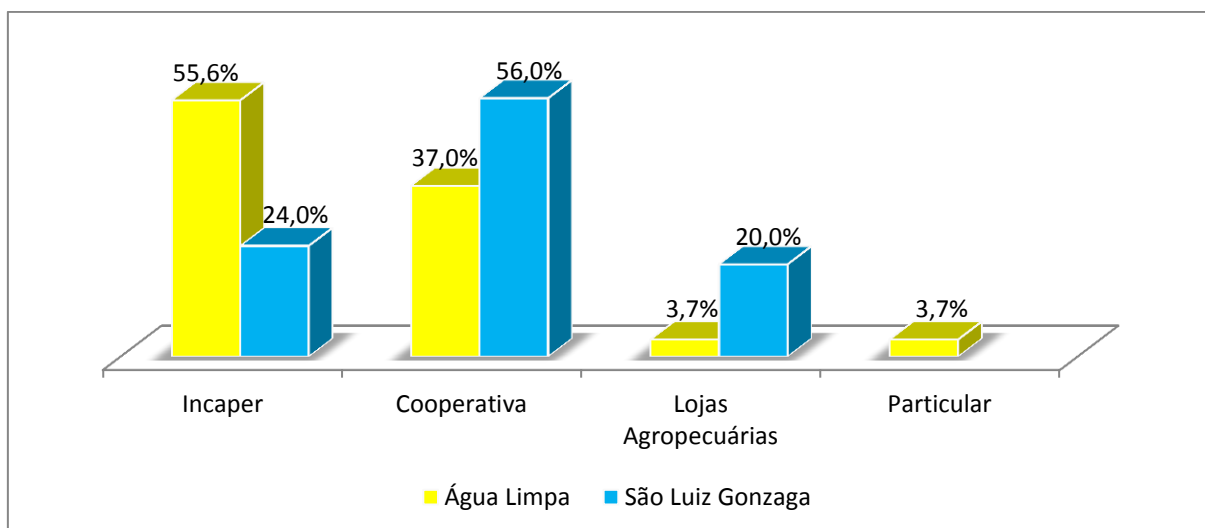


Figura 37. Prestadores de serviços de assistência técnica, declarado pelos agricultores assistidos em Água Limpa e São Luiz Gonzaga, Nova Venécia-ES, 2015.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Durante as entrevistas realizadas com os agentes públicos que prestam os serviços de assistência técnica e extensão rural no município de Nova Venécia e conseqüentemente desenvolvem seus trabalhos nas duas comunidades pesquisadas, foram investigadas questões relacionadas às características socioculturais das comunidades e se tais características são levadas em consideração no desenvolvimento de suas atividades, bem como à percepção destes quanto às relações sociais existentes nas comunidades, como facilidade de organização, confiança, propensão à cooperação e nível de participação de seus membros, fatores considerados importantes para a configuração de Capital Social, de modo que a partir desses dados pudessem avaliar o impacto de tais relações no desenvolvimento dos serviços de ATER.

Assim, depreende-se dos dados colhidos que, nas comunidades que tem maior facilidade de organização e propensão à colaboração, nestas o desenvolvimento dos serviços de ATER se tornam mais fáceis e a capacidade de apropriação do conhecimento por parte dos agricultores também se mostram relevantes, na medida em que os processos que visam o desenvolvimento rural sustentável ficam mais factíveis.

No entanto, foi possível perceber que os agentes de extensão não se utilizam do Capital Social das comunidades em suas ações de ATER, na medida em que, não foi possível identificar ações diferenciadas que aproveitasse seus indicadores, tampouco ações com intuito de constituir ou fortalecer o Capital Social nas comunidades onde atuam, tolhendo a implementação de ações que visam à promoção do desenvolvimento rural sustentável.

No que diz respeito à existência de Capital Social, quando solicitados, também aos agentes públicos, a informar o que entendem por Capital Social e sua existência nas comunidades onde tem trabalhado, dos quatro entrevistados, as respostas foram diversas, correspondendo aos valores, à convivência familiar de cada indivíduo, sua participação na sociedade, à confiança, à reciprocidade, capital humano e a capacidade que estas têm de se desenvolver, informando ainda que existe Capital Social em tais comunidades e vinculando à sua existência o resultado obtido na realização de alguns trabalhos comunitários. Assim, esta afirmação também pode ser corroborada com os argumentos de Franco (2001), que assinalou que pequenas ações comunitárias, trarão impacto significativo sobre o desenvolvimento rural sustentável.

Nesse sentido segue trecho da entrevista realizada com o entrevistado nº 01, Extensionista, Nova Venécia:

Onde tem capital social é mais fácil trabalhar, fica mais fácil levar a mensagem e há um senso crítico mais desenvolvido, o que faz com que a gente também evolua. [...] Também são comunidades com resultados mais promissores. Entrevistado 01, extensionista, Nova Venécia, 2015.

Desta forma, também não há como identificar se o agente de extensão sabe ou não, onde existem indicadores mais robustos ou mais fracos de Capital Social, de forma que seria possível trabalhar ações, no intuito de fortalecimento deste nas comunidades onde fosse mais escasso.

É neste contexto que o entrevistado nº 4, extensionista, Nova Venécia, afirma que, “o que a extensão faz é potencializar o que já existe”, nesse sentido, onde as comunidades são menos dotadas de Capital Social, não há como potencializar as ações de ATER, uma vez que, nestas os resultados são mais brandos em virtude de seu baixo nível de Capital Social. Ou seja, os extensionistas percebem as comunidades mais avançadas, mais fáceis de trabalhar, mas não identificam a existência de Capital Social nestas, o que poderia avançar os processos de desenvolvimento rural sustentável.

Nesse sentido, Abramovay afirma que o extensionista “tem um papel de destaque na articulação da agricultura com o conjunto das possibilidades de desenvolvimento local”. (ABRAMOVAY, 1998, p. 147). Ou seja, favorece o desenvolvimento rural sustentável, na medida em que consegue articular os diversos atores e ações, bem como as potencialidades de cada comunidade para a promoção do desenvolvimento rural.

CAPÍTULO IV

4. ÁGUA DOCE DO NORTE

O município de Água Doce do Norte, também escolhido para realização da pesquisa, está localizado na região norte do estado do Espírito Santo, mais precisamente na microrregião Noroeste, distante aproximadamente 290 km da capital Vitória. Possui área territorial corresponde a 484 km², com densidade demográfica de 24,32 hab/ km², sendo o 33º município em extensão territorial e segundo o IBGE possuía em 2010 11.771 habitantes¹³ (54º no ranking estadual) (IBGE, 2010).

No referido município foram eleitas duas comunidades, quais sejam: Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, para o desenvolvimento da pesquisa, realizada no mês de setembro de 2015, e que será objeto do presente capítulo (Figura 38).

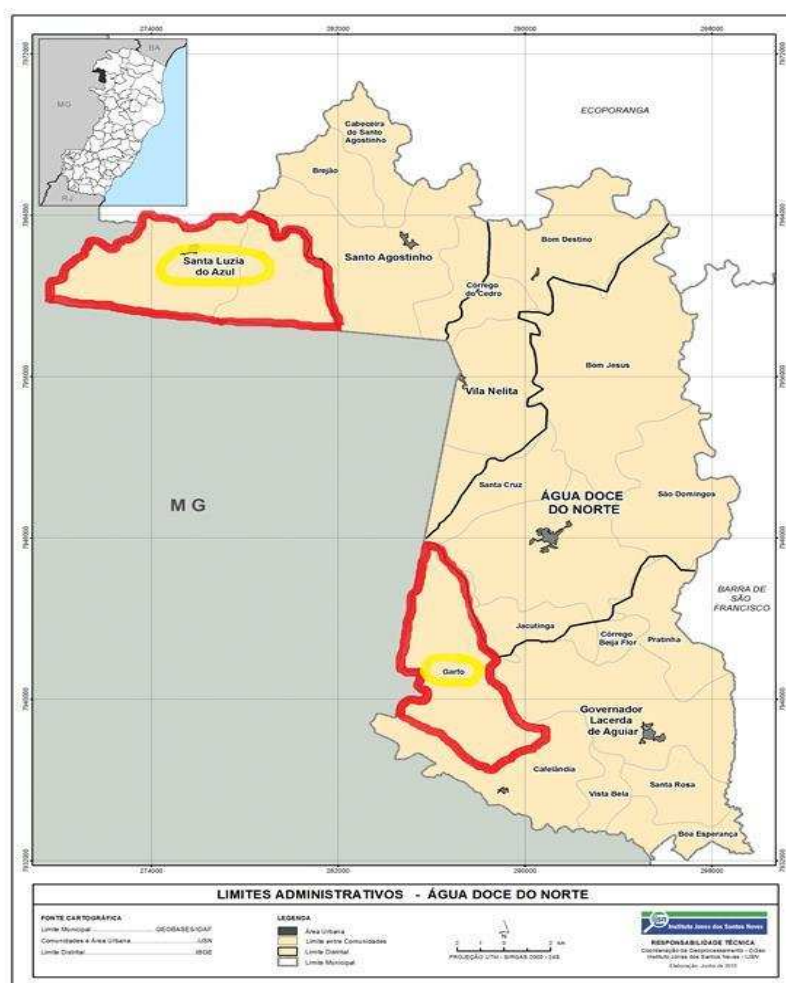


Figura 38. Município de Água Doce do Norte-ES com destaque das duas comunidades pesquisadas, Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, 2015.
Fonte: IJSN.

¹³ Projeção de 12.025 habitantes para 2015 (IBGE).

4.1 Contexto Histórico e Relações Sociais do Município de Água Doce do Norte

O município de Água Doce do Norte, de acordo com dados do IJSN (1988) foi fundado em 1949 como povoado em uma área doada pelo então fazendeiro Domingos Marculino, que, de acordo com a vontade popular, também teria emprestado seu nome à localidade. De acordo com dados do IBGE (2016) o município ainda, é composto por cinco distritos: Água Doce do Norte, Governador Lacerda de Aguiar, Vila Nelita, Santa Luzia do Azul e Santo Agostinho, possuindo ainda um total de 20 comunidades rurais, dentre as quais se encontram as Comunidades do Córrego do Garfo e Comunidade Santa Luzia do Azul, escolhidas para o desenvolvimento da pesquisa e que serão analisadas.

Em 1951 foi elevado à categoria de Distrito, pertencendo ao município de Barra de São Francisco, do qual foi desmembrado em 1988 e instalado como município em 1989. Em razão de um hábito existente entre os moradores da região, de se servirem de um café muito ralo, semelhante à água doce, acabou prevalecendo para o município a denominação Água Doce do Norte, ligada ao referido hábito. (IJSN, 1988).

De acordo com a FUNDAÇÃO CECILIANO ABEL DE ALMEIDA (2009) seu rápido desenvolvimento decorreu do fato de, à época, sua economia se basear exclusivamente na produção cafeeira que se encontrava em seu auge.

Segundo Lopes, (1999), em razão de sua proximidade com o estado de Minas Gerais, uma série de costumes foram recebidos da cultura mineira, que acabou por influenciar a cultura local. Ainda de acordo com a referida autora, a consolidação do município enfrentou vários entraves, principalmente do ponto de vista administrativo, sendo necessário um acordo firmado entre os Governadores dos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais e o Prefeito de Barra de São Francisco, no qual estabeleceram uma demarcação territorial provisória. Tal era a confusão territorial, que antes de firmado o referido acordo, existia no município dois cartórios de registro, um mineiro e um capixaba e duas escolas, sendo também uma mineira e outra capixaba.

4.2 Perfil Socioeconômico dos Agricultores Assistidos pelo Incaper nas Comunidades do Córrego do Garfo, Santa Luzia do Azul e do Município de Água Doce do Norte

A comunidade do Córrego do Garfo possui área territorial de 33,32 Km², o que corresponde a 6,88% do território do município, e faz fronteira com o estado de Minas Gerais (municípios de Mantena e Nova Belém), ficando distante a 12 km da sede do município, com

acesso em estrada de chão, o que dificulta o deslocamento em épocas chuvosas, devido ao relevo montanhoso da região. (GEOBASES, 2015).

Localizada a 32 km da sede do município e sendo esta comunidade a mais distante, Santa Luzia do Azul, possui área territorial de 30,45 Km², o que corresponde a 6,29% do território municipal, (GEOBASES, 2015), fazendo fronteira com o estado de Minas Gerais (municípios de Nova Belém e Ataléia). A ligação da referida comunidade à sede do município se dá por 20 km de rodovia pavimentada e 12 km por estrada de chão. A altitude média está acima de 600 metros, o que configura clima de temperatura mais amena. (GEOBASES, 2015).

Segundo dados extraídos do censo demográfico do IBGE (2010), 43,1% da população do município residem em área rural, sendo tal indicador um pouco superior à média apresentada pela microrregião Noroeste, que é de 39,2%, e quase três vezes superior à média estadual que é de 16,6% (Figura 39).

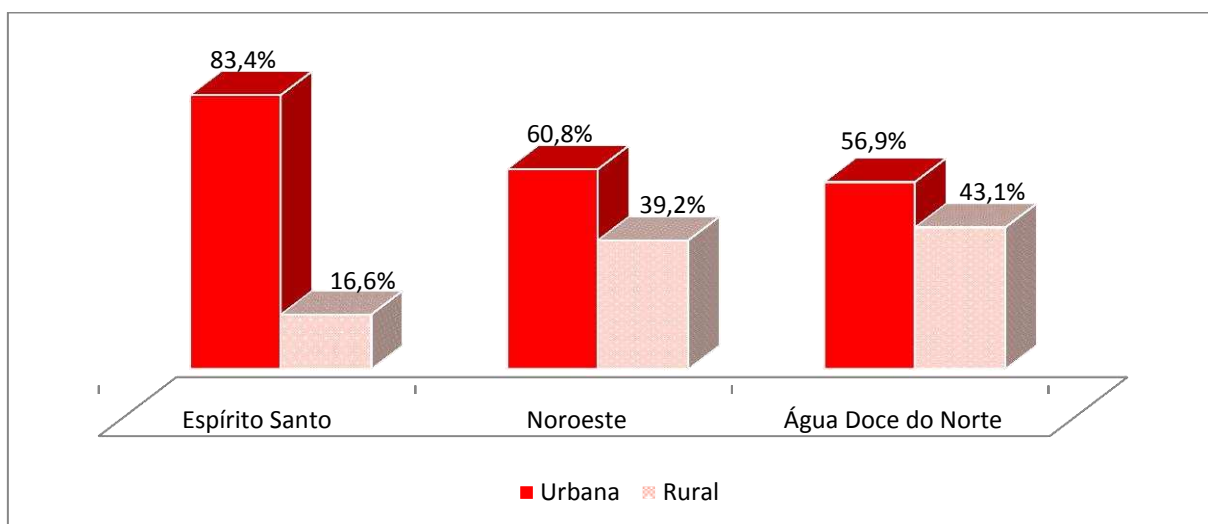


Figura 39. População residente por situação do domicílio - Espírito Santo, Microrregião Noroeste do ES e Água Doce do Norte, 2010.

Fonte: IBGE, Resultados do Censo 2010.

Pela análise dos dados coletados em campo, como mostra a Figura 40, na distribuição da população residente no município de Água Doce do Norte de acordo com o gênero, observa-se que há um menor número de mulheres, tanto na área urbana quanto na população assistida pelo Incaper nas duas comunidades rurais pesquisadas, sendo ainda que nas referidas comunidades a diferença do percentual de homens se apresenta um pouco superior ao de mulheres, quando comparado com a área urbana.

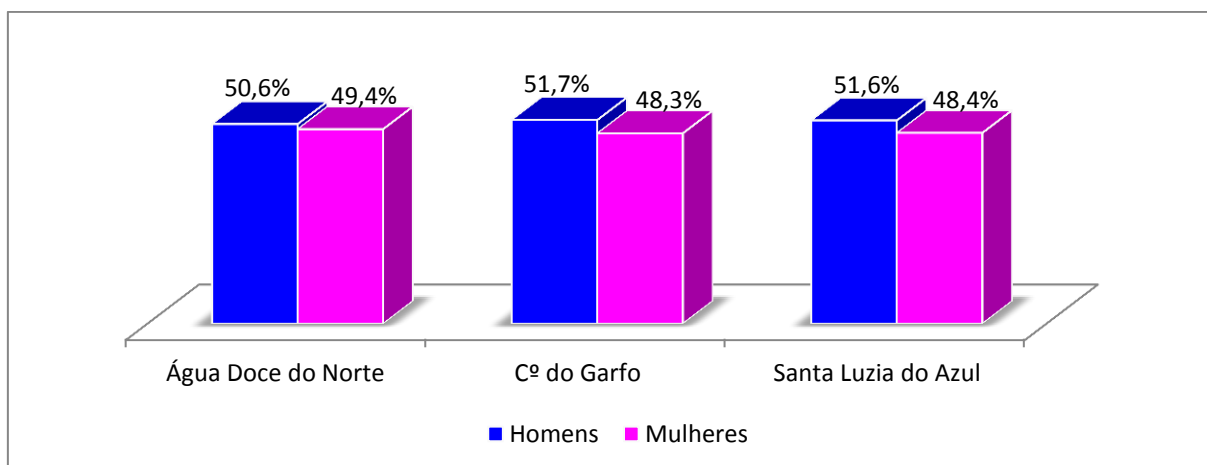


Figura 40. Perfil de gênero da população assistida pelo Incaper nas comunidades de Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, 2015 e dos residentes em Água Doce do Norte-ES, 2010.
Fonte: IBGE, Resultados do Censo 2010 e pesquisa de campo, 2015.

Se no município o percentual de mulheres fica bem próximo ao percentual em relação à população de homens, o mesmo não ocorre quando comparamos com os dados da pesquisa de campo no que diz respeito à direção dos estabelecimentos rurais, que apresentou um percentual de homens muito superior ao de mulheres.

Dessa forma o percentual de homens, responsáveis familiares, é próximo a quatro vezes o de mulheres na comunidade do Córrego do Garfo, e 50% superior quando comparado o percentual de homens em relação ao de mulheres na comunidade de Santa Luzia do Azul, conforme pode ser observado na Figura 41.

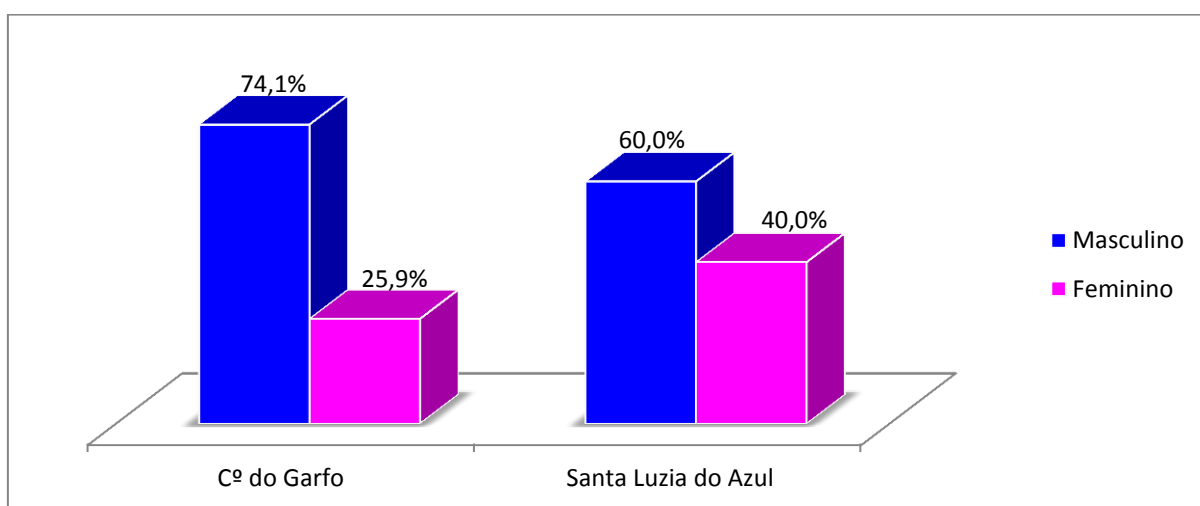


Figura 41. Perfil de gênero dos responsáveis familiares assistidos pelo Incaper, nas comunidades de Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Quanto ao perfil etário dos responsáveis familiares assistidos pelo Incaper, que de certa forma representa o grupo dos responsáveis pela direção das propriedades, o maior percentual verificado foi de agricultores na faixa entre 40 e 49 anos em ambas as comunidades, seguido dos agricultores entre 50 e 59 anos que ficou em torno de ¼ dos entrevistados (Figura 42).

Entretanto, na comunidade do Córrego do Garfo, apesar de o maior número de responsáveis familiares se encontrarem na faixa etária de 40 a 49 anos, também foi identificado um número considerável de responsáveis por estabelecimentos a partir da faixa etária de 20 a 39 anos (22,2%), existindo ainda um menor percentual na faixa etária acima de 60 anos ou mais (11,1%). De modo diverso, apesar de Santa Luzia do Azul também apresentar um maior percentual de pessoas entre 40 e 59 anos (53,3%), esta possui um percentual expressivo de agricultores que dirigem os estabelecimentos rurais, na faixa de 60 anos ou mais, que totalizou em torno de ¼ dos entrevistados (Figura 42), sendo inclusive maior que o percentual de pessoas identificadas abaixo de 39 anos, ou seja, o percentual de pessoas que dirige os estabelecimentos em Santa Luzia do Azul se apresenta mais idosa quando comparado com a comunidade do Córrego do Garfo, que apresentou o oposto para estas faixas de idade.

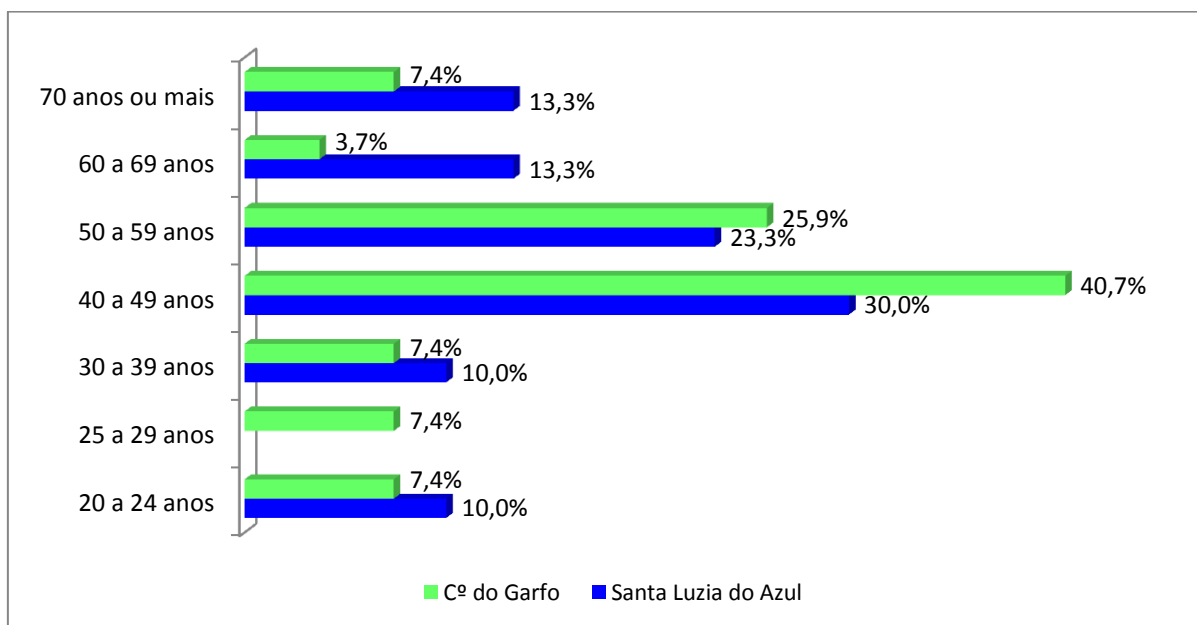


Figura 42. Perfil etário dos responsáveis familiares assistidos pelo Incaper, nas comunidades de Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte, ES, 2015.
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

De todo modo pode se afirmar que, conforme Figura 42, a direção em pelo menos 60% dos estabelecimentos rurais pesquisados em Água Doce do Norte é feita por pessoas com

idade entre 40 a 59 anos, percentual um pouco superior quando comparado com os dados do censo agropecuário do IBGE, em 2006 que identificou um índice de 51,2% de pessoas com faixa etária de 35 a 55 anos (Figura 43).

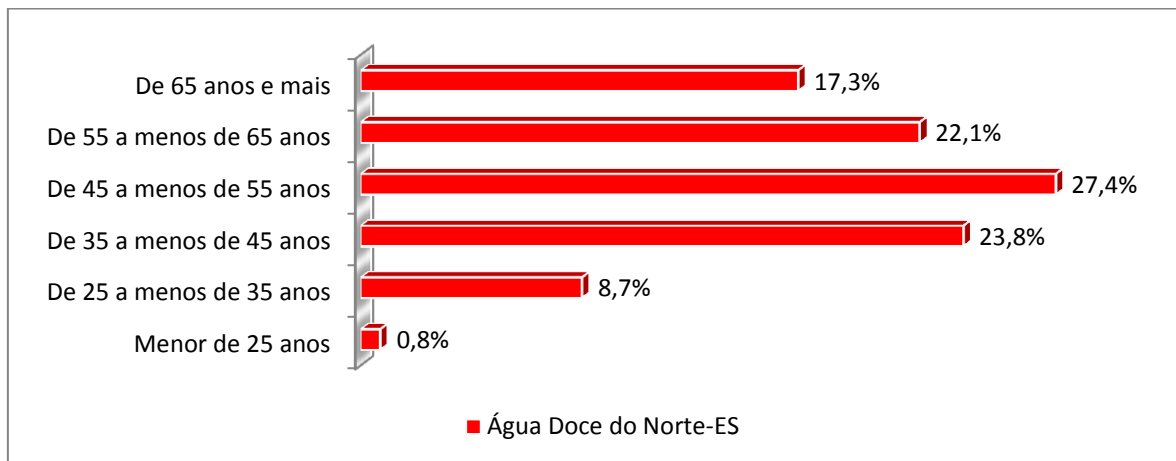


Figura 43. Perfil etário dos dirigentes dos estabelecimentos rurais em Água Doce do Norte, ES, 2006.

Fonte: IBGE, censo agropecuário, 2006.

No que se refere ao perfil etário da população assistida pelo Incaper que compõe as unidades familiares, as comunidades pesquisadas não possuem muita semelhança, conforme pode ser observado na Figura 44, uma vez que nas faixas etárias de 20 a 24 e 40 a 49, onde o percentual do contingente populacional das unidades familiares pesquisadas no Córrego do Garfo se apresenta superior a 7% em relação ao total populacional das unidades familiares pesquisadas em Santa Luzia do Azul. Por outro lado, na faixa etária de 10 a 14 anos, essa diferença se inverte, sendo a população assistida das unidades familiares pesquisadas em Santa Luzia do Azul percentualmente superior à população assistida das unidades familiares da comunidade do Córrego do Garfo.

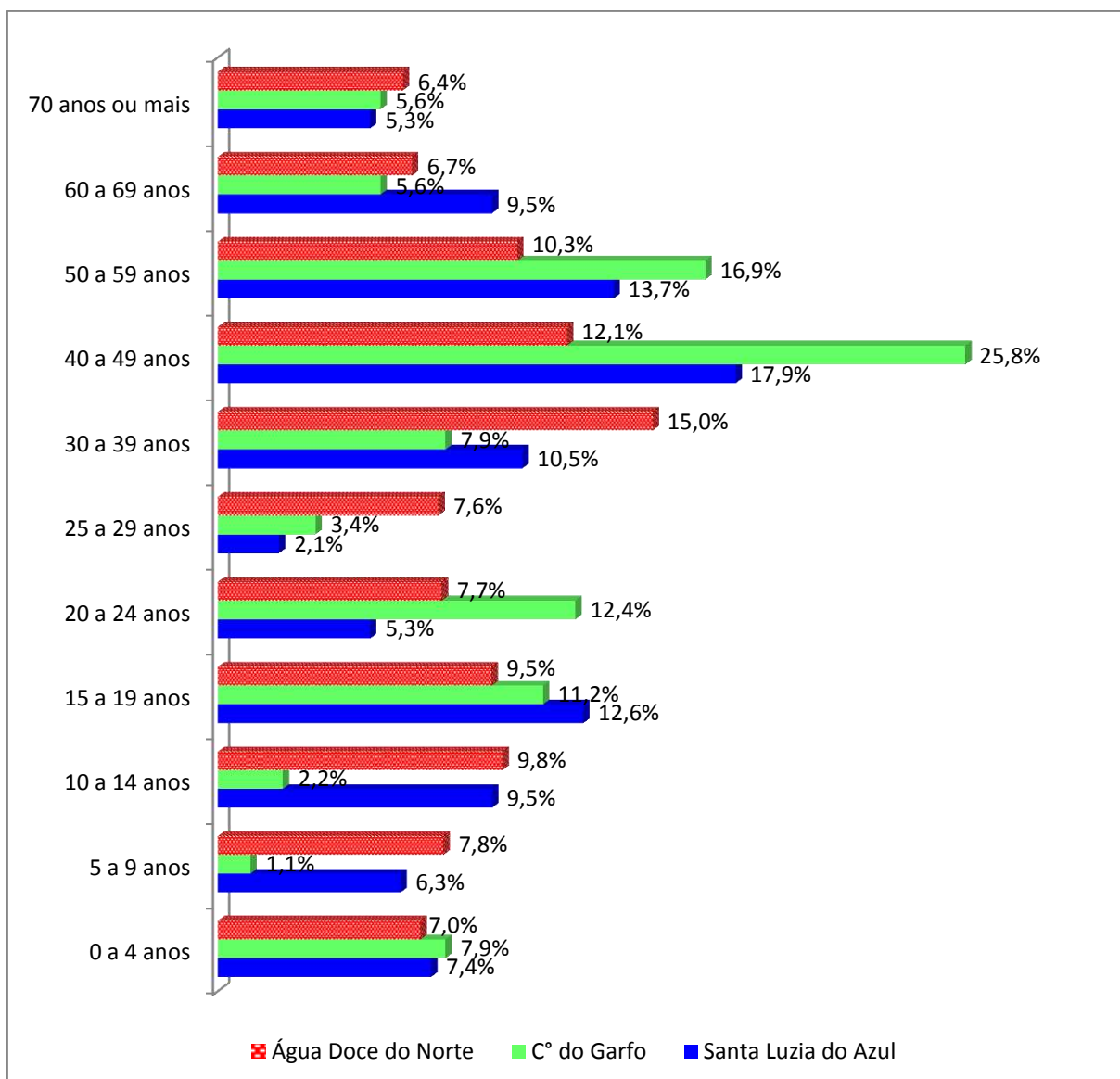


Figura 44. Perfil etário da população assistida pelo Incaper nas comunidades de Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, 2015 e dos residentes em Água Doce do Norte, ES, 2010.
 Fonte: Pesquisa de campo, 2015, Censo demográfico do IBGE, 2010.

Observa-se também que na faixa etária entre 05 a 09 anos, na comunidade de Santa Luzia do Azul há um percentual de 5,2% de membros das unidades familiares, superior ao da comunidade do Córrego do Garfo.

Desse modo, considerando-se o índice de membros com idade entre 0 a 19 anos apresentado por ambas as comunidades, pode-se afirmar que a comunidade de Santa Luzia do Azul possui uma população mais jovem, uma vez que apresenta um percentual 60% superior ao apresentado pela comunidade do Córrego do Garfo na mesma faixa etária. Nas demais faixas etárias os percentuais entre a população que compõe as unidades familiares das duas comunidades são próximos.

Em relação ao nível de escolaridade dos responsáveis familiares das duas comunidades, ambas também apresentaram índices semelhantes no que diz respeito aos entrevistados com nível superior completo, sendo 3,3% em Santa Luiza do Azul e 3,7% no Córrego do Garfo (Figura 45), sendo ainda identificado no Córrego do Garfo um percentual de 3,7% dos entrevistados com pós-graduação, no entanto o censo agropecuário (IBGE, 2006), identificou para o município de Água Doce do Norte um percentual de 2,11% de pessoas com nível superior que dirigem os estabelecimentos rurais (Figura 46), sendo tal índice inferior ao percentual identificado entre a população assistida nas duas comunidades pesquisadas.

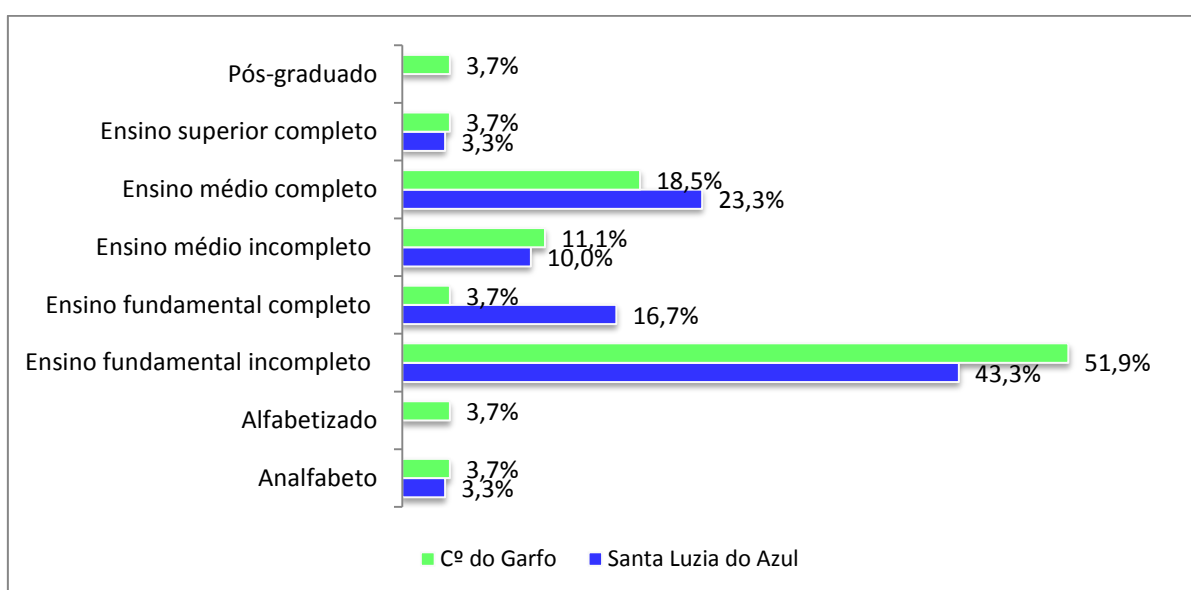


Figura 45. Perfil educacional dos responsáveis familiares nas comunidades de Córrego do Garfo e Santa Luizia do Azul, Água Doce do Norte -ES, 2015.
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Também analisando os responsáveis familiares que representam os dirigentes dos estabelecimentos rurais pesquisados, o percentual de analfabetos identificado nas comunidades de Santa Luizia do Azul e Córrego do Garfo (Figura 45) é menor que o identificado para o município de Água Doce do Norte (Figura 46), do Espírito Santo e também do Brasil que foram de 9,68%, 7,44% e 24,5% respectivamente (IBGE, 2006).

De igual modo, para os que possuem o ensino fundamental incompleto, de acordo com a Figura 45, os dados apresentados pelos responsáveis familiares nas duas comunidades são inferiores aos percentuais apresentados pelo município de Água Doce do Norte e o estado do Espírito Santo que apresentaram um percentual em torno de 55%, ficando o Brasil com percentual inferior, sendo de 42,3%. (IBGE, 2006).

Contudo com relação aos que possuem o nível médio completo entre os responsáveis familiares, foi identificado um percentual superior nas comunidades pesquisadas tanto de Santa Luzia do Azul com 23,3%, quanto do Córrego do Garfo com 18,5% (Figura 45) sendo que de acordo com o censo agropecuário (2006) foram identificados para o município de Água Doce do Norte 8,73%, para o Estado 10,91% e somente 7,34% para os dirigentes dos estabelecimentos rurais no Brasil. (IBGE, 2006).

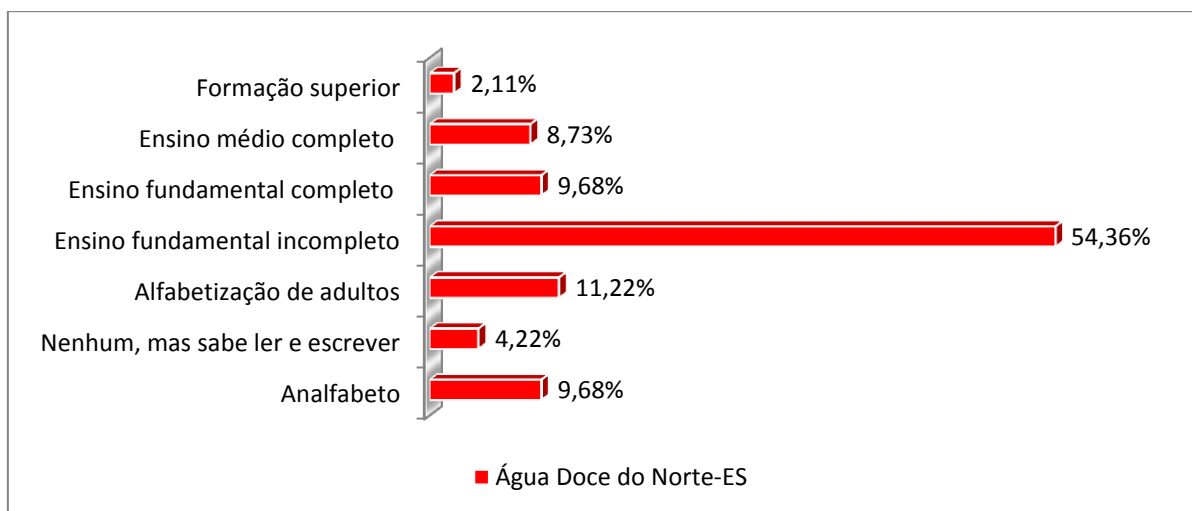


Figura 46. Nível de instrução dos dirigentes dos estabelecimentos rurais em Água Doce do Norte-ES, 2006.

Fonte: IBGE, censo agropecuário, 2006.

Assim, pode se afirmar que o nível de escolaridade dos responsáveis familiares, considerando-se as duas comunidades conjuntamente, é muito melhor do que o apresentado para o município.

Com relação ao perfil educacional da população assistida pelo Incaper nas comunidades pesquisadas (Figura 47), o maior percentual identificado foi o de pessoas com ensino fundamental incompleto, sendo, 48,4% na comunidade Santa Luzia do Azul e 38,2% na comunidade do Córrego do Garfo, o que deve ser levado em consideração, no momento da execução das ações de ATER, uma vez que, o baixo nível de escolaridade pode dificultar o entendimento dos agricultores e assim influenciar diretamente na adoção de novas tecnologias.

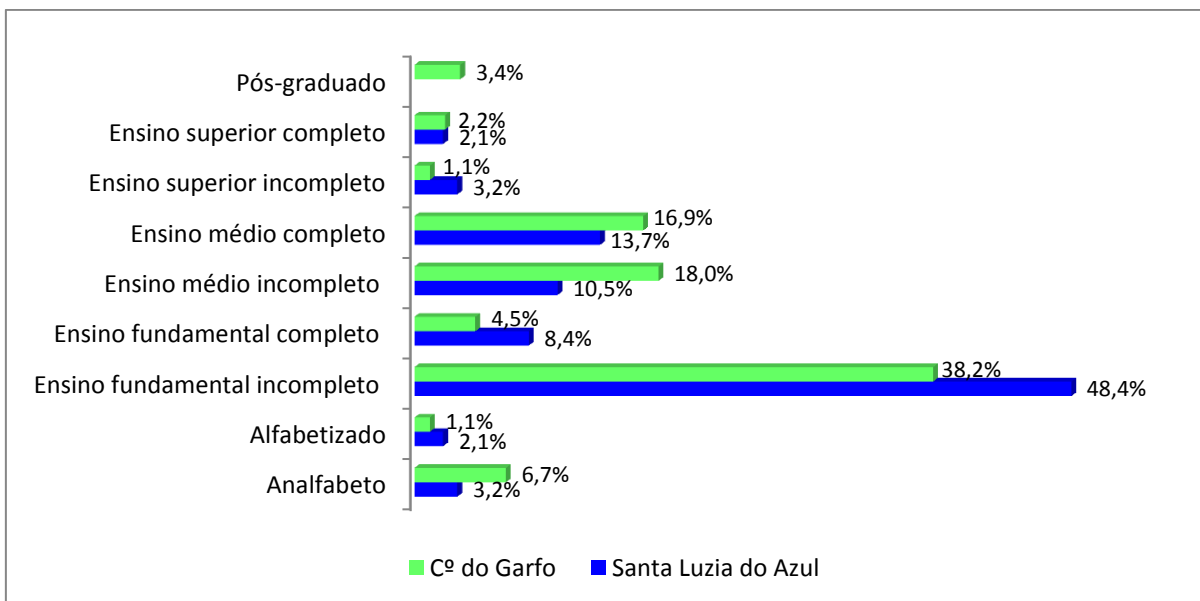


Figura 47. Perfil educacional da população assistidas pelo Incaper nas comunidades de Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Observa-se também que as duas comunidades não apresentam similitudes no que tange ao nível educacional que compõe a população assistida, uma vez que na comunidade Córrego do Garfo 5,6% possui ensino superior completo, sendo que na comunidade de Santa Luzia do Azul tal percentual corresponde a 2,1%.

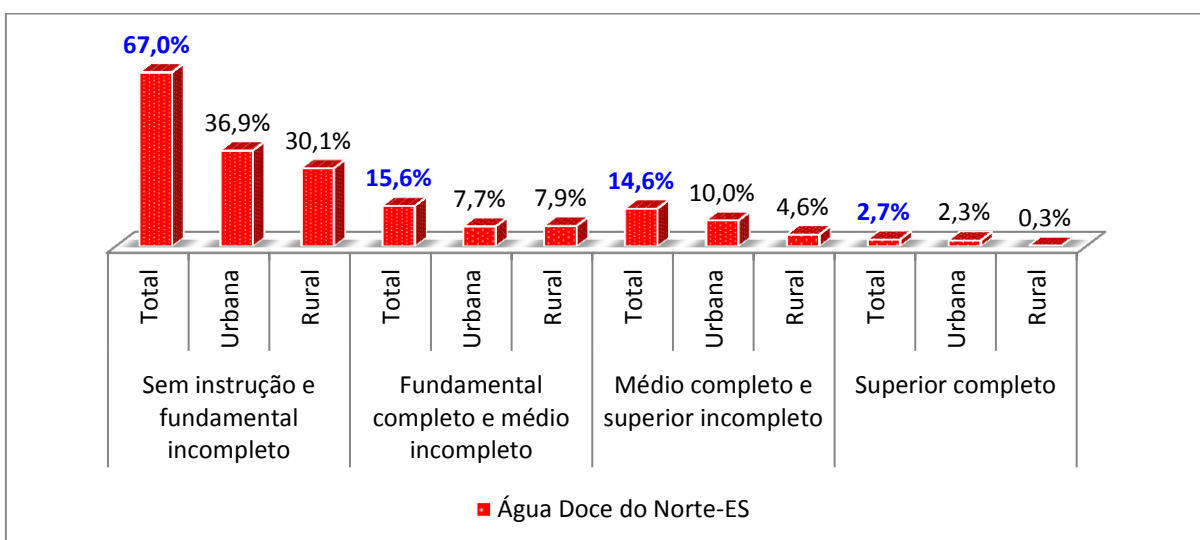


Figura 48. Perfil educacional de Água Doce do Norte-ES, 2010.
Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010.

De acordo com o censo demográfico (2010) do IBGE, o município possui dois terços de sua população com nível educacional considerado sem instrução e fundamental incompleto (Figura 48), percentual considerado alto, para um nível de escolaridade avaliado como muito baixo, e ainda este percentual é superior quando comparado ao mesmo nível de escolaridade

identificado entre a população assistida pelo Incaper nas comunidades do Córrego do Garfo e de Santa Luzia do Azul que apresentaram 46% e 53,7% respectivamente (Figura 47). Mesmo assim, ainda que o percentual seja melhor que o apresentado para o município, o índice é considerado alto em razão do percentual de jovens (até 19 anos) entre a população assistida, que é de 22,4% e 35,8% no Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul respectivamente, bem inferior ao índice de escolaridade aqui apresentado.

No entanto para os que possuem ensino superior completo, os dados da população assistida no Córrego do Garfo são superiores, mais que o dobro, ao identificado na população assistida em Santa Luzia do Azul (Figura 47), e também superior em relação à média do município (Figura 48). Contudo quando comparamos o percentual de pessoas com nível superior completo na zona rural, constatamos que o município apresentou um percentual muito inferior para esta condição de domicílio (Figura 48), quando comparado ao identificado pela pesquisa de campo entre a população assistida pelo Incaper nas comunidades de Córrego do Garfo e de Santa Luzia do Azul, ou seja, o índice de pessoas com esta escolaridade nas comunidades pesquisadas, é melhor que a média municipal identificado na zona rural do município que foi de 0,3%. (IBGE, 2010).

De todo modo pode-se inferir que o nível de escolaridade identificado para a população assistida pelo Incaper nas comunidades de Córrego do Garfo e de Santa Luzia do Azul é melhor do que o identificado para o município de Água Doce do Norte, pelo IBGE (2010).

4.3 Aspectos Socioeconômicos

O setor primário é um dos principais suportes econômico e social do município que possui sua força centrada na agropecuária, o que o caracteriza como um município de base produtiva rural na qual, segundo Lopes (1999), predominam a pecuária e a produção cafeeira, café conilon e arábica.

Na formação da renda do município de Água Doce do Norte, o setor agropecuário representa 21,98% em relação ao total de seus componentes (Quadro 15), sendo superior a quatro vezes quando comparado com dados do PIB nacional e mais de seis vezes quando comparado ao estado. Desse modo o setor primário representa o segundo mais importantena economia municipal (Quadro 15).Em relação ao PIB capixaba, o município ocupa a 64ª colocação no ranking estadual, ou seja, somente 14 municípios, de um total de 78, possuem PIB inferior ao de Água Doce do Norte. (IJSN, 2015).

Quadro 15. Componentes do PIB no município de Água Doce do Norte- 2013.

Componentes	Valor (R\$ milhões)	Part. %
Agropecuária	R\$ 29,63	21,48
Indústria	R\$ 17,82	12,92
Serviços	R\$ 80,58	58,42
Serviços, exceto Adm. pública	R\$ 38,87	28,18
Administração pública	R\$ 41,71	30,24
Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos	R\$ 9,90	7,18
PIB a preços correntes	R\$ 137,93	100,00

Fonte:

IJSN http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_content&view=article&id=4466:produto-interno-bruto-pib-dos-municipios-

Ainda que de acordo com o Quadro 15 a maior participação na composição do PIB municipal tenha sua origem no setor terciário, a agropecuária representa 21,48% do PIB municipal, sendo que o percentual de pessoas ocupadas, que trabalham na agropecuária, na faixa etária de 18 anos ou mais era de 51,92% em 2010, de forma que esta constitui um importante setor responsável pela criação de postos de trabalhos para o referido município. (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013)

Quanto a renda, de acordo com dados extraídos do PDLS (plano de desenvolvimento local sustentável), a maioria das famílias do município de Água Doce do Norte apresenta renda mensal de até um salário mínimo (50,67%), sendo identificado ainda um percentual de 5,96% de famílias que não possui rendimentos. O que caracteriza o referido município como sendo de população predominantemente de baixa renda, uma vez que mais de 80% das famílias apresentam renda média familiar inferior a 03 salários mínimos. (FUNDAÇÃO CECILIANO ABEL DE ALMEIDA, 2009).

Conforme dados do IJSN(2015), a renda *per capita* para o município de Água Doce do Norte no ano de 2013 foi de R\$ 13.730,84 (Quadro 16), ficando em quinto lugar no ranking quando comparado com os demais municípios da microrregião Noroeste, à frente somente dos municípios de Mantenópolis e Águia Branca.

Quando comparamos o PIB per capita entre os anos de 2010 a 2013 entre os municípios da microrregião Noroeste, Água Doce do Norte se manteve no quinto lugar, somente apresentando desempenho um pouco melhor no ano de 2011, quando ocupou o quarto lugar, conforme pode ser observado no Quadro 16, o que de certo modo demonstra que o município está quase sempre entre as últimas posições na microrregião, no quesito renda,

possuindo em 2010 o índice de Gini de 0,489 (22º no ranking estadual), sendo um pouco melhor que o Estado cujo índice é de 0,572. (Portal ODM, 2015).

Quadro 16. Produto Interno Bruto per capita (R\$ 1,00) da microrregião Noroeste do Espírito Santo - 2010 a 2013.

Municípios	2010	2011	2012	2013
Noroeste	10.752,19	12.208,66	14.168,54	14.023,71
Água Doce do Norte	9.843,95	12.614,47	13.357,57	13.730,84
Água Branca	7.362,93	8.273,41	9.743,12	9.803,11
Barra de São Francisco	11.530,30	12.927,57	15.520,69	15.958,29
Ecoporanga	10.973,62	11.795,67	14.579,32	13.885,12
Mantenedópolis	6.638,35	7.837,59	8.062,40	8.032,71
Nova Venécia	12.024,55	13.601,97	15.273,46	15.092,45
Vila Pavão	11.812,03	14.260,99	17.279,08	14.940,73

Fonte: IJSN e IBGE.

O Quadro 17 diz respeito à produção agrícola para o município de Água Doce do Norte, retratando sua estrutura produtiva, para o ano de 2014, conforme dados do IBGE (2014). A análise dos dados confirma a importância da produção cafeeira, que representa 93,5% da área em relação aos demais produtos, comprovando que esta atividade é essencial para a formação da renda agrícola neste município, refletindo assim, a pouca diversificação de produtos.

Quadro 17. Produção agrícola do município de Água Doce do Norte, 2014.

Principais produtos das lavouras temporárias e permanentes	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (t)	Rendimento médio (kg/ha)	Valor (1 000 R\$)
Água Doce do Norte	3.014	16 420
Lavouras Temporárias	197	444
Lavouras Permanentes	2.817	15 976
Café(beneficiado)	2.750	3 645	1 325	15 602
Feijão(em grão)	60	48	800	125
Mandioca	50	750	15 000	98
Milho(em grão)	45	80	1 778	52
Manga	40	400	10 000	240
Cana-de-açúcar	20	900	45 000	45
Arroz(em casca)	15	45	3 000	36
Laranja	15	135	9 000	95
Coco-da-baía (1)	10	50	5 000	21
Melancia	7	175	25 000	88
Tangerina	2	20	10 000	18

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2014.

(1) Quantidade produzida em 1 000 frutos e rendimento médio em frutos por hectare.

Outro importante componente da estrutura produtiva em Água Doce do Norte é a pecuária bovina. De acordo com o censo agropecuário, o município possuía em 2006 um rebanho bovino de 21.566 cabeças, sendo em sua maioria (mais de 70%) destinado à produção leiteira.(IBGE, 2006).

4.3.1 Renda familiar dos agricultores assistidos pelo Incaper no Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul

A composição da renda das referidas comunidades é constituída principalmente pela produção agropecuária, entretanto como pode ser observado na Figura 49, as duas comunidades apresentam um nível de renda considerado baixo. No Córrego do Garfo 7,4% dos entrevistados afirmaram possuir renda de até um salário mínimo/mês e 25,9% afirmou possuir renda entre um e dois salários, ou seja, um terço das famílias nesta comunidade auferem renda de no máximo dois salários mínimos. Em Santa Luzia do Azul 23,3% declarou possuir renda de até um salário mínimo e 43,3% afirmou possuir renda entre um e dois salários, totalizando dois terços das famílias assistidas nesta comunidade. No município por sua vez, segundo dados do IBGE (2010), a situação é ainda pior, onde mais de um terço das famílias declararam auferir renda de até um salário mínimo mensal e 32,2% afirmaram possuir renda entre um e dois salários, ou seja, 67,4% das famílias no município sobrevivem com renda familiar mensal de até dois salários mínimos (Figura 49), apresentando ainda 4,1% de famílias sem rendimento.

No entanto, 30% dos entrevistados em Santa Luzia do Azul e 48,1% no Córrego do Garfo (Figura 49) disseram ter renda superior a dois e até cinco salários mínimos mensais, demonstrando também renda superior ao nível apresentado pelo município, que foi de 22,6% para esta faixa de renda. (IBGE, 2010)

Nesta mesma perspectiva 50% dos entrevistados em Santa Luzia do Azul afirmaram receber algum auxílio e/ou benefício do governo (bolsa família, bolsa escola, auxílio doença...), sendo que na comunidade de Córrego do Garfo o percentual de famílias que acessam esses benefícios sociais também foi alto, totalizando 40,7% da população assistida.

Salienta-se ainda que em Santa Luzia do Azul, nenhum entrevistado afirmou auferir renda entre cinco e dez salários, sendo que 14,8% na comunidade do Córrego do Garfo e 4,4% no município declarou possuir renda nesta faixa. Somente uma pessoa (3,3%) disse possuir renda maior que 20 salários mínimos em Santa Luzia do Azul, percentual semelhante ao apresentado no Córrego do Garfo (3,7%) e superior ao identificado no município que foi

somente 0,2%. Contudo no município o IBGE (2010), ainda identificou 1,3% de famílias com renda entre dez e 20 salários, faixa não identificada entre as famílias assistidas pelo Incaper nas duas comunidades pesquisadas.

Dessa forma é possível afirmar que a comunidade do Córrego do Garfo apresenta um nível de renda um pouco melhor quando comparado com a comunidade de Santa Luzia do Azul e com o município, no entanto, conclui-se que a renda familiar é baixa, tanto a identificada nas duas comunidades pela pesquisa de campo, quanto à do município identificada pelo IBGE(2010).

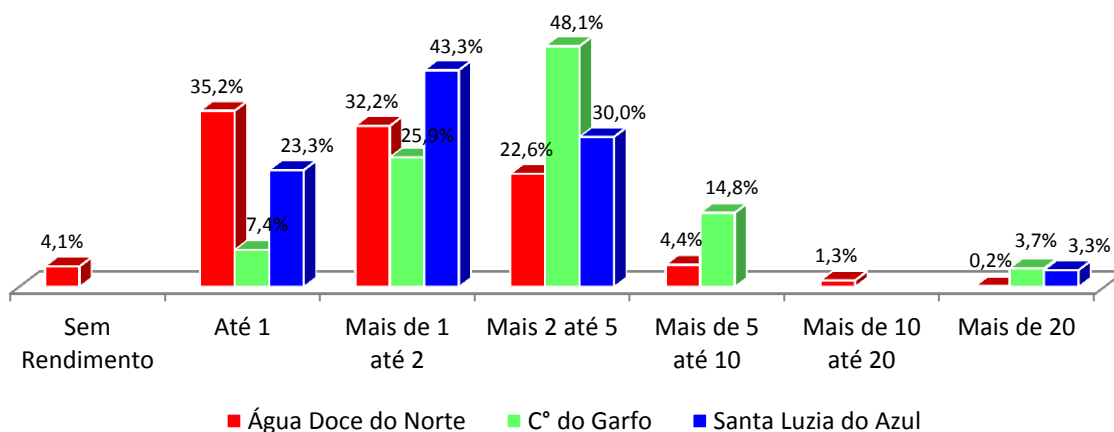


Figura 49. Renda familiar (salário mínimo/mês) da população assistida no Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, 2015 e de Água Doce do Norte, ES, 2010.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015. IBGE, censo demográfico 2010: resultados do universo - características da população e dos domicílios.

Cabe salientar que as propriedades rurais pesquisadas são, em sua totalidade, pequenas e de base familiar e, em sua maioria, a composição da renda se concentra em um ou no máximo dois produtos. Vale ressaltar também que a renda informada, se refere à renda monetária, ou seja, não está contabilizada a parte da produção agrícola utilizada no contexto do sustento da unidade familiar (frutas, verduras, etc...), que de certa forma constitui um valor (não monetário) importante para as famílias entrevistadas, uma vez que é possível melhorar as condições da alimentação destas famílias.

4.4 Estrutura Fundiária das Propriedades Assistidas pelo Incaper nas Comunidades do Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul

Os dados do censo agropecuário do IBGE (2006), revelam uma grande concentração fundiária para o município de Água Doce do Norte, uma vez que a área média das propriedades nas faixas acima de 50 ha aumenta consideravelmente, especialmente para as

faixas que possuem 100 ou mais ha (Figura 50), onde 5,5% dos estabelecimentos ocupam 35,1% da área total. Do lado oposto quase 40% dos estabelecimentos, são responsáveis pela ocupação de somente 6,4% da área (Figura 50).

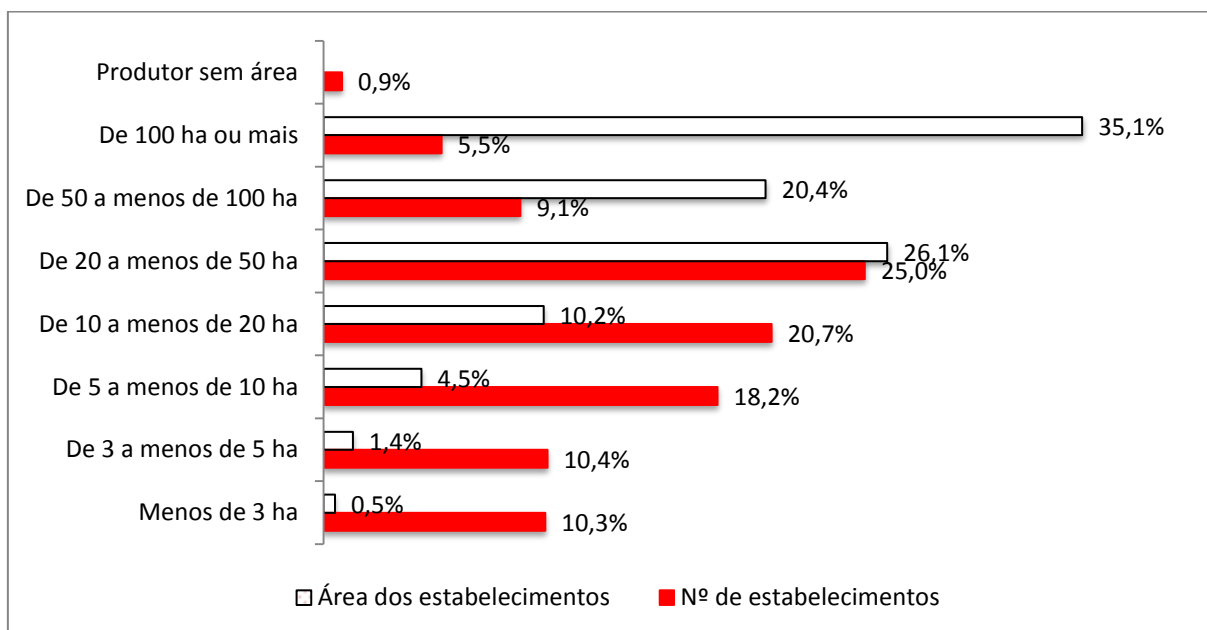


Figura 50. Estrutura fundiária de Água Doce do Norte-ES, 2006.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

O módulo fiscal no município de Água Doce do Norte corresponde a 20 hectares. Nesse sentido de acordo com a classificação do INCRA (2015), aproximadamente 60% das propriedades em Água Doce do Norte são consideradas minifúndios, pois possuem abaixo de 20 hectares.

A estrutura fundiária formada pelas unidades familiares assistidas pelo Incaper em Água Doce do Norte, e mais precisamente nas comunidades de Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, é constituída por pequenas propriedades de base familiar (Figura 51 e Figura 52), que por sua vez é o público prioritário das ações de ATER do referido instituto.

De acordo com os dados identificados na pesquisa de campo, 93,5% das propriedades em Santa Luzia do Azul e dois terços no Córrego do Garfo (Figura 51 e Figura 52) são considerados minifúndios, ou seja, possuem área abaixo de 20 hectares. No entanto estes estabelecimentos no Córrego do Garfo respondem por 35,3% da área e em Santa Luzia do Azul por 83%, caracterizando a grande concentração de minifúndios, especialmente nesta última comunidade.

Do mesmo modo ao analisar os dados das propriedades, constata-se que em Santa Luzia do Azul quase 50% dos estabelecimentos possuem menos de 10 ha correspondendo a aproximadamente um quinto da área, e no Córrego do Garfo um terço dos estabelecimentos

ocupam 10,2% da área nesta faixa analisada (Figura 51 e Figura 52), ao passo que, do lado oposto, um terço dos estabelecimentos no Córrego do Garfo são responsáveis por quase dois terços da área para as faixas de 20 até 50 ha e somente duas (6,5%) propriedades em Santa Luzia do Azul possuem entre 25 e 30 ha que corresponde a 17% da área, ou seja, os dados apontam que a distribuição fundiária em ambas as comunidades é muito fragmentada, sobretudo em Santa Luzia do Azul.

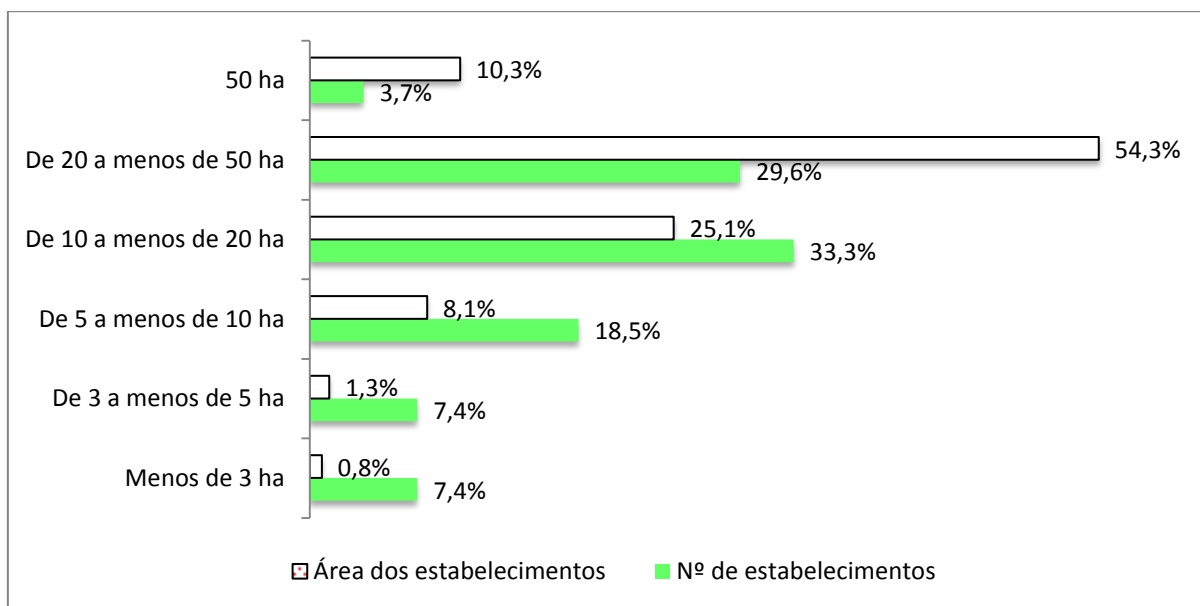


Figura 51. Estrutura fundiária das propriedades assistidas na comunidade de Córrego do Garfo, Água Doce do Norte-ES, 2015.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Mesmo assim, dos entrevistados que possuem área acima de um módulo fiscal no Córrego do Garfo somente um (3,7%) possui área igual a 50 ha (10,3% da área) e oito (29,6%) possuem área entre 20 e 40 ha, que juntas respondem por 54,3% da área (Figura 51), de modo que o tamanho médio das propriedades identificadas nesta comunidade foi de 17,89 ha, ou seja, o tamanho médio das propriedades identificadas no Córrego do Garfo é 71% superior ao identificado em Santa Luzia do Azul que foi de 10,46 ha, explicando assim a maior participação da pecuária na comunidade do Córrego do Garfo.

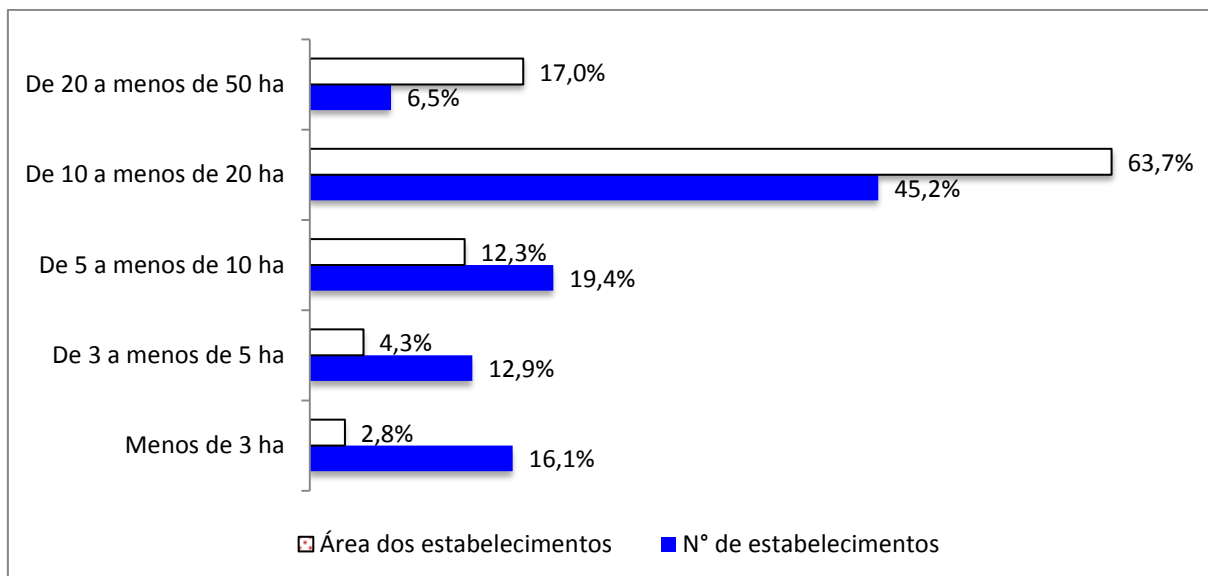


Figura 52. Estrutura fundiária das propriedades assistidas na comunidade de Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Os dados apontam para uma concentração de minifúndios entre as propriedades pesquisadas, ou seja, em sua maioria as unidades familiares assistidas pelo Incaper em ambas às comunidades, não possuem nem o mínimo, considerado pelo INCRA, do ponto de vista para sobrevivência das famílias, seguindo também a tendência encontrada para o município no censo agropecuário pelo IBGE (2006).

Em relação à condição de posse dos agricultores entrevistados (Figura 53), os dados sobre o total de proprietários estão em consonância com o censo agropecuário (IBGE, 2006), que apontou um percentual de 76,2% para o grupo de proprietários em relação às outras formas de posse da terra pelos agricultores, ficando um pouco abaixo na comunidade de Santa Luzia do Azul, fato que pode ser explicado pelo maior percentual de comodatários que fica em torno de um quarto dos entrevistados, sendo esta a segunda forma de posse de terras mais identificada entre as unidades familiares assistidas pelo Incaper nas duas comunidades. No entanto com relação ao universo dos proprietários de base familiar, os dados do censo apontam para um total de 71,5% de proprietários no âmbito estadual e 75,5% no município. (IBGE, 2006).

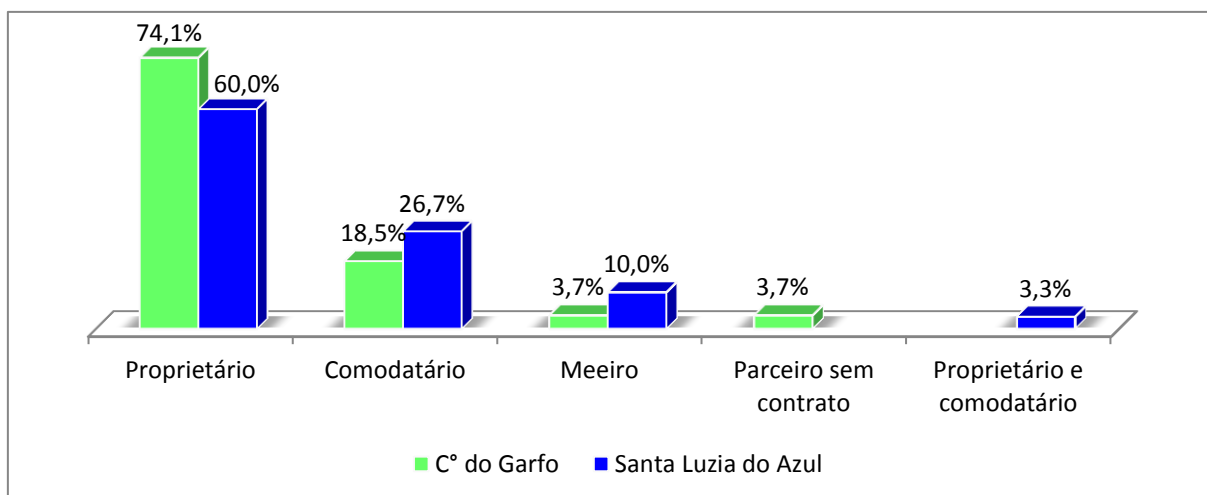


Figura 53. Condição de posse da terra da população assistida nas comunidades de Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Valem ressaltar que a existência de comodatários e meeiros, pode ser um indicador de confiança entre os membros de ambas as comunidades, uma vez que esta modalidade se materializa, à medida que se estabelece uma relação de confiança entre as partes interessadas. Esta é importante, pois a confiança é uma característica relevante, podendo indicar a existência de Capital Social nestas comunidades, ainda que o referido vínculo ocorra por meio de contrato formal.

Desse modo, a Figura 53 mostra que um percentual significativo de agricultores não são proprietários, mas conduzem os estabelecimentos por meio de contrato, sendo mais de um terço das unidades familiares assistidas em Santa Luzia do Azul, e em torno de 22,2% no Córrego do Garfo que conduzem os estabelecimentos da mesma forma, mostrando uma relação contratual para administração dos imóveis.

4.5 Estrutura Produtiva das Propriedades Assistidas pelo Incaper nas Comunidades de Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul

A estrutura produtiva apresentada pelas duas comunidades está baseada principalmente na cafeicultura e pecuária (Figura 54). O café está presente na maioria das propriedades, tanto no Córrego do Garfo (74,1%), quanto em Santa Luzia do Azul (83,3%), sendo, portanto a cultura mais importante, do ponto de vista da geração de renda, para as famílias nestas comunidades, seguindo o padrão do município.

Na comunidade do Córrego do Garfo, depois da cafeicultura, a atividade mais importante como fonte geradora de renda para as famílias entrevistadas é a pecuária (tanto de

leite quanto de corte), constituindo, portanto, o alicerce da renda nesta comunidade. Ainda assim 14,8% afirmaram produzir hortaliças, 7,4% peixes, e mais outras cinco atividades foram citadas pelo menos uma vez pelos entrevistados, evidenciando desta forma a pouca diversificação de culturas para esta região.

Por sua vez, em Santa Luzia do Azul a atividade com maior expressividade é a cafeicultura, que está presente em quase 85% das propriedades, seguidas da pecuária, principalmente de corte e a cultura do feijão (Figura 54), sendo que estas não chegam a 15% das propriedades pesquisadas. Ainda outras oito atividades foram citadas somente uma vez pelos entrevistados, reforçando que também nesta comunidade ocorre pouca diversificação das atividades geradoras de renda, e nesta especialmente, torna os agricultores ainda mais dependentes da atividade cafeeira, como fonte geradora de renda, ainda que esta atividade seja uma importante geradora de postos de trabalho no meio rural, representando assim maior relevância para esta comunidade.

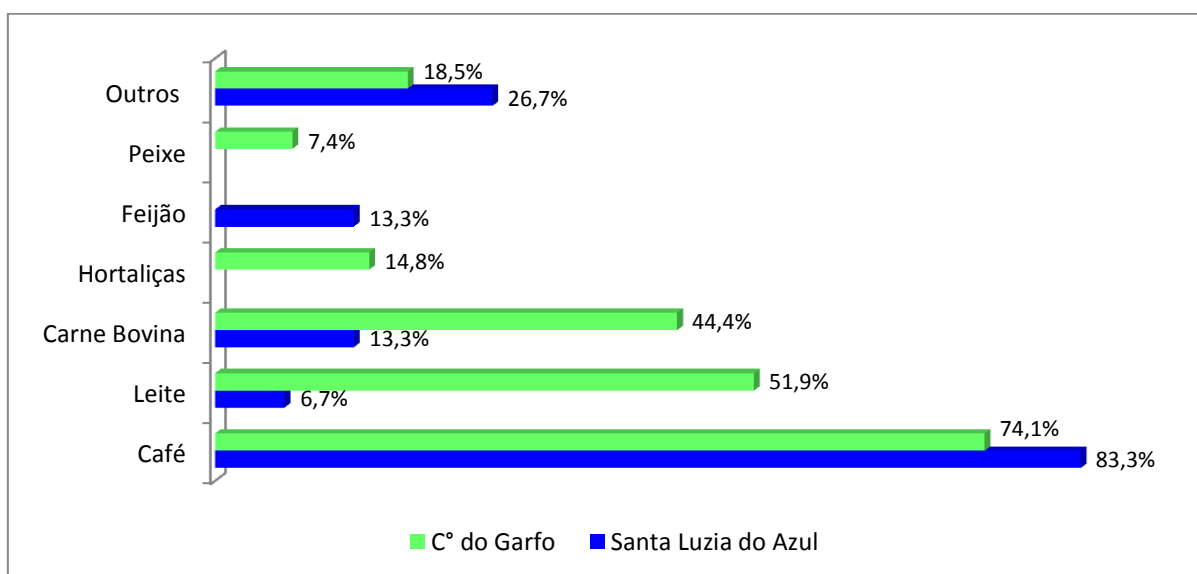


Figura 54. Produção agropecuária encontrada nas comunidades de Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte -ES, 2015.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Dessa forma, com base nos referidos dados pode se afirmar que a geração de renda nestas comunidades, é especialmente concentrada nas atividades de cafeicultura e pecuária de leite e corte conforme observado na Figura 54, sendo estas atividades responsáveis pela maior parte da renda auferida pelas famílias, seguindo a tendência do município.

De todo modo, vale ressaltar que a comunidade de Santa Luzia do Azul encontra-se em altitude superior a 600 metros, sendo a atividade de café arábica comum nestas regiões, porém em virtude do baixo preço ofertado por este produto nos últimos anos e também em

razão do sistema de produção adotado com pouco uso de tecnologias apropriadas para esta cultura, vem ocorrendo sua substituição por lavouras de café conilon irrigado que tem proporcionado melhores rendimentos aos produtores, uma vez que conforme estudos realizados por Dadalto e Barbosa, (1997), sobre o zoneamento agroecológico para a cultura do café no Espírito Santo, a referida comunidade possui áreas aptas para café arábica, e ainda, áreas aptas para café conilon e aptas com restrição hídrica para café arábica, evidenciando a dupla aptidão de áreas para o cultivo dos dois tipos de café, desde que escolhidas as respectivas áreas e cultivadas com as tecnologias preconizadas para cada cultura. (DADALTO e BARBOSA, 1997).

Com relação à forma utilizada pelas famílias das comunidades de Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul para a comercialização de seus produtos agropecuários, pode se observar conforme Figura 55, que 72,4% da produção no Córrego do Garfo é comercializada por meio de atravessadores da região, enquanto que em Santa Luzia do Azul tal percentual totaliza 90,5%, sendo esta portanto a forma predominante da comercialização dos produtos, seguido pela comercialização direta ao consumidor final representando 12,1% no Córrego do Garfo e 9,5% em Santa Luzia do Azul.

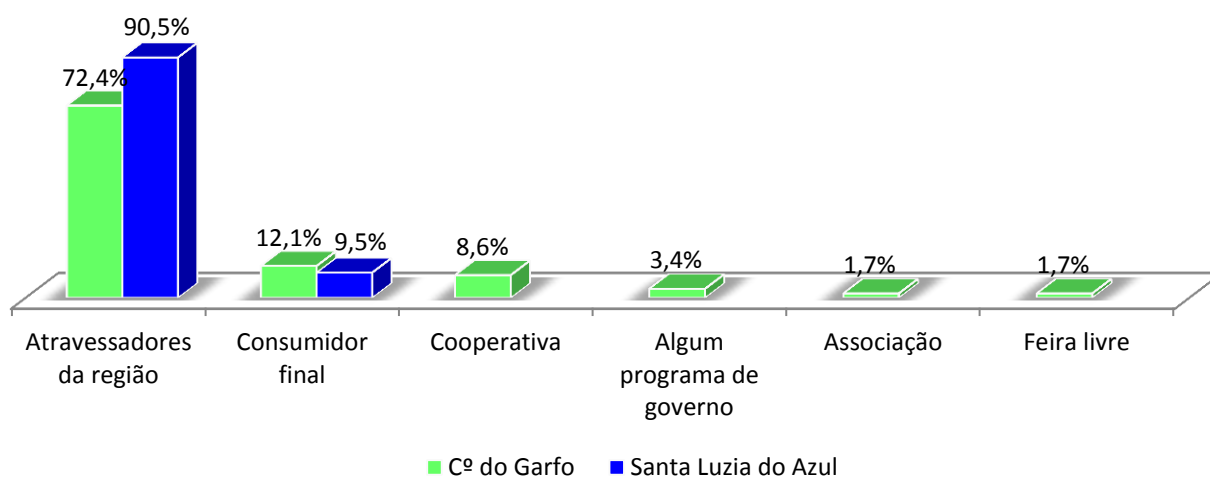


Figura 55. Formas de comercialização da produção no Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Também chama a atenção neste município que somente 3,4% dos produtos são comercializados via algum programa de governo na comunidade do Córrego do Garfo, e em Santa Luzia do Azul nenhum produtor declarou tal modalidade de comercialização, o que pode ser explicado pela pouca diversificação da produção nestas comunidades.

Tal fato também comprova que apesar de existirem políticas públicas (PNAE, PAA, CDA) voltadas para a comercialização de produtos da agricultura familiar, a concentração da produção baseada na cafeicultura e pecuária de leite e corte dificulta, por exemplo, maior acesso a feiras livres e mesmo comercialização via algum programa de governo (PAA, CDA e PNAE), em função do tipo de produto produzido.

4.6 A Organização dos Agricultores

A organização social instituída em uma comunidade poderá apontar alguns indicadores de sociabilidade entre seus membros, na medida em que estes se relacionam cotidianamente, demonstrando o grau de integração existente numa determinada comunidade. Dessa forma é possível avaliar o relacionamento cotidiano e a partir daí, analisar como estas relações poderão implicar em um maior ou menor grau de desenvolvimento de uma dada região, por meio do Capital Social identificado nesta.

Nesse sentido, a pesquisa de campo identificou que os agricultores das comunidades do Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul participam de diversas formas organizativas, no entanto, as maiores participações foram verificadas em instituições como *igrejas* (católica, protestante e evangélica), *sindicatos dos trabalhadores rurais* e *associações de produtores rurais* (Figura 56), sendo que de acordo com o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural - PROATER 2011 - 2013, no município de Água Doce do Norte existiam, em 2011, 24 associações ligadas à agricultura familiar, que desenvolviam atividades de prestação de serviços (beneficiamento de café, serviços de trator, etc.), bem como organização da produção, comercialização e capacitação dos agricultores, entre outras.

Além destas formas de organização mencionadas, um percentual menor de agricultores também participa de algum grupo ou movimento político, em torno de um quinto dos entrevistados em ambas as comunidades (Figura 56), existindo ainda um pequeno grupo associado à cooperativa de crédito, e um percentual ainda menor de agricultores que participam de alguma outra forma organizativa, sendo que pelo menos 5,3% dos entrevistados em Água Doce do Norte declarou não participar de nenhuma forma de organização.

Os dados referentes à participação em organizações são apresentados na Figura 56, evidenciando que os membros manifestam sua participação por meio de diferentes tipos de organização.

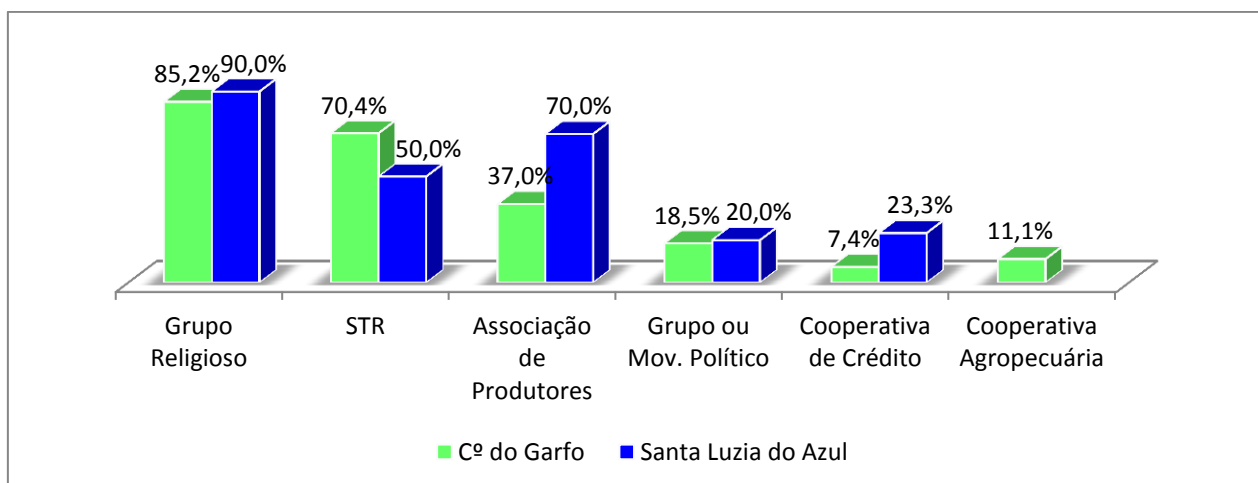


Figura 56. Participação em grupos ou redes da população assistida nas comunidades do Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Nesse contexto, ao analisar o grau de participação dos agricultores nas diversas organizações, pôde ser identificado um bom nível de envolvimento, sobretudo nas igrejas e associações de produtores rurais (Quadro 18), apresentando boa participação em cargos de liderança tanto em grupos religiosos quanto em associações e movimentos políticos. Pode ainda ser observado que um percentual expressivo dos entrevistados afirmou não participar das decisões dos grupos, especialmente do STR, cooperativa de crédito e grupos ou movimentos políticos, ou seja, isto evidencia que apesar de estar associado, ou fazer parte da organização, uma parcela considerável de agricultores não participam das decisões, o que se dá em razão do modelo organizativo não permitir realmente a participação ou pelo fato deste considerar que não está tendo o retorno satisfatório da organização na qual faz parte (Quadro 18).

Quadro 18. Grau de participação dos membros nas decisões dos grupos/organizações nas comunidades pesquisadas no município de Água Doce do Norte-ES, 2015.

Grau de participação	Grupo ou Rede (%)														
	Grupo Religioso			STR			Associação de produtores			Grupo ou mov. político			Cooperativa de Crédito		
	Cº G	SLA	Total	Cº G	SLA	Total	Cº G	SLA	Total	Cº G	SLA	Total	Cº G	SLA	Total
Líder	30,4	37,0	34,0	5,6	6,7	6,1	30,0	38,1	35,5	20,0	16,7	18,2			
Muito ativo	21,7	33,3	28,0		20,0	9,1	30,0	19,0	22,6		16,7	9,1			
Relativamente ativo	34,8	14,8	24,0	11,1		6,1	30,0	9,5	16,1	80,0		36,4		28,6	22,2
Não participa das decisões	13,0	14,8	14,0	83,3	73,3	78,8	10,0	33,3	25,8		66,7	36,4	100	71,4	77,8

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Cº G: Córrego do Garfo.

SLA: Santa Luzia do Azul.

Por outro lado, também pode-se observar que a maior participação nas instituições é dos homens (Quadro 19), uma vez que, das unidades familiares entrevistadas, o membro familiar considerado mais ativo foi o esposo. De modo diverso, quando se observa a participação nas Igrejas a presença feminina, com percentual de 44%, é bem superior à masculina com 14%, conforme pode ser percebido no Quadro 19.

Quadro 19. Membro familiar mais ativo nas organizações em que os membros das comunidades participam.

Membro Familiar mais ativo	Grupo ou Rede (%)														
	Grupo Religioso			STR			Associação de produtores			Grupo ou mov. político			Cooperativa de Crédito		
	C° G	SLA	Total	C° G	SLA	Total	C° G	SLA	Total	C° G	SLA	Total	C° G	SLA	Total
Esposo	13,0	14,8	14,0	63,2	66,7	64,7	90,0	85,7	87,1	100,0	100,0	100,0	50,0	100,0	88,9
Esposa	56,5	33,3	44,0	10,5	26,7	17,6		14,7	9,7				50,0		11,1
Filhos		3,7	2,0	5,3		2,9	10,0		3,2						
Casal	26,1	48,1	38,0	21,1	6,7	14,7									
Todos os membros da família	4,3		2,0												

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.
 C° G: Córrego do Garfo.
 SLA: Santa Luzia do Azul.

Entre as organizações nas quais os membros das unidades familiares assistidas pelo Incaper declararam fazer parte, as duas consideradas mais importantes foram a igreja, com percentual de 46,9% no Córrego do Garfo e 54,9% em Santa Luzia do Azul, e a associação de produtores rurais na comunidade de Santa Luzia do Azul com 31,4%, e o sindicato para a comunidade do Córrego do Garfo com 30,6%, conforme ilustrado na Figura 57, reforçando a forte religiosidade nas comunidades pesquisadas.

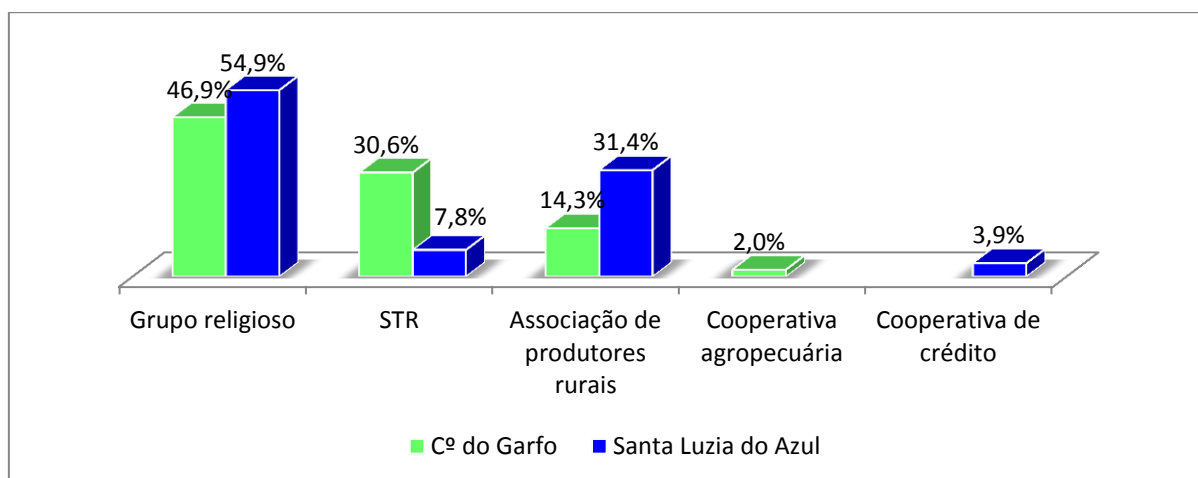


Figura 57. Instituições mais importantes para os entrevistados no Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Quando analisamos as duas comunidades, percebemos que as maiores diferenças em termos da participação em organizações, se referem à participação em associação de produtores rurais e STR, uma vez que na comunidade de Santa Luzia do Azul 70% dos entrevistados participam das associações e no Córrego do Garfo esse percentual é de somente 37% (Figura 56), por sua vez quanto à participação no sindicato em Santa Luzia do Azul 50% dos entrevistados afirmaram fazer parte, ao passo que no Córrego do Garfo tal percentual sobe para 70,4%. Assim a diferença de percentuais encontrados para os entrevistados que consideram STR e associação de produtores (Figura 57) como os grupos mais importantes, segue o percentual de sócios identificados em ambas às comunidades (Figura 56).

Ainda no tocante à participação, outro dado relevante é o que se refere ao envolvimento dos agricultores no sindicato dos trabalhadores rurais, uma vez que nas duas comunidades em torno de 60% dos entrevistados afirmaram ser associados. Todavia cerca de 79% destes, afirmaram não participar de nenhuma decisão, ou seja, sua participação se dá em razão de um benefício específico, como por exemplo, o auxílio na obtenção de aposentadoria no futuro, conforme afirmado por vários entrevistados.

Outra diferença que pode ser mencionada diz respeito à cooperativa agropecuária, uma vez que no Córrego do Garfo 11,1% dos entrevistados afirmaram ser associados, enquanto que em Santa Luzia do Azul 100% dos entrevistados declararam não fazer parte. Cabe salientar que no Córrego do Garfo a produção de leite é bastante expressiva entre as unidades familiares assistidas pelo Incaper, justificando alguns terem declarado fazer parte de cooperativa agropecuária, contudo, percebe-se esta afirmação está relacionada somente para entrega do produto, ou seja, para comercialização do leite e não efetivamente a participação enquanto sócios de tal instituição/organização.

Quanto às vantagens e benefícios advindos da participação nas organizações, os membros das comunidades, responderam em sua maioria, que os maiores benefícios são espirituais, posição social e autoestima com percentual superior a 44% em ambas as comunidades, seguida por benefícios à comunidade conforme Figura 58.

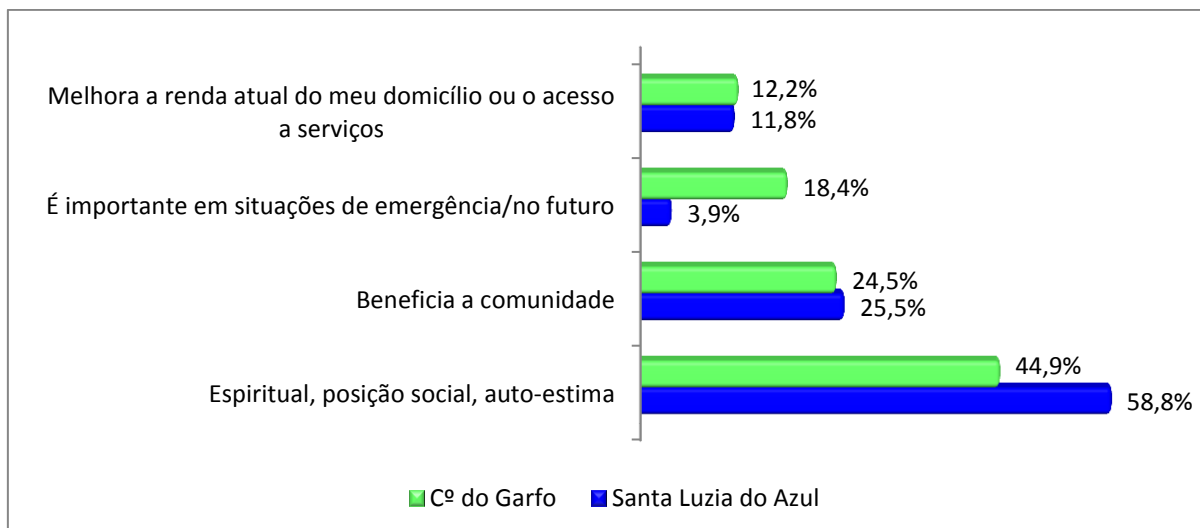


Figura 58. Vantagem ou benefício em participar de alguma instituição nas comunidades de Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

De todo modo, pode-se inferir que os agricultores participam de organizações em suas comunidades ou fora delas, o que possibilita um grau de sociabilidade. E nesse contexto 45% dos entrevistados afirmaram que as organizações onde estão inseridos, interagem frequentemente com outros grupos fora da comunidade e se considerarmos as que interagem inclusive ocasionalmente esse índice chega a 82%.

Nesta perspectiva é importante ressaltar que esta interação, é fator fundamental para se pensar a existência de Capital Social nestas comunidades, na medida em que esta sociabilidade espontânea proporciona níveis de intercâmbio, podendo contribuir para o desenvolvimento rural sustentável das mesmas.

Conforme já assinalado a interação entre os membros de uma comunidade, e destes com os membros de outras comunidades, constitui um indicador da existência de Capital Social nas mesmas, uma vez que de acordo Grootaert *et al.*,(2003), a sua manutenção e reforço dependem especialmente da capacidade dos membros de comunicar-se entre si e também com outras comunidades.

Nesse sentido, a afirmação é corroborada com Fukuyama (1996, p. 42), quando afirma que “o Capital Social não pode ser adquirido simplesmente por indivíduos agindo por conta própria. Ele é baseado no predomínio de virtudes sociais e não apenas individuais”, ou seja, torna se necessário que os indivíduos atinjam certo grau de sociabilidade a fim de que esta possa ser convertida em ações que poderão contribuir com o desenvolvimento das comunidades.

Quadro 20. Participação dos membros assistidos pelo Incaper nas comunidades de Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES em alguma ação de interesse coletivo, 2015.

Descrição	SIM			NÃO		
	C° G	SLA	Total	C° G	SLA	Total
Participou de uma reunião da associação, sindicato, cooperativa de conselho, reunião aberta ou grupo de discussão?	63,0	73,3	68,4	37,0	26,7	31,6
Encontrou um político, telefonou para ele/ela, ou enviou- lhe uma carta?	44,4	50,0	47,4	55,6	50,0	52,6
Participou de um protesto ou demonstração?	7,4	10,0	8,8	92,6	90,0	91,2
Participou de uma campanha eleitoral ou informativa?	25,9	26,7	26,3	74,1	73,3	73,7
Alertou algum jornal, rádio ou TV para um problema local?	7,4	13,3	10,5	92,6	86,7	89,5
Informou a polícia ou a justiça a respeito de um problema local?	11,1	30,0	21,1	88,9	70,0	78,9

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

C° G: Córrego do Garfo.

SLA: Santa Luzia do Azul.

O Quadro 20 reflete a participação dos membros da unidade familiar em alguma ação coletiva que pode resultar em benefício para a comunidade. Dessa forma observa-se que a participação em reuniões nas diversas instituições das quais fazem parte é alta (63% no Córrego do Garfo e 73,3% em Santa Luzia do Azul), seguida pelo encontro com algum político, que ficou com percentual de 44,4% no Córrego do Garfo e 50% em Santa Luzia do Azul. Para as demais indagações que poderia resultar em algum benefício para os membros, as respostas foram baixas em ambas as comunidades (Quadro 20).

Dessa forma conclui-se que o nível de participação nas duas comunidades pesquisadas se apresenta de modo bem diverso, conforme pode ser observado acima. Nesta perspectiva os indivíduos participam das organizações, de acordo com as finalidades individuais, que lhe tragam maiores benefícios, próprios (espiritual, social, econômico ou outro) e/ou para seus familiares, ou seja, as ações coletivas acabam sendo beneficiadas, na medida em que o Capital Social revela a capacidade que estes têm em se organizar, e desta forma se traduzem tanto em benefícios individuais quanto coletivos.

Nesse sentido Putnam (2006), afirma que os meios de participação cívica, que envolvem diversos grupos sociais, geram uma cooperação mais aberta, sendo esta uma das razões pelas quais estes são parte tão importante do estoque de Capital Social de uma comunidade.

4.7 Relações Sociais nas Comunidades

O relacionamento interpessoal entre os membros das comunidades em seu cotidiano demonstra o grau de sociabilidade entre eles, o que representa um importante fator para a identificação de Capital Social em uma comunidade. Assim, por meio da ocorrência de interações cotidianas, seja fazendo uma visita a alguém ou recebendo visitas em sua casa, ou ainda outras ações como, por exemplo, a participação em festas religiosas ou casamentos, busca-se verificar o grau de tais interações. Dos dados obtidos na realização da pesquisa depreende-se a existência de interação entre as unidades familiares assistidas pelo Incapernas comunidades pesquisadas, que é um importante fator para o desenvolvimento e o aumento do estoque de Capital Social já presente nas mesmas.

Nesse sentido, foi indagado aos entrevistados acerca do número de vezes em que estes se reuniam com outras pessoas, em casa ou em algum lugar público, para comer ou beber, sendo que de acordo com o ilustrado na Figura 59 em torno de 11% dos entrevistados disseram se reunir com outras pessoas pelo menos oito vezes ou mais por mês no Córrego do Garfo, e em Santa Luzia do Azul nenhum entrevistado afirmou tal número. Se somarmos ao referido percentual, aqueles que se reúnem quatro a seis vezes, este percentual alcança 22,2% dos entrevistados no Córrego do Garfo e 20% em Santa Luzia do Azul. Observa-se ainda, que pelo menos 55,6% dos entrevistados no Córrego do Garfo e 50% em Santa Luzia do Azul afirmaram se reunir pelo menos uma a três vezes/mês. Dessa forma pelo menos 77,8% dos entrevistados no Córrego do Garfo e 70% em Santa Luzia do Azul declararam se reunir com outros membros da comunidade pelo menos uma vez ou mais no mês. Assim sendo, percebemos que as famílias no Córrego do garfo mantem mais contato com as outras famílias de sua comunidade, do que a Comunidade de Santa Luzia do Azul, sendo que nesta o maior número de encontros foi entre quatro e seis vezes por mês. Mesmo assim é possível assegurar que as famílias assistidas em ambas as comunidades mantêm um padrão de sociabilidade, permitindo-os interagir uns com os outros.

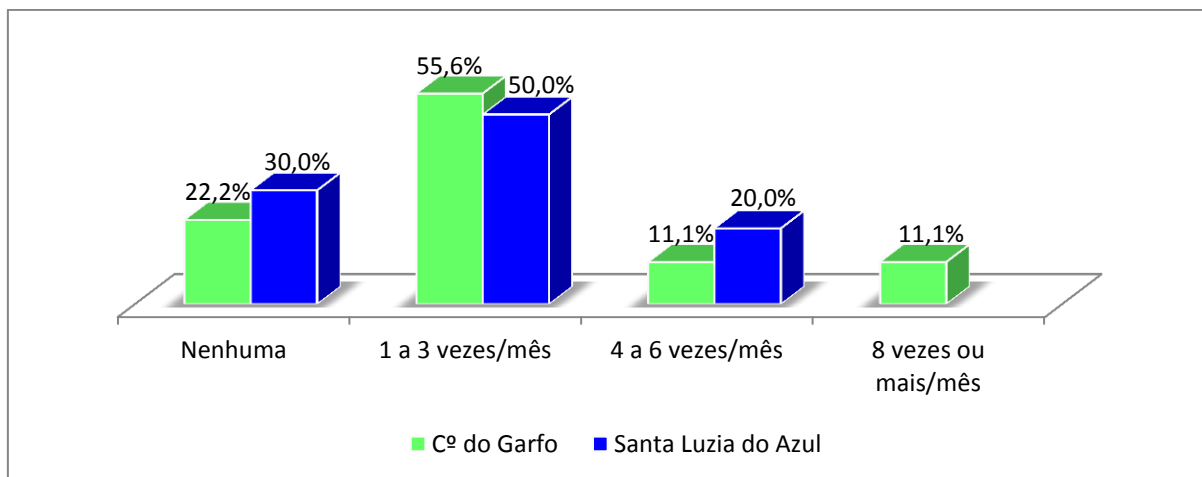


Figura 59. N° de vezes no último mês, que as famílias se reuniram com outras pessoas em casa ou em algum lugar público, nas comunidades de Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Ainda assim, vale ressaltar que quase um terço dos entrevistados em Santa Luzia do Azul e um pouco mais de um quinto no Córrego do Garfo (Figura 59), afirmaram que não se reuniram nenhuma vez no último mês com pessoas da comunidade. Este percentual é igual aos que se reuniram quatro vezes ou mais no mês na comunidade do Córrego do Garfo e 50% superior aos que se reuniram nesta faixa em Santa Luzia do Azul, ou seja, ainda que as famílias mantenham suas relações cotidianas entre a população assistida nestas comunidades, é alto o percentual de famílias que não se reúnem em casa ou em algum lugar público, verificando assim que um percentual considerável de famílias não interagiu com outros membros da comunidade.

Com relação ao número de visitas recebidas em casa e também as realizadas nas casas de outros membros da comunidade, podem ser observadas na Figura 60 que existem similitudes entre o percentual de visitas recebidas e realizadas nas comunidades. Assim, observa-se que as famílias assistidas no Córrego do Garfo e em Santa Luzia do Azul tanto recebem como visitam também outros membros na comunidade onde residem.

Analisando os dados da Figura 60, percebemos que o percentual de entrevistados que declarou receber no mínimo quatro a seis visitas por mês no Córrego do Garfo é de 14,8%, metade do percentual dos que realizam visitas nesta mesma faixa. No entanto para os que recebem entre sete e nove visitas por mês (7,4%) nesta comunidade o percentual é o dobro dos que realizam (3,7%) visitas nesta faixa e ainda para os que recebem de dez ou mais visitas/mês representam um terço dos entrevistados, sendo, portanto três vezes mais do que os que visitam nesta mesma faixa, e ainda para os que recebem e também realizam entre um e

três visitas/mês, os percentuais são próximos, sendo 29,6% (para os que recebem) e 33,3% (para os que realizam).

Em Santa Luzia do Azul 23,3% declarou receber no mínimo quatro a seis visitas/mês, 10% menos para os que realizam visitas nesta faixa. De igual modo, os que declararam receber 10 ou mais visitas/mês, foram 20% inferior aos que afirmaram visitar os membros da comunidade nesta mesma faixa. No entanto os que declararam receber entre uma e três vezes por mês, representaram um terço dos entrevistados e um quinto afirmou visitar outras pessoas nesta faixa, sendo que os percentuais dos que declararam receber sete a nove visitas por mês também é maior do que os que realizam visitas nesta faixa.

Porém ainda assim é possível verificar uma forte interação entre as famílias nas comunidades analisadas.

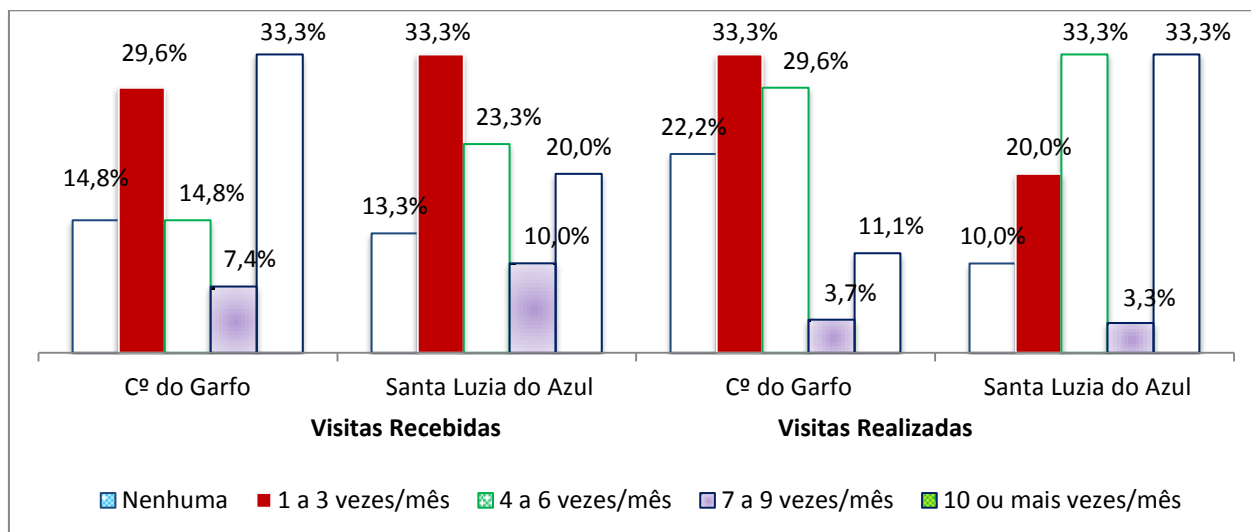


Figura 60. N° de vezes no último mês, que a família recebeu visitas em casa e visitou outras pessoas em suas casas nas comunidades de Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Ainda assim, foi possível identificar um percentual representativo de famílias que nem recebem, nem visitam outras pessoas, tanto na comunidade do Córrego do Garfo quanto em Santa Luzia do Azul (Figura 60), demonstrando que apesar de haver interações cotidianas, entre a maioria da população assistida, os percentuais dos que não interagem uns com os outros também é significativo.

Com relação à prática de esportes nas comunidades, foi identificado que 51,9% da população assistida no Córrego do Garfo e 50% em Santa Luzia do Azul (Figura 61), informaram não participar de nenhuma atividade esportiva ou recreativa, apesar do percentual de jovens existente nestas comunidades, revelando assim um baixo grau de envolvimento dos

membros familiares em atividades recreativas, embora um terço dos entrevistados no Córrego do Garfo e 23,3% em Santa Luzia do Azul ter afirmado participar dez vezes ou mais no trimestre de tais atividades (Figura 61).

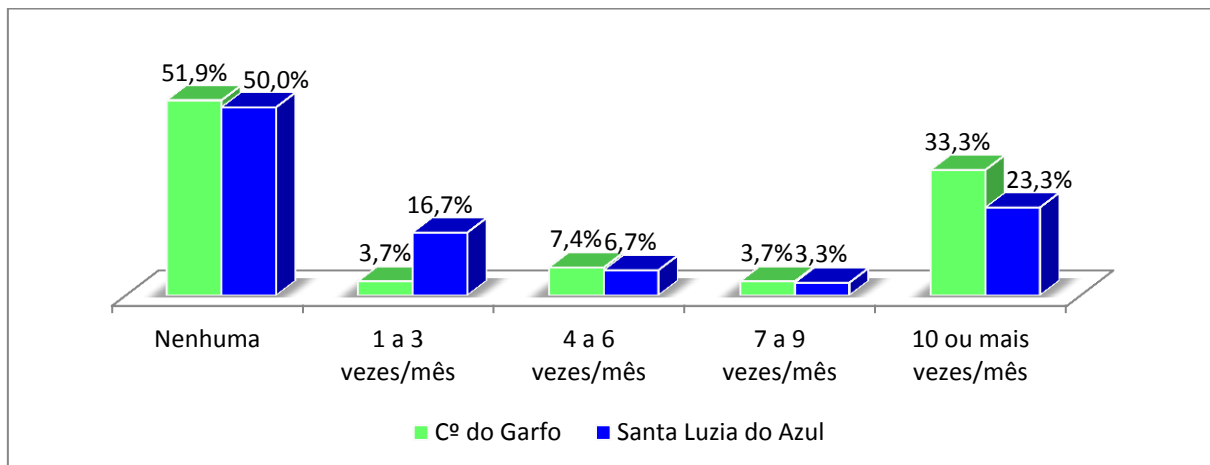


Figura 61. Nº de vezes no último trimestre, que algum membro da família se reuniu para praticar esportes ou outras atividades recreativas nas comunidades de Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Salienta-se que 46,4% dos membros dos grupos familiares pesquisados na Comunidade de Santa Luzia do Azul e 53,9% na comunidade do Córrego do Garfo possuem 40 anos ou mais de idade, o que pode constituir um fator restritivo para a prática de tais atividades.

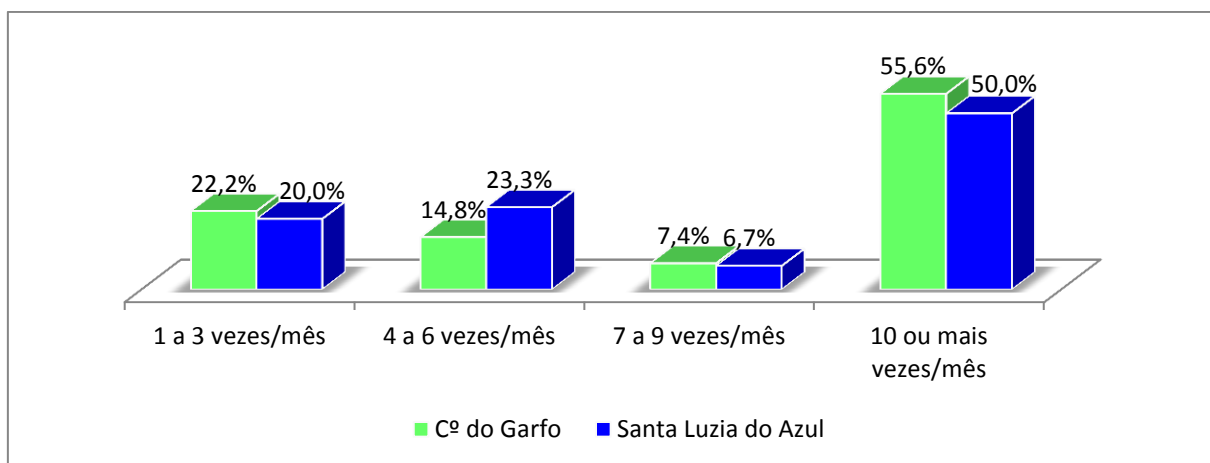


Figura 62. Nº de vezes no último ano, que a família participou de alguma cerimônia familiar (casamento, velório, festival religioso...) nas comunidades do Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Desse modo, ainda no que tange às relações sociais cotidianas entre os membros da população assistida pelo Incaper nas comunidades pesquisadas, indagou-se aos entrevistados

quantas vezes no último ano participaram de alguma cerimônia familiar ou de um festival na comunidade, tendo como resposta os dados relacionados na Figura 62, que demonstram que a totalidade dos entrevistados afirmou ter participado de alguma cerimônia familiar ou festival religioso no último ano, de forma que um percentual expressivo declarou participar pelo menos dez vezes ou mais no ano, reforçando que os membros mantem um vínculo de relacionamento entre seus amigos e vizinhos, por conseguinte são indicadores de Capital Social entre a população assistida nestas comunidades.

Portanto, os dados refletem que, em maior ou menor grau, ocorrem interações sociais cotidianas entre os membros das duas comunidades entrevistadas, convergindo com a afirmação de Grootaert et al.,(2003), onde enfatiza que essas manifestações podem ser interpretadas positivamente como indicadores de Capital Social numa comunidade.

4.8 Confiança, Cooperação e Solidariedade entre os Agricultores Assistidos pelo Incaper no Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul

Conforme exposto no capítulo anterior, a existência de Capital Social em uma determinada comunidade tem sido apontada como fator impulsionador do desenvolvimento, e, portanto, alguns elementos são indispensáveis para sua identificação e para a classificação de seu grau. Assim sendo, a relação de confiança, a reciprocidade entre seus pares, bem como a avaliação realizada por estes quanto ao grau de honestidade de algumas instituições e seus membros, são fatores que podem ser indicadores de Capital Social. Neste sentido, Valdivieso e López (2007, p. 137), ponderam que “la confianza es considerada una manifestación de del concepto Capital Social”.

Os Quadros 21, 22 e 23 sintetizam os parâmetros de confiança entre os membros da população assistida pelo Incaper nas comunidades pesquisadas, bem como o nível de confiança em diversas instituições e seus responsáveis e ainda a percepção do grau de honestidade que estes têm em relação a diversos tipos de pessoas e instituições. Os dados sistematizados nesses quadros refletem as informações conseguidas junto dos entrevistados no momento da realização da pesquisa de campo nas duas comunidades escolhidas.

Quadro 21. Grau de confiança entre a população assistida nas comunidades pesquisadas do Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.

Descrição	A. (%)			B. (%)			C. (%)			D. (%)		
	C°G	SLA	Total	C°G	SLA	Total	C°G	SLA	Total	C°G	SLA	Total
Concordo totalmente	29,6	6,7	17,5	44,4	36,7	40,4	55,6	63,3	59,6	22,2	36,7	29,8
Concordo em parte	25,9	40,0	33,3	40,7	40,0	40,4	25,9	20,0	22,8	40,7	36,7	38,6
Não concordo nem discordo	7,4	3,3	5,3	3,7		1,8					3,3	1,8
Discordo em parte	14,8	36,7	26,3	3,7	16,7	10,5	7,4	13,3	10,5	18,5	20,0	19,3
Discordo totalmente	22,2	13,3	17,5	7,4	6,7	7,0	11,1	3,3	7,0	18,5	3,3	10,5
<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

C°G: Córrego do Garfo.

SLA: Santa Luzia do Azul.

A. Pode-se confiar na maioria das pessoas que moram nesta comunidade.

B. Nesta comunidade, é preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem de você.

C. A maioria das pessoas nesta comunidade está disposta a ajudar caso você precise.

D. Nesta comunidade, as pessoas geralmente não confiam umas nas outras quanto a emprestar e tomar dinheiro emprestado.

A análise do quadro revela a existência de um baixograu de confiança na comunidade. Na média 43,8% dos entrevistados discordam que podem confiar na maioria das pessoas que moram na comunidade (Quadro 21). Cerca de 85,1% dos entrevistados na comunidade do Córrego do Garfo e 76,7% em Santa Luzia do Azul (Quadro 21) admitiram totalmente ou em parte que é preciso estar atento senão alguém poderá tirar vantagem de você, embora, 81,5% no Córrego do Garfo e 83,3% em Santa Luzia do Azul, concordaram em parte ou totalmente que a maioria das pessoas na comunidade estão dispostas a ajudar caso haja necessidade. No entanto, 62,9% dos entrevistados no Córrego do Garfo e 73,4% em Santa Luzia do Azul concordam em parte ou totalmente que na comunidade as pessoas não confiam umas nas outras quanto a emprestar e tomar dinheiro emprestado. Dessa forma percebe-se que existe um grande percentual de pessoas que se mostram bastante desconfiadas umas com as outras, indicando para um baixo grau de Capital Social nestas comunidades.

Durante as entrevistas os agricultores foram indagados acerca de como classificariam o grau de confiança existente entre os vizinhos e membros da comunidade (questão 18, apêndice A), de forma que, na percepção destes, dois terços dos entrevistados em ambas as comunidades classificaram como médio, sendo que 29,6% no Córrego do Garfo e 23,3% em Santa Luzia do Azul classificaram como alto, e ainda 3,7% da amostra no Córrego do Garfo e 6,7% em Santa Luzia do Azul, disse que o grau de confiança entre seus pares é baixo, e ainda uma pessoa (3,3%) afirmou não existir confiança entre os membros nesta comunidade, ou

seja, na percepção dos entrevistados, em sua maioria, classificam o grau de confiança entre os membros da comunidade como médio.

Nesse sentido, analisando aspectos relacionados à solidariedade, os agricultores entrevistados demonstraram colaborar com a comunidade, à medida que, afirmaram que contribuiriam com seu tempo e dinheiro para implantação de algum projeto que não o beneficiaria diretamente, mas traria benefícios para os demais membros da comunidade (questão 20, apêndice A). Para os que afirmaram contribuir com tempo os percentuais foi de 85,2% dos entrevistados na comunidade do Córrego do Garfo e 86,7% em Santa Luzia do Azul e para os que afirmaram contribuir com dinheiro os percentuais foi de 74,1% dos entrevistados no Córrego do Garfo e 76,7% em Santa Luzia do Azul.

De outro modo quando indagados se as outras pessoas da comunidade contribuiriam com tempo e dinheiro para implantação de algum projeto coletivo (tais como um mutirão ou a manutenção de um centro comunitário, ou a sede da associação), que beneficiaria a todos (questão 21, apêndice A), 7,4% dos entrevistados no Córrego do Garfo afirmaram que todas as pessoas da comunidade contribuiriam com seu tempo e dinheiro para o projeto, e ainda 14,8% acreditava que mais da metade dos membros contribuiria com tempo e dinheiro, ao passo que um quarto dos entrevistados afirmou que cerca da metade. Todavia em Santa Luzia do Azul, nenhum entrevistado declarou que todas as pessoas da comunidade contribuiriam com tempo e dinheiro para o projeto, e 26,7% acreditavam que mais da metade contribuiria enquanto 30% dos entrevistados acreditava que cerca da metade ajudaria. No entanto em torno de 40% dos entrevistados tanto em Santa Luzia do Azul quanto no Córrego do Garfo disseram ser menos da metade que contribuiriam com seu tempo e dinheiro para a implantação de algum projeto comum a todos os membros da comunidade. É importante analisar ainda que 11,1% dos entrevistados no Córrego do Garfo e 3,3% em Santa Luzia do Azul, afirmaram que nenhum membro da comunidade seria capaz de contribuir para algum projeto coletivo que beneficiaria a comunidade.

Desta forma, observa-se entre os membros de ambas as comunidades, resistência para serem solidárias ao próximo, pois um percentual considerável de entrevistados não estaria dispostos a colaborar para o bem estar social da comunidade.

Quando indagados sobre o grau de confiança nas diversas instituições, verifica-se que o nível de confiança oscila em função da variável que se está analisando. Além de pessoas estranhas o maior percentual de desconfiança verificado é entre os políticos, seja ele, local, estadual ou federal, oscilando entre 51,9% e 63,3% (Quadro 22) para os que confiam muito

pouco em membros do governo local e entre 44,4% e 50% para os que também confiam muito pouco nos governos estaduais e federais no Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul respectivamente, seguido pela polícia, pessoas de outros grupos, fora do grupo familiar, comerciante e os representantes dos produtores no CMDR's, apresentados no Quadro 22 a seguir.

Quadro 22. Grau de confiança demonstrado pelos entrevistados das comunidades do Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.

Descrição	1. (%)			2. (%)			3. (%)			4. (%)			5. (%)			6. (%)			7. (%)			8. (%)			9. (%)			10. (%)							
	C°G	SLA	Total	C°G	SLA	Total	C°G	SLA	Total	C°G	SLA	Total	C°G	SLA	Total	C°G	SLA	Total	C°G	SLA	Total	C°G	SLA	Total	C°G	SLA	Total	C°G	SLA	Total					
Confio totalmente	55,6	40,0	47,4	29,6	16,7	22,8	18,5	16,7	17,5	3,7	3,3	3,5		3,3	1,8	3,7		1,8	3,7	10,0	7,0	7,4		3,5	3,7		1,8								
Confio muito	22,2	26,7	24,6	44,4	56,7	50,9	44,4	33,3	38,6	18,5	23,3	21,1	18,5	16,7	17,5	11,1	3,3	7,0	7,4	20,0	14,0		6,7	3,5	11,1	10,0	10,5								
Nem pouco, nem muito	7,4	13,3	10,5	7,4	20,0	14,0	7,4	16,7	12,3	25,9	23,3	24,6	40,7	43,3	42,1	22,2	40,0	31,6	25,9	33,3	29,8	14,8	16,7	15,8	11,1	13,3	12,3	7,4	6,7	7,0					
Confio pouco	3,7	20,0	12,3	14,8	3,3	8,8	22,2	26,7	24,6	33,3	30,0	31,6	14,8	23,3	19,3	33,3	36,7	35,1	18,5	16,7	17,5	25,9	13,3	19,3	29,6	26,7	28,1	7,4	3,3	5,3					
Confio muito pouco	11,1		5,3	3,7	3,3	3,5	7,4	6,7	7,0	18,5	20,0	19,3	25,9	13,3	19,3	29,6	20,0	24,6	44,4	20,0	31,6	51,9	63,3	57,9	44,4	50,0	47,4	85,2	90,0	87,7					
Total	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

C°G: Córrego do Garfo.

SLA: Santa Luzia do Azul.

1. Pessoas do seu grupo familiar.
2. Professores.
3. Profissionais de ATER.
4. Representante dos produtores no CMDR's.
5. Comerciantes.
6. Pessoas de outros grupos, fora do seu grupo familiar.
7. Polícia.
8. Membros do governo local.
9. Membros do governo federal/estadual.
10. Estranhos.

O maior percentual de confiança está entre os membros do grupo familiar e entre os professores que apresentaram conforme o Quadro 22, percentual de 55,6% e 40% para os que confiam totalmente nas pessoas do seu grupo familiar e 29,6% e 16,7% para os que confiam totalmente nos professores, respectivamente para as comunidades, de Córrego do Garfo e de Santa Luzia do Azul e ainda um percentual significativo demonstraram confiar muito nos profissionais que prestam os serviços de ATER nas comunidades (Quadro 22).

Nesse sentido, Fukuyama (1996, p. 41), afirmou que a “confiança é a expectativa que nasce no seio de uma comunidade de comportamento estável, honesto e cooperativo, baseado em normas compartilhadas pelos membros dessa comunidade”.

Portanto, conforme discutido anteriormente, a confiança é um importante atributo que caracteriza a existência de Capital Social em uma sociedade e dessa forma, Fukuyama ainda acrescenta que o Capital Social não é distribuído uniformemente entre as pessoas de uma comunidade, sendo que em algumas sociedades a família e o parentesco se apresentam como formas primárias de associação, e dessa forma os níveis de confiança tendem a ser bem superiores para esta categoria. (FUKUYAMA, 1996). Assim, os dados da pesquisa apontam que a confiança se restringe ao grupo familiar e não na comunidade como um todo.

É importante observar que um percentual expressivo de entrevistados se mostrou indiferente ao avaliar a grau de confiança das pessoas fora do seu grupo familiar e comerciantes, pois afirmaram confiar nem pouco, nem muito, que no total apresentaram percentuais superiores a 30% (Quadro 22).

Da mesma forma, com relação ao grau de honestidade conferido pelos entrevistados às diversas pessoas e instituições, também ocorrem diferenças em função da variável analisada, de modo que entre os considerados honestos o maior percentual está para os professores e funcionários da escola, funcionários do correio e profissionais de ATER. Em direção oposta, os considerados desonestos, do ponto de vista de avaliação dos entrevistados, o maior percentual está para os membros da política local, a polícia e os juízes e promotores de justiça (Quadro 23).

Entretanto, percebe-se também que um percentual considerável de entrevistados classificaram tais pessoas e instituições como nem honestas nem desonestas, configurando que os entrevistados não apresentavam uma opinião a respeito, ou abnegaram de qualificar tais indivíduos e instituições. Entre estas estão os políticos locais e a polícia, que no total apresentaram índices superiores a 40% (Quadro 23).

Quadro 23. Grau de honestidade em relação aos membros e funcionários de instituições, demonstrado pelos entrevistados das comunidades de Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte -ES, 2015.

Descrição	1. Funcionários do correio (%)			2. Professores e funcionários da escola (%)			3. Profissionais de ATER (%)			4. Líderes tradicionais da comunidade (%)			5. Médicos e enfermeiras da clínica de saúde (%)			6. Juízes e Promotores de justiça (%)			7. Polícia (%)			8. Membros do governo local (%)		
	C°G	SLA	Total	C°G	SLA	Total	C°G	SLA	Total	C°G	SLA	Total	C°G	SLA	Total	C°G	SLA	Total	C°G	SLA	Total	C°G	SLA	Total
Muito honesto	33,3	46,7	40,4	40,7	46,7	43,9	40,7	40,0	40,4	25,9	30,0	28,1	25,9	36,7	31,6	22,2	20,0	21,1	11,1	16,7	14,0	3,7		1,8
Geralmente honesto	51,9	30,0	40,4	33,3	43,3	38,6	33,3	30,0	31,6	44,4	30,0	36,8	29,6	33,3	31,6	22,2	26,7	24,6	29,6	26,7	28,1	7,4	16,7	12,3
Nem honesto nem desonesto	14,8	16,7	15,8	22,2	10,0	15,8	18,5	26,7	22,8	25,9	33,3	29,8	37,0	20,0	28,1	33,3	40,0	36,8	37,0	43,3	40,4	55,6	60,0	57,9
Geralmente desonesto		6,7	3,5					3,3	1,8		6,7	3,5		6,7	3,5	14,8	10,0	12,3	11,1	10,0	10,5	7,4	16,7	12,3
Muito desonesto				3,7		1,8	7,4		3,5	3,7		1,8	7,4	3,3	5,3	7,4	3,3	5,3	11,1	3,3	7,0	25,9	6,7	15,8
<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

C°G: Córrego do Garfo.

SLA: Santa Luzia do Azul.

Assim, como demonstrado nos Quadros 21, 22 e 23 o nível de confiança bem como a percepção de honestidade entre os entrevistados é baixo, ficando os maiores percentuais restritos, especialmente, ao grupo familiar. Nesse sentido, foi possível medir a confiança existente entre os membros das comunidades doCórrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, bem como a percepção de honestidade em relação às instituições e pessoas, de acordo com os dados apresentados nos Quadro 22 e Quadro 23.

A fim de facilitar a interpretação dos dados, foi estabelecido um sistema de notas que foram atribuídas de acordo com o grau de confiança e honestidade identificado nas respostas, sendo que a nota 4,0 (quatro) identifica o maior índice de confiança e honestidade apresentado e a nota 0,0 (zero) o menor, conforme demonstrado nas Figura 63 e Figura 64.

Desta forma as Figura 63 e Figura 64, retratam o grau de confiança, bem como de honestidade percebida pelos membros da população assistida nas comunidades pesquisadas, no momento das entrevistas.

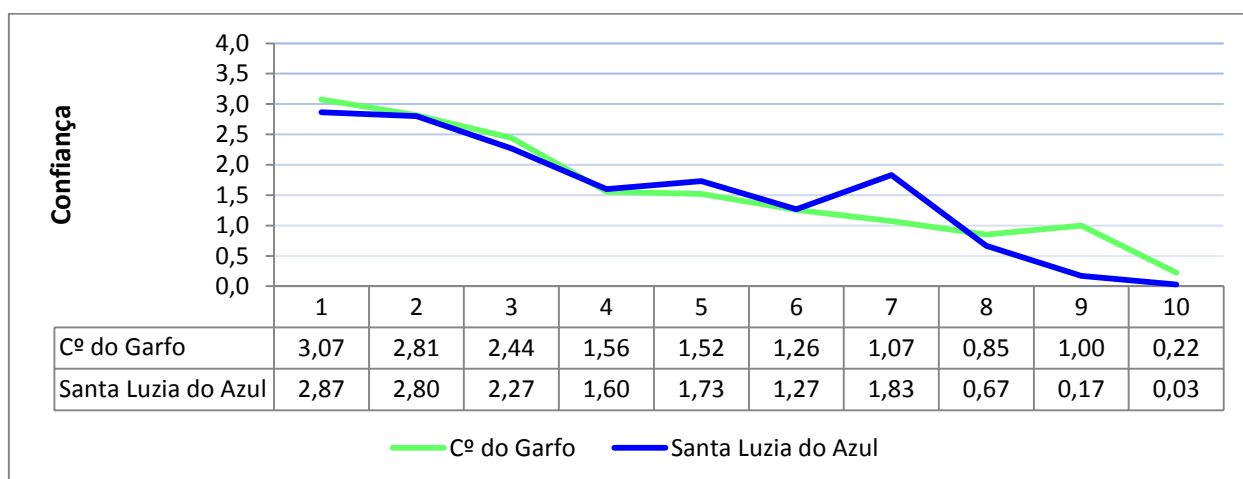


Figura 63. Grau de confiança identificado na população assistida nas comunidades pesquisadas em Água Doce do Norte-ES, 2015, em relação a diversos tipos de pessoas e instituições.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

1. Pessoas do seu grupo familiar.
2. Professores.
3. Profissionais de Ater.
4. Representante dos Produtores no CMDR's.
5. Comerciantes.
6. Pessoas de outros grupos, fora do seu grupo familiar.
7. Polícia.
8. Membros do governo local.
9. Membros do governo federal/estadual.
10. Estranhos.

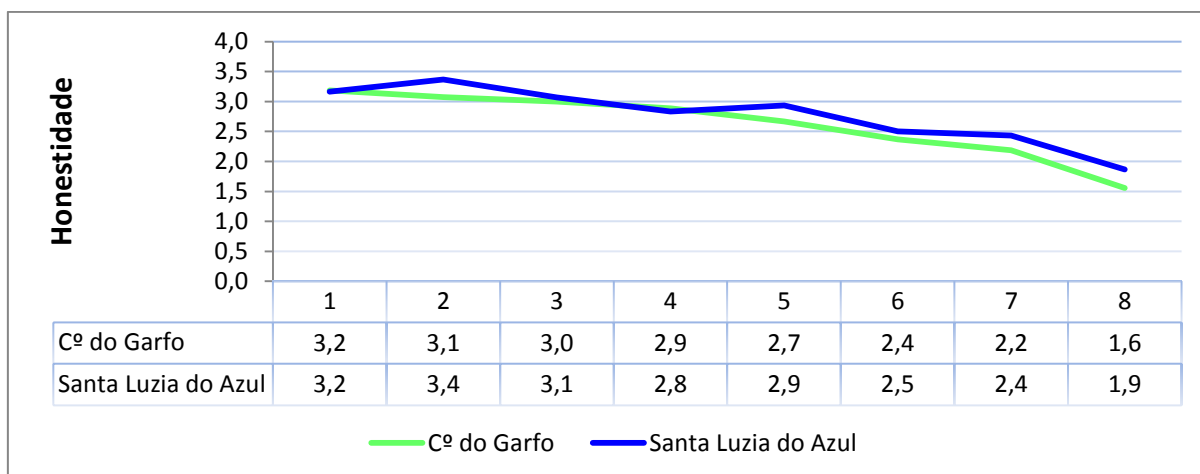


Figura 64. Grau de honestidade identificado na população assistida nas comunidades do Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015, em relação a diversos tipos de pessoas e instituições.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

1. Funcionários do correio.
2. Professores e funcionários da escola.
3. Profissionais de Ater.
4. Líderes tradicionais da comunidade.
5. Médicos e enfermeiras da clinica de saúde.
6. Juízes e promotores de justiça.
7. Polícia.
8. Membros do governo local.

Nesse sentido, é possível observar por meio das Figura 63 e Figura 64, semelhanças em relação aos dados apresentados por ambas as comunidades, e que apesar de ocorrer alguma variação em algum item analisado, percebe-se que as duas comunidades apresentaram características semelhantes com relação à confiança e honestidade.

De igual modo, foi também analisado um importante indicador de Capital Social, que diz respeito à capacidade de cooperação entre os membros das comunidades pesquisadas.

Desse modo, os entrevistados foram indagados se na existência de algum problema de ordem coletiva (abastecimento de água, energia elétrica...) qual seria a probabilidade das pessoas da comunidade cooperarem para tentar solucionar o problema, sendo possível identificar por meio das respostas, que ambas as comunidades possuem inclinação a cooperação, uma vez que 59,3% dos entrevistados no Córrego do Garfo e 46,7% em Santa Luzia do Azul declararam que seria muito provável de os membros cooperarem para solucionar o problema e se considerarmos os que afirmaram inclusive que seria relativamente provável os percentuais ficam em torno de 80% para ambas as comunidades. No entanto os que alegaram ser improvável de isto acontecer, os percentuais chegam a 14,8% no Córrego do Garfo e 16,7% em Santa Luzia do Azul (Figura 65), desse modo, os dados apontam para a existência de indicadores de Capital Social entre os membros das comunidades estudadas.

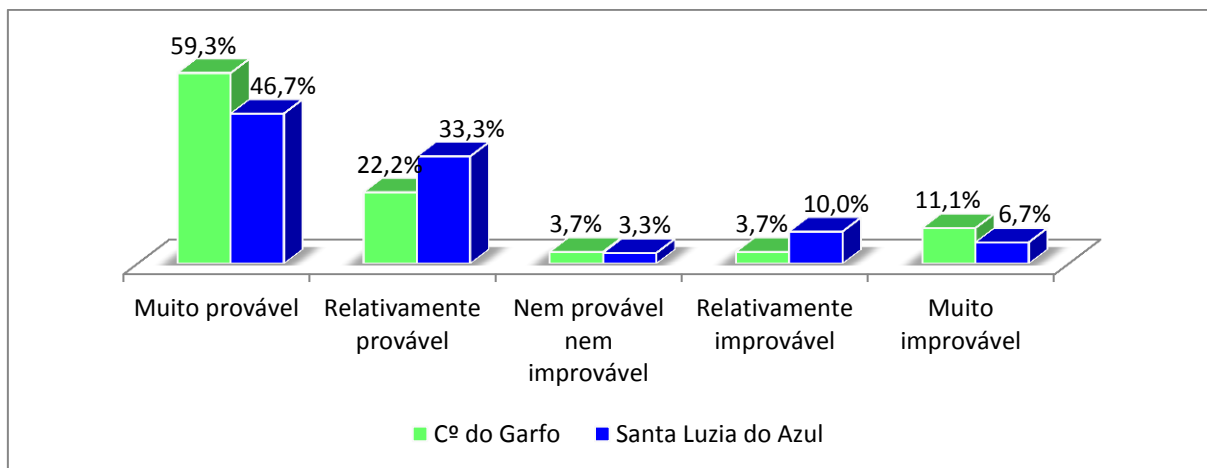


Figura 65. Probabilidade de cooperação entre os membros da população assistida nas comunidades de Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015, para solucionar algum problema de ordem coletiva.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Os entrevistados também foram indagados sobre como consideram o convívio com os vizinhos (questão 35, apêndice A), de forma que na comunidade do Córrego do Garfo 40,7% consideraram ótimo, 55,6% bom e somente uma pessoa (3,7%) afirmou ser péssimo. Por sua vez em Santa Luzia do Azul somente 23,3% consideraram ótimo, 60% bom e ainda 16,7% classificou como regular. Desta forma percebe-se ainda, que os percentuais para os que declararam que o convívio com os vizinhos é bom, são muito superiores aos que afirmaram ser ótimos.

Também indagou-se aos entrevistados se caso precisassem viajar por um ou dois dias, poderiam contar com os vizinhos para tomar conta de suas crianças (questão 13, apêndice A), sendo que 55,6% no Córrego do Garfo e 73,3% em Santa Luzia do Azul afirmou que definitivamente sim, poderiam contar com os vizinhos. De modo oposto 14,8% e 13,3% no Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul respectivamente declararam que definitivamente não poderiam contar com os vizinhos. Nesse sentido é possível identificar a capacidade de colaboração entre os membros de ambas as comunidades.

Com relação aos meios de comunicação na área rural, com exceção da comunidade de Córrego do Garfo em que 88,9% dos entrevistados afirmaram possuir telefone, em Santa Luzia do Azul 50% declararam que não o possui, o que de certa forma dificulta o processo de comunicação dos moradores desta comunidade, uma vez que o telefone é um importante meio de comunicação entre as pessoas, seja para saber notícias de familiares, seja para negócios ou outra finalidade.

Nesse sentido percebe-se uma maior dificuldade por parte da comunidade de Santa Luzia do Azul, em razão da maior distância à sede do município e em relação à possibilidade de utilização do telefone para solucionar algum problema emergencial, uma vez que metade das famílias entrevistadas não possui um telefone. Segundo Grootaert *et al.*, (2003, p. 8) “o acesso à informação tem sido reconhecido cada vez mais como fundamental para ajudar as comunidades empobrecidas a terem uma voz mais ativa em assuntos relativos ao seu bem-estar”. Dessa forma é possível afirmar que comunidades mais bem dotadas de meios de informação ou comunicação tendem a se desenvolver melhor, pois, a informação pode se transformar em conhecimento e conhecimento se bem utilizado se traduz em desenvolvimento.

Ainda com relação à comunicação, indagou-se aos entrevistados quais são as três fontes de informação consideram as mais importantes, de modo que para a comunidade de Córrego do Garfo os entrevistados escolheram a televisão e o rádio como as duas principais seguidos pela internet e jornal de âmbito nacional (Figura 66), por sua vez a comunidade de Santa Luzia do Azul considerou como as três principais a internet, seguidos do telefone e rádio conforme ilustrado na Figura 66.

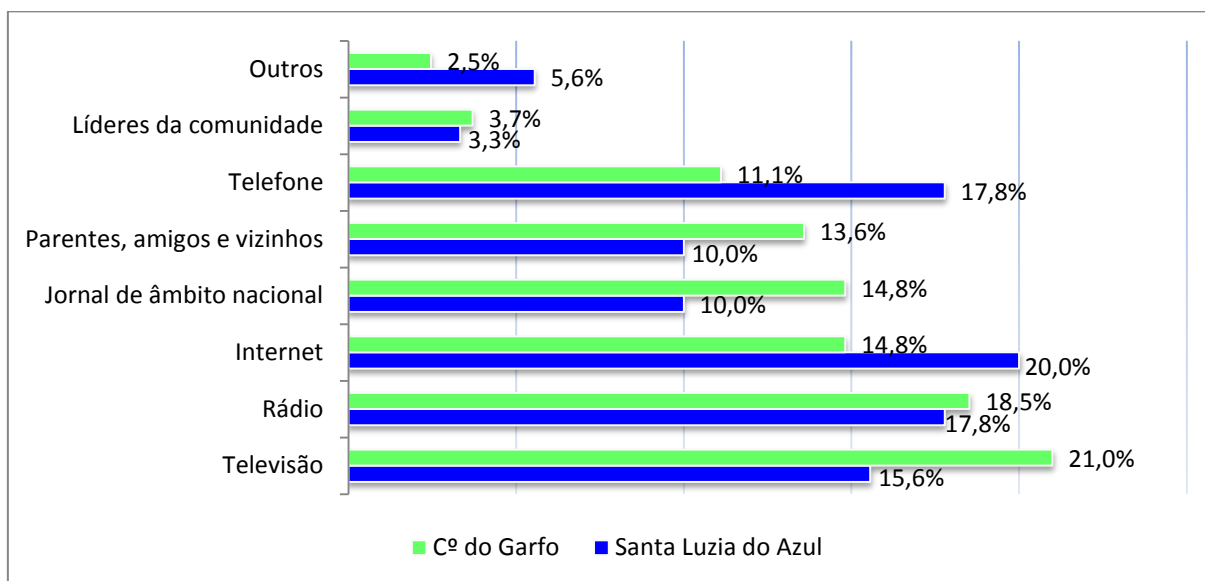


Figura 66. Fontes de informações consideradas mais importantes pelas famílias assistidas no Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Ainda foram citados como importantes fontes de informações os parentes, amigos e vizinhos e líderes da comunidade (Figura 66). Estas afirmações são importantes para pensar as relações sociais e cotidianas dos indivíduos, na medida em que estes são importantes indicadores da existência de Capital Social, pois demonstram reciprocidade e cooperação

entre os membros das comunidades analisadas. No entanto a Figura 66, mostra que nos maiores percentuais de respostas apresentadas, não ocorrem interação entre os membros da comunidade, ou seja, nas principais fontes de informações apontadas pela população assistida, esta se apresenta de forma isolada, não sendo necessária a interação entre os membros, e ainda não foram citados os serviços de ATER como fonte importante de informação nas comunidades analisadas.

Desta forma, com base nas informações apresentadas, os dados obtidos na pesquisa de campo apontam para um baixo nível de Capital Social nas comunidades pesquisadas em Água Doce do Norte. Esta afirmação é corroborada, principalmente em razão dos índices de confiança apontados anteriormente.

4.9 ATER no Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul

Na literatura aqui revisitada, mostra que os serviços de ATER se apresentam como fator importante para auxiliar as comunidades em seus processos que visam o desenvolvimento rural sustentável, especialmente as menos favorecidas, uma vez que se torna necessário, o diálogo entre o campo do conhecimento e o saber popular, que juntos podem contribuir para que mudanças efetivas possam ocorrer no meio rural, ou seja, juntos promovam a melhoria do bem-estar das populações em suas comunidades, atingindo assim o objetivo final, ou seja, o desenvolvimento rural sustentável.

Nesse sentido Souza Filho *et al.*, (2011, p. 247), ponderam que “os serviços de extensão rural constituem um canal de extrema relevância na disponibilização e acesso à informação no campo [...] o acesso à informação e a base de conhecimento ampla são condições fundamentais para a adoção” de tecnologias apropriadas.

Nesta mesma perspectiva os autores ainda ressaltam que “o grau de organização e a participação do agricultor em organizações sociais, do tipo cooperativa e associações de produtores, têm impacto direto tanto sobre a capacidade de produção como sobre a eficiência do uso dos recursos dos produtores”. (SOUZA FILHO *et al.*, 2011, p. 235).

É neste contexto que a ER é fortalecida e tende a ter mais efetividade ao apoiar-se no estoque de Capital Social das comunidades e obviamente ter suas ações potencializadas, na medida em que o Capital Social se torna um instrumento fundamental para que se atinja o desenvolvimento sustentável.

De acordo com dados do censo agropecuário do IBGE (2006), somente 6,9% dos agricultores em Água Doce do Norte declararam receber algum tipo de orientação técnica, e

deste percentual, mais da metade (62,5%) é realizada pela ATER pública (federal, estadual e municipal), e ainda 30,5% disseram que a orientação técnica é própria. Os demais (7%) afirmaram ser de cooperativas e empresas privadas de planejamento.(IBGE, 2006).Desse modo, percebemos que um percentual baixíssimo de agricultores em Água Doce do Norte recebe alguma orientação técnica.

Assim, na pesquisa de campo foram trabalhadas questões relacionadas à forma como os agricultores percebem tais serviços, se consideram que o recebem ou não, como avaliam sua qualidade e qual a importância de tais serviços para o desenvolvimento de suas atividades no dia a dia. Nesse sentido, ao serem questionados se recebem assistência técnica ou não, aproximadamente dois terços dos agricultores entrevistados, nas duas comunidades pesquisadas, afirmaram não receber os serviços de ATER em suas propriedades.

Portanto, ainda que a amostra tenha partido de agricultores que formalmente figuram na lista de assistidos pelo Incaper no ano de 2014, somente um terço dos entrevistados em Santa Luzia do Azul e 40% no Córrego do Garfo declararam que recebiam assistência técnica conforme ilustrado na Figura 67.

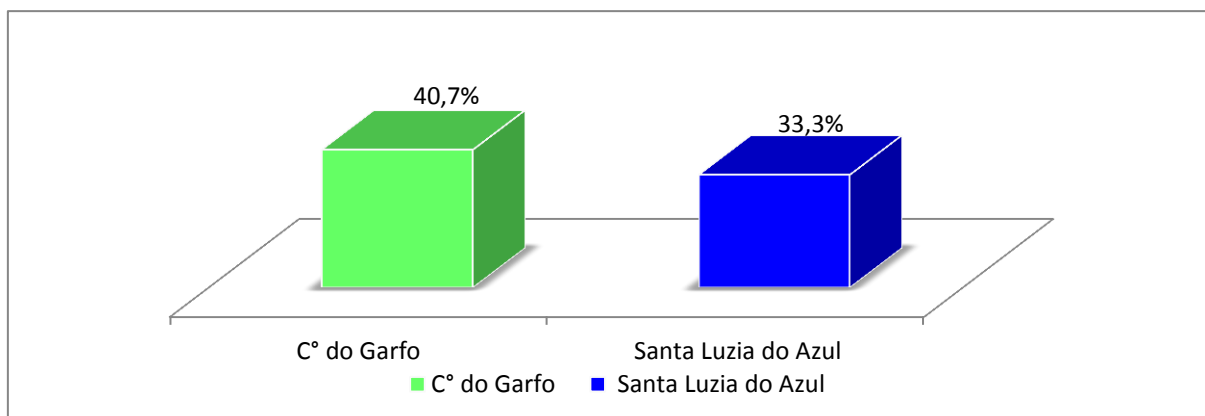


Figura 67. Agricultores que declararam receber assistência técnica no Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Desse modo, ainda que formalmente 100% dos agricultores entrevistados, estejam na lista de atendidos pelo Incaper nas comunidades pesquisadas, grande parte destes não se consideram assistidos, conforme observado na Figura 67.

Todavia, observou-se, durante a realização da pesquisa, que os agricultores que afirmaram não receber assistência técnica, foram de alguma forma atendidos pelos agentes que realizam os serviços de ATER na região pesquisada, apesar de não considerarem tal atendimento como assistência técnica. Assim, a declaração do agricultor, entrevistado 75, do Córrego do Garfo ilustra tal afirmação, quando disse “porque muitas vezes não sabemos como

fazer as coisas e eles (os técnicos) ensinam a gente a plantar. A gente perde muito sem eles”. (Entrevistado 75, agricultor, 44 anos, Córrego do Garfo, 2015).

Do mesmo modo, 100% dos entrevistados, tanto em Santa Luzia do Azul, quanto no Córrego do Garfo, consideram que os serviços de ATER são importantes para sua comunidade e seu município, inclusive os que declararam não receber tais serviços. Reconhecem positivamente as ações de ATER, conforme pode ser observado na fala do agricultor, entrevistado 83, que afirmou que os serviços de ATER são importantes “porque tem ajudado muito, tem desenvolvido e as orientações são boas e trazem conhecimentos para nós”. (Entrevistado 83, agricultor, 52 anos, Córrego do Garfo, 2015).

Em relação à qualidade dos serviços de ATER recebidos, 45,5% dos agricultores da comunidade do Córrego do Garfo, classificaram como ótimo, enquanto na comunidade de Santa Luzia do Azul este índice foi menor, representando menos de um terço dos entrevistados, conforme pode ser percebido na Figura 68. Para os que classificaram como bom, o percentual foi de 27,3% no Córrego do Garfo e 50% em Santa Luzia do Azul, sendo que, os demais entrevistados nas duas comunidades, consideraram como de qualidade regular, a ATER recebida (Figura 68).

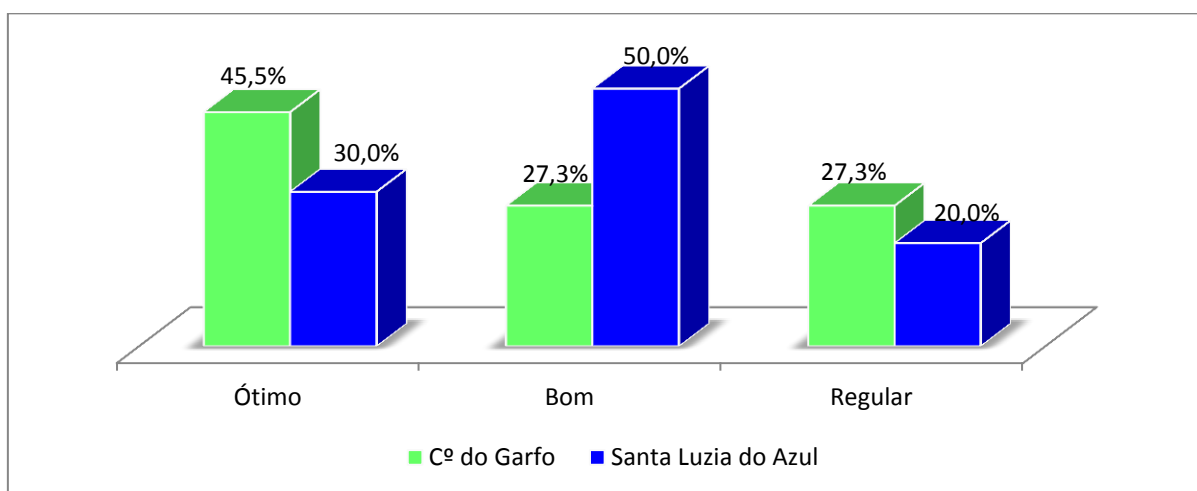


Figura 68. Qualidade dos serviços de ATER, declarado pela população assistida no Córrego do Garfo e em Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Quanto à frequência e continuidade dos serviços de ATER, os dados do censo agropecuário do IBGE (2006), mostram que somente 30,6% dos agricultores em Água Doce do Norte recebem orientação técnica regularmente, por sua vez, a pesquisa de campo identificou que na comunidade Córrego do Garfo, 81,8% dos agricultores entrevistados afirmaram que os serviços são frequentes e têm continuidade, sendo que em Santa Luzia do Azul o percentual foi inferior, totalizando somente 60% dos entrevistados. Nesse sentido,

considerando as duas comunidades, constata-se que somente 36,8% dos agricultores entrevistados, declararam receber assistência técnica em suas propriedades, e para este grupo, em média, 71,4% afirmaram que tais serviços são frequentes e têm continuidade nos trabalhos ali desenvolvidos, podendo assim, ser verificado que os agricultores entre população assistida, recebem os serviços de ATER com regularidade, o que é fundamental para implantação de ações que visam o desenvolvimento das comunidades trabalhadas. No entanto, o percentual de agricultores que percebem tais serviços, foi muito baixo (36,8% em média), ou seja, observa-se que a maioria dos agricultores entrevistados não está reconhecendo os serviços de ATER recebidos, apesar de os mesmos, constarem na lista de assistidos do Incaper nas referidas comunidades.

Desta forma, quando os entrevistados foram indagados acerca das melhorias obtidas em suas vidas ou propriedades após o recebimento dos serviços de ATER, em Santa Luzia do Azul mais de um terço dos agricultores apontaram principalmente melhorias na produção e maior acesso a informação/conhecimento. Por sua vez, na comunidade do Córrego do Garfo o aumento da produção também foi considerado como uma das principais melhorias, juntamente com o manejo do solo e das plantas, seguidos por maior acesso a informação/conhecimento, manejo de pragas e doenças em geral, conforme ilustrado no Quadro 24.

Quadro 24. Melhorias obtidas após receber os serviços de ATER, nas comunidades de Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.

Descrição	Córrego do Garfo (%)	Santa Luzia do Azul (%)
Melhorou a produção	29,4	36,4
Maior acesso a informação/conhecimento	11,8	36,4
Melhorou o manejo do solo e das plantas	29,4	9,1
Melhorou o manejo de pragas e doenças em geral	11,8	
Melhorou a renda	5,9	9,1
Melhorou o manejo de adubação	5,9	9,1
Melhorou a qualidade dos produtos	5,9	
TOTAL	100,00	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Com relação à importância dos serviços de ATER, a pesquisa de campo apontou o acesso a informação/conhecimento como principal fator em ambas as comunidades, seguido por orientação para acesso a novas tecnologias, desenvolvimento da comunidade e a capacitação para instruir as pessoas a trabalhar corretamente conforme mostra o Quadro 25.

Quadro 25. Importância dos serviços de ATER para os agricultores do Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.

Descrição	Córrego do Garfo (%)	Santa Luzia do Azul (%)
Acesso à informação/conhecimento	33,3	27,6
Orientação para acesso a novas tecnologias	14,8	10,3
Desenvolvimento da comunidade	11,1	20,7
Ensina as pessoas a trabalhar corretamente	11,1	20,7
Melhora a produção	7,4	13,8
Melhora a renda	7,4	3,4
Melhora o manejo do solo e das plantas em geral	7,4	
Outros	7,4	3,4
TOTAL	100,00	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

É importante observar que a melhora da renda (Quadro 25), foi mencionado somente por um entrevistado em Santa Luzia do Azul (3,4%) e por dois na comunidade de Córrego do Garfo (7,4%), sendo que variáveis como acesso a informação, desenvolvimento da comunidade e orientação para o acesso a novas tecnologias e para o trabalho correto, apresentaram maior relevância entre os entrevistados, explicando assim, uma maior preocupação com os aspectos da produção.

Dessa forma pode ser inferido que os dados sinalizam para uma correlação entre as ações de ATER e o Capital Social presente nas comunidades pesquisadas, especialmente por apontar o desenvolvimento da comunidade e acesso a informação/conhecimento e mesmo para assuntos relacionados com a orientação para o desenvolvimento correto das atividades desenvolvidas pelos agricultores.

Ainda com relação ao acesso a informação, também se indagou aos agricultores entrevistados se tinham acesso a alguma outra fonte de informação sobre técnicas de produção e comercialização, além da ATER, de forma que 51,9% dos entrevistados no Córrego do Garfo disseram que sim, apontando a televisão como principal fonte de tais informações, seguidos por internet e amigos/vizinhos. Por sua vez, 46,7% dos entrevistados em Santa Luzia do Azul afirmaram ter acesso a outras fontes de informações, indicando como principais a televisão, associação e telefone. (Figura 69). Outras fontes também foram mencionadas apenas uma vez por entrevistados, que totalizaram 28,6% em Santa Luzia do Azul e 12,5% no Córrego do Garfo.

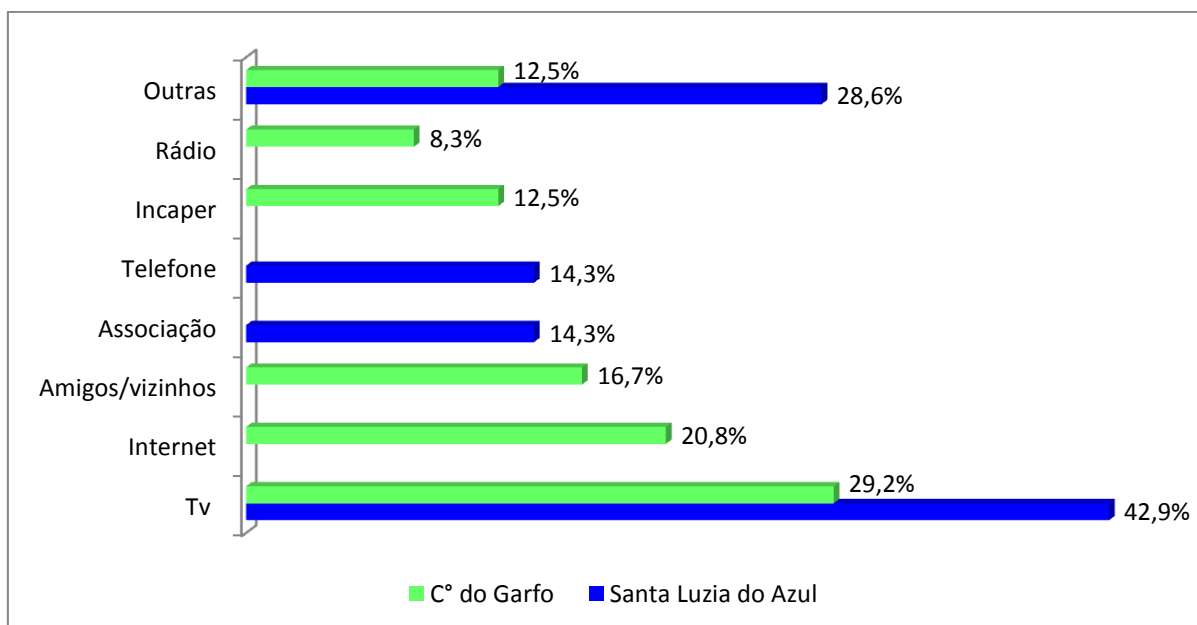


Figura 69. Outras fontes de informações sobre técnicas de produção ou comercialização, informados pelos agricultores assistidos das comunidades de Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Se considerarmos que somente 40% dos entrevistados em Santa Luzia do Azul recebem os serviços de ATER e que menos de 50% da população entrevistada tem acesso a alguma outra fonte de informação, conclui-se ser alto, o índice de agricultores que não dispõe de nenhuma informação técnica que poderia atenuar as dificuldades encontradas em seus processos de produção, ou seja, poderiam melhorar seus cultivos, inovar com alguma tecnologia de baixo custo, reduzindo os custos de produção e conseqüentemente a melhoria da renda e da qualidade de vida destas famílias.

Nesse sentido Marteleto e Silva(2004), afirmam que

o acesso à informação é um elemento-chave para o desenvolvimento econômico e social de comunidades e grupos sociais. A capacidade de obter informações, além dos contornos restritos da própria comunidade, é parte do capital relacional dos indivíduos e grupos.(MARTELETO e SILVA, 2004, p. 41).

Ou seja, o Capital Social, se apresenta como instrumento fundamental, no que diz respeito ao desenvolvimento das comunidades, em razão de, conforme Marteleto e Silva (2004), constituir parte das relações sociais, que ao mesmo tempo faz com que as informações possam ser melhor distribuídas entre os membros, bem como também potencializa a busca e o intercâmbio de informações e conhecimento entre a comunidade e organizações de fomento ao desenvolvimento.

Nesse sentido Sachs(2008), enfatiza sobre a necessidade de um contexto institucional externo à comunidade, a fim de auxiliá-los nos processos que promovam o desenvolvimento rural sustentável e ainda menciona o termo includente. O autor pondera que

na medida em que as desigualdades morais resultam da organização social, elas só podem ser superadas mediante atos de voluntarismo responsável – políticas públicas que promovam a necessária transformação institucional e ações afirmativas em favor dos segmentos mais fracos. (SACHS, 2008, p. 27).

Nessa perspectiva, tornam-se necessárias ações no sentido de promover transformações dos espaços rurais, na medida em que estas contribuem para a efetivação do desenvolvimento rural sustentável. Marteleto e Silva (2004), enfatizam também que as transformações dependem das cadeias de relações existentes entre os membros, situados em outros espaços sociais, ou seja, do Capital Social presente na comunidade. Assim, é importante observar que as interações, entre amigos e vizinho e com as associações locais (Figura 69), reforçam as relações de confiança e reciprocidade nas comunidades, bem como colabora para interações com outras instituições como a igreja, a própria associação de produtores e o STR, o que reforça a existência de indicadores de Capital Social nestas comunidades.

É importante ressaltar que o alto nível de participação nas igrejas, associações e STR, pode ser um forte indicador de Capital Social, à medida que estas relações acontecem de forma mais intensa em sociedades com maiores níveis de confiança e reciprocidade. Esta afirmativa é apoiada pela existência de contratos de parcerias e de comodatos, que por sua vez expressa confiança entre os membros envolvidos, e ainda a confiança existente entre os agricultores e os órgãos prestadores dos serviços de ATER, proporcionando a capacidade de suscitar a empatia necessária para a implementação das ações de ATER nas comunidades.

Nesse sentido foi identificado durante a pesquisa de campo, como prestadores de serviços de AT nas comunidades doCórrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, o Incaper e particulares (veterinário, técnico agrícola, agrônomo), sendo ainda, identificado na comunidade de Córrego do Garfo a prestação de tais serviços por lojas agropecuárias a ainda em Santa Luzia do Azul o serviço também pode ser prestado pelo STR e associação de produtores (Figura 70).

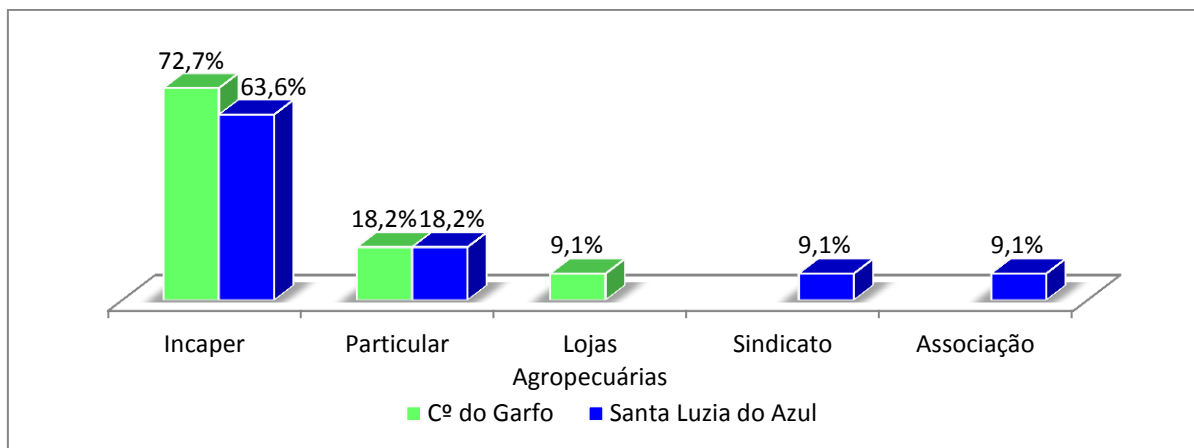


Figura 70. Prestadores de serviços de assistência técnica, declarado pelos agricultores assistidos no Córrego do Garfo e Santa Luzia do Azul, Água Doce do Norte-ES, 2015.
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Conforme apontado por Dias (2007), hoje a extensão rural no Brasil é caracterizada por uma pluralidade de agências prestadora de serviços. Dessa forma, também foram identificados vários prestadores de serviços de AT na região pesquisada, estando em sintonia com a pluralidade encontrada no Brasil.

De outro modo, durante as entrevistas realizadas com os agentes públicos que realizam os serviços de assistência técnica e extensão rural no município de Água Doce do Norte, foram investigadas questões relacionadas às características socioculturais das comunidades e se tais características são levadas em consideração no desenvolvimento de suas atividades, bem como a percepção destes quanto às relações sociais existentes nas comunidades, como facilidade de organização, confiança, inclinação à cooperação e nível de participação de seus membros, fatores considerados importantes na consecução de Capital Social, de forma que a partir dessas informações pudessem avaliar o impacto de tais relações no desenvolvimento dos serviços de ATER.

Assim, infere-se dos dados coletados que, em comunidades que apresentam maior facilidade de organização e inclinação à cooperação, há maior facilidade no desenvolvimento dos serviços de ATER. Esta afirmação é evidenciada por meio da resposta dada pelo entrevistado 06, extensionista, Água Doce do Norte, que afirmou:

em comunidades com maior integração entre os membros, é mais fácil de você implantar tecnologia, a cabeça deles é mais aberta, eles aceitam com mais facilidade as tecnologias e também um ajuda o outro, e isso aí facilita, por exemplo, a gente implantar políticas do PAA e outras. Quando você percebe essa interação, o técnico se sente até melhor, é mais prazeroso você trabalhar com comunidade assim. (Entrevistado 06, extensionista, Água Doce do Norte-ES, 2015).

O entrevistado 06, ainda mencionou que as relações sociais “variam de comunidades para comunidades [e] quando você percebe que existe mais interação, mais associativismo, a tendência é termos um desenvolvimento melhor naquele local” (Entrevistado 06, extensionista, Água Doce Do Norte, 2015). Desse modo, percebe-se maior facilidade na realização das ações de ATER, na medida em que a ER se beneficia do Capital Social presente nas comunidades.

Quando solicitados a informar o que entendem por capital social e sua existência nas comunidades onde têm trabalhado, os técnicos divergiram em suas respostas, sendo que o entrevistado 06, extensionista, acenou como sendo a composição dos recursos, especialmente naturais e financeiros, empregados nos processos relacionados à produção, concluindo ainda que no município existe muito Capital Social. Ou seja, para este, o Capital Social estaria relacionado especialmente à existência de potencialidades naturais que poderiam contribuir para o desenvolvimento rural do município. É nesta perspectiva que o mesmo afirma que “muitas vezes a comunidade não é desenvolvida, mas ela tem potencial para o desenvolvimento”, relacionando assim, à riqueza de água e solos aptos para cafeicultura. (Entrevistado 06, extensionista, Água Doce do Norte-ES, 2015).

Nesse sentido, percebe-se um equívoco na definição de Capital Social por parte deste entrevistado, quando relaciona tal definição aos recursos naturais. A contribuição para o desenvolvimento a qual se refere, está no aproveitamento das potencialidades naturais deste município e não nas ações de ATER especificamente.

De outro modo o entrevistado 05, extensionista, sinalizou, relacionando o Capital Social com o nível organizacional, das comunidades e das instituições que atuam neste meio (associações, cooperativas e sindicatos), afirmando que “quanto maior a organização e o nível de estrutura dentro dessa instituição, cooperativa, associação e sindicato, mais forte é o Capital Social” (Entrevistado 05, extensionista, Água Doce do Norte-ES, 2015). Este, porém afirmou não existir Capital Social no município, em virtude principalmente das interferências políticas que ocorrem com frequência nas comunidades rurais, especialmente no que tange às associações de produtores rurais. Menciona também a dificuldade destes em se organizar, pois segundo o referido entrevistado, preferem procurar o vereador para solicitar suas demandas, quase sempre de forma individual, do que unir o grupo (associação), para reivindicar os benefícios em prol da comunidade e/ou dos associados. (Entrevistado 05, extensionista, Água Doce do Norte-ES, 2015).

Nesta mesma perspectiva, o entrevistado 06, extensionista, afirmou também que “muitas associações são criadas para obter benefício público”, declarando que

existem muitas associações que a gente vê muito interesse de se organizar pra receber caminhão, pra receber máquina, algum benefício do governo, aí na hora que recebe esses benefícios você vê a desorganização, o atrito. Tem comunidade que recebe e funciona direitinho, mas parece que essa desunião, esse egoísmo já é um mal do ser humano, principalmente nesses lugares que não desenvolve muito, isso é mais intenso. (Entrevistado 06, extensionista, Água Doce do Norte-ES, 2015).

Afirmou ainda existir no município uma “tendência a depender muito do poder público”, seja por parte das organizações, seja mesmo de forma individual, e contrariando a esta forma de atuação, ou seja, de ingerência política, disse ainda que “a única arma que o agricultor tem é a organização”. (Entrevistado 06, extensionista, Água Doce do Norte-ES, 2015).

Nesse sentido, percebemos que há certa complexidade, do ponto de vista do entendimento do que vem a ser Capital Social, no entanto, ainda que ocorram distorções quanto à definição deste termo, observamos nas entrevistas realizadas que a totalidade dos extensionistas neste município concordam que as relações sociais variam de acordo com a comunidade e a liderança desta e que onde os elementos que se referem ao Capital Social como, confiança, capacidade de se associar e de cooperar, estão em maior quantidade, as ações de ATER tendem a ser facilitadas, bem como é mais provável desta se desenvolver de forma sustentável. Entretanto, os dados apontam que os vários elementos indicadores de Capital Social são muito baixos no município em análise e os serviços de ATER não se utilizam de pouca existente no desenvolvimento de suas ações nas comunidades.

CAPÍTULO V

5. ANÁLISE INTEGRADA: A DIMENSÃO CONCEITUAL E EMPÍRICA

A existência de Capital Social em uma comunidade e sua mensuração pode ser verificada por meio de alguns indicadores. Dessa forma, conforme já exposto nos capítulos anteriores, para o desenvolvimento da pesquisa que dá origem ao presente trabalho, foi elaborado um questionário semiestruturado, com base em material utilizado por especialistas do Banco Mundial objetivando a obtenção de dados quantitativos sobre as várias dimensões do Capital Social, por meio do qual se buscou identificar os índices apresentados pelas comunidades pesquisadas a fim de se obter dados comparativos entre as relações sociais nelas existentes e sua influência no desenvolvimento das mesmas.

Assim, relacionando os dados obtidos na pesquisa empírica com a pesquisa teórica apresentada anteriormente, buscou-se compreender o desenvolvimento nos dois municípios pesquisados e verificar se as diferenças entre ambos tem relação com o Capital Social presente em suas comunidades e qual sua influência nos serviços de ATER. Analisou-se também as interferências dessas relações sociais, nas ações que visam o desenvolvimento rural sustentável, uma vez que segundo Putnam (2006), o Capital Social presente nas comunidades é importante para seu desenvolvimento econômico e democrático.

5.1 Indicadores de Capital Social

Na pesquisa aqui apresentada foram utilizados indicadores referentes à confiança, cooperação, reciprocidade, solidariedade e participação cívica, assim verificou-se que os agricultores das quatro comunidades pesquisadas apresentaram indicadores de confiança interpessoal e de participação, bem como reciprocidade entre seus membros, ainda que percentualmente os dados apresentados pelas comunidades pesquisadas no município de Água Doce do Norte sejam inferiores que os apresentados pelas comunidades entrevistadas em Nova Venécia.

De acordo com Putnam (2006), a participação cívica corresponde à capacidade que as pessoas têm de se associar e, portanto, de participar das organizações, ou seja, uma sociabilidade espontânea, não fundamentada em grau de parentesco, o que ele tituló de “virtudes cívicas”, afirmando que “numa comunidade cívica, a cidadania se caracteriza primeiramente pela participação nos negócios públicos”. (PUTNAM, 2006, p. 101).

Nesse sentido, os dados da pesquisa empírica aqui apresentada, mostram que as comunidades pesquisadas, tanto em Nova Venécia, quanto em Água Doce do Norte, apresentaram baixo índice de Capital Social, na medida em que os principais indicadores como confiança e cooperação se restringem ao grupo familiar.

Nesse contexto, analisando a comunidade cívica, Putnam (2006) aponta para as perspectivas de Maquiavel e seus contemporâneos os quais concluíram que o êxito ou o fracasso das organizações dependia do caráter de seus cidadãos, ou seja, de sua “virtude cívica”. (PUTNAM, 2006). Dessa forma, Putnam, conclui que o significado básico de virtude cívica consiste em reconhecer a “busca perseverante do bem público à custa de todo interesse puramente individual e particular”. (PUTNAM, 2006, p. 101), sinalizando para a explicação sociocultural.

Nesta perspectiva, ao analisar as principais ocorrências sobre a participação cívica e também as possíveis disparidades entre os dois municípios pesquisados, constatou-se que em Nova Venécia, a maior participação dos agricultores ocorre em instituições como: igrejas, cooperativas agropecuárias, STR, associações de produtores e cooperativa de crédito. De outro modo, em Água Doce do Norte a maior participação cívica se deu entre as igrejas, STR e associações de produtores, e, em menor número a participação em cooperativa de crédito e grupos ou movimentos ligados à política.

Assim, da análise da participação dos membros nas tomadas de decisão dentro dos grupos/organizações, observa-se que os dois municípios apresentaram similitudes, conforme pôde ser constatado nos capítulos três e quatro (Quadro 7 e Quadro 18) do presente trabalho, ainda que Nova Venécia tenha apresentado percentuais de participação um pouco superiores. Depreende-se ainda dos referidos dados que Água Doce Norte, apresentou maior participação entre os grupos de movimentos políticos, divergindo de Nova Venécia somente neste quesito.

Esta pluralidade de formas associativas deriva dos diferentes interesses dos cidadãos, em participar de acordo com suas necessidades e aspirações, conforme destacado acima por Putnam. Neste contexto, Fukuyama (1996), ao abordar a distribuição de Capital Social nas sociedades, afirma que

o Capital Social não é distribuído uniformemente entre as sociedades. Algumas mostram uma propensão à associação mais acentuada do que outras, e as formas preferidas de associação diferem. Em algumas, a família e o parentesco são a forma primária de associação; em outras, associações voluntárias são muito mais fortes e servem para desligar as pessoas de suas famílias. (FUKUYAMA, 1996, p. 43).

Outro importante indicador de Capital Social analisado na pesquisa, diz respeito à confiança da população assistida nas comunidades investigadas em relação a um grupo de pessoas e instituições, conforme apresentados anteriormente por meio das Figura 30 e Figura 63, nas quais pôde ser observado que para a maioria dos itens analisados, a confiança identificada em ambos os municípios, foi baixa.

Ainda analisando a confiança, os entrevistados foram indagados se poderiam confiar na maioria das pessoas, ou se nunca era demais ter cuidado ao lidar com elas, de modo que quase a totalidade dos entrevistados em ambos os municípios apontaram que nunca é demais ter cuidado ao lidar com as pessoas, representando 94,8% em Nova Venécia e 96,5% em Água Doce do Norte (Figura 71). Nesse sentido foi possível verificar que o nível de confiança entre os membros da população assistida nas comunidades pesquisadas é baixo, tanto em Nova Venécia quanto em Água Doce do Norte, dado ao alto percentual de pessoas que afirmaram nunca é demais ter cuidado ao lidar com as pessoas, demonstrando desconfiança entre os membros.

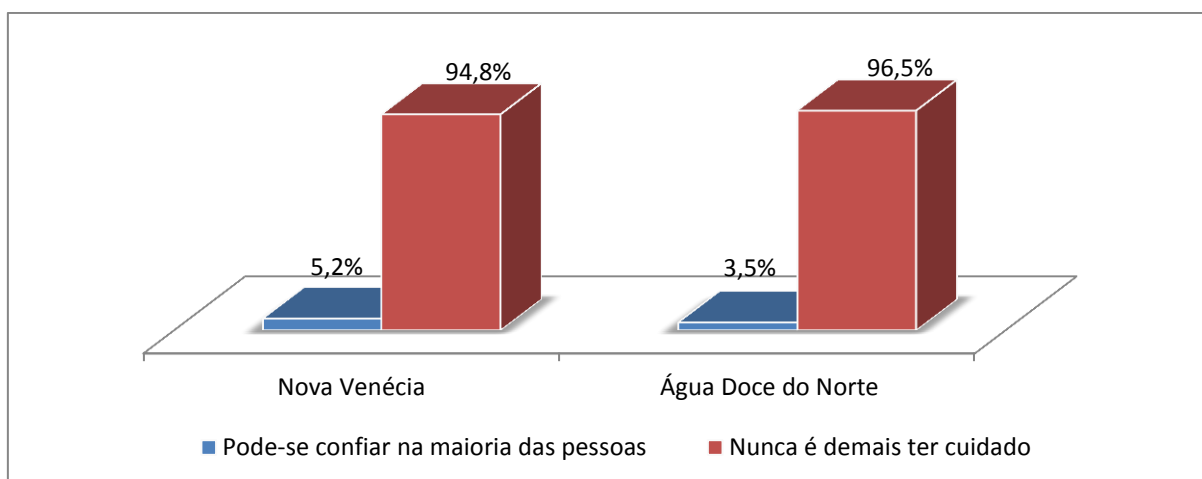


Figura 71. Confiança da população assistida, nas comunidades pesquisadas em Nova Venécia e Água Doce do Norte, em relação às pessoas.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Dessa forma, a análise dos dados nos permite afirmar que ambos os municípios apresentaram baixos índices de confiança e cooperação nas pessoas e instituições, conforme analisado nos capítulos três e quatro do presente estudo. No entanto, a participação em organizações formais como igrejas, associações de produtores, cooperativas agropecuárias, sindicatos, cooperativas de crédito e agremiações políticas também pode ser um indicador de Capital Social nas comunidades pesquisadas, assim como também a existência de contratos de arrendamentos, de parceiros, meeiros e comodatários. Nesse sentido, se observou a existência de indicadores de Capital Social, que são importantes na medida em que contribuem para a

realização de algumas ações coletivas nas comunidades, afinal as relações cotidianas das sociedades se modificam em função de suas características socioculturais, e também em razão de fatores que em momentos diversos podem abalar a percepção da honestidade e da confiança dos cidadãos entrevistados.

Nesta perspectiva Fukuyama destaca que

a capacidade de associação depende, por sua vez, do grau em que as comunidades compartilham normas e valores e mostram-se dispostas a subordinar interesses individuais aos grupos maiores. Desses valores compartilhados nasce a confiança, e confiança na nossa maneira de ver tem um grande e inestimável valor econômico. (FUKUYAMA, 1996, p. 25).

Dessa forma, é possível concluir que as comunidades pesquisadas em Nova Venécia e Água Doce do Norte, apresentaram indicadores que possibilitam inferir que para alguns itens analisados existem níveis diferenciados de Capital Social, porém é claramente observado que em Nova Venécia tais indicadores se apresentam um pouco superiores ao identificado em Água Doce do Norte, mesmo assim foi possível perceber por meio dos dados apresentados que o Capital Social presente na população assistida nas referidas comunidades analisadas mostrou baixo, conforme pode ser percebido no Quadro 26 a seguir. Neste contexto, as conclusões podem ser colaboradas com o enunciado de Fukuyama onde enfatiza que “o acúmulo de Capital Social, entretanto, é um processo cultural complicado e de muitas maneiras misterioso”. (FUKUYAMA, 1996, p. 26).

5.2 Principais Diferenças Entre as Comunidades Pesquisadas

Em que pesem as disparidades encontradas no que diz respeito à renda, nível de instrução e participação nos dois municípios pesquisados, estas não são suficientes para afastar a existência de Capital Social em nenhuma das comunidades pesquisadas. No entanto, os dados demonstram a existência de indicadores de Capital Social em diferentes níveis, que por sua vez reflete no desenvolvimento das atividades de ATER, conforme demonstrado em capítulos anteriores, especialmente onde se discorre acerca da ATER nas comunidades.

Assim, com base nas respostas apresentadas pelos agricultores pesquisados, pode-se observar que houve diferenças entre os dois municípios, quando se analisou as principais questões referentes à existência de Capital Social presente nas comunidades pesquisadas, conforme Quadro 26 a seguir.

Quadro 26. Principais diferenças observadas em relação a questões que versa da participação cívica, confiança, cooperação e reciprocidade nos municípios de Nova Venécia-ES e Água Doce do Norte-ES, 2015.

Questões / Tipo de respostas	Nova Venécia (%)	Água Doce do Norte (%)
1 Participação em Grupos ou redes <i>Responderam: sim</i>	100,0	94,7
2 O grupo na qual faz parte trabalha ou interage com grupos fora da comunidade <i>Responderam: sim frequentemente</i>	65,5	45,0
3 Participação em reuniões e tomadas de decisão quanto aos investimentos da organização <i>Responderam: sim</i>	48,7	40,0
4 Confiança na diretoria da organização na qual faz parte <i>Responderam: sim</i>	90,3	92,0
5 Se precisar viajar, pode contar com os vizinhos para tomar conta das crianças <i>Responderam: Definitivamente sim</i>	82,8	64,9
6 Se precisar viajar, pode contar com os vizinhos para tomar conta das criações <i>Responderam: Definitivamente sim</i>	86,2	71,9
7 Pode-se confiar na maioria das pessoas que moram nesta comunidade <i>Responderam: Concordo totalmente</i>	31,0	17,5
8 A maioria das pessoas nesta comunidade está disposta a ajudar caso você precise <i>Responderam: Concordo totalmente</i>	82,8	59,6
9 Classificação do grau de confiança existente entre os vizinhos/membros da comunidade <i>Responderam: Alto</i>	32,8	26,3
10 Participação em atividades comunitárias para benefício da comunidade <i>Responderam: sim</i>	69,0	54,4
11 Capacidade de cooperação para resolver algum problema da comunidade <i>Responderam: Muito provável</i>	67,2	52,6
12 Grau de proximidade em sua comunidade <i>Responderam: Muito próximo</i>	29,3	31,6
13 Convívio/relacionamento com seus vizinhos <i>Responderam: Ótimo</i>	41,4	31,6
14 Mutirão para a realização de serviço nas propriedades <i>Responderam: Sim</i>	58,6	10,5
15 Participação em reuniões abertas das instituições na qual fazem parte <i>Responderam: Sim</i>	81,0	68,4

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Nesse sentido, com base nas informações obtidas no Quadro 26, é possível constatar que percentualmente os dados apontam para um maior estoque de Capital Social em Nova Venécia, pois quase na totalidade das respostas em que identifica a participação cívica dos

cidadãos, o grau de confiança, a cooperação, a reciprocidade e solidariedade nos municípios pesquisados, os dados são superiores aos de Água Doce do Norte.

Ainda neste contexto, foi possível medir o grau de confiança da população assistida, em relação às pessoas e instituições nos dois municípios pesquisados conforme Figura 72, da qual se depreende que os dados apresentam similitudes em relação às notas recebidas em ambos os municípios, de forma que foi possível perceber que o nível de confiança identificado foi baixo, ficando abaixo de 50%, para a maioria dos itens analisados.

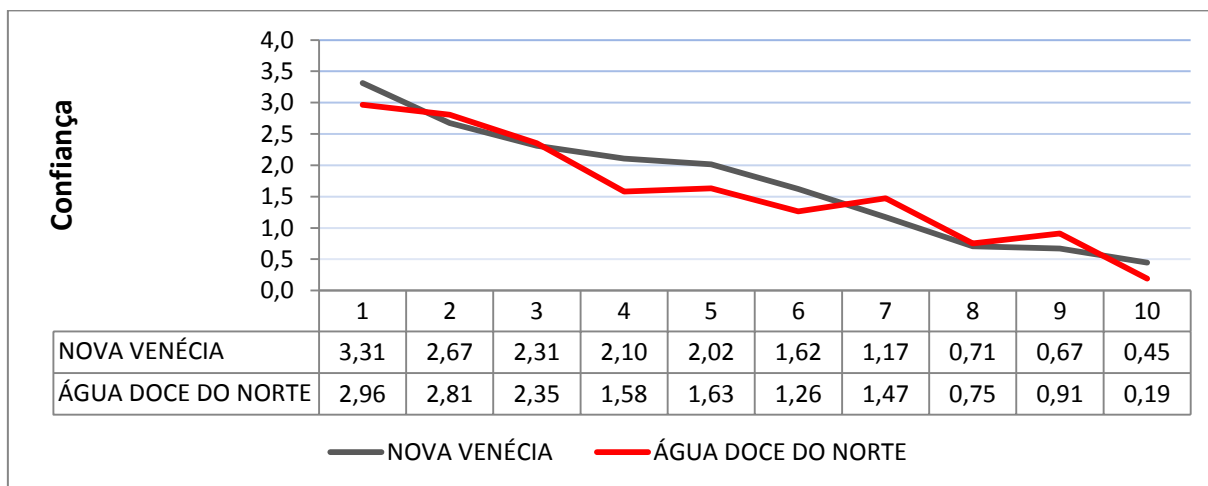


Figura 72. Grau de confiança identificado na população assistida nas comunidades pesquisadas em Nova Venécia e Água Doce do Norte-ES, 2015, em relação a diversos tipos de pessoas e instituições.

1. Pessoas do seu grupo familiar.
2. Professores.
3. Profissionais de Ater.
4. Representante dos Produtores no CMDR's.
5. Comerciantes.
6. Pessoas de outros grupos, fora do seu grupo familiar
7. Polícia.
8. Membros do governo local.
9. Membros do governo federal/estadual.
10. Estranhos.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Todavia a análise de alguns indicadores, como educação, renda e mesmo a participação cívica, permite também afirmar que as comunidades pesquisadas em Nova Venécia são economicamente mais articuladas do que as comunidades pesquisadas em Água Doce do Norte, e, conseqüentemente a análise dos dados permite também apontar um maior dinamismo socioeconômico do município de Nova Venécia em relação à Água Doce do Norte.

Desse modo, Bandeira (2003), infere que o Capital Social não só favorece ao associativismo, à participação e à cooperação, mas contribui de maneira eficiente para que as

regiões onde isso ocorre se sobressaíam em razão fundamentalmente dos atributos providos deste bem.

De acordo com os dados do IBGE, mostrados anteriormente, o nível de instrução dos dirigentes dos estabelecimentos rurais em Nova Venécia é superior ao identificado em Água Doce do Norte (IBGE, 2006), o que também restou demonstrado por meio dos dados colhidos na presente pesquisa.

No que tange a importância da educação, Sachs argumenta que

a educação é essencial para o desenvolvimento, pelo seu valor intrínseco, na medida em que contribui para o despertar cultural, a conscientização, a compreensão dos direitos humanos, aumentando a adaptabilidade e o sentido de autonomia, bem como a autoconfiança e auto-estima (SACHS, 2008, p. 39).

Nessa perspectiva, com base nos dados do perfil educacional da população assistida nas comunidades investigadas, pondera-se que a diferença nos níveis educacionais pode favorecer a diferenciação do desenvolvimento rural sustentável entre estes, na medida em que o nível educacional e cultural influencia diretamente nos níveis de Capital Social das comunidades, ou seja, os fatores culturais e a educação são fundamentais.

Ainda quanto aos aspectos culturais, observou-se nos relatos dos técnicos uma relação direta da questão sociocultural intrínseca das comunidades com a possibilidade desta se desenvolver, conforme mencionado por um dos agentes de extensão do município de Água Doce do Norte.

Além da parte cultural que ainda mantém aquela tradição antiga, o agricultor ainda trabalha muito com a fé 'se Deus quiser vai chover, então não precisa de irrigação, uma adubação é o suficiente', então a gente percebe ainda que tem a força cultural por trás disso. A cultura aqui ainda tem muita influência. (Entrevistado 05, extensionista, Água Doce do Norte, 2015).

No entanto, o mesmo afirmou que essas características culturais são levadas em consideração no momento em que são desenvolvidas as ações de ATER, quando, complementou, "senão nós não conseguíamos nem trabalhar com eles". Este também se referiu ao papel político exercido no município, conforme já exposto sobre as interferências políticas nas associações, e enfatizou que o maior responsável dessa cultura ter permanecido foram os gestores do executivo do município (Entrevistado 05, extensionista, Água Doce do Norte, 2015).

Com relação aos aspectos econômicos percebe-se que o município de Água Doce do Norte é mais dependente da agropecuária do que o de Nova Venécia que possui uma economia mais diversificada (Quadro 4 e Quadro 15), conferindo a este último um maior dinamismo socioeconômico. Ou seja, é possível afirmar, que o melhor desempenho econômico do município de Nova Venécia, não se traduz só em razão da existência de indicadores de um Capital Social mais forte, neste caso específico o município também se apropria de alternativas econômicas, que por sua vez, contribuem para melhor desenvolvimento sustentável de suas comunidades.

O PIB per capita (2013) em Nova Venécia foi superior em quase 10% ao de Água Doce do Norte e quando se compara a renda auferida pelas famílias pesquisadas nos dois municípios, quanto aos que possuem renda familiar de até um salário mínimo mensal, o percentual é pelo menos três vezes superior em água Doce do Norte (Figura 73). Ou seja, maior percentual de famílias que sobrevivem com uma renda muito baixa, ainda que estas tenham acesso a alguma fonte de renda não monetária, como por exemplo, a produção de alguns alimentos (mandioca, frutas, verduras, milho etc...) em sua unidade de produção, que não entra no cômputo da renda auferida.

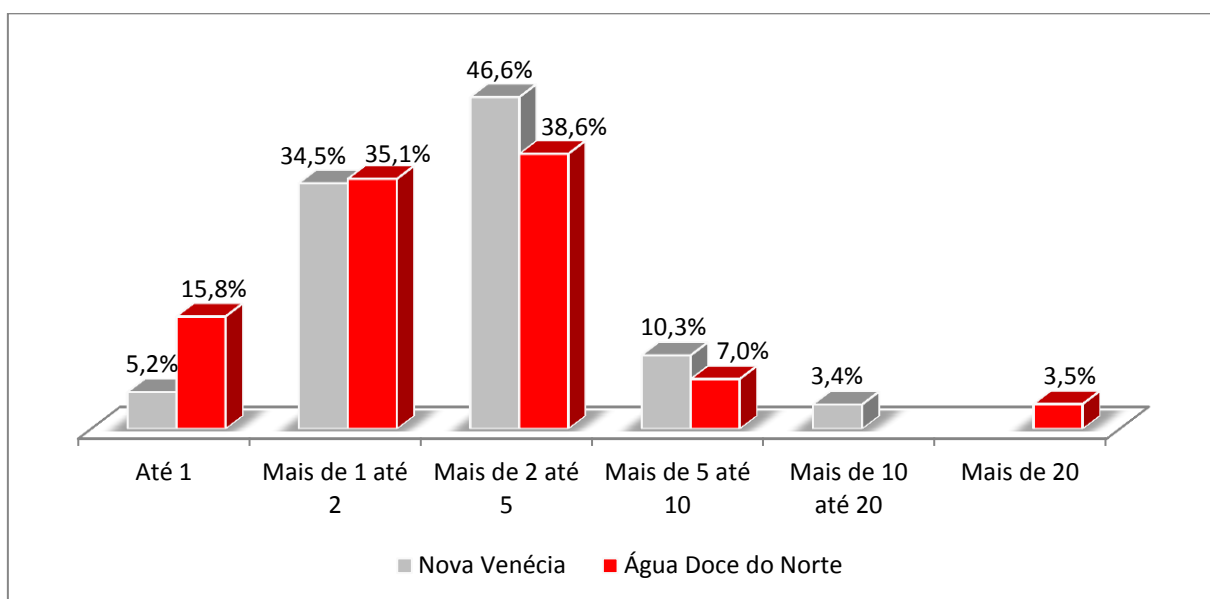


Figura 73. Renda familiar (salário mínimo/mês) da população assistida nas comunidades pesquisadas em Água Doce do Norte e Nova Venécia, ES, 2015.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Outro aspecto relevante que deve ser observado diz respeito à diversificação agropecuária, que também é maior em Nova Venécia. Ou seja, os dados apontam para um maior dinamismo econômico com atividades de maior valor de mercado no município de Nova Venécia.

É nessa perspectiva que Kageyama (2008), pondera que é necessário uma maior integração do rural com urbano por meio da interação entre os diversos atores e setores produtivos e de apoio, à medida que o desenvolvimento rural combine os aspectos econômicos, sociais e ambientais, onde sua trajetória principal reside na pluriatividade. Ou seja, na diversificação da renda por meio das diversas atividades, afirmando ainda, que nesse contexto o papel da agricultura e suas ocupações nem sempre é o mais fundamental para que ocorra o desenvolvimento rural. É nesse sentido que “o meio rural não pode mais ser considerado como espaço exclusivamente agrícola, ou seja, apenas com o desenvolvimento agrícola não se atinge o desenvolvimento rural”. (CAMPANHOLA e SILVA, 2000, p. 13).

Dessa forma, um dado que nos remete à participação cívica de modo mais horizontal no setor produtivo das comunidades pesquisadas, é quando analisamos as formas de comercialização da produção agropecuária. Ainda que a maior parte da comercialização ocorra via atravessadores tanto em Nova Venécia (54,7%), quanto em Água Doce do Norte (80%), foi identificado um percentual considerável de agricultores em Nova Venécia (36%) que comercializa a produção via cooperativas agropecuárias. Essa situação indica, nesse município, maior participação em instituições, o que contribui para um maior estoque de Capital Social e melhorias na qualidade de vida, pelo incremento de renda da comercialização e melhor aquisição de insumos pelas redes de cooperativas, ou seja, propicia a redução nos custos de transação, tanto antes, quanto depois da porteira.

Nessa perspectiva, Franco corrobora afirmando que

quanto mais relações horizontais – em rede – se formarem entre pessoas e grupos de uma coletividade e quanto mais democráticos forem os processos políticos praticados nessa coletividade, mais forte será a comunidade e maior será o nível do seu Capital Social. (FRANCO, 2001, p. 22).

Assim, é possível afirmar que Nova Venécia possui indicadores que apontam para um nível de Capital Social mais elevado que Água Doce do Norte. Nesta perspectiva, analisando os dados pesquisados em campo, é possível afirmar que este maior nível de Capital Social, também tem contribuído para maior desenvolvimento desta região. Como bem afirmou Coleman apud Putnam (2006), o Capital Social é produtivo, e sendo assim possibilita a realização de certos fins que seriam inalcançáveis se ele não existisse.

Dessa forma, os argumentos de Franco corroboram para esta explicação na medida em que, o Capital Social é um componente importante para se pensar e compreender melhor o desempenho de uma dada região. Afirmando ainda o referido autor que

Não é a virtude humana de um indivíduo que se soma a outras virtudes humanas de outros indivíduos para compor o estoque de Capital Social de uma sociedade e sim o padrão de organização e o modo de regulação adotados por essa sociedade que podem favorecer ou não a geração, a acumulação e a reprodução do Capital Social em escala ampliada. Em outras palavras: o Capital Social não é função da “densidade superficial de santos”, quer dizer, do número de santos por metro quadrado que existem numa sociedade e sim do tipo de interação que se estabelece entre os pecadores. (FRANCO, 2001, p. 24).

Desse modo é possível inferindo exemplo utilizado por Franco, em que este afirma que o importante não é o quantitativo de santos, mas sim a interação que ocorre entre os pecadores, ainda que em sentido figurado, as diferentes interações que ocorrem nas comunidades, tanto em Nova Venécia, quanto em Água Doce do Norte, devido às questões socioculturais, possibilitam também diferentes níveis de Capital Social e também diferenças nos processos fundamentais para o desenvolvimento rural sustentável nestas comunidades e consequentemente nos municípios estudados.

Nesse sentido, as diferenças apontadas acima, podem ser explicadas pela capacidade de organização dos municípios estudados, e o Capital Social, pode sim estar conectado a estes fatores, sendo peça fundamental para se pensar o desenvolvimento das comunidades, à medida que as relações horizontais evidenciadas tendem a suplantar eventuais dificuldades e desta forma colaborar com seu desenvolvimento rural sustentável. Nesta perspectiva Fukuyama (1996, p. 19), afirma que “uma sociedade civil próspera depende dos hábitos, costumes e princípios éticos de sua gente”.

Esta afirmação é corroborada com os argumentos de Putnam (2006), onde expressa que “a cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de Capital Social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica”. (PUTNAM, 2006, p. 177).

5.3 ATER, Capital Social e o DRS nas Comunidades

Além do Incaper, que presta os serviços públicos de ATER, nos municípios pesquisados também foram identificados outras instituições que prestam serviços de AT, como: sindicatos, associações de produtores e organizações privadas, sendo que no município de Nova Venécia existem duas cooperativas agropecuárias, nas quais quase 80% dos entrevistados declararam participar, contando ainda o referido município com uma ampla rede de lojas agropecuárias que possuem técnicos que auxiliam os produtores no município com assistência técnica. Além disso, foram identificadas duas cooperativas voltadas para o crédito rural.

Acerca das cooperativas Davis e Bialoskorski Neto afirmam que

A organização cooperativa é uma das manifestações formais do capital social. Para sua formação, os indivíduos concluem que em conjunto podem obter resultados econômicos melhores que se estivessem isolados. Uma cooperativa agropecuária, por exemplo, é criada quando um grupo de produtores rurais percebe que pode ter ganhos de escala na aquisição de insumos, acesso a novas tecnologias e elevação do preço de seus produtos. (DAVIS e BIALOSKORSKI NETO, 2010, p. 13)

Nesse sentido, conforme assinalado pelos entrevistados, algumas comunidades já possuem como característica própria a facilidade de associação/organização (que constitui um forte indicador de Capital Social) seja em decorrência da falta de recursos financeiros individuais ou de relações familiares existentes na própria comunidade. Dentre outras questões facilitadoras desta integração, em comunidades que possuem tais características, os profissionais de ATER conseguem articular de forma mais satisfatória as atividades de grupo, metodologia muito utilizada no desenvolvimento dos trabalhos de extensão rural (ER), existindo ainda em tais casos uma grande facilidade na transmissão de informações, sejam elas de ordem técnica, ou outros avisos cotidianos.

Ressalta-se que o acesso à informação e conhecimento constitui outro importante fator para se pensar o estoque de Capital Social presente nas comunidades, à medida que podem proporcionar melhorias substanciais no relacionamento entre os membros das comunidades e os prestadores de ATER, evidenciando assim que os sistemas e normas, entendidos como as instituições, bem como a confiança e reciprocidade, são elementos fundamentais do Capital Social.

É neste contexto, que os serviços de ATER são importantes para pensar o desenvolvimento rural sustentável, à medida que estes fazem parte de um conjunto de variáveis, dentre elas as relações sociais das comunidades, aqui entendidas como o Capital Social, que juntos podem contribuir para que transformações possam de fato ocorrer e desta forma a promoção do desenvolvimento rural sustentável destas comunidades e consequentemente destes municípios.

No entanto, as ações de ATER não são as únicas, responsáveis pelo processo de transformações no meio rural. Conforme afirmado por Veiga (2006), o desenvolvimento deve ser alcançado por meio da transformação da sociedade, sendo corroborado ainda por Franco (2001), quando afirma que a indução ao desenvolvimento local, traduz em reforço de Capital Social e consequentemente ao desenvolvimento rural sustentável.

Nesta perspectiva Campanhola e Silva, (2000, p. 30), também enfatizam que “o desenvolvimento local deve ser acima de tudo um processo de reconstrução social, que deve se dar “de baixo para cima” e contar com a participação efetiva dos atores sociais”. Com base nesta afirmação, é possível assegurar que sem a participação dos atores locais, não é possível a consolidação do desenvolvimento rural sustentável, e, neste contexto o Capital Social existente nas comunidades é elemento fundamentalmente necessário para o acontecimento deste processo. Ou seja, o Capital Social, pode ser comparado ao fermento, que tem a função de expansão e de tornar possível algo intangível e ao mesmo tempo fundamental para as sociedades, ou seja, o desenvolvimento.

Nesse sentido, a existência de Capital social nas comunidades, facilita as ações de ATER e assim a promoção do desenvolvimento rural sustentável, na medida em que esta potencializa as relações sociais já existentes nas comunidades rurais, utilizando-as no desenvolvimento de suas ações, quando da execução das políticas públicas voltadas para esta população. Foi possível constatar que as comunidades pesquisadas em Nova Venécia apresentaram níveis mais altos de Capital Social, em quase a totalidade das questões averiguadas. Dessa forma, infere-se que o de Capital Social tem colaborado com estas comunidades em Nova Venécia, à medida que estas apresentaram um desempenho superior, quando comparado com as comunidades pesquisadas em Água Doce do Norte. Os dados apontaram para a maior abrangência da comunidade cívica em Nova Venécia em comparação com Água Doce do Norte, haja vista, a presença de instituições com sistemas horizontais de participação cívica.

Nesta perspectiva Putnam pondera que

Sistemas horizontais extensos porém isolados sustentam a cooperação *dentro* de cada grupo, mas os sistemas de participação cívica, que englobam diferentes categorias sociais, promovem uma cooperação mais ampla. Essa é também uma das razões pelas quais os sistemas de participação cívica são parte tão importante do estoque de Capital Social de uma comunidade. Se os sistemas horizontais de participação cívica ajudam os participantes a solucionar os dilemas da ação coletiva, então quanto mais horizontalizada for a estrutura de uma organização, mais ela favorecerá o desempenho institucional na comunidade em geral. (PUTNAM, 2006, p. 185).

Da mesma forma, Truzzi e Sacomano Neto apud Souza Filho *et al.*, (2011, p. 236), avaliam que “comunidades com alto capital social proporcionam aos atores acesso a informações privilegiadas, recursos e, ainda, um esforço cooperativo para o desenvolvimento dos negócios. A variável associativismo e/ou cooperativismo pode conferir essas vantagens”. Esta afirmação também evidencia que em Nova Venécia o Capital Social é superior

ao encontrado em Água Doce do Norte, e que desta forma os serviços de ATER se beneficiam deste no momento da execução de suas ações nas comunidades.

É nesta perspectiva que “O Capital Social é um fator multiplicador das outras formas de capital”. (HIGGINS, 2005, p. 237). Esta afirmação também é corroborada por Bourdieu quando assinala que “al hecho de que el capital social ejerce un efecto multiplicador sobre el capital efectivamente disponible” (BOURDIEU, 2001, p. 150). Assim, as ações que visam fortalecer o associativismo e o cooperativismo tendem a melhorar os níveis de Capital Social, e conseqüentemente contribuir para o desenvolvimento das comunidades.

Dessa forma, observa-se, que existem outros fatores estruturantes, além da ATER e do Capital Social existente nas comunidades que são fundamentais e que devem ser considerados nas análises do desenvolvimento rural sustentável. O Capital Social pode ser incorporado nas ações de ATER, potencializando positivamente os resultados, de forma a contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, não sendo estes, no entanto, os únicos fatores responsáveis por seu alcance. Conforme afirmado por (PUTNAM, 2006, p. 194), “criar Capital Social não será fácil, mas é fundamental para fazer a democracia funcionar”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou a influência do Capital Social nos serviços de ATER, executados pelo Incaper, em dois municípios do Espírito Santo. Por meio dos dados obtidos na pesquisa foi possível identificar a existência de indicadores de Capital Social em todas as comunidades estudadas, bem como sua ocorrência em diferentes níveis, proporcionando uma diversidade de interações que se refletem em distintas formas de desenvolvimento.

Neste contexto, ficou evidente que para se alcançar o desenvolvimento rural é preciso ações integradas e convergentes, que propiciem mudanças socioeconômicas e ambientais nas comunidades rurais, sendo também perceptível que o maior acesso a informação, bem como a melhor localização das comunidades facilitam a disseminação do conhecimento, a aquisição de insumos, e a comercialização da produção. As cooperativas existentes em Nova Venécia também possuem um importante papel, contribuindo para a diminuição dos custos de transação, seja na aquisição de crédito, na compra de insumos ou na comercialização da produção, o que condiciona uma maior rentabilidade da atividade explorada e consequentemente a melhoria da qualidade de vida destas populações rurais, em virtude especialmente do maior auferimento de renda monetária proporcionadas às famílias nestas comunidades.

Outra importante questão, diz respeito à participação dos agricultores nas organizações, uma vez que esta contribui com os relacionamentos interpessoais na comunidade, o que propicia um ambiente adequado para que as ações de ATER possam ser implementadas de forma mais eficiente.

A pesquisa apontou ainda que a participação e a organização social dos agricultores em Nova Venécia têm contribuído para aprimorar as condições de vida das famílias nas comunidades pesquisadas, uma vez que os entrevistados apontaram que esta interação tem melhorado a renda, contribuindo assim para o seu bem-estar, ainda que conforme assinalado por Kageyama (2008), a renda se apresenta como um meio, e não um fim, para que se atinja de fato o desenvolvimento.

Por sua vez, em Água Doce do Norte os agricultores entrevistados apontaram que esta participação e interação se traduzem em benefícios espirituais, de posição social, autoestima e também em benefícios à própria comunidade, demonstrando assim uma prevalência de valores não monetários em suas relações sociais. O que a princípio pode ser considerado

como indicador de Capital Social, sem que, no entanto, este se reflita diretamente no desenvolvimento destas comunidades.

Constatou-se também a importância da ATER para o desenvolvimento rural sustentável das comunidades pesquisadas, à medida que se evidenciou melhorias na produção e maior acesso à informação/conhecimento como os principais efeitos da ATER recebida. Esse processo auxilia aos agricultores a transformar a tecnologia recebida em inovação, e esta por sua vez contribui para que as mudanças necessárias aos processos de desenvolvimento possam ser efetivadas. Nesta perspectiva, a pesquisa apontou que onde as comunidades têm maior facilidade de organização e são mais propícias à colaboração, os serviços de ATER são facilitados, bem como também a capacidade de apropriação do conhecimento por parte dos agricultores, o que por sua vez, facilita os processos que visam induzir mudanças no meio rural, como forma de prover as transformações socioeconômicas e ambientais essenciais, ou seja, o desenvolvimento rural sustentável.

Entretanto, verificou-se também que apesar dos agentes de extensão perceberem que o nível de organização das comunidades influi a realização dos trabalhos por eles desenvolvidos, os mesmos não sabem que este nível de organização reflete Capital Social. Ou seja, o Capital Social não é incorporado nas ações de ATER, pois os mesmos não sabem o que é, e desta forma não existem ações específicas que utilizem essa maior facilidade de organização, como forma de construir indicadores de participação.

Depreende-se ainda dos dados obtidos na pesquisa de campo que o nível de confiança entre os entrevistados em Nova Venécia é maior que em Água Doce do Norte. Sendo a confiança um dos elementos essenciais para formação de Capital Social, conclui-se que este é mais forte em Nova Venécia do que em Água Doce do Norte. Portanto este município tende a se desenvolver mais, sobretudo quando se analisa do ponto de vista de outros atores/instituições (externos à comunidade) que atuam neste município, uma vez que os esforços convergem na direção do desenvolvimento rural.

Em relação a influência do Capital Social nas ações de ATER, conclui-se que este contribui para potencializá-las na medida em que estas são facilitadas nas comunidades onde este se faz presente, o que por sua vez reflete em seu desenvolvimento. Nesta perspectiva, este estudo aponta ainda para a necessidade de aprofundamento em questões que por ventura possam explicar o maior distanciamento entre os processos de desenvolvimento existente nas comunidades rurais, uma vez que apesar de não restarem dúvidas quanto à importância do Capital Social, assim como também quanto a uma ATER emancipadora, tais fatores não se

mostraram suficientes para explicar os diferentes níveis de desenvolvimento apresentados pelos dois municípios estudados.

Dessa forma, o que pode ser verificado por meio dos dados obtidos na pesquisa, é que apesar de o Capital Social ser considerado por muitos a “panaceia” do desenvolvimento, não há que se colocar exclusivamente em sua conta o desenvolvimento ou o atraso de uma determinada região, uma vez que existem outros fatores relevantes para se pensar o desenvolvimento destas comunidades. Ou seja, o Capital Social favorece um maior desenvolvimento, mas, contudo, são necessários outros elementos para se chegar ao desenvolvimento rural sustentável de uma dada região ou comunidade, conforme exposto na discussão teórica do presente estudo.

Assim em relação ao desenvolvimento rural, conforme apontado no presente trabalho é preciso integrar os atores locais e as instituições na busca por ações que visam promover mudanças socioeconômicas e ambientais no espaço rural de forma a alcançar a melhoria da renda, da qualidade de vida e do bem-estar das populações nas comunidades rurais, numa perspectiva de um desenvolvimento endógeno e perene, uma vez que conforme enfatizado por Sen(2000), o desenvolvimento ocorre quando os cidadãos têm sua liberdade e oportunidades de escolhas respeitado. Ou seja, a liberdade ocorre quando os cidadãos são livres para propor seus próprios meios de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, n. 15, p. 137-157, jan./abr 1998.
- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento. **Economia aplicada**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 379-397, abr/jun 2000.
- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p. 33-55.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**, 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 04 Janeiro 2016.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 04 Janeiro 2016.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Evolução do IDHM por município – 1991, 2000 e 2010**. [S.l.]. 2013.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **O índice de desenvolvimento humano municipal brasileiro**. PNUD, Ipea, FJP. Brasília, p. 96. 2013.
- BANDEIRA, P. S. Algumas hipóteses sobre as causas das diferenças regionais quanto ao Capital Social no Rio Grande do Sul. In: CORREA, S. M. D. S. **Capital Social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. p. 15-59.
- BECKER, D. Capital Social: uma nova derivação da economia de mercado? In: CORREA, S. M. D. S. **Capital Social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. p. 85-121.
- BERGAMIM, M. C. **Agricultura familiar no Espírito Santo: constituição, modernização e reprodução socioeconômica (Dissertação de Mestrado)**. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG, p. 182. 2004.
- BOURDIEU, P. **Poder, derecho y clases sociales**. 2ª. ed. Bilbao: Desclée de brouwer, 2001. 232 p.
- BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. **Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e dá outras providências**. Brasília, DF, 11 janeiro 2010. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm>. Acesso em: 17 fev. 2015.

BRASIL. Lei nº 12.897, de 13 de dezembro de 2013. **Autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER e dá outras providências**, Brasília, DF, 18 dezembro 2013.

Disponível em:

<<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=247727&norma=267306>>. Acesso em: 20 maio 2015.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. Os pequenos produtores rurais mais pobres ainda tem alguma chance como agricultores? In: CAMPOS, S. K.; NAVARRO, Z. **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: Ganhar tempo é possível?** Brasília: CGEE, 2013. Cap. 2, p. 29-70.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. D. Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 17, n. 1, p. 11-40, jan/abr 2000.

CERNEA, M. M. **Primero la gente: Variables sociológicas em el desarrollo rural**. México: El Banco Mundial y Fondo de Cultura Económica, 1995. 25-66 p.

CORREA, S. M. D. S. Migração e a (re) construção do capital social. In: CORREA, S. M. D. S. **Capital Social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: [s.n.], 2003. p. 303-334.

DADALTO, G. G.; BARBOSA, C. A. **Zoneamento agroecológico para a cultura do café no Estado do Espírito Santo**. Vitória: SEAG-ES, 1997. 31 p.

D'ARAUJO, M. C. **Capital Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. 65 p.

DAVIS, ; BIALOSKORSKI NETO, S. Governança e gestão de capital social em cooperativas: uma abordagem baseada em valores. **ESAC Economia Solidária e Ação Cooperativa**, São Paulo, v. 5, n. 01, p. 1-24, janeiro/junho 2010.

DESLAURIERS, J.-P.; KÉRISIT, M. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, J., et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos**. Tradução de Ana Cristina NASSER. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. Cap. II, p. 127-153.

DI SABBATO, A. et al. Condicionantes do desempenho e da adoção de tecnologia pelos agricultores familiares. In: BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: características, desafios e obstáculos**. Campinas: Unicamp, 2007. p. 240.

DIAS, M. M. Outras visões sobre a promoção do desenvolvimento e os desafios aos serviços de extensão rural, 2007. Disponível em:

<<http://www.enfoc.org.br/web/arquivos/documento/72/f1166outras-visoes-sobre-promomoo-do-desenvolvimento-e-os-desafios-aos-servios-da-extenso-rural---marcelo-min.pdf>>. Acesso em: 21 março 2016.

DICIONÁRIO online de português, 2016. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/>>. Acesso em: 17 maio 2016.

ESPÍRITO SANTO. Lei nº 9.768, de 26 de dezembro de 2011. **Dispõe sobre a definição das Microrregiões e Macrorregiões de Planejamento no Estado do Espírito Santo**, Vitória, 26 dezembro 2011. Disponível em:

<http://www.al.es.gov.br/antigo_portal_ales/images/leis/html/LO9768.html>. Acesso em: 17 mar. 2015.

ESPÍRITO SANTO. **Espírito Santo 2030 - Plano de desenvolvimento**. Vitória: [s.n.], 2013. 248 p.

ESPÍRITO SANTO 2030. **Plano de desenvolvimento**. Vitória: [s.n.], 2013. 248 p.

ESPÍRITO SANTO. Instrução de serviço n.º 003-N. **Diário Oficial**, p. 96. Disponível em: <https://dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/diario_oficial>. Acesso em: 24 maio 2015.

ESPÍRITO SANTO. SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA. **Plano estratégico de desenvolvimento da agricultura: novo PEDEAG 2007-2025**. Vitória: SEAG, 2008. 284 p.

ESPÍRITO SANTO. SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO - SEPLAN. **Zonas naturais do Espírito Santo: uma regionalização do Estado, das microrregiões e dos municípios**. Vitória: [s.n.], 1999. 95 p.

FONSECA, M. T. L. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985. 192 p.

FRANÇA, C. G. D.; DEL GROSSI, ; MARQUES, V. P. M. D. A. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009. 96 p.

FRANCO, A. **Capital Social: Leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy**. Brasília: Instituto de Política Millennium, 2001. 551 p.

FUKUYAMA, F. **CONFIANÇA as virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Tradução de Alberto LOPES. Rio de Janeiro: Rocco, 1996. 455 p.

FUNDAÇÃO CECILIANO ABEL DE ALMEIDA. **Plano de desenvolvimento local sustentável - PDLS**. FCAA. Vitória, p. 111. 2009.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual “Fortalecimento” da Agricultura Familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **RESR**, Piracicaba, v. 51, n. 1, p. 45-58, Abril 2013.

GEOBASES. Sistema integrado de bases geoespaciais do estado do Espírito Santo, 2015. Disponível em:

<http://www.geobases.es.gov.br/publico/AcessoNavegador.aspx?id=142&nome=NAVEGADOR_GEOBASES>. Acesso em: 22 Dezembro 2015.

GRAZIANO DA SILVA, J. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, p. 37-50, 2001. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a05.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

GROOTAERT, et al. **Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS)**. [S.l.], p. 73. 2003.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural, Brasília, v. 45, n. 2, p. 301-328, Junho 2007.

HIGGINS, S. S. **Fundamentos teóricos do capital social**. Chapecó: Argos, 2005. 263 p.

IBGE. **Censo agropecuário**, 2006. Disponível em:
<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/default.asp?o=2&i=P#1>>. Acesso em: 10 Janeiro 2016.

IBGE. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 07 mar. 2015.

IBGE. **Resultados do Censo 2010**, 2010. Disponível em:
<ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Municipios/>. Acesso em: 16 Março 2015.

IBGE. Cidades. **Censo demográfico 2010: resultados do universo**. Características da população e dos domicílios, 2010. Disponível em:
<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=320016&idtema=67&search=espírito-santo|C3%81gua-doce-do-norte|censo-demografico-2010:-resultados-do-universo-caracteristicas-da-populacao-e-dos-domicilios->>. Acesso em: 25 Fevereiro 2016.

IBGE. Cidades. **Censo demográfico 2010: resultados da amostra - rendimento**, 2010. Disponível em:
<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=320016&idtema=108&search=espírito-santo|C3%81gua-doce-do-norte|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-rendimento-->>. Acesso em: 25 Fevereiro 2016.

IBGE. **Produção agrícola municipal**, 2014. Disponível em:
<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/default.asp>>. Acesso em: 07 janeiro 2015.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral**, 2015. Disponível em:
<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=p&o=27&i=P&c=5919>>. Acesso em: 06 Janeiro 2016.

IBGE. **Cidades@**, 2016. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 06 Janeiro 2016.

IBGE. **Sistema IBGE de recuperação automática - SIDRA**, 2016. Disponível em:
<<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 07 Janeiro 2016.

IJSN. **Perfil do município de Água Doce do Norte**. INSTITUTO JONES DOS SANTO NEVES. Vitória, p. 167. 1988.

IJSN. **Projeto mapeamento de comunidades urbanas e rurais do Espírito Santo: divisão territorial administrativa do Espírito Santo - 1991**. INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Vitória, p. 261. 1991.

IJSN. INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2015. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

INCRA, 2015. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>>. Acesso em: 06 Janeiro 2016.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Programa de assistência técnica e extensão rural - Proater 2011 - 2013: Planejamento e programação de ações 2011**. Nova Venécia. 2011.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Programa de assistência técnica e extensão rural - Proater 2011 - 2013: Planejamento e programação de ações 2011**. Água Doce do Norte. 2011.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Um documento histórico sobre o meio rural capixaba**. Vitória: Incaper, 2006. 120 p.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Perspectivas dos municípios capixabas: Nova Venécia. **Revista Fundação Jones dos Santos Neves**, Vitória, v. III, n. 1, p. 39, jan/jun 1980.

IPES. **Elementos para diagnósticos municipais**. Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves; Secretaria de Estado de Planejamento -. Vitória, p. 49. 1998.

KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 233 p.

KLIKSBERG, B. Capita Social y cultura claves olvidadas del desarrollo. **BID - INTAL**, Buenos Aires, n. Documento de divulgación 7, p. 44, Junho 2000.

LEVIN, J. **Estatística aplicada a ciências humanas**. 2ª. ed. São Paulo: Harbra Ltda, 1987.

LISITA, F. O. Considerações sobre a extensão rural no Brasil. **Embrapa Pantanal**, Corumbá, v. 77, p. 1-3, Abr. 2005.

LOPES, M. D. P. G. **História, geografia, organização social e política do município de Água Doce do Norte**. Água Doce do Norte: PMADN, 1999. 128 p.

MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B. D. O. E. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 41-49, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a06v33n3.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2015.

MIOR, L. C. Desenvolvimento Rural: a contribuição da abordagem das redes sociais e sociotécnicas. In: SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. 2ª. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 273-298.

MONASTERIO, L. M. Medindo o Capital Social: uma análise das regiões do Rio Grande do Sul. In: CORREA, S. M. D. S. **Capital Social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. p. 61-84.

MORAES, J. L. A. Capital social e desenvolvimento regional. In: CORREA, M. D. S. **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. p. 123-148.

MURARI, J. B. et al. **História, geografia e organização social e política do município de Nova Venécia**. Vitória: Brasília Editora Ltda, 1992. 92 p.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, set./dez. 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300009>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

NEVES, REVISTA FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS. Perspectivas dos municípios capixabas: Nova Venécia. **Revista Fundação Jones dos Santos Neves**, Vitória, v. III, n. 1, p. 39, jan/jun 1980.

PEIXOTO, M. Extensão rural no brasil – uma abordagem histórica da legislação. **Consultoria Legislativa do Senado Federal**, Brasília, Outubro 2008.

PERICO, R. E. **Identidade e território no Brasil**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009. 209 p.

PIVA, I. M. D. P.; PIVA, R. F. **À sombra do elefante: a área de proteção ambiental da Pedra do Elefante como guardião da história e da cultura de Nova Venécia - ES**. 1ª. ed. Nova Venécia: Edição dos Autores, 2014.

PORTAL ODM. **Relatórios Dinâmicos**, 2015. Disponível em: <<http://www.relatoriosdinamicos.com.br/portalodm/>>. Acesso em: 2016 jan. 22.

PROJETO CUT/CONTAG. **Desenvolvimento e Sindicalismo Rural no Brasil**. São Paulo, p. 1-17. 1999.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Tradução de Luiz Alberto MONJARDIM. 5ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 260 p.

RADOMSKY, G. W. Reciprocidade, redes sociais e desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. 2ª. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 107-136.

RANKING IDHM UF. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-UF-2010.aspx>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa Social métodos e técnicas**. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 334 p.

RIEDL, M.; VOGT, O. P. Associativismo e desenvolvimento: considerações sobre a existência de capital social. In: CORREA, M. D. S. **Capital Social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. p. 149-211.

RIOS, ; PEREIRA, R. D. O. Assistência técnica e extensão rural: contribuições para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. **IX ENCONTRO NACIONAL DA ECOECO**, Brasília, Outubro 2011.

ROMEIRO, A. R. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. Sao Paulo: Annablume, 1998. 272 p.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 95 p.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 152 p.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 6, n. 11, p. 88-125, jan/jun 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a06>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2ª. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 260 p.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, p. 511-531, jul./set. 2010. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/773.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A.. Histórico, caracterização e dinâmica do pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (1995-2003). In: SCHNEIDER, ; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. 2ª. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 256.

SEMINÁRIO NACIONAL DE ATER, Brasília, 10 a 13 jun. 2008. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-2583697-3759191-lt_Resultados_do_Seminri-1916822.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2015.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Lauro Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

SOUZA FILHO, M. D. et al. Condicionantes da adoção de inovações tecnológicas na agricultura. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, n. 28, p. 223-255, janeiro/abril 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 1ª. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 175 p.

VALDIVIESO, P.; LÓPEZ, A. Evidencias en torno al Capital Social, la participación y la confianza - estudio sobre el caso de Chile. In: BAQUERO, M. **Capital Social, desenvolvimento sustentável e democracia na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 221.

VEIGA, J. E. **A face rural do desenvolvimento**: natureza, território e agricultura. Porto Alegre: UFRGS, 2000. 197 p.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável**: o desafio do século XXI. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 226 p.

VEIGA, J. E. Indicadores de sustentabilidade. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 39-52, 2010.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO COM AGRICULTORES

1. Nome do entrevistado:..... Código.....

1.1 Apelido:.....

1.2 Endereço/localidade:.....

Caracterização de grupo familiar:

2. Grupo familiar residente na propriedade

2.1 Nº / Código	2.2 Nome:	2.3 Sexo M / F	2.4 Idade	2.5 Escolaridade*

* Escolaridade:

1-Sem instrução;

4-ensino fundamental completo;

7-ensino superior incompleto;

2-alfabetizado;

5-ensino médio incompleto;

8-ensino superior completo;

3-ensino fundamental incompleto;

6-ensino médio completo;

9-pós-graduado;

2.6 Renda familiar (salário mínimo/mês)?

() Até 1 (até 788,00)

() Mais 5 até 10 (3.941,00 até 7.880,00)

() Mais de 1 até 2 (789,00 até 1.576,00)

() Mais 10 até 20 (7.881,00 até 15.760,00)

() Mais 2 até 5 (1.577,00 até 3.940,00)

() > 20 (> 15.761,00)

2.7 Recebe algum auxílio do governo (bolsa.....; pensão; outro)?

() sim () não

2.8 Condição de posse da terra

() proprietário () meeiro () parceiro () comodatário () outra Qual.....

2.9 Tamanho da propriedade ou contrato (ha) _____

2.10 Quais os produtos produzidos e como são comercializados (somente os produtos comercializados)?

1.

4.

7.

2.

5.

8.

3.

6.

9.

A. atravessadores da região

D. grupo informal

B. cooperativa

E. algum programa de governo

C. associação

F. outros qual (is).....

Grupos e Redes

3. O Sr. (a) ou algum membro da sua família faz parte de algum grupo ou organização?

() sim () não

Tipo de organização ou grupo	Nome da organização ou grupo	Código do membro mais ativo do domicílio: Item: 2.1	Como você descreveria a participação desta pessoa nas decisões do grupo? 1 = Líder 2 = Muito ativo 3 = Relativamente ativo 4 = Não participa das decisões
A. Cooperativa agropecuária			
B. Cooperativa de crédito			
C. Associação de produtores (as) rurais			
D. Grupo religioso			
E. Sindicato de trabalhadores rurais - STR			
F. Sindicato Patronal			
G. Grupo ou movimento político			
H. Grupo informal de interesse coletivo			
I. Associação de outro (s) tipo (s)			
J. Outro (s) qual (is)			

*Se não faz parte de nenhuma organização/instituição/grupo, vá para pergunta 13.

4. De todos os grupos de que você, ou os membros de sua família fazem parte, quais você considera os mais importantes?

GRUPO 1 _____

GRUPO 2 _____

5. Qual é a maior vantagem/benefício de se fazer parte deste grupo?

1. Melhora a renda atual do meu domicílio ou o acesso a serviços
2. É importante em situações de emergência/no futuro
3. Beneficia a comunidade
4. Prazer/Diversão
5. Espiritual, posição social, auto-estima
6. Outros (especifique) _____

GRUPO 1. [.....]

GRUPO 2. [.....]

6. Esse grupo trabalha ou interage com grupos fora da comunidade/localidade?

GRUPO 1

GRUPO 2

- | | |
|------------------------|------------------------|
| 1. Não | 1. Não |
| 2. Sim, ocasionalmente | 2. Sim, ocasionalmente |
| 3. Sim, frequentemente | 3. Sim, frequentemente |

7. Quando há uma decisão a ser tomada no grupo, geralmente, como isso acontece?

1. A decisão é imposta de fora
2. O líder ou responsável decide e informa os outros membros do grupo
3. O líder ou responsável pergunta aos outros membros do grupo o que eles acham e então decide
4. Os membros do grupo discutem o assunto e decidem em conjunto
5. Outros (especifique _____)
6. Não sabe informar

GRUPO 1. [.....]

GRUPO 2. [.....]

8. O Sr. (a) participa de reuniões e tomadas de decisão quanto aos investimentos a serem realizados pela organização (associação/cooperativa/grupo, igreja, etc.)?

GRUPO 1. ()sim ()não

GRUPO 2. ()sim ()não

9. Confia na diretoria da organização ou no coordenador do grupo (associação e/ou cooperativa) da qual faz parte?

GRUPO 1. ()sim ()não

GRUPO 2. ()sim ()não

10. Como são escolhidos os líderes nesse grupo?

1. Por uma pessoa ou entidade de fora
2. Cada líder escolhe o(a) seu/sua sucessor(a)
3. Por decisão de alguns membros
4. Por decisão/voto de todos os membros
5. Outros (especifique _____)
6. Não sabe informar

GRUPO 1. [___]

GRUPO 2. [___]

11. De modo geral, você diria que a liderança do grupo é...

- | | |
|--------------------------|----------------------|
| 1. Muito efetiva | 3. Não é efetiva |
| 2. Relativamente efetiva | 4. Não sabe informar |

GRUPO 1. [___]

GRUPO 2. [___]

12. Quem iniciou/fundou o grupo que esta comunidade e você estão vinculadas?

1. O governo federal/estadual
2. O governo local
3. Um líder local
4. Membros da comunidade
5. Outro. Qual.....
6. Não sabe informar

GRUPO 1. [.....]

GRUPO 2. [.....]

13. Se de repente você precisasse viajar por um ou dois dias, você poderia contar com seu (s) vizinho (s) para tomar conta das suas crianças?

1. Definitivamente sim
2. Provavelmente
3. Provavelmente não
4. Definitivamente não
5. NAP

14. Se de repente você precisasse viajar por um ou dois dias, você poderia contar com seu (s) vizinho (s) para tomar conta das suas criações?

1. Definitivamente sim
2. Provavelmente
3. Provavelmente não
4. Definitivamente não
5. NAP

Confiança e Solidariedade

15. Falando **em geral**, você diria que se pode confiar na maioria das pessoas, ou que nunca é demais ter cuidado ao lidar com as pessoas?

1. Pode-se confiar na maioria das pessoas
2. Nunca é demais ter cuidado

16. Em geral, você concorda ou discorda das seguintes afirmações?

1. Concordo totalmente
2. Concordo em parte
3. Não concordo nem discordo
4. Discordo em parte
5. Discordo totalmente

A. Pode-se confiar na maioria das pessoas que moram nesta comunidade /localidade.	
B. Nesta comunidade/localidade, é preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem de você.	
C. A maioria das pessoas nesta comunidade/localidade estão dispostas a ajudar caso você precise.	
D. Nesta comunidade/localidade, as pessoas geralmente não confiam umas nas outras quanto a emprestar e tomar dinheiro emprestado.	

17. Agora eu quero perguntar a você o quanto você confia em diferentes tipos de pessoas. Utilize a escala abaixo, para dizer o quanto você confia nas pessoas em cada categoria?

1. Confio muito pouco
2. Confio pouco
3. Nem pouco, nem muito
4. Confio muito
5. Confio totalmente

A. Pessoas do seu grupo familiar	
B. Pessoas de outros grupos, fora do seu grupo familiar	
C. Membros do governo local	
D. Membros do governo federal/estadual	
E. Polícia	
F. Professores	
G. Profissionais de ATER	
H. Comerciantes	
I. Representante dos produtores no CMDR's	
J. Estranhos	

18. Como o Sr. (a) classifica o grau de confiança existente entre os vizinhos/membros da comunidade?

- () alto () médio () baixo () nenhum

19. Você acha que nos últimos cinco anos, o grau de confiança nesta comunidade/localidade melhorou, pioraram ou permaneceu mais ou menos o mesmo?

1. Melhorou
2. Piorou
3. Permaneceu mais ou menos o mesmo

20. Se um projeto da comunidade não lhe beneficia diretamente, mas tem benefícios para muitas outras pessoas da comunidade, você contribuiria com seu tempo ou dinheiro para o projeto?

A. Tempo

1. Não contribuiria com tempo
2. Contribuiria com tempo

B. Dinheiro

1. Não contribuiria com dinheiro
2. Contribuiria com dinheiro

Ação Coletiva e Cooperação

21. Nesta comunidade/localidade as pessoas contribuem com tempo ou dinheiro para objetivos de desenvolvimento coletivo/comuns (de todos), tais como um mutirão ou a manutenção de um centro comunitário, ou a sede da associação)?

- | | |
|--------------------|--------------------|
| 1. Todas | 4. Menos da metade |
| 2. Mais da metade | 5. Ninguém |
| 3. Cerca de metade | |

22. Nos últimos 12 meses, você ou alguém do seu domicílio participou de alguma atividade comunitária, em que as pessoas se reúnem para realizar algum trabalho em benefício da comunidade?

- | | |
|--------|--------|
| 1. Sim | 2. Não |
|--------|--------|

23. Se houvesse um problema de abastecimento de água, energia elétrica ou outro problema de ordem coletiva, qual a probabilidade das pessoas desta comunidade/localidade cooperarem para tentar resolver o problema?

- | | |
|--------------------------------|-----------------------------|
| 1. Muito provável | 4. Relativamente improvável |
| 2. Relativamente provável | 5. Muito improvável |
| 3. Nem provável nem improvável | |

24. O Sr. (a) Participa de algum Conselho em seu município? (Ex. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, Conselho Municipal de Saúde, Conselho de Segurança, etc...). Caso Sim qual?

() Sim, Qual?..... () Não

Informação e Comunicação

25. Possui telefone: ()sim ()não

26. Quanto tempo você leva para chegar à agência dos correios mais próxima?

- () Menos de 15 minutos () 31 a 60 minutos
() 15 a 30 minutos () Mais de uma hora

27. Quais são as três fontes de informação você (s) considera (m) as mais importantes para saber notícias de modo geral?

- | | |
|----------------------------------|---------------------------------------|
| 1. Parentes, amigos e vizinhos | 8. Grupos ou associações/cooperativas |
| 2. Líderes da comunidade | 9. Colegas de trabalho ou sócios |
| 3. Mercado local | 10. Associados políticos |
| 4. Jornal local ou da comunidade | 11. Internet |
| 5. Jornal de âmbito nacional | 12. Um agente do governo |
| 6. Rádio | 13. ONGs |
| 7. Televisão | 14. Outros |

28. Em geral, em comparação há cinco anos, como o Sr (a) classifica o acesso à informação?

1. Melhorou
2. Piorou ou
3. Permaneceu mais ou menos o mesmo.

29. Recebe Assistência Técnica? ()sim ()não

29.1 Se sim, de qual órgão? (Pode citar + de um)

.....

30. Como é o serviço de assistência técnica e extensão rural recebido?

() Ótimo () Bom () Regular () Ruim () Péssimo

30.1 É frequente e tem continuidade? ()sim ()não

31. Após receber os serviços de ATER houve alguma melhora em sua vida/propriedade?

()sim ()não

Se sim, quais?.....
.....
.....

32. Considera que os serviços de ATER são importantes para sua comunidade, seu município? ()sim ()não. Por quê?

.....
.....

33. O (a) Sr (a) têm acesso a alguma outra fonte de informações sobre técnicas de produção ou comercialização? ()sim ()não

33.1 Se sim, de onde/quem? (Pode citar + de um).

()Tv () Rádio ()Igreja ()Internet ()Amigos/vizinhos ()Outros
.....

Coesão e Inclusão Social

34. Como você descreveria o grau de proximidade em sua comunidade/localidade? Utilize a escala abaixo.

- | | |
|-----------------------------|--------------------------|
| 1. Muito distante | 4. Relativamente próximo |
| 2. Relativamente distante | 5. Muito próximo |
| 3. Nem distante nem próximo | |

35. Como o Sr (a) considera o convívio/relacionamento com seus vizinhos?

()Ótimo ()Bom ()Regular ()Ruim ()Péssimo

36. Existe algum tipo de “mutirão” para a realização do serviço nas propriedades da região?

()sim ()não

37. No último mês, quantas vezes você se reuniu com outras pessoas para comer ou beber em casa ou em um lugar público?

.....Qtd

38. No último mês, quantas vezes as pessoas visitaram-no em sua casa?

.....Qtd

39. No último mês, quantas vezes você visitou outras pessoas em suas casas?

.....Qtd

40. Nos últimos três meses, quantas vezes você se reuniu com outras pessoas para jogar, praticar esportes, ou outras atividades recreativas?

.....Qtd

41. Quantas vezes, nos últimos 12 meses, você participou de uma cerimônia familiar ou de um festival na comunidade/localidade? (casamento, enterro, festival religioso etc.)?

.....Qtd

Autoridade ou Capacitação e Ação Política

42. Nos últimos 12 meses, você fez alguma dessas coisas?

1. Sim
2. Não

A. Participou de uma reunião da associação, sindicato, cooperativa de conselho, reunião aberta ou grupo de discussão?	
B. Encontrou um político, telefonou para ele/ela, ou enviou-lhe uma carta?	
C. Participou de um protesto ou demonstração?	
D. Participou de uma campanha eleitoral ou informativa?	
E. Alertou algum jornal, rádio ou TV para um problema local?	
F. informou a polícia ou a justiça a respeito de um problema local?	

43. Até que ponto o governo local e os líderes locais levam em consideração as preocupações manifestadas por você e por outras pessoas como você, quando tomam decisões que afetam a todos?

1. Muito
2. Um pouco
3. Não levam em consideração

44. Em sua opinião, qual é o grau de honestidade dos membros e funcionários das seguintes instituições? Utilize a escala abaixo.

- | | |
|------------------------------|-------------------------|
| 1. Muito honesto | 4. Geralmente desonesto |
| 2. Geralmente honesto | 5. Muito desonesto |
| 3. Nem honesto nem desonesto | |

A. Membros do governo local	
B. Líderes tradicionais da comunidade/localidade	
C. Médicos e enfermeiras da clínica de saúde	
D. Professores e funcionários da escola	
E. Funcionários do correio	
F. Polícia	
G. Juízes e Promotores de justiça	
H. Profissionais de ATER	

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM TÉCNICOS

Município/ELDR: _____

1. Nome do entrevistado:		1.1 Código
1.2. Formação:	1.3 Há quanto tempo atua como extensionista:	
1.4. Há quanto tempo trabalha no INCAPER:	1.5. Já atuou em outros municípios:	
1.6. Há quanto tempo trabalha neste município:		

3. Como você observa ou avalia as relações sociais entre os membros das comunidades neste município? (Interação, integração, reciprocidade e confiança entre os membros)
4. Em comunidades onde há uma maior integração entre os membros, ou onde estes tem maior facilidade para se associar ou trabalhar em conjunto, você percebe alguma diferença no desenvolvimento das atividades de ATER?
5. De que forma ou como as comunidades se organizam para desenvolver atividades coletivas- participativas de ATER?
6. Como você percebe o processo organizacional das comunidades, ou seja, os membros das comunidades são propensos a se organizarem em prol de suas demandas (sejam elas de produção, comercialização, infraestrutura)?
7. Como você enxerga e/ou são percebidas as características socioculturais dos agricultores no momento do desenvolvimento das atividades de ATER?
 - 7.1 Estas características são levadas em consideração?

8. Como você observa o envolvimento e participação dos agricultores nas cooperativas, associações de produtores, sindicatos ou outras formas de organização neste município?
9. Você percebe algum nível de confiança entre as famílias nas comunidades onde atua?
10. Como você observa as questões relacionadas a mutirão nas comunidades?
11. Como você observa a interação entre os profissionais de ATER para atender as diferentes áreas do conhecimento no atendimento das diversas demandas dos agricultores?
12. O que você entende por Capital Social? Nas comunidades onde tem atuado você acha que existe Capital Social?
13. Se existe como você classifica o nível de Capital Social nestas comunidades?
()alto ()médio ()baixo ()muito baixo